



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

**Turismo Rural de Bem-Estar: Estudo de Caso no Município da
Calheta (Ilha da Madeira)**

Rui Miguel da Costa Agrião

Dissertação de Mestrado orientada
pela Prof.^a Doutora Maria Luísa Rodrigues
Mestrado em Turismo e Comunicação

2017



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

**Turismo Rural de Bem-Estar: Estudo de Caso no Município da
Calheta (Ilha da Madeira)**

Rui Miguel da Costa Agrião

Dissertação de Mestrado orientada
pela Prof.^a Doutora Maria Luísa Rodrigues
Mestrado em Turismo e Comunicação

2017

“Not all those who wonder are lost”

J. R. R. Tolkien (1954), *Lord of the Rings - The Fellowship of the Ring*

Agradecimentos

Seria impossível a concretização deste estudo sem a colaboração de várias pessoas e entidades, incluindo professores, colegas, familiares e profissionais de vários órgãos, que com a sua amabilidade, carinho, prontidão e profissionalismo, contribuíram positivamente para a realização desta dissertação:

- À Professora Doutora Maria Luísa Rodrigues, minha orientadora nesta dissertação de mestrado, o meu profundo agradecimento por toda a sua amabilidade, atenção, críticas e ideias, mas acima de tudo pelo tempo despendido, não só a nível da sua dedicação pessoal, mas também a nível de espera para a minha maturação no meio académico e também pessoal, que certamente tornou a experiência mais enriquecedora e real;
- A todos os professores, que partilharam os seus conhecimentos ao longo das várias unidades curriculares do mestrado, com especial apreço ao Professor Doutor Eduardo Brito Henriques pelos seus conselhos preciosos ao longo do seminário de metodologias de investigação;
- À Professora Doutora Eduarda Pires da Costa na sua preciosa ajuda, ensinamentos e orientação no preenchimento das minhas lacunas relativamente ao processamento de dados a nível estatístico, sendo que sem a sua ajuda, certamente, o estudo estaria mais enfraquecido e incompleto;
- À Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura (SRETC) da Região Autónoma da Madeira, à Biblioteca da Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e ao Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) pelo todo o apoio dado no fornecimento de dados imprescindíveis para o presente estudo;
- A todos os responsáveis na gestão das unidades de alojamento de turismo em espaço rural (TER) sediadas no concelho da Calheta, que quiseram participar no estudo, incluindo proprietários e governantas, sendo incansáveis e pacientes na implementação dos inquéritos por questionário aos hóspedes;
- A todos os familiares e amigos, que sempre estiveram do meu lado ao longo de vários anos com especial carinho para a minha mãe, que nunca deixou que eu desistisse dos meus sonhos.

A todos o meu profundo agradecimento. Um grande bem hajam!

Resumo

O objectivo deste estudo é investigar a possibilidade de explorar um novo nicho turístico, com base na promoção do bem-estar em espaços rurais, sob a designação de turismo rural de bem-estar. Aplicando uma perspectiva inovadora, baseada nas constantes mudanças sociais e sua inter-relação com os fenómenos turísticos, tenta-se relacionar o contacto com meios ricos do ponto de vista natural e predominantemente rurais com a potencial procura turística existente para estes espaços. Há uma reinterpretação do turismo em espaços rurais (TER) na busca de elementos identitários e comuns com o turismo de bem-estar, para a conceptualização deste novo conceito de turismo rural de bem-estar. A análise da sua possível concretização foi efectuada num espaço geográfico: a Ilha da Madeira, no geral, com especial foco no concelho predominantemente rural da Calheta, área escolhida para o estudo de caso.

De forma a entender a oferta e a procura turística em TER na Calheta e a possibilidade da promoção destes espaços concelhios como destinos de bem-estar, foi aplicado um plano metodológico cuidado. A análise da oferta foi realizada através de uma metodologia qualitativa com base na observação *in loco*, o levantamento de recursos e a recolha de informação secundária. Os resultados obtidos podem ser considerados apenas preliminares, uma vez que o levantamento cabal dos recursos concelhios é um processo moroso que não se compadece com o tempo disponível para a realização da presente dissertação. No estudo da procura turística utilizou-se uma metodologia quantitativa, através da implementação de um questionário de tipo *survey* a turistas alojados em estabelecimentos TER no município calhetense, recolhendo-se 263 inquéritos válidos. Os resultados indicam que o contexto natural da ilha, bem como o vasto e rico património natural, podem proporcionar bem-estar aos turistas que visitam estas áreas rurais. A caracterização da procura mostrou, entre outros dados sobre o perfil do turista, uma sobrevalorização de motivações relacionadas com o descanso e o relaxamento em contacto com a natureza, bem como uma consciência, por parte dos inquiridos, dos potenciais benefícios a nível do bem-estar que podem ser obtidos em contacto com estas áreas predominantemente rurais.

Palavras-chave: Turismo rural de bem-estar; Ilha da Madeira; concelho da Calheta; áreas predominantemente rurais; Perfil do turista.

Abstract

The aim of this study is to investigate the possibility of exploring a new tourism niche, based on the promotion of wellbeing in rural areas, under the designation of rural wellbeing tourism. Applying an innovative perspective, based on the constant social changes and its interrelation with the tourism phenomena, it tried to relate the contact with the naturally rich and predominantly rural areas and the current tourism demand that exists for these places. There is a reinterpretation of tourism in rural areas in the search for common elements with wellness tourism for the conceptualisation of this new concept of rural wellbeing tourism. The analysis of its possible fruition was carried out in a geographic area: the island of Madeira (in general) with a special focus on the predominantly rural municipality of Calheta, the chosen area for the case study.

In order to understand the supply and tourism demand in Calheta and the possibility of promoting the Madeiran rural municipalities as wellbeing destinations, a careful methodological plan was applied. The analysis of the supply was made through the adhibition of a qualitative methodology based on the gathering of resources, on-site-observation and the collection of information from secondary sources. The results obtained can be considered only preliminary, since the complete compilation of municipal resources is a time consuming process that is not compatible with the time available for the accomplishment of the present dissertation. In the study of tourism demand, a quantitative methodology was used through the implementation of a survey to tourists accommodated on rural establishments in Calheta, being collected 263 surveys. The results indicate that the natural context of the island as well as the vast and rich natural heritage can provide wellbeing to the tourists who visit these rural areas. The demand characterisation has shown, among other data on the tourist profile, an overvaluation of motivations related to rest and relaxation in contact with nature besides an awareness on the respondents of the potential benefits in terms of wellbeing that can be obtained in contact with these predominantly rural areas.

Keywords: Rural wellbeing tourism; Madeira Island; Municipality of Calheta; Predominantly Rural Areas; Tourist Profile.

Índice

Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	xi
Lista de Abreviaturas	xii
Introdução.....	14
Capítulo I – Natureza, Ruralidade, Bem-Estar e Turismo em Espaço Rural (TER)	16
1. Conceptualização de Turismo: Recursos Turísticos e Turismo de Nicho	16
1.1. Natureza, Ruralidade, Saúde e Bem-Estar	19
1.1.1. Discussão dos Conceitos.....	20
1.1.2. O Potencial da Natureza e da Ruralidade para a Promoção da Saúde e do Bem-Estar.....	21
1.2. O Turismo em Espaços Rurais (TER)	27
1.2.1. Desenvolvimento na Europa e em Portugal.....	28
1.2.2. Tipos de TER em Portugal e actividades desenvolvidas	30
1.2.3. Benefícios e Preocupações.....	32
Capítulo II – Do TER ao Turismo Rural de Bem-Estar	35
2.1. Turismo de Saúde e Bem-Estar.....	35
2.1.1. Turismo Médico	36
2.1.2. Turismo de Bem-Estar	36
2.2. Perfil e Motivações dos Turistas	37
2.2.1. O Turista em Espaço Rural e o Turista que Procura o Bem-Estar.....	38
2.3. Definição de Turismo Rural de Bem-Estar	40
Capítulo III – Metodologias de Investigação	44
3.1. Objectivos, Hipóteses e Organização Metodológica	44
3.2. Observação e Recolha de Informação Secundária.....	47
3.3. Inquérito por Questionário aos Turistas	49
3.3.1. Estrutura e Conteúdo.....	49
3.3.2. Amostra e Implementação	52
3.3.3. Tratamento Estatísticos dos Dados	55
Capítulo IV – Análise dos Dados Obtidos: Caracterização da Oferta e Procura	57
4.1. Enquadramento Geográfico	57
4.2. Principais Características Físicas.....	59
4.2.1. Da Geologia à Geomorfologia	59

4.2.2. Climatologia e Rede Hidrográfica	62
4.2.3. Uso e Ocupação do Solo e Património Natural Biótico	64
4.3. Aspectos Demográficos e Socioeconómicos	66
4.3.1. Demografia	66
4.3.2. Ruralidade Madeirense	69
4.4. Evolução Turística na Ilha da Madeira e na Calheta.....	72
4.4.1. O Passado Histórico-Turístico	72
4.4.2. O Turismo na Actualidade	73
4.4.3. Procura Turística: Mercados, Perfil e Motivações	76
4.4.4. Oferta Turística: Segmentos, Produtos e Recursos	77
4.5. Turismo em Espaço Rural (TER) na RAM.....	80
4.5.1. Evolução, Posicionamento Actual e Oferta	80
4.5.2. O Turista TER na Região	83
4.5.3. Particularidades e Desafios	85
4.6. Questionário aos Turistas: caracterização do turista em espaço rural.....	87
4.6.1. Hipótese 1: Quem é o turista TER no município da Calheta, tendo em conta o perfil, estilo de vida, assunções sobre o destino, planeamento da viagem, escolha de acomodação e motivações?	87
4.6.2. Hipótese 2: Entre as motivações do turista, é possível identificar a busca por aspectos associados ao bem-estar em espaços rurais ou é possível aferir se há uma confirmação individual/consciencialização por parte do turista dos possíveis benefícios a nível do bem-estar na área rural calhetense?	97
4.6.3. Hipótese 3: Existem características gerais ligadas ao perfil socioeconómico e/ou estilo de vida, que poderão influenciar as motivações associadas à procura do bem-estar em espaços rurais ou à sua percepção de como estes espaços o podem promover?	100
Conclusão e Considerações Finais	104
Bibliografia.....	108
Anexos.....	118

Índice de Figuras

Figura 1: Bem-estar (Mueller e Kaufmann, 2001:7) [Adaptado].	21
Figura 2: Turismo em espaço rural (TER), (UNWTO, 2004:13).	28
Figura 3: Número de estabelecimentos TER em Portugal Continental entre 2011 e 2014.	29
Figura 4: Distribuição do número de estabelecimentos TER em Portugal (NUTSII) em 2014.	29
Figura 5: Localização do micro-nicho "Turismo Rural de Bem-Estar" na intersecção de outros tipos de turismo.	42
Figura 6: Turismo Rural de Bem-Estar.	43
Figura 7: Mapa de localização e composição do Arquipélago da Madeira (Borges <i>et al.</i> , 2008:16).	57
Figura 8: Concelho da Calheta e sua divisão administrativa (Figueiredo, 2008:13).	59
Figura 9: Ramo de actividade económica e sector económico a nível municipal na RAM, em 2013.	69
Figura 10: Número de dormidas e de hóspedes na RAM entre 2010 e 2015.	74
Figura 11: Número de estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal (NUTSII), em 2014.	74
Figura 12: Número de hóspedes e de dormidas em Portugal (NUTSII), em 2014.	75
Figura 13: Número de dormidas e de hóspedes na Calheta (2005-2015). Fonte: DREM, 2015d; 2016b.	75
Figura 14: Distribuição das dormidas na RAM segundo os principais países de residência em 2015.	76
Figura 15: Número de Dormidas e de hóspedes em estabelecimentos TER na RAM, entre 2005 e 2015	80
Figura 16: Taxas de representatividade dos estabelecimentos e capacidade de alojamento por categoria na RAM (2015).	81
Figura 17: Taxa de representatividade de dormidas e de hóspedes por categoria de estabelecimentos na RAM (2015).	81
Figura 18: Taxa líquida de ocupação-cama na região e em TER, RAM (2014).	82
Figura 19: Taxa de representatividade dos estabelecimentos TER: Número de quartos e de camas por modalidade (2016).	83
Figura 20: Principais mercados emissores em TER na RAM (2015) (DREM, 2016c:17).	84
Figura 21: Sexo dos inquiridos.	88
Figura 22: Idade dos inquiridos.	88
Figura 23: Mercado e país de origem dos inquiridos.	88
Figura 24: Rendimento dos inquiridos.	88
Figura 25: Local de residência dos inquiridos e sua relação com o meio rural.	89
Figura 26: Consumo de tabaco entre os inquiridos	89
Figura 27: Consumo de bebidas alcoólicas entre os inquiridos.	89
Figura 28: Prática de alimentação saudável entre os inquiridos.	90
Figura 29: Prática de exercício físico entre os inquiridos.	90
Figura 30: Motivações dos inquiridos para a escolha do destino.	91
Figura 31: Actividades a realizar pelos inquiridos no concelho da Calheta.	93
Figura 32: Motivos expressos pelos inquiridos para a escolha do alojamento em meio rural na Calheta.	94
Figura 33: Avaliação pelos inquiridos dos elementos constituintes da acomodação.	94
Figura 34: Meios de recolha de informação sobre o destino utilizados pelos inquiridos.	95
Figura 35: Potencialidade do meio rural calhetense na promoção do bem-Estar dos inquiridos.	97

Figura 36: Benefícios do contacto com o meio rural calhetense de acordo com a opinião dos inquiridos.	
.....	99

Índice de Quadros

Quadro 1: Síntese dos elementos e perspectivas abordadas na revisão da literatura e caso de estudo.....	45
Quadro 2: Principais estudos sobre o TER na RAM: objectivos e metodologias utilizadas.	45
Quadro 3: Recursos naturais, culturais, equipamentos turísticos e infraestruturas de apoio.	48
Quadro 4: Estrutura e conteúdo do inquérito por questionário: variáveis latente e variáveis componente.	50
Quadro 5: Número de residentes, superfície e a densidade populacional do concelho da Calheta (2014) (INE 2016).....	67
Quadro 6: Percursos pedestres recomendados no concelho da Calheta (SRA e DRFCN, s. d.; Câmara Municipal da Calheta, 2015a).....	71
Quadro 7: Segmentos, produtos turísticos e os seus recursos/infra-estruturas na Ilha da Madeira e na Calheta (ACIF-CCIM, 2015:14-22; DRTM, 2016c) [Adaptado].	79
Quadro 8: Evolução dos principais mercados emissores em TER na RAM (2004-2014) (DREM, 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013a; 2014; 2015e, 2016c).	85
Quadro 9: Níveis de escolaridade e situação profissional dos inquiridos.	88
Quadro 10: Estilo de Vida – Características Pessoais, Externos ou Ambos.	89
Quadro 11: Motivações que levaram os turistas a visitar do concelho rural calhetense.	92
Quadro 12: Organização e Aquisição da Viagem.	96
Quadro 13: Aspectos salientados na justificação da escolha da Calheta como área promotora do Bem-Estar.....	98
Quadro 14: Aspectos a salientar para a recomendação da área rural calhetense como destino que promove o Bem-Estar.....	99
Quadro 15: Diferenças entre as motivações principais na busca do bem-estar, tendo em conta o estilo de vida, estado de saúde, residência e incidência do stress.	102

Lista de Abreviaturas

ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira

ACIF-CCIM - Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira

ADRAMA - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira

ART - *Attention Restoration Theory*

ATA - Aldeias de Portugal

BTT - Bicicleta Todo-o-Terreno

CC - Casa de Campo

CENTER - Central Nacional do Turismo em Espaço Rural

CTP - Confederação do Turismo Português

DINKS - *Double Income and No Kids*

DOP - Denominação de Origem Protegida

DREM - Direcção Regional de Estatística da Madeira

DRFCN - Direcção Regional de Florestas e Conservação da Natureza

DRTM - Direcção Regional do Turismo da Madeira

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

EU - *European Union*

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

GAL - Grupos de Acção Local

INE - Instituto Nacional de Estatística

ISPA - *International SPAs Association*

Madeira Rural - Associação do Turismo em Espaço Rural na Região Autónoma da Madeira

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS - Organização Mundial de Saúde

OMT - Organização Mundial do Turismo

PDR - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB - Produto Interno Bruto

PNM - Parque Natural da Madeira

POT - Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira

PRAM - Plano Regional da Água da Madeira

PRIVETUR - Associação Portuguesa de Turismo de Habitação

PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RAM - Região Autónoma da Madeira

RevPar - *Revenue per Available Room*

RUP - Região Ultraperiférica

SAU - Superfície Agrícola Utilizável

SIG - Sistemas de Informação Geográfica

SRA - Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais

SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais

SRETC - Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura

SUP - *Stand-Up Paddle*

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TER - Turismo em Espaço Rural

TI - Zona Significativamente Rural

TR - Zona Predominantemente Rural

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação

UE - União Europeia

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNFPA - *United Nations Populations Fund*

UNWTO - *World Tourism Organization*

VAB - Valor Acrescentado Bruto

WHO - *World Health Organisation*

ZEC - Zonas Especiais de Conservação

ZPE - Zonas de Protecção Especial

Introdução

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do mestrado em Turismo e Comunicação e tem o propósito de desenvolver uma abordagem inovadora para a promoção turística das áreas rurais madeirenses, com especial foco no município da Calheta. O objectivo principal desta abordagem é compreender as potencialidades naturais das áreas rurais na promoção do bem-estar, testando um novo conceito, o de turismo rural de bem-estar. Este conceito pode prefigurar um nicho-turístico novo (e híbrido) através da reinterpretação do turismo em espaço rural (TER) e da sua ligação com o turismo de bem-estar, tendo como premissas de base a oferta turística existente e a análise da procura potencial deste produto. Esta ligação possibilita uma melhor compreensão de fenómenos sociais associados à afirmação de uma sociedade pós-moderna, sendo esta caracterizada pela progressiva complexidade dos estilos de vida dos indivíduos e afectando, concomitantemente, domínios económicos e ambientais, onde o turismo também se insere. O indivíduo é o motor central da acção e o entendimento do seu comportamento é essencial para uma melhor compreensão do fenómeno turístico. Só assim é possível a apresentação de uma proposta turística completa e integradora que permita uma requalificação da oferta turística, tendo em conta os recursos endógenos existentes com potencial intrínseco na promoção do bem-estar em espaço rural. Além disso, pretende-se dar resposta à procura crescente destes espaços, aumentando a tão desejada diversidade e competitividade das áreas rurais.

A ilha da Madeira e o concelho da Calheta constituem o espaço geográfico do estudo e do teste sobre a possibilidade de desenvolvimento do turismo rural de bem-estar. O município calhetense foi escolhido devido: à sua importância no desenvolvimento do TER na RAM (onde estão representados 41% dos estabelecimentos TER); à sua classificação (concelho predominantemente rural), extensão (maior concelho da ilha) e representatividade dos ambientes naturais; por razões pessoais (local onde cresci). Além disso, este estudo regional permitiu uma análise mais completa da oferta e da procura turística, apesar dos seus constrangimentos temporais. Desta forma, foi aplicado um plano metodológico criterioso e misto para a análise da oferta e, essencialmente, da procura turística no concelho calhetense. Numa primeira fase foi aplicada uma metodologia qualitativa com o intuito de obter uma visão global do enquadramento geográfico e físico, bem como do desenvolvimento a nível turístico, utilizando a observação *in loco* para o levantamento de recursos e equipamentos turísticos na Calheta e para a recolha de informação secundária complementar. Numa segunda fase foi aplicada uma metodologia quantitativa através do uso de um questionário de tipo *survey* direccionado aos turistas em alojamentos de TER no município, com a intenção de perceber quem é o turista e se existe uma motivação específica pela busca de elementos ligados ao bem-estar em áreas rurais e/ou uma consciência do potencial daqueles para a promoção desse bem-estar.

Assim, a dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo contempla a primeira parte da discussão teórica e conceptual do turismo rural e do turismo de bem-estar. Inclui a definição de conceitos-chave, nomeadamente, natureza e ruralidade, bem como a mudança de paradigma na conceptualização de saúde e bem-estar, de maneira a fornecer uma leitura crítica sobre estes conceitos. Esta revisão da

literatura tem em conta diversos estudos que debatem as potencialidades de meios naturalmente ricos, como as áreas rurais, na promoção da saúde e do bem-estar. É neste mesmo capítulo que se define e se analisa o TER.

O capítulo II estabelece a possível ligação entre o TER e o turismo de bem-estar para a definição do turismo rural de bem-estar, objecto central da presente dissertação. O capítulo III é dedicado às metodologias utilizadas e à sua explicação detalhada. Pretende-se espelhar o raciocínio e debate inerente ao refinamento de objectivos, à elaboração de um plano metodológico específico, à escolha de metodologias adequadas aos objectivos e à estruturação e aplicação de instrumentos de recolha de dados. O capítulo IV apresenta toda a recolha de dados e o seu tratamento. Primeiramente foi efectuada uma extensa análise do enquadramento geográfico e físico da ilha da Madeira e do concelho da Calheta; depois foi elaborada uma análise profunda do desenvolvimento do turismo na ilha com especial cuidado na caracterização da oferta. A parte final deste capítulo é composta pelo tratamento estatístico dos dados resultantes da aplicação do inquérito por questionário, de forma a analisar detalhadamente as características da procura turística no concelho da Calheta. No final da dissertação elaborou-se uma conclusão com a síntese e discussão dos resultados obtidos (apesar das conclusões parciais que vão surgindo em cada ponto do trabalho) e as implicações teóricas e práticas daqueles resultados, bem como as limitações do estudo e recomendações para investigação futura.

Capítulo I – Natureza, Ruralidade, Bem-Estar e Turismo em Espaço Rural (TER)

1. Conceptualização de Turismo: Recursos Turísticos e Turismo de Nicho

O turismo inclui todas as actividades relacionadas com a viagem e o de ficar acomodado em lugares fora da área de residência de um indivíduo (Goeldner e Richtie, 2009; Cunha, 2007). Contudo, esta é uma visão simplista do mundo turístico. O turismo é um sistema interligado com os seus vários constituintes (Mill e Morrison, 1985), uma rede de inter-relações envolvendo a economia, o social, o ambiente, a política, a cultura e a tecnologia (Cunha, 2007), baseado na mobilidade (Urry e Larsen, 2011; Cavaco, 1996). Assim, o turismo revela ser uma das maiores metáforas do mundo contemporâneo e da alta complexidade das sociedades de hoje (Graham, 2002; Robinson e Novelli, 2005), um reflexo da pós-modernidade e do consumidor pós-fordista (Ferraz, 2008; Walmsley, 2003; Claver-Cortés *et al.*, 2007; Swarbrooke e Horner, 2010; Lane, 2009). Esta complexidade deve-se também à complicada interligação que existe entre produto e consumidor, sendo impossível o não-contacto entre povos e sociedades diferentes (Sin, 2010; Cunha, 2007; Rushton e Carson, 1985).

Com o desenvolvimento tecnológico e científico, a globalização da economia transformou-se numa competição mundial caracterizada principalmente por ser um processo rápido e instável, com uma reorganização do tempo e do espaço (Meethan, 2001; Urry e Larsen, 2011). Novos meios de transporte e de comunicação a nível internacional aumentaram a mobilidade através da redução de distâncias e eliminação de fronteiras (Urry, 2012; Castells, 2003; Ferraz, 2008). A democratização da viagem e o aumento do poder compra dos cidadãos fez com que o turismo se tornasse num dos fenómenos mais visíveis do mundo global (Swarbrooke e Horner, 2010; Cavaco, 1996), que claramente afectou a indústria, principalmente no último meio século (Robinson e Novelli, 2005; Cavaco e Simões, 2009). O lazer acaba por se suplantam ao trabalho, fazendo com que viajar se torne numa actividade rotineira (Chen *et al.*, 2008).

Deste modo, o turismo assume um carácter massificado, crescendo a um ritmo de 3.8% anualmente, segundo dados apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2011 (em inglês, *World Tourism Organization*, UNWTO), atingindo mil milhões de chegadas em 2012. Apesar de se prever um crescimento menos acelerado até 2030, o crescimento das chegadas a nível internacional vai rondar anualmente os 43 milhões (UNWTO, 2011), continuando a ser um dos sectores económicos mais importantes de várias regiões a nível mundial (Karyopouli e Koutra, 2013; Cavaco e Simões, 2009). O turismo assume, assim, um papel regenerativo muito importante para economias nacionais, regionais e mesmo locais.

Os benefícios turísticos estendem-se para além do sector económico. Existem benefícios em termos socioculturais e físico-ambientais que podem ser positivos e/ou negativos (dependendo sobretudo das sociedades envolvidas) (Ferraz, 2008), sendo muitos deles impossíveis de controlar devido à grande fragmentação da indústria e, consequentemente, à crescente dificuldade de criar legislação que possa suprimir algumas dicotomias (Hall, 1994).

Em relação a dicotomias, mesmo que cresça a ritmos mais acelerados em países emergentes (essencialmente a região Ásia/Pacífico), como previsto pela OMT, a verdade é que o turismo receptor e emissor continuará a ser dominado pelos países europeus pelo menos até 2030.

Este crescimento acelerado do sector turístico tem vindo a contribuir também, segundo alguns autores, para uma homogeneização dos destinos, criando uma crescente necessidade destes se diferenciarem e criarem vantagens competitivas.

Com esta realidade dá-se o surgimento de novas formas de fazer turismo e novos produtos de modo a acompanhar as transformações das sociedades e das novas gerações, concretizando até os desejos mais individuais e personalizados (Karyopouli e Koutra, 2013; Claver-Cortés *et al.*, 2007; Chen *et al.*, 2008), ou seja, o desenvolvimento do turismo de nicho (Robinson e Novelli, 2005).

O turismo de nicho surge como conceito contrastante ao turismo dito de “massas”, tentando dissociar-se dos elementos pejorativos trazidos por este último, nomeadamente, a nível ambiental e sociocultural (Robinson e Novelli, 2005).

O turismo de massas desenvolveu-se através das ideias de produção e consumo em massa associado às economias fordistas (de escala) dos últimos cinquenta anos, que rapidamente se verificou na crescente construção de estabelecimentos hoteleiros; no aumento de atracções turísticas e agências de viagem, ou no maior número de ligações aéreas (Robinson e Novelli, 2005; Cavaco e Simões, 2009; Cavaco, 1996), dominado por um grupo restrito de instituições e/ou pessoas.

Porém, o desenvolvimento das sociedades, quer a nível tecnológico quer a nível económico, fez com que o turista não quisesse ser visto simplesmente como um número de uma indústria massificada (Macleod (2005). Começa-se a afirmar-se um consumidor que, para além do produto físico, extrai valor através de outros símbolos e significados (Urry e Larsen, 2011).

Hoje, o turista “[is] *increasingly interested in visiting the places, as much as in discovering, experiencing, participating in, learning about and more intimately being included in the everyday life of the destinations*” (Robinson e Novelli, 2005:4), envolvendo um carácter mais complexo, subjectivo e individual, no qual o turista acaba por expressar a sua identidade. Esta ideia é corroborada por Cavaco e Simões (2009:17) referido que os turistas “(...) querem algo menos tradicional, mais diferenciado, direccionado, personalizado, variável, centrado na qualidade, na cultura e no ambiente, com valores intangíveis e domínio da economia super simbólica (...)”.

Há uma procura selectiva que sai do espectro que o turismo de massas abrange. Surgem necessidades e motivações turísticas específicas que devem ser respondidas de acordo com o próprio turista e o seu estilo de vida e não segundo um mercado homogéneo (Robinson e Novelli, 2005; Cavaco e Simões, 2009; Macleod, 2005).

O turismo de nicho oferece a oportunidade de diversificar a oferta turística de um destino, correspondendo às necessidades do turista e criando uma vantagem competitiva, possível de atrair turistas, que poderão gastar mais dinheiro na sua viagem. Um cliente exigente e que acaba por ter muitas vezes em consideração outras preocupações, por exemplo, a nível social, cultural e ambiental, que faz com que o turismo de nicho seja visto como uma forma turística mais integrativa e sustentável.

Este fenómeno reflecte-se, posteriormente, na multiplicidade de recursos com interesse turístico. Existe uma panóplia de recursos que motivam os turistas da actualidade, pois os turistas “(...) [demonstram] uma elevada consciencialização no relacionamento com o Ambiente e a Cultura (...)” (Cavaco e Simões, 2009:22). Desta forma, os recursos dividem-se em duas principais categorias: os naturais e os culturais. Entre os naturais destacam-se os biológicos (referentes a toda a biodiversidade quer a nível animal ou vegetal) e os abióticos (que nos remetem para todo um conjunto de recursos ligados à geodiversidade (intimamente ligados aos biológicos, uma vez que os suportam). Os culturais são recursos que envolvem directamente uma dimensão humana na sua criação, quer a nível material ou imaterial, incluindo, por exemplo, todo um património edificado e de tradições locais, regionais ou nacionais.

Aquela classificação, embora mais aprofundada, vai de encontro à repartição feita por Boyd e Timothy (2003) em relação à diversidade patrimonial. Segundo os autores, o património pode ser classificado como recursos tangíveis e imóveis (e.g. património edificado e natural); recursos tangíveis e móveis (e.g. artesanato, documentos, artefactos, etc.); e recursos intangíveis (e.g. tradições, modos de vida, festas, etc.). Com base em Leask (2003) e Cooper *et al.* (2008), podemos classificar os recursos de acordo com a sua importância a nível local, regional, nacional e/ou internacional. Adicionalmente, estes podem ser pagos ou gratuitos conforme a sua gestão for pública ou privada.

Todos estes recursos podem proporcionar uma oferta flexível, que se adapta às necessidades dos turistas, correspondendo a uma procura de turistas identificáveis por um perfil, motivações e necessidades idênticas.

A segmentação do mercado torna-se importante, pois segundo Cavaco e Simões (2009), permite a:

- Identificação dos turistas, possibilitando o desenvolvimento de uma oferta mais adequada e individualizada, tendo em conta o perfil e motivações dos mesmos;
- Possibilidade da oferta ser estruturada, havendo hipótese de criação de novos produtos, estimulando, concomitantemente, o desenvolvimento da concorrência;
- Gestão mais harmonizada e melhor alocação e aproveitamento de recursos.

Adicionalmente, é necessário ainda ressaltar uma dimensão geográfica e territorial. Destinos turísticos que, pela sua oferta distintiva ou pela sua reduzida capacidade de carga, também podem ser considerados como nichos turísticos.

Uma dessas formas de turismo, que se tem mais evidenciado nos últimos quarenta anos (Lane, 2009) é o turismo em espaço rural (TER).

Este desejo de fazer férias em espaços naturais e culturalmente ricos e diversificados, como as áreas rurais, surge com o aparecimento de problemas associados à crescente industrialização das cidades e à adopção de um estilo de vida urbano (Kastenholz *et al.*, 2014). Este isolamento e o não-contacto com o exterior definem uma crescente procura de espaços verdes, naturais e rurais (Carvalhinho *et al.*, 2013; Kastenholz *et al.*, 2014). De acordo com Covas (2006:114), territórios de baixa densidade tornam-se “(...) [numa] vantagem competitiva face à saturação e ao congestionamento dos ‘territórios modernos’”, sendo quase um retorno às origens

(Simões, 2003). O intuito é buscar novas sensações, novos conhecimentos e/ou até mesmo uma melhor saúde e bem-estar, através da interacção entre Homem e Natureza.

Esta valorização do turismo em espaços rurais, devido à sua riqueza patrimonial, pode ser feita pela promoção do bem-estar criando uma vantagem competitiva, pelo desenvolvimento de um novo segmento na indústria turística ou como complemento à oferta turística já existente. Surgem novas perspectivas sobre o turismo rural com actividades que respondem à necessidade de contribuir para uma relação positiva entre turistas, comunidades locais e natureza. Assim, o turista tem uma atitude activa, que pode contribuir para a desejada renovação de destinos turísticos maduros, complementando a oferta já existente, tendo em conta as novas exigências do turista e as suas motivações (não deseja apenas férias, mas também vivenciar novas experiências).

1.1. Natureza, Ruralidade, Saúde e Bem-Estar

Actualmente cerca de 75% da população europeia vive em meio urbano (Depledge *et al.*, 2011) e prevê-se que, em 2020, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (ou em inglês, *United Nations Population Fund*, UNFPA), 20 cidades terão uma população superior a 20 milhões de habitantes (Sousa, 2008). O estilo de vida urbano sempre foi muito exigente, não deixando aos cidadãos tempo para o lazer. O isolamento das pessoas, os trabalhos ou tarefas monótonas e o vício pelos *gadgets* electrónicos ou ecrãs (Godbey, 2009; Stigscottera e Grahn, 2011; Karjalainen *et al.*, 2010), fez com que as pessoas deixassem de praticar um estilo de vida saudável, adoptando comportamentos de risco, marcados por correntemente designados 'maus hábitos' (como o consumo excessivo de tabaco e álcool), com falta de exercício físico e alimentação incorrecta.

Estes comportamentos fizeram com que doenças, como a obesidade, problemas cardiovasculares e doenças do foro mental e psicológico (como a depressão e o *stress*), se transformassem nas maiores ameaças à saúde dos cidadãos, de acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS) (Pretty *et al.*, 2005; Godbey, 2009; Stigscottera e Grahn, 2011). Adicionalmente ocorre ainda, associado ao meio urbano, poluição e a segregação social (Berg *et al.*, 2007), fazendo com que haja uma crescente busca por produtos fora do meio e que combatam estes aspectos negativos (Chen *et al.*, 2008).

O estilo de vida urbano ajudou na idealização dos conceitos de 'natureza' e 'espaço rural' como lugares com um significado mais profundo, puro, romântico, esteticamente mais apelativo e até mesmo sagrado (Sharpley e Jepson, 2011; Rodrigues *et al.*, 2010; Berg *et al.*, 2007; Fons *et al.*, 2010), onde as pessoas podem nutrir um estilo de vida mais saudável e disfrutar novas sensações, que se refletiriam na sua saúde devido à diversidade e capacidade curativa e de rejuvenescimento destes ambientes. Nas últimas décadas tem havido especial atenção na relação entre 'natureza', 'ruralidade' (e relacionado com ambos, o conceito de 'paisagem'), 'saúde' e 'bem-estar', tendo em conta contextos específicos (Rodrigues *et al.*, 2010).

1.1.1. Discussão dos Conceitos

De acordo com Smith (2013:5), entende-se ‘natureza’ como “*green areas, usually in the countryside, outside built up areas (i.e. towns) and which have few man-made attractions*”. Para o autor, ‘ruralidade’ e ‘espaços rurais’ são conceitos sinónimos, pois correspondem às mesmas características. Todavia, é necessário salientar que o conceito de “ruralidade” é muito mais complexo e vai para além da visão do autor, que não é consensual, devido à variedade de critérios usados em diversos países (Lane, 2009).

Na década de 90 do séc. XX surge a classificação das ‘áreas rurais’ da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE (Lane, 2009:355), que acaba por ser utilizada por outros órgãos europeus (*European Commission*, 2013, 2012, 2011, 2000; *European Parliament*, 2013). A OCDE categoriza as ‘áreas rurais’ em 3 grupos: (1) áreas economicamente integradas – espaços rurais perto de centros urbanos, ligados com estes seja a nível económico ou cultural; (2) áreas intermédias – locais mais distantes das áreas urbanas, onde a agricultura e a silvicultura são as actividades económicas predominantes e frequentemente integradas em áreas protegidas com grande valor patrimonial; (3) áreas remotas – espaços rurais com uma baixa densidade populacional, longe de qualquer espaço urbano, com fraco dinamismo económico, mas com grande valor patrimonial, principalmente, a nível natural. Desta forma podemos verificar que há realmente uma relação entre ‘natureza’ e ‘ruralidade’.

Associado aos conceitos anteriores temos ainda a conceptualização de paisagem. De acordo com a Convenção Europeia da Paisagem, é “*a basic component of the European natural and cultural heritage, contributing to human well-being and consolidation of the European identity being a key element of individual and social well-being*” (in Rodrigues *et al.*, 2010: 331). Segundo Abraham *et al.* (2010, in Völker e Kistemann, 2011:456), existem diferentes percepções do mesmo espaço pelo turista de acordo com o seu significado, apego, sentimento de pertença, memória e história. Cresce o reconhecimento da necessidade de proteger a paisagem, principalmente a rural, pois é considerada como um contributo central para o bem-estar social e individual das pessoas (Convenção Europeia da Paisagem, in Velarde *et al.*, 2007:199).

Sobre o conceito de ‘Saúde’, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define-o como “*a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity*” (WHO, 2006). Associado ao conceito de saúde, surge o de ‘bem-estar’. É de salientar que a definição de ‘bem-estar’ tende a ser ampla e a incluir várias perspectivas, não sendo consensual, até porque, segundo Völker e Kistemann (2011) e Voigt (2013), é um estado complexo, individual e subjectivo. De acordo com Smith e Puczko’s (2008, in Rodrigues *et al.*, 2010:332-333) o conceito de bem-estar muda em função do contexto ou até mesmo do país. Segundo estes autores, na Malásia o conceito surge associado a um bem-estar pessoal e a um estilo de vida separado do desgaste do meio laboral. Já nos países escandinavos o bem-estar associa-se a actividades *outdoor* ou desportos em contacto com a natureza, como caminhadas, percursos pedestres e natação. Esta ideia é partilhada nos países germânicos, embora salientem ainda a alimentação saudável, um estilo de vida equilibrado, o descanso, o relaxamento e uma ligação espiritual, fazendo com que todos melhorem, em simultâneo, o sentido de responsabilidade a nível pessoal.

Um “bom bem-estar” resulta na percepção individual do equilíbrio entre os vários factores de uma dimensão mais objectiva, como a saúde, a educação, o trabalho, o social, o contexto natural ou construído, a segurança, a responsabilidade cívica (*Health Improvement Analytical Team*, 2014; 2014a). De acordo com vários autores, o ‘bem-estar’ está relacionado com a prática de um estilo de vida saudável marcado por actividade física, boa alimentação, descanso e estímulo intelectual, que proporcionam um bom equilíbrio entre corpo e mente. Este manifesta-se através de um estado pleno a nível físico, psicológico, espiritual e social, sendo sinónimo de felicidade, qualidade de vida, maior sentido de responsabilidade e sensibilidade social e ambiental, na qual cada indivíduo tem um papel activo (fig.1) (Rodrigues *et al.*, 2010; Pesonen e Komppula, 2010; Smith, 2013; Reese e Myers, 2012; Godbey, 2009; Mueller e Kaufmann, 2001; Voigt, 2013). Estas perspectivas sobre ‘saúde’ e ‘bem-estar’ acabam por ser uma “ (...) nova noção de saúde pública que está para além do paradigma *disease-free* e estabelece uma visão holística e positivista da saúde (...)” (Gustavo, 2010:192).

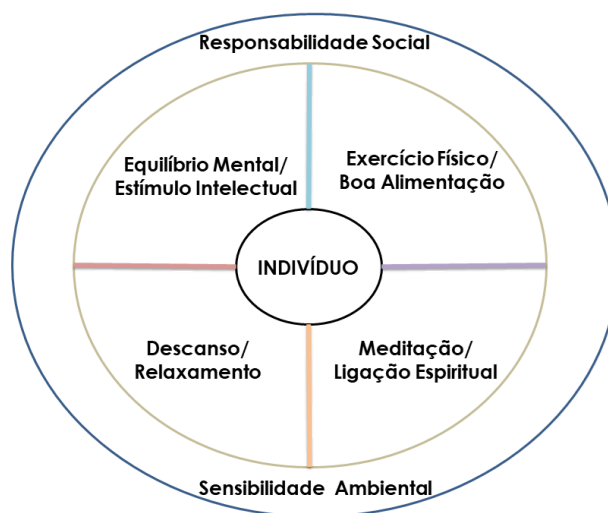


Figura 1: Bem-estar (Mueller e Kaufmann, 2001:7) [Adaptado].

1.1.2. O Potencial da Natureza e da Ruralidade para a Promoção da Saúde e do Bem-Estar

Actividades desenvolvidas em meios mais naturais, como as áreas rurais, ao ar livre, podem melhorar muito a saúde e o bem-estar individual. Segundo Maller *et al.* (2005:52) “*natural areas can be seen as one of our most vital health resources*”. Estes autores referem que os factores determinantes da saúde pública não se centram no sistema de saúde, mas sim nos aspectos ambientais e sociais da mesma, sendo os espaços com uma maior diversidade natural os mais aptos e eficazes. Maller *et al.* (2005) afirmam ainda ser necessária uma abordagem socioecológica da saúde, reconhecendo que ‘saúde’ deve ser vista como algo holístico e multidisciplinar.

Há uma escolha espontânea na preferência de espaços naturais/rurais em relação a espaços urbanos com o objectivo de recuperar a vitalidade e essa opção não pode ser ignorada. Até porque, segundo Rodrigues *et al.* (2010), baseados em vários autores,

afirmam que os espaços verdes tendem a ser esteticamente mais atractivos e que, segundo a *‘biophilia hypothesis’* (hipótese de biofilia) de Wilson (Heinsch, 2012; Thompson, 2010; Depledge *et al.*, 2011; Greenleaf *et al.*, 2014), “*people have an innate need to associate with the natural world, and this connection can enhance their physical and psychological well-being*” (Heinsch, 2012:309). Opinião partilhada por Weinstein *et al.* (2009) ao referirem que as pessoas têm a tendência para se rodearem por objectos naturais. Se não há a oportunidade de estar em contacto directo, existe a necessidade de se incluir alguns elementos no meio doméstico.

Com Howard Clinebell (1996) surge o conceito de *‘ecotherapy’* que consiste no tratamento e crescimento saudável através do contato com a natureza (Smith, 2013; Greenleaf *et al.*, 2014; Reese *et al.*, 2014), impulsionando ideias mais recentes como o *‘ecowellness’*, que se define como o bem-estar holístico através da contemplação, respeito e ligação entre Homem e Natureza (Reese e Myers, 2012).

Estes conceitos realçam os benefícios que podem ser obtidos a nível da saúde através do contacto com a natureza: redução do *stress*, da ansiedade e da depressão; redução no tempo de recuperação de uma doença ou após uma intervenção cirúrgica; auxílio no combate de problemas como a hiperactividade, a fadiga mental e o *deficit* de atenção, melhorando, conseqüentemente, os níveis de concentração e de produtividade a nível profissional e académico (Finnicun e Zeiger, 1996; Smith, 2013). Porém, estes conceitos que surgiram nos últimos 25 anos, realçando esta ligação entre saúde, natureza e ruralidade, não são completa novidade. Esta ligação não é recente se contarmos com a história de algumas cidades antigas (Velarde *et al.*, 2007; Thompson, 2010; Milligan *et al.*, 2004). Na Pérsia, por exemplo, havia culturalmente uma íntima relação entre paraíso e jardim, não esquecendo umas das maravilhas do mundo antigo, os míticos jardins suspensos da Babilónia. O mesmo acontece se falarmos dos Campos Elísios, que incluíam o desporto, a dança e outras actividades espirituais, que acabaram por exercer a sua influência, seja na era do império romano como na Europa durante a época medieval, quando às enfermarias e aos hospitais estava sempre associado um jardim de repouso, algo que veio retomar a sua importância no século XVIII (Velarde *et al.*, 2007; Thompson, 2010; Berg *et al.*, 2007).

Actualmente destacam-se benefícios físicos, sociais, psicológicos e espirituais, devidos ao desenvolvimento de actividades *outdoor* e desportivas em espaços naturais ou rurais. Segundo Rodrigues *et al.* (2010), as caminhadas, por exemplo, são adequadas a qualquer pessoa, reduzindo o número de lesões físicas e níveis de *stress*, melhorando a qualidade do sono e o equilíbrio mental. Rodrigues *et al.* (2010) concluem num estudo realizado em Portugal que “*for the urban population visiting the rural areas for recreational and tourism motives, [hiking] would naturally directly benefit their sense of wellbeing, enhanced by a relatively simple wellness experience in nature*” (p.341). Adicionalmente, mas no Reino Unido, a caminhada no meio rural é uma actividade frequente entre a população, sendo que 35% da população participa com frequência (Lane, 2009).

A observação e contemplação de paisagens com uma grande diversidade biológica e abiótica, com o contacto com recursos hidrológicos (Wheeler *et al.*, 2012; White *et al.*, 2010; Völker e Kistemann, 2011) ou ler ao ar livre (Pretty *et al.*, 2005) ajudam no

aumento dos níveis de concentração e na diminuição da fadiga mental, o que diversos autores chamam de '*restorative environments*' (Kaplan e Kaplan, 1981, 1989, in Maller *et al.*, 2005:48; Velarde, 2007:201; Thompson, 2010:192; Berg *et al.*, 2007:82; Reese e Myers, 2012:401; Depledge *et al.*, 2011:4662; Greenleaf *et al.*, 2014:166; Hansmann *et al.*, 2007:214; Smith, 2013:8 e Kaplan, 1995). Segundo estes autores, há uma preferência pelo verde e o azul, devido à prevalência destas cores em ambientes que conduziram a espécie humana à sua sobrevivência. Não é necessária uma concentração muito exigente, mas apenas uma '*soft fascination*', conceito que se tornou uma das bases da teoria da restauração da atenção ('*Attention Restoration Theory*', ART). Esta ideia é corroborada por Ulrich (1999): uma simples janela com vista para um cenário natural ajuda na convalescença e recuperação de pacientes que passaram recentemente por uma operação. Velarde *et al.* (2007) também atestam esta opinião referindo que as paisagens naturais tendem a ser mais restauradoras que as urbanas, pois trazem benefícios de curto prazo na recuperação do *stress* e da fadiga mental, assim como uma maior rapidez na recuperação física e um maior progresso, a longo prazo, da saúde e do bem-estar. De igual modo, Rohde e Kendle (1994, in Maller *et al.*, 2005:48), explicam que há uma reacção positiva à natureza a nível psicológico associada ao prazer, ao interesse, à constante atenção ('*relaxed wakefulness*') e à diminuição de sentimentos negativos, como a ansiedade e a raiva.

Em conclusão, é fundamental referir a importância restauradora e terapêutica das paisagens, nomeadamente as mais naturais, como as rurais. Esta importância foi explorada por Gesler (1993, in Völker e Kistemann, 2011:450; Velarde *et al.*, 2007:201; Milligan *et al.*, 2004), com a introdução e desenvolvimento do conceito de '*therapeutic landscapes*'. O conceito foca-se não na doença mas na perspectiva salutogénica da saúde. Estas paisagens devem ser vistas, de acordo com Palka (1999) como "*space[s] that promote wellness by facilitating relaxation and restoration and enhancing some combination of physical, mental and spiritual healing*" (in Milligan *et al.*, 2004:1783). Esta ideia tem sido amplamente adaptada a vários espaços que promovem o bem-estar em meio natural. Por exemplo, Völker e Kistemann (2011) acrescentam uma dimensão humana, não explorada por Gesler, incluindo todas as actividades recreativas que se possam realizar num determinado espaço.

Segundo Völker e Kistemann (2011), os recursos hidrológicos são muito importantes para o rejuvenescimento e para o bem-estar emocional. Os autores denominam todas as paisagens com recursos hidrológicos à superfície como '*blue spaces*', em contraste com cenários mais verdejantes ('*green spaces*'). Após uma vasta revisão da literatura, salientam que os '*blue spaces*' possuem sons calmantes da água, classificados como tranquilizantes e restauradores. Todavia, White *et al.* (2010) salientou que paisagens naturais com poucos recursos aquáticos ou paisagens somente aquáticas obtiveram classificações mais baixas. Há uma preferência pela combinação entre terra e água.

Na mesma linha de ideias, com base nas ideias de Kaplan e Kaplan e de Ulrich, Grahnn (2010, in Thompson, 2010:149), num estudo realizado com base em actividades ligadas à jardinagem e à horticultura, concluiu-se que as pessoas tendem a tolerar mais cenários naturais do que urbanos, quando estão sob efeito de elevados níveis de *stress*. Com um especial foco na jardinagem, Ulrich (1999) destaca a importância dos jardins

com fontes, que podem promover o bem-estar em contacto com a natureza de uma forma segura, por exemplo, entre pessoas já debilitadas dentro e fora de áreas hospitalares. O autor apelidou-os de '*healing gardens*'. Milligan *et al.* (2004:1789) também realçaram os benefícios físicos, psicológicos e espirituais da jardinagem entre seniores. Para além disso, o sentimento de utilidade e de realização são aspectos que se destacam nesta actividade, que rapidamente se pode relacionar com outras ligadas à horticultura e à agricultura.

Os benefícios do contacto com o meio natural ou rural, como os anteriormente referidos e outros obtidos através de diversas experiências, como as caminhadas, o andar a cavalo ou de bicicleta, em cenários ricos em árvores (florestas e parques), (Nolan, 2005; Karjalainen *et al.*, 2010; Hansmann *et al.*, 2007), ou, ainda, através da observações de aves (Godbey, 2009). Aqui, os sons dos animais e da vegetação endémica tornam-se importantes (Townsend, 2006).

No caso dos '*green gyms*' e, mais recentemente, dos '*blue gyms*' (Depledge *et al.*, 2011; Depledge e Bird, 2009; Karjalainen *et al.*, 2010), a abundância de espaços rurais para diferentes modalidades desportivas (em função das características físicas do território) permite o contacto permanente com cenários verdejantes ou com o meio aquático, nos cursos de água ou no mar. Destacam-se actividades como a canoagem, os passeios de barco, a vela, o andar de bicicleta e a corrida, a natação, o chapinhar, a pesca e a contemplação ('*contemplative experiences*') (Völker e Kistemann (2011).

Todas estas actividades exteriores tendem a ter resultados mais positivos (ou benefícios adicionais) relativamente ao exercício praticado em cenários fechados (Duncan, 2005; Coon *et al.*, 2011), por se encontrarem intimamente ligadas à paisagem, possibilitando a combinação entre actividade física, ar puro, espaços abertos e excelentes cenários. Consequentemente obtêm-se benefícios independentemente da intensidade e regularidade dessas actividades, sejam exercícios adequados a crianças com problemas comportamentais, de atenção ou de obesidade (Powell, 2005; Greenleaf, 2014, Smith, 2013), sejam indivíduos mais velhos que sofrem de doenças como a osteoporose, ou pessoas com necessidades especiais (Bell *et al.*, 2007).

Porém, os benefícios não ficam por aqui. Atesta-se que o exercício físico feito em meios naturais reduz o aparecimento de: doenças ósseas (fracturas, reumatismo e artrite), doenças neurológicas (falta de sono e aneurismas), doenças cardiovasculares (acidentes vasculares cerebrais e enfartes agudos do miocárdio), entre outras como o cancro e a diabetes (Dickie, 2005; Godbey, 2009; Völker e Kistemann, 2011). Em estudos realizados no Reino Unido, Barton e Pretty (2010), Pretty *et al.* (2007) e Pretty *et al.* (2005), confirmaram que o exercício físico realizado em espaços verdes ('*green exercise*'), independentemente da duração, intensidade, local, género, idade ou estado de saúde, ajuda a aumentar a auto-estima, a autoconfiança e uma melhor disposição, sendo aspectos básicos para uma boa saúde mental. Destacam também que os resultados tendem a ser superiores em cenários com a presença de recursos hidrológicos, concordando a opinião de outros autores já referidos.

De acordo com Reese e Myers (2012:403), o contacto com a natureza também estimula o bem-estar social pois permite uma maior união não só com a natureza, mas também com o(s) outro(s). No conceito de '*ecowellness*' os autores realçam a

importância da relação humana e como o meio natural pode ajudar na união entre pessoas, num maior sentimento de comunidade e de ligação à mesma. É interessante verificar que autores, como Völker e Kistemann (2011), destacam a dimensão humana no bem-estar das pessoas, bem como a existência de ambientes positivos e negativos para a saúde. Indicam que espaços com pouco acesso a meios naturais, como os centros citadinos, tendem a ser nocivos e as pessoas sentem-se isoladas, ao contrário do que ocorre em espaços mais naturais ou rurais.

Reconhece-se, ainda, que os meios mais naturais estimulam o cultivo de sentimentos como a paz e o amor, aumentando, conjuntamente, a inteligência emocional de cada indivíduo e o bem-estar de uma comunidade. Segundo Reese e Myers (2012), quanto mais profundo for o contacto, maior é a necessidade que o indivíduo sente em ajudar o próximo, ser mais generoso e ter em conta os sentimentos das outras pessoas, através da participação, por exemplo, em jardins comunitários ou actividades de reflorestação. Todavia, os autores referem que tudo isto depende do que chamam a identidade ambiental (*'environmental identity'*), pois as pessoas, que valorizam de maior forma o meio natural e tentam integrá-lo no seu 'eu'. Gobster e Buchner (2010), Weinstein *et al.* (2009), Husk *et al.* (2013), Maas *et al.* (2009), Heinsch (2012), Townsend (2006) e Finnicum e Zeiger (1996) destacam o bem-estar a nível social que advém do contacto com a natureza em meio rural, destacando-se actividades de voluntariado cívicas e amigas do ambiente e as ligadas a jardins ou hortas comunitárias, como forma de criar e fortalecer laços sociais coesos, ampliar o sentimento de pertença, elevar o sentimento de segurança, ou aumentar o capital social. Assim, os espaços verdes e o contacto com a natureza funcionam como estímulos para que haja um maior sentimento de colectividade entre as pessoas e uma identificação pessoal com o espaço. Heinsch (2012) e Frumkin (2001) adicionam ainda o contacto com os animais, como sendo actividades ideais para 'quebrar o gelo' e incentivar a conversação, para além de outros benefícios físicos, como a redução da pressão arterial, que os animais podem trazer.

Finalmente, Sharpley e Jepson (2011) e Jepson e Sharpley (2014) realçam que a ligação com a natureza tem também uma dimensão espiritual, havendo uma busca activa por espaços naturais devido à sua fonte de recuperação e rejuvenescimento. Com base em Rohde e Kendle (1994), Maller *et al.* (2005:49) refere a este propósito que *"natural environments invoke a sense of 'oneness' with nature and the universe, and that being in nature can lead to transcendental experiences"*. Esta ligação com o mundo é formulada por Reese e Myers (2012) com base nas *'peak experiences'*, definidas por Maslow, que são experiências que permitem às pessoas pensarem no outro e no mundo como um só e para as quais a natureza tem um grande contributo. Um pouco nesta linha, surge o modelo teórico de McDonald (1989, *in* Heintzman, 2010:75), referindo que após as pessoas sentirem emoções positivas, devido às actividades *outdoor* em que participaram, torna-se possível a experiência meditativa, onde surja uma maior preocupação pelo outro e pelo meio, o que reverte num ganho espiritual.

Kamitsis e Francis (2013:141) dizem que a manutenção da ligação ascética com o meio mais natural pode também trazer efeitos positivos a nível psicológico e físico. Os mesmos referem que ambientes naturais fora do quotidiano das pessoas tendem a trazer benefícios mais positivos a nível do bem-estar, destacando, que a espiritualidade *"may*

be a source from which the positive effects of experience with nature are derived". Esta última premissa poderá ter uma conexão à que Heintzman (2010) analisou sobre as *'wilderness experiences'* a nível espiritual. As experiências recreativas num meio natural mais profundo, distante, rico e diverso, por exemplo numa montanha ou numa floresta, poderão ser uma alavanca para uma maior consciencialização espiritual, pois há uma maior motivação, um superior sentimento de conquista e uma ligação mais íntima com o espaço. Heintzman (2010) salienta que também a bagagem individual acaba por influenciar tais reacções, uma vez que a própria deslocação para meios rurais pode reflectir uma experiência quase idêntica à dos peregrinos, através do abandono da vida normal fortemente estruturada (associada ao meio urbano) em busca de uma calma e de uma paz que só pode ser encontrada em meios rurais, onde há um contacto físico e íntimo com a natureza quase transcendental, aspecto igualmente salientado por Reese e Myers (2012) e Sharpley e Jepson (2011). Segundo Bremborg (2008:150), não há uma fronteira nítida na separação entre um turista e um peregrino e esta ideia é referida por Jepson e Sharpley (2014:2) indicando que o turismo em espaço rural pode ser visto como *"[a] secular ritual that acts as a counterpoint to everyday life and work ... as a personal transition or rite of passage at particular junctions in an individual's life or, more generally, as a source of spiritual meaning or emotional well-being"*.

Todavia, é de salientar que o 'mundo' acaba por reflectir também a ligação entre o espiritual e um lugar específico. Neste caso, tendo em conta Tuan (1997, *in* Sharpley e Jepson, 2011:58) e Jepson e Sharpley (2014:4), há diferença entre 'espaço' e 'lugar', pois o último tem um valor determinado pelas construções sociais feitas e pela interpretação realizada por cada indivíduo.

O sentimento de pertença associado ao espaço rural deve-se à conotação mais transcendental dada à sua paisagem desde o fim do século XVIII e início do século XIX, em simultâneo com a crescente expansão das cidades e da vida urbana, de forma a compensar *"for the increasing spiritual void in (urban) society"* (Sharpley e Jepson, 2011:58). Esta perspectiva contribuiu para uma visão de paisagem romantizada e idílica, com um significado quase utópico, imortalizada também nas artes, que Jepson e Sharpley (2014:2) chamam de *'sense of rurality'*. Völker e Kistemann (2011) e Bull (2006, *in* Sharpley, 2009) destacam este aspecto relativamente aos espaços com elementos aquáticos, sendo que a água religiosamente está ligada a todas as fases de um ciclo de vida.

Do exposto podemos dizer que os meios naturais têm um potencial enorme na promoção da saúde e do bem-estar nas suas variadas dimensões. Existem, principalmente, três formas benéficas do contacto com a natureza e a ruralidade: a observação, o estar próximo e o estar envolvido e/ou em contacto. Nestas categorias incluem-se actividades como caminhadas, ciclismo, natação, escalada, equitação, observação de fauna e flora, contemplação de paisagens, jardinagem, horticultura, actividades comunitárias amigas do ambiente, entre outras. Isto é, actividades adequadas a pessoas de qualquer faixa etária e de qualquer contexto profissional ou socioeconómico, sendo que estas actividades podem ser interventivas ou preventivas.

Todos estes benefícios, ganhos através do contacto com a natureza em espaços rurais descritos anteriormente, podem ser aproveitados para a promoção de produtos de

saúde e bem-estar (Rodrigues *et al.*, 2010). Produtos marcados pela diferença e pela exclusividade destinados a turistas que procuram o descanso, o relaxamento, o exercício e um estilo de vida saudável que não podem encontrar na caótica vida urbana (Altés, 2003; Bell, *et al.*, 2007; Cook, 2008).

1.2. O Turismo em Espaços Rurais (TER)

Como vimos no ponto anterior, são inúmeros os benefícios que os espaços rurais e as suas comunidades podem trazer ao turista.

Esta deslocação ao meio rural é uma viagem com grande história. Desde os séculos XVI e XVII que era apreciada principalmente pelas classes aristocráticas ou mais abastadas (as que podiam viajar), nomeadamente para a prática da caça, pois só mais tarde, a partir das últimas décadas do séc. XVIII e início séc. XIX, a classe média começou a poder desfrutar destas deslocações (Roberts e Hall, 2001; Lane, 2009). Contudo, é só após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que o turismo rural começou a distanciar-se do binómio *resort/hotel*, ganhando um crescimento significativo a partir da década de 70 do séc. XX.

Hoje, de acordo com Kastenholz e Lima (2011), o turismo rural assume-se como um nicho com grande potencial, adaptando-se às novas exigências do mercado, associado com a busca de autenticidade, de um passado nostálgico, de integração no meio rural, da oportunidade de participar em actividades *outdoor* em contexto natural rico e diverso, da beleza cénica ou do descanso.

De acordo com Boyd e Timothy (2003:45), as áreas rurais são dos lugares com mais história e património:

“Rural areas provide the setting for some of the most spectacular heritage attractions. In particular, many of Europe’s most beautiful castles are located outside of major cities because of their historical aristocratic context and the need for large spaces. Other important rural attractions include small villages, rural lifestyles, farm and farmhouses, covered bridges, mines and quarries, archaeological sites of indigenous peoples, and national parks including natural landscapes”.

Boyd e Timothy (2003) referem ainda o património e a cultura como uma das maiores ferramentas no mundo do turismo, sendo fundamental conservá-los, não só pelo seu valor cultural, mas também, *a posteriori*, pelo seu valor económico. Tudo ganha um maior sentido se pretendemos que o turismo em espaços rurais se desenvolva numa oferta forte, coesa e diversa. A cultura e o património constituem um núcleo com enorme importância na diferenciação de destinos turísticos e promoção turística (Meethan, 2001; Ferraz, 2008; Walmsley, 2003; Sousa, 2008), dando uma resposta à procura incessante pela autenticidade (Meethan, 2001; Lanfant *et al.*, 1995).

A valorização e reaproveitamento dos recursos endógenos são essenciais para as áreas rurais, até porque os turistas procuram uma experiência global, que seja flexível e adaptável a cada um. Por isso, segundo Kastenholz *et al.* (2014:44), o sector turístico funciona numa rede em que é necessária a consideração de “(...) outros recursos turísticos, sem preço ou valor de mercado, mas essenciais para a atracção turística”. Esta perspectiva é também salientada por Fons *et al.* (2010:555), referindo que novos

produtos turísticos tendem a combinar os vários recursos de uma área rural de forma a potencializar um produto único.

Silva (2009:90) afirma, por exemplo, “(...) o campo [é um] repositório de uma série de elementos intangíveis, como a calma e a tranquilidade (...)”, que deve ser devidamente valorizado e potencializado, pois o turismo rural compete, cada vez mais, com outras alternativas turísticas crescentes (Rodrigues *et al.*, 2010; Lane, 2009).

É possível verificar que o turismo em espaço rural abraça vários elementos. De acordo com a OMT, é constituído por todo um contexto geográfico distintivo, a nível de património natural, por um património cultural e uma comunidade, bem como por um conjunto de actividades *outdoor* que podem ser exploradas (fig. 2).

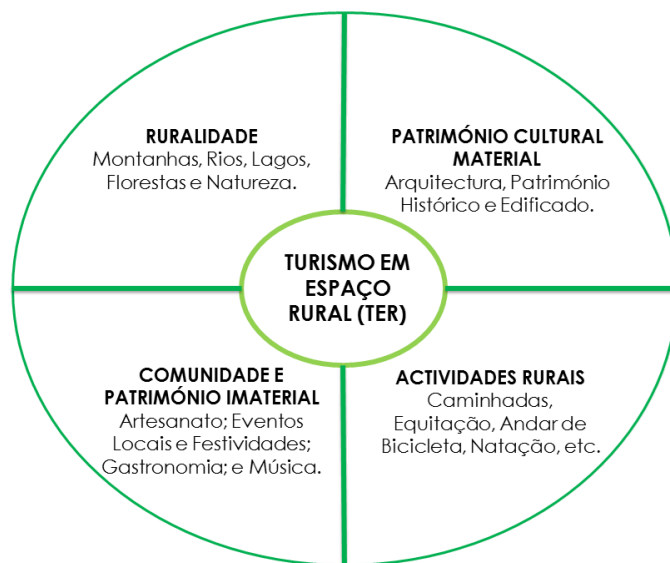


Figura 2: Turismo em espaço rural (TER), (UNWTO, 2004:13).

1.2.1. Desenvolvimento na Europa e em Portugal

A nível económico, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo rural apresenta cerca de 3% das chegadas internacionais, mas com receitas diminutas (*in* CTP, 2005:635). A nível europeu, de acordo com o relatório desenvolvido pela Comissão Europeia (em inglês *European Commission*), em 2013, sobre o desenvolvimento rural (*Rural Development in the EU*), o número de infra-estruturas turísticas a nível da acomodação rural é desigualmente distribuído pelos países membros, sendo 90% centrado na Europa dos quinze (UE-15), em que a França e a Itália representam 40%, seguindo-se a Alemanha, a Espanha e o Reino Unido.

O mesmo relatório confirma que o número de camas disponíveis é maior em regiões predominantemente rurais (32.2%) do que nas urbanas (25.3%). França, Grécia e Áustria correspondem a 27.4% da acomodação rural em toda a EU. Apesar da evolução positiva do turismo em espaço rural em toda a Europa de 2002 a 2012 (com um aumento de cerca de 5%), várias regiões da EU (NUTS 2), tiveram um crescimento negativo¹. Porém, em termos nacionais, somente a França, Chipre e Malta verificaram esse decréscimo.

¹ Cf. Anexo 1.

De acordo com o Turismo de Portugal (2006), o turismo em espaço rural está entre a panóplia de oferta do turismo de natureza. A sua evolução tem sofrido variadíssimas oscilações, verificando-se até um decréscimo a partir de 2012 e uma ligeira recuperação nos últimos anos, como se observa na figura seguinte (dados do Instituto Nacional de Estatística, INE, 2015, 2014, 2013, 2012).

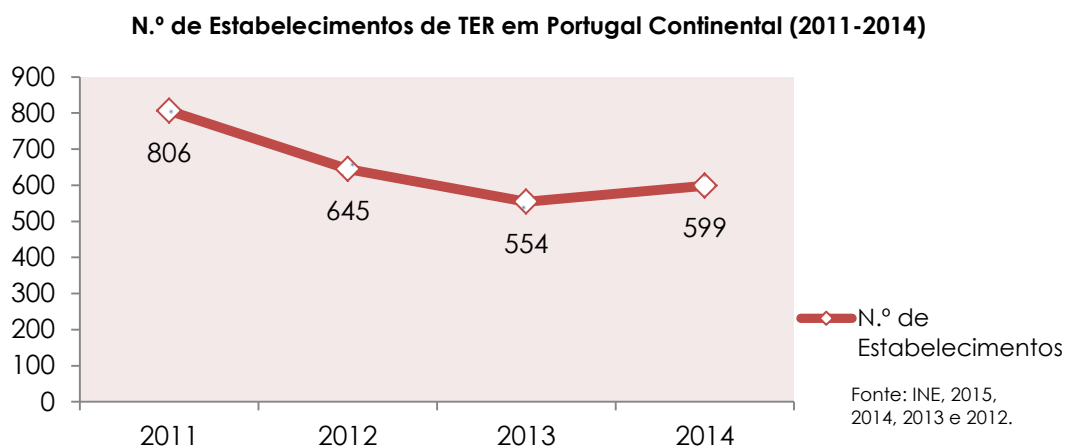


Figura 3: Número de estabelecimentos TER em Portugal Continental entre 2011 e 2014.

Como se observa no gráfico, registou-se um decréscimo acentuado do número de estabelecimentos entre 2011 e 2013 com perda de 252 estabelecimentos em Portugal Continental, seguido de um crescimento entre 2013 e 2014. De acordo com o INE, registou-se um aumento de estabelecimentos (de 656 para 708), do número de quartos (de 4795 para 5257), da capacidade de alojamento (de 10975 para 11130), no número de hóspedes (de 268.5 para 311.5 milhares) e no número de dormidas (de 624.4 para 730.9 milhares). Contudo, tal como na Europa, a nível nacional a distribuição espacial do número de estabelecimentos de TER não é igualitária, como podemos verificar na fig. 4.

Distribuição do N.º de Estabelecimentos de TER em Portugal (2014)

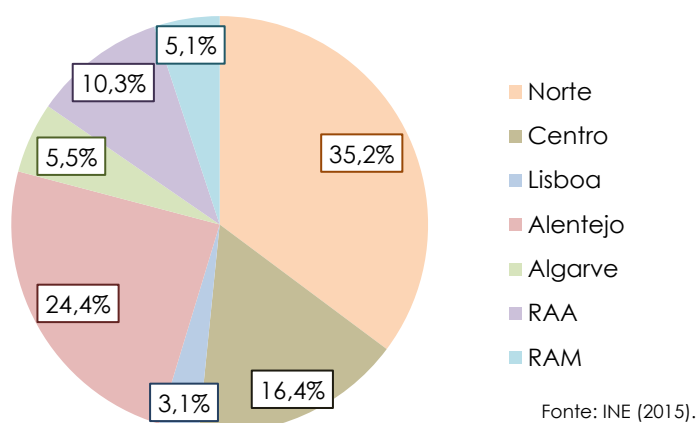


Figura 4: Distribuição do número de estabelecimentos TER em Portugal (NUTSII) em 2014.

O gráfico mostra a distribuição irregular do número de estabelecimentos, sendo o Norte (35.2%) e o Alentejo (24.4%) as regiões onde o turismo em espaço rural se

destaca. Já Lisboa, as Ilhas dos Açores e da Madeira são as regiões em que esta forma de turismo tem menos expressão no contexto nacional.

Mais recentemente, no *5th European Congress On Rural Tourism*, Ehrlich (2014) refere que, a nível europeu, no ano de 2014 existiam mais de 500 mil estabelecimentos, envolvendo cerca de 5 a 6 milhões de camas e representando 15% da capacidade de toda acomodação hoteleira na Europa. Saliente-se que 20% da acomodação está associada ao agroturismo, imperando o *self-catering* em cerca de 80%, embora em Portugal o agroturismo ainda esteja pouco desenvolvido. No mesmo congresso ficou patente a necessidade de diversificar os mercados e a oferta, bem como de aumentar a valorização e a visibilidade das características próprias do meio rural. Esta preocupação é clara também em Portugal (ver as publicações do Turismo de Portugal e o *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, PENT), vincando-se a necessidade de diversificar a experiência em âmbito rural e, mais recentemente, no *Turismo 2020: Plano de Acção para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, salientam-se as carências verificadas na valorização do património e na dinamização do potencial turístico das regiões naturais/rurais (Turismo de Portugal, 2014).

1.2.2. Tipos de TER em Portugal e actividades desenvolvidas

De acordo com a CTP (2005:634), a nível da oferta, em Portugal, o turismo em espaços rurais define-se como:

“(...) o conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. Compreende os serviços de hospedagem prestados nas modalidades de ‘turismo de habitação’, ‘turismo rural’, ‘agroturismo’, e ultimamente ‘casas de campo’, ‘turismo de aldeia’ e ‘hotéis rurais’”.

De acordo com o Governo Português, através dos Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Decreto-lei N.º39/2008²), mais recentemente, a classificação dos empreendimentos turísticos para acomodação em espaços rurais é semelhante às modalidades descritas pela CTP:

- **Casas de Campo** são os imóveis rurais que prestam serviços de alojamento;
- **Turismo de Aldeia** é quando cinco ou mais imóveis rurais funcionam de forma integrada numa mesma aldeia ou freguesia;
- **Agroturismo** engloba os empreendimentos turísticos inseridos no meio rural, mas também agrícola, permitindo ao turista acompanhar ou até mesmo participar em alguma actividade desenvolvida de acordo com o responsável;
- **Hotéis Rurais** estão inseridos em espaços rurais podendo ser novos edifícios ou não, mas que respeitam e estão em sintonia com a paisagem do mundo rural.

Apesar de não ser referenciada na última legislação, é importante referir a modalidade de **turismo rural** que, segundo Cunha (2007), se diferencia dos outros imóveis rurais devido ao uso simultâneo do imóvel como habitação por parte do

² Decreto-Lei N.º 39/2008, de 20 de Agosto, Ministério da Economia e da Inovação (Diário da República N.º160/2008, Série – 1º de 20 Agosto 2008).

proprietário. Esta referência é fundamental pois esta modalidade ainda é referenciada a nível estatístico pelo INE como parte integrante da oferta de turismo em espaço rural.

Finalmente, o **turismo de habitação**, definido como empreendimentos de grande valor arquitectónico, histórico ou artístico, como palácios e solares, que poderá ser explorado em âmbito rural ou urbano³.

Qualquer dos empreendimentos inseridos nas modalidades anteriores tendem a incluir traços arquitectónicos ou históricos característicos da região. Adicionalmente, estas modalidades de turismo rural tendem a envolver as comunidades locais, até porque muitos dos empreendimentos são negócios familiares (Loureiro, 2010; Silva, 2009).

Devido à grandiosidade do património existente nos espaços rurais, muitas actividades recreativas acabaram por se desenvolver mesmo não estando intimamente ligadas ao “mundo rural”, fazendo com que estes espaços se tornassem ainda mais complexos, mas, concomitantemente, mais atractivos (Rodrigues *et al.*, 2010; Roberts e Hall, 2001; Lane, 2009). Este último autor destaca as modalidades turísticas de nicho que se podem realizar em áreas rurais, indo até alguns dos micro-nichos associados ao meio rural e ambiental desenvolvidos por Robinson e Novelli (2005), como: o ecoturismo, o turismo de natureza, o agroturismo e as quintas, o turismo activo, de aventura e desportivo, o turismo equestre, o turismo cultural e o turismo gastronómico (incluindo o enoturismo). Contudo, a interligação entre estas actividades é nítida, inata ao meio e adequada a qualquer faixa etária e gosto pessoal. De entre as actividades, que variam com o grau de intensidade ou esforço (Rodrigues *et al.*, 2010; Roberts e Hall, 2001), destacam:

- (1) Actividades *outdoor*: caminhadas, percursos pedestres, exercício físico ao ar livre, passeios a cavalo ou de jipe, andar de bicicleta e actividades aquáticas (pesca, natação, passeios de barco);
- (2) Actividades desportivas (em contextos naturais ricos e diversos): escalada, *canyoning*, *trail-running*, *geocatching*, mergulho e pesca de competição;
- (3) Actividades culturais: visitas a áreas históricas com elevado valor em património arqueológico, visitas a pequenas vilas e comunidades locais, participação em feiras, festas e outros eventos tradicionais (muitos deles religiosos ou agrícolas) e degustação de produtos locais;
- (4) Actividades ligadas à saúde e ao bem-estar: SPAs, termas e outras actividades de contemplação, como observação da paisagem, da fauna e da flora (e.g., aves e cetáceos) (Roberts e Hall, 2001:2).

Este tipo de actividades também é salientado por Loureiro (2010) em relação ao turismo rural português, ressaltando as várias actividades de cariz agrícola, como a viticultura, a degustação de produtos regionais e o artesanato. Estas actividades tornam-se essenciais para o aumento da satisfação dos turistas, para exceder as suas expectativas ou, segundo o autor, para o aumento do “*consumer’s delight*”, que poderá influenciar uma maior lealdade por parte dos turistas e, por isso, diminuir os aspectos menos positivos ou deficitários,

³ Devido à arbitrariedade da localização desta modalidade, a mesma será excluída dos dados apresentados neste ponto.

1.2.3. Benefícios e Preocupações

O turismo assume um grande papel nas áreas rurais, um papel revitalizante devido à perda de valor económico do sector primário (principal actividade e fonte de rendimento nestes espaços) que levou à sua desertificação (Roberts e Hall, 2001; Rodrigues *et al.*, 2010; Sousa, 2008; Lane, 2009).

Os benefícios do turismo para os meios rurais são variados, como: a diversificação da economia e das actividades já existentes; o aumento de divisas disponíveis para a preservação da cultura local; o acréscimo no investimento privado e público; mais emprego e melhoria de outras infraestruturas (Roberts e Hall, 2001; Eusébio e Figueiredo, 2014; Silva, 2009; Lane, 2009; UNWTO, 2004). Para Fons *et al.* (2010), o turismo rural tende a ser mais estável em termos de flutuações económicas, ao contrário do que ocorre no turismo de massas, para além do menor risco associado (devido ao investimento mais reduzido) e da realização mais rápida do investimento efectuado.

Esta estratégia tem sido dinamizada por diversos instrumentos de apoio, como os programas comunitários europeus, nomeadamente o LEADER e o FEADER e, mais recentemente, pelo *Programa de Desenvolvimento Rural* (PDR) 2014-2020. Estes programas referem que o turismo e outras actividades, principalmente a agricultura, podem trabalhar em uníssono. Além disso, os programas e vários autores salientam que o desenvolvimento sustentável é a única forma do turismo manifestar a sua capacidade revitalizadora nestas áreas rurais.

De facto, se este desenvolvimento não for controlado e bem planeado numa perspectiva plena, também pode trazer aspectos negativos, como a distorção ou destruição da identidade e da cultura local, a degradação do património ou a redução dos benefícios económicos, se o desenvolvimento não envolver a população local (Macleod, 2005; Novelli e Benson, 2005; Roberts e Hall, 2001).

Elementos culturais e identitários são, muitas vezes, remodelados para irem de encontro com o perfil dos turistas, provocando inúmeras consequências, como uma percepção errada da realidade em questão, afectando a memória social, que pode até afectar a própria memória dos locais (Urry 1995). A destruição da cultura da comunidade de acolhimento pode ser uma realidade, sobretudo nas regiões mais desfavorecidas (como as áreas rurais), devido à sua dependência em relação ao exterior (Meethan, 2001; Britton, 1999; Roberts e Hall, 2001; Ferraz, 2012).

É difícil, mas é necessário, encontrar um equilíbrio na utilização dos recursos, que acompanhe o desenvolvimento das sociedades (Eusébio e Figueiredo, 2014), pois segundo Covas (2005:84) “(...) os valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos do mundo rural são um bem público inestimável cuja fragilidade importa contrariar a todo o custo”. Para além disso, é necessário contar que nem todo o mundo rural tem a potencialidade de se desenvolver turisticamente (Roberts e Hall, 2001). Mesmo havendo potencialidades, é fundamental identificar as características do meio. Muitas até podem ser frágeis e desaconselháveis para o turismo, sendo necessária uma política de progresso consciente (Roberts e Hall, 2001; Lane, 2009), até porque o turismo não pode ser visto como a solução de todos os problemas (Walmsley, 2003;

Sousa, 2008), pois às vezes funciona somente como um “(...) revelador de fragilidades em termos da criatividade sobre os territórios (...)” (Sousa, 2008:11).

Para um desenvolvimento sustentável, segundo Eusébio e Figueiredo (2014:56), é necessário: (1) analisar as necessidades do destino turístico rural; (2) identificar as potencialidades, oportunidades, fraquezas e ameaças do desenvolvimento turístico na região; (3) identificar a forma de turismo mais adequada, indo de encontro, não só às necessidades da região, mas às dos turistas; (4) definir a capacidade de carga do destino; (5) desenvolver estudos de mercado e uma mensagem ou campanha de *marketing* eficaz; (6) acompanhar todo o desenvolvimento turístico, na óptica do turista e dos locais; (7) implementar medidas para o aumento da satisfação e fidelização dos turistas.

Estes princípios para o desenvolvimento turístico sustentável em espaços rurais vão de encontro ao que Covas (2006:108) define como “segredo da segunda modernidade”, ou seja, encontrar um “(...) ponto de equilíbrio entre produção, conservação e recreação, os três polos da nova economia do desenvolvimento rural (...)”, bem como as três dimensões de desenvolvimento sustentável apresentadas por Sousa (2008), Barros (2010) e Middleton e Hawkins (1998), correspondentes aos níveis económico, social e ambiental. Esta perspectiva sustentável é transposta para o turismo rural por Fons *et al.* (2010) e Carvalhinho *et al.* (2013) referindo que é necessário preservar os recursos, a diversidade natural e a autenticidade das culturas locais em todos os aspectos, bem como salvaguardar a viabilidade económica de longo prazo, com uma distribuição equitativa dos benefícios entre todos os *stakeholders*, aumentando (através do diálogo) a consciencialização de todos para a valorização destes espaços evitando a massificação dos mesmos (Covas, 2005).

O envolvimento da comunidade local torna-se também essencial no desenvolvimento do turismo em espaços rurais (Novelli e Benson, 2005), tanto mais que os seus modos de vida são objecto de apreciação por parte dos turistas (Roberts e Hall, 2001; Kastenholz *et al.*, 2014; Eusébio e Figueiredo, 2014; Carvalho *et al.*, 2011; Fons *et al.*, 2010; Kastenholz e Lima, 2011; Sousa, 2008). A boa hospitalidade é uma característica realçada pelos turistas em meio rural, havendo também uma visão positiva entre as comunidades na recepção de turistas.

Além disso, é necessário uma promoção da oferta do meio rural adaptada às novas exigências dos turistas, através de uma estratégia de *marketing* forte e eficiente que possa aumentar o grau de satisfação dos turistas em espaços rurais (Loureiro, 2010). Todavia, Walmsley (2003) refere que há uma má promoção dos destinos rurais, sendo necessário não só o entendimento do turista, que visita estas áreas e as rápidas mudanças nos hábitos de consumo da sociedade, mas também das comunidades para que realmente sintam os benefícios que uma actividade como o turismo pode trazer. Nesta linha de pensamento Lane (2009) destaca que os empreendedores do turismo rural precisam de tirar o maior partido das ferramentas de *marketing* e de promoção turística, salientando que é necessário compreender o imaginário que o turista tem do mundo rural para que a sua actividade de empreendedores não traga malefícios.

No contexto nacional, a falta de associativismo é um factor importante a contrariar o desenvolvimento coeso e uma promoção coerente do turismo rural, apesar da

existência de algumas iniciativas como a TURIHAB (Associação do Turismo de Habitação), a PRIVETUR (Associação Portuguesa de Turismo de Habitação), a ATA (Aldeias de Portugal), a Solares de Portugal, a Madeira Rural (Associação do Turismo em Espaço Rural na Região Autónoma da Madeira), entre outras. Silva (2009) identifica a importância destas associações na criação, melhoramento e requalificação de unidades turísticas, na criação de linhas de comunicação entre vários proprietários, para combater a falta de qualificação profissional no ramo ou na promoção (focada em campanhas publicitárias na *Internet* ou em plataformas electrónicas), como é o caso da recente CENTER, Central Nacional do Turismo em Espaço Rural.

Na promoção de um destino turístico é necessário desenvolver uma mensagem correcta, tendo em conta segmentos turísticos particulares, ou seja, atendendo ao perfil e às motivações do turista. Logo, a motivação torna-se um conceito-chave no mundo turístico, pois os turistas são atraídos para determinados destinos ou consomem um produto turístico de acordo com as motivações pessoais (Moutinho, 2010; Roberts e Hall, 2001; Chen *et al.*, 2008). Um destino é competitivo se conseguir atrair e satisfazer potenciais turistas (Enright e Newton, 2004); por isso, compreender o comportamento do consumidor é fundamental para a segmentação de mercado e para atingir o público-alvo, sendo um ponto destacado por Silva (2009) em relação à elaboração das campanhas publicitárias do TER em Portugal. Tendo em conta o que foi referido, irá ser abordada esta questão mais detalhadamente num ponto deste capítulo (motivação, comportamento e perfil dos turistas), que ajudará a fazer a ponte entre dois segmentos distintos, ou seja, o turismo em espaço rural (TER) e o turismo de bem-estar.

Capítulo II – Do TER ao Turismo Rural de Bem-Estar

2.1. Turismo de Saúde e Bem-Estar

Outro grande nicho turístico é o turismo de saúde, que reflecte as alterações das sociedades a nível económico, demográfico e social. O envelhecimento da população, um maior poder económico e um superior acesso à informação são factores também determinantes no segmento da saúde, similares a outros nichos (Altés, 2003; Chen *et al.*, 2008).

O conceito surge nos inícios da década de 80 do séc. XX, acompanhando as novas exigências do mercado turístico relativamente à busca de benefícios a nível educacional, psicológico, físico e espiritual durante a viagem (Silva, 2012; Chen *et al.*, 2008). Este nicho turístico emerge devido à privatização e internacionalização dos serviços médicos, fazendo com que o próprio indivíduo seja activo no processo de promoção da saúde e tenha uma crescente preocupação pela mesma e pelo estético, por querer cumprir um estilo de vida equilibrado e evitar os altos níveis de *stress* sentidos no dia-a-dia. Para além disso, a falta de alguns valores sociais e comunitários, a perda de valor das religiões mais formais, a descrença nalguns tratamentos médicos tradicionais e a valorização de terapias alternativas, contribuiu para o seu desenvolvimento (Gustavo, 2010; Novo, 2014; Altés, 2003; Cook, 2008; Voigt *et al.*, 2011; Smith e Kelly, 2006a).

Com a expansão das cidades e com a melhoria dos meios de transporte, durante os séculos XVIII e XIX, as pessoas procuram lugares ainda mais distantes, como *resorts* costeiros mais resguardados, mas também destinos com um clima mais quente em busca do sol (Cook, 2008). A busca pelo sol persistiu durante o século XX, mas a busca pela saúde ou pelo bem-estar não se pauta hoje somente pela busca do sol e de águas termais ou medicinais. Até as tradicionais termas, presentes também em Portugal, contemplam actualmente intervenções cirúrgicas, terapias e/ou outros tratamentos em busca do relaxamento, que correspondem a muitos dos espaços designados por *SPA* (*Salut per Aqua*) (Gustavo, 2010). O declínio do turismo termal tradicional de carácter popular, associado ao cliente sénior, acaba por ser dominado pelo turismo de bem-estar, com início na Itália, Alemanha, Espanha e, mais tarde, noutros países, como a Hungria, a Bélgica e a Suíça (CTP, 2005). Cook (2008) afirma que neste nicho turístico se inclui um conjunto enorme de serviços, tratamentos e actividades que acabam por se misturar com outras actividades turísticas, fomentando, em simultâneo, o lazer, o recreativo e a educação.

Segundo Gustavo (2010:191) na viragem do século verificou-se uma diversificação da oferta neste nicho turístico, pois “A par da visão patogénica da saúde e dos serviços associados, este mercado contempla presentemente um novo leque de serviços, agora centrados numa abordagem holística do corpo”, também devido ao desenvolvimento científico e tecnológico que actuou como agente de homogeneização, reinvenção e hibridação de práticas já existentes. Este autor salienta que este desenvolvimento também se deve à emergência da ideologia associada ao ‘bem-estar’, acabando por reavivar práticas antigas sob “(...) o signo holístico do bem-estar, onde o indivíduo é moralmente responsável pela procura do seu melhor *setup* físico e psíquico determinante na performance do seu dia-a-dia” (ob. cit.:193).

O ‘turismo de saúde’ surge como conceito geral para englobar as várias vertentes que este nicho turístico pode assumir (Voigt *et al.*, 2011), fazendo com que vários nichos turísticos se sobreponham (Cook, 2008; Voigt, 2013). Porém, actualmente aceita-se a sua divisão entre turismo médico e turismo de bem-estar, devido a algumas características diferenciadoras, apesar de por vezes os dois se sobreporem (Voigt, 2013; Voigt *et al.*, 2010; Mueller e Kaufmann, 2001; Voigt *et al.* 2010; CTP, 2005; Turismo de Portugal, 2006).

2.1.1. Turismo Médico

O turismo médico destina-se aos turistas que viajam para receberem um tratamento específico, por necessidade de uma intervenção mais invasiva ou não, como também a turistas que já se encontram enfermos a nível físico ou psicológico (Voigt *et al.*, 2011; Novo, 2014; Governo de Portugal, 2014; Cook, 2008; Terry, 2007). Neste segmento turístico é importante referir que prevalece o paradigma ou modelo biomédico da medicina, ou seja, o foco tende a estar na doença ou na condição a melhorar, sendo a mesma objectiva e observável (Voigt, 2013).

É peculiar no mundo do turismo porque envolve dor e recuperação de uma condição que viaja com o paciente, aspectos que não estão directamente associados ao mundo do lazer. Porém, associada à doença, há a necessidade do alívio sendo que, mais do que em qualquer outra forma de turismo, temos de compreender que a experiência turística se estende para além da própria viagem. Muita das vezes a deslocação deve-se às particularidades dos sistemas de saúde dos países de origem dos turistas. A falta de condições, os elevados custos, as restrições legais ou culturais que existem em relação a alguns tratamentos, a necessidade de isolamento e privacidade, as longas listas de espera e a falta de seguro de saúde, são alguns dos motivos para as pessoas se deslocarem a outros países que oferecem condições mais vantajosas (Altés, 2003; Novo, 2014; Governo de Portugal, 2014; Cook, 2008).

Segundo o Turismo de Portugal (2006) este segmento representa somente 20% do mercado do turismo de saúde, mas com uma projecção de crescimento de 5 a 10%. Mais recentemente, segundo dados colectados pelo Governo de Portugal (2014), através do relatório de McKinsey (2012) para 2009, o valor de mercado rondava os 10 a 13 milhões de euros e o número de clientes situava-se entre os 4 e 5 milhões, mas com uma taxa de crescimento na ordem de 10 a 15%. De acordo com o Turismo de Portugal (2006), estima-se que até 2016 o volume de viagens atinja os 6 milhões por ano. Apesar destes dados atractivos existem alguns constrangimentos no desenvolvimento deste segmento turístico, tais como: os burocráticos (com entraves no financiamento e investimento estrangeiro neste sector), as diferenças nos seguros e taxas, a diferenciação em infraestruturas, recursos humanos e ‘*know-how*’ (Altés, 2003; Terry, 2007).

2.1.2. Turismo de Bem-Estar

Ao contrário do turismo médico, o turismo de bem-estar pauta-se pela busca de uma experiência mais plena e completa. O motivo que leva o turista a viajar é manter ou

melhorar a sua saúde e não curar alguma condição já diagnosticada (Turismo de Portugal, 2006; Voigt *et al.*, 2011; Voigt, 2013; Mueller e Kaufmann, 2001; Chen *et al.*, 2008). É necessário considerar as várias dimensões do bem-estar, salientadas anteriormente, para compreender este segmento turístico, pois “*wellness tourists are looking for a psychological, spiritual, or physical transformation of the self ... [including] meditation, contemplation of one’s life, experiencing peace and calmness, as well as a sense of renewal*” (Voigt *et al.*, 2011:26).

Voigt (2013) refere que o bem-estar tem que ser visto numa perspectiva de um cuidado, onde o indivíduo tem um papel mais activo, estando o foco em resultados a longo prazo, de maneira não-invasiva, marcado pela promoção e busca de um equilíbrio pleno. Adicionalmente, existe uma maior heterogeneidade no tipo de recursos utilizados.

O termo ‘turismo de bem-estar’ surge na literatura fortemente associado a certos estabelecimentos como os diversos tipos de SPAs, *resorts* e outros, especialmente desenhados para promover o bem-estar nas suas várias dimensões, incluindo massagens, tratamentos corporais, alimentação *gourmet* e actividade física (Chen *et al.*, 2008; Gustavo, 2010; Voigt *et al.*, 2010; Voigt *et al.*, 2011; Mueller e Kaufmann, 2001). Esta associação deve ao facto de terem sido os primeiros produtos turísticos a dar resposta à crescente procura pelo bem-estar (Chen *et al.*, 2008).

Em estudos realizados por Voigt *et al.* (2010), Voigt *et al.* (2011) e Voigt (2013), foram identificados 3 tipos principais de estabelecimentos: (1) os ‘*beauty resorts*’ ou SPAs (que segundo a ISPA, *International SPAs Association*, in CTP, 2005:640 e Gustavo, 2010:198, podem ser classificados em 7 tipos: ‘*day SPA*’, ‘*destination SPA*’, ‘*medical SPA*’, ‘*mineral springs SPA*’, ‘*hotel/resort SPA*’, ‘*cruise ship SPA*’), ligados a tratamentos faciais e corporais não invasivos; (2) os ‘*lifestyle resorts*’, locais com foco no cumprimento de programas delineados para adopção de um estilo de vida mais saudável; (3) os ‘*spiritual resorts*’, onde a atenção se centra na busca de um alívio espiritual (podendo ser religioso ou não). A ISPA exclui várias outras actividades lúdicas e educacionais, que podem ser exploradas fora de alguma infra-estrutura, intimamente ligadas com estabelecimentos de luxo, que, frequentemente, nem se localizam próximo de ambientes naturais, mas que são descritos como “*aesthetically pleasing [and] lush*” (Voigt *et al.*, 2010:17).

2.2. Perfil e Motivações dos Turistas

Segundo Moutinho e Ballantyne (2010:83), o comportamento do consumidor refere-se ao “*process of acquiring and organising information in the direction of a purchase decision and using and evaluating products and services*”, o que, segundo Hudson (2008), é influenciado pelas motivações, cultura, idade, género, classe social e estilo de vida do turista. Segundo Chen *et al.* (2008:107) existem dois tipos de necessidade do turista: uma associada ao desejo de eliminar algum *deficit* (‘*restoration*’), outra relacionada com a vontade de acrescentar algo de novo à sua vida (‘*enhancement*’).

Ao longo dos anos vários investigadores tentaram identificar o comportamento dos turistas, criando tipologias específicas para facilitar a segmentação do mercado. Cohen (1972) identifica quatro tipos de turistas, de acordo com o grau de planeamento da viagem e da sua individualidade. Plog (1977) tentou identificar turistas através da ligação entre os seus traços de personalidade e o seu comportamento, acabando por colocá-los num espectro com dois extremos: os psicocêntricos (turistas focados na sua individualidade, introvertidos e que acabam por não se aventurar para além do perímetro das unidades de alojamento) e os allocêntricos (turistas abertos, curiosos, aventureiros que desejam conhecer a cultura e interagir com a comunidade local). Mais recentemente Urry (2002, *in* Swarbrooke e Horner, 2010:85-88) identifica somente o ‘pós-turista’, associado à cultura e ao tempo pós-moderno. O autor realça que não existem formas ou produtos turísticos específicos para atrair o turista, na medida em que aquele acaba por saltitar entre actividades, atrações e diferentes tipos de férias.

Apesar das inúmeras tipologias e das suas limitações, aquelas continuam a ser importantes para o marketing turístico, ao contribuírem para a tomada de decisão sobre o desenvolvimento de produtos, preços e campanhas de promoção, apesar, segundo Swarbrooke e Horner (2015), da natureza volátil da sociedade dos nossos dias. É através da identificação do turista que os *marketeers* conseguem proporcionar uma oferta personalizada, pois, segundo Kastenholz *et al.* (2014:47), tudo aponta para o “(...) grande potencial dos territórios rurais no desenvolvimento de diversas experiências adaptadas a distintas motivações e perfis de visitantes, com base nos seus vários recursos endógenos”, havendo a possibilidade (de acordo com Roberts e Hall, 2001:141) “*for a number of niche markets offering specialist activities in rural areas*”. Só assim é possível o desenvolvimento de “*more niche products that cater for the specific markets with special interests such as the health and wellbeing [...] markets*” (Karyopoulou e Koutra, 2013:55).

2.2.1. O Turista em Espaço Rural e o Turista que Procura o Bem-Estar

No âmbito do turismo rural as principais motivações são o contacto com a natureza, o relaxamento e o afastamento da vida urbana stressante. Porém, uma experiência turística tem que ser analisada de acordo com três fases, ou seja, a de planeamento, a que ocorre durante a viagem e a pós-viagem. Com esta premissa Kastenholz e Lima (2011) identificaram vários aspectos relativos às três fases de uma experiência turística em âmbito rural. Primeiramente, detectaram as ligações iniciais que o viajante faz sobre o meio rural, das quais se destacam: a natureza e a ruralidade como sinónimos; a beleza do cenário; a agricultura; a pureza do contexto e o ambiente saudável e revitalizante associado ao estilo de vida equilibrado; uma cultura autêntica. Todos estes aspectos são importantes reflectindo-se nas motivações da viagem, com destaque para: o meio natural; a busca pela natureza e pelo meio rural (em contraste com o da cidade); a necessidade de fuga para um meio novo, em busca da tranquilidade, do descanso e do ar puro (ligados ao bem-estar); o poder estar com a família e conhecer a comunidade local. Após a viagem, os aspectos que mais se realçam são, definitivamente: a paisagem; a

natureza; as actividades, como a caminhada e o pedestrianismo; o contacto com a cultura local, com destaque para as tradições, os costumes e a gastronomia.

Sharpley (1999, *in* Roberts e Hall, 2001:133) e Kastenholz (2000, *in* Roberts e Hall, 2001:140-141) identificam quatro categorias de turistas em âmbito rural, tendo em conta os seus hábitos de consumo, práticas e relação com as comunidades locais, destacando-se entre as mesmas: a procura do alívio do *stress* e o prazer hedonístico associado ao meio rural e a lugares calmos, quietos, isolados ou propícios para a aventura; a concretização de objectivos inter-pessoais, como a integração; a valorização da natureza, a sua conservação e os benefícios que podem ser adquiridos no contacto com a mesma.

Associado ao turismo de bem-estar, Voigt *et al.* (2010), Voigt *et al.* (2011) e Voigt (2013) identificam alguns perfis distintos ligados aos três tipos de estabelecimentos (descritos em ponto anterior): os '*beauty resorts* ou *SPAs*', os '*lifestyle resort*' e os '*spiritual resorts*'. Esta diferenciação relaciona-se com diferenças na idade do turista e com os acompanhantes de viagem, sendo os frequentadores dos '*beauty resorts*' mais jovens (cerca de 34 anos, em média) e viajando com familiares, enquanto os últimos dois tipos de estabelecimentos são frequentados por turistas de uma faixa etária mais elevada (55 ou mais anos), viajando apenas com mais um familiar e/ou amigo ou até mesmo sozinhos. De qualquer forma, estes tipos de turista têm um elevado nível de formação, principalmente os utilizadores do '*spiritual resorts*' que possuem uma educação a nível universitário.

Mais que noutros nichos turísticos, é fundamental explorar o conceito de 'benefícios', pois ajuda a segmentação do mercado. Voigt *et al.* (2011), com base em Frochot e Morrison (2000), refere que existem os benefícios procurados (ligados à motivação) e os benefícios alcançados (relacionados com o grau de satisfação da experiência turística). Segundo os autores, o turista que procura o bem-estar deseja um 'escape', relaxar, melhorar o bem-estar físico e mental, encontrar algo novo, recuperar a autoestima e necessita de autoindulgência. Já Chen *et al.* (2008:111) identifica que neste nicho turístico as principais motivações são a busca pelo descanso e o relaxamento, a realização de múltiplas actividades, a recreação e o contacto com a natureza. Para estes autores, os turistas que procuram o bem-estar têm uma grande consciencialização sobre a sua saúde, procurando um maior equilíbrio a nível psicológico.

Globalmente as motivações não se distanciam das do turista em espaço rural e são corroboradas pelo Turismo de Portugal (2006a:19) em relação às actividades e desejos que os turistas internacionais procuram, com base na informação do *European Travel Monitor* (IPK), destacando-se, por ordem: as caminhadas, a natação, o relaxamento, a descoberta da natureza e da paisagem, o desfrutar de programas de *SPA*, o *sightseeing* e a visita de locais de interesse, as massagens, o 'desligar', o degustar e apreciar as refeições, o exercício físico, o cumprimento de uma alimentação saudável, a redução do *stress* e, em último lugar, apreciar a acomodação e os tratamentos de beleza.

De acordo com a Confederação do Turismo Português (2005:635), o turista em espaços rurais tende a ter um nível educacional mais alto, com um gosto particular não só pelo contacto com natureza (fauna e flora) no campo, mas também pelas actividades, pelas comunidades locais e pela cultura com intuito de alargar os seus horizontes.

Normalmente tendem a ser adultos na casa dos 30 anos (*DINKS, Double Income and No Kids*), séniores e ‘*empty nesters*’. O Turismo de Portugal (2006a), na sua análise do turismo de natureza (na qual inclui o turismo em espaço rural), corrobora o perfil atrás descrito, adicionando os jovens entre os 20 e 24 anos que procuram principalmente a actividade física e o desporto em contacto com a natureza (consumidores de *Natureza Hard*). Os frequentadores tradicionais das termas são os *Empty Nesters* ou seniores; contudo, os dos *SPAs* têm menor idade média (36 anos), opinião também suportada por Gustavo (2010). O factor realmente distintivo no perfil do turista que procura a saúde e o bem-estar e do turista em ambiente rural é a escolha do tipo de acomodação, mas, como indicado anteriormente, este é um factor com importância reduzida.

De acordo com a revisão da literatura efectuada, há muitos elementos a unir os dois tipos de turista supracitados. Os factores demográficos e socioeconómicos são quase idênticos. A maioria dos turistas está na faixa dos 30 anos de idade e têm uma maior independência para viajar. Verifica-se somente uma excepção no turismo rural onde podem surgir turistas mais jovens, que pretendem explorar o mundo rural através da prática desportiva ou de actividades de aventura. A nível de actividades e das motivações, a grande excepção é o turista que procura o bem-estar não manifestando um elevado interesse em aprender ou envolver-se em actividades culturais, apesar de ter curiosidade em visitar aquele tipo de locais e de provar a gastronomia local. Adicionalmente, o que também poderá afastá-lo do turista rural é a procura por tratamentos de beleza e cuidado pessoal utilizando, por exemplo, *SPAs*, massagens ou outros procedimentos semelhantes⁴.

2.3. Definição de Turismo Rural de Bem-Estar

Novos micro-nichos do turismo de bem-estar surgiram recentemente para combater as exigências do turista pós-moderno. A falta de contacto com um mundo mais natural, é uma falha, que gradualmente tem sido combatida pela indústria do turismo de bem-estar (Chen *et al.*, 2008). De facto, os *SPAs* e *resorts* (de acordo com Voigt, 2013) também são vistos como propriedades fechadas, onde os turistas têm de cumprir calendarizações, horários e regras restritas, ignorando, segundo Cook (2008:8) “*how an individual constructs their own embodiment, condition and treatment*”. Voigt (2013) destaca outros recursos que acabam por estar ligados ao turismo de bem-estar para além das infra-estruturas turísticas, como: os recursos naturais (incluindo o clima, cenários montanhosos, jardins, caminhadas de pés descalços, etc.), os espaços histórico-culturais e os eventos ligados, por exemplo, à comunidade. Estes aspectos expandem a concepção de turismo de bem-estar, indo de encontro aos salientados pelo *cluster* do produto de turismo de saúde e bem-estar desenvolvido por Silva (2012:22), que identifica quatro categorias principais de recursos: recursos turísticos internos (património); equipamentos turísticos (alojamento, restauração e espaços lúdico-recreativos e comerciais); produtos turísticos complementares (de natureza ou culturais); e infra-estruturas de apoio,

⁴ Cf. Anexo 2.

Recentemente têm surgido novos micro-nichos destacando o turista que procura o bem-estar de uma forma mais experiencial, dando uma dimensão distinta a todos os recursos descritos anteriormente e acabando por se afastar um pouco do binómio *SPA/resort* ou do perímetro dos estabelecimentos. De acordo com Smith e Kelly (2006a) essas mesmas dimensões vão de encontro a algumas das motivações acima indicadas e às actividades associadas, como sejam: a necessidade de escape e de relaxamento (que pode ser encontrada numa praia ou montanha), a vontade de experienciar (por exemplo, a participação de festividades), o objectivo de se auto-encontrar (que pode ser conseguido através da contemplação de paisagens), o desejo de encontrar uma reconciliação espiritual ou a apetência de ajudar uma comunidade (por exemplo, através de voluntariado e participação em eventos de beneficência ou caridade).

Diversos autores apontam o turismo holístico como um novo micro-nicho do turismo de bem-estar, abarcando ‘outras’ dimensões. De acordo com Smith e Kelly (2006), Smith (2003) e Seabra *et al.* (2014), o turismo holístico surge como forma de responder à procura do ‘eu’ e da auto-reconciliação, tendo necessidade de ir para locais mais longínquos, fora da esfera urbana. Esta procura do ‘eu’ associa-se também à busca de outros saberes e conhecimentos. Uma ligação espiritual, desligada hoje em dia das religiões formais, que acaba por ser o motor para um bem-estar holístico harmonioso. Para tal, este micro-nicho acaba por se envolver em outras actividades, para além das terapias ligadas à medicina alternativa (como a acupunctura e a reflexologia), como: a visita de locais mais naturais (muitas vezes vistos como mais puros e sagrados), o envolvimento com as comunidades locais e a partilha dos seus saberes, o abraçar de actividades culturais, fazer voluntariado (ligando-se com o turismo voluntário) e acabando por fugir à ideia do turista que procura um melhor bem-estar desejar somente o isolamento (Smith e Kelly, 2006; Smith, 2003). Partilhando um pouco das características do turismo holístico, Person e Komppula (2010:150) e Kuno *et al.* (2010) apresentam-nos um outro micro-nicho turístico, com base em Sheldon e Bushell (2009), designado por ‘*wellbeing tourism*’. Este conjunto tem uma ligação quer ao meio natural quer a uma cultura. Esta ideia tende a quebrar a conexão que existe no meio do turismo de bem-estar “*As wellness tourism is usually connected to luxury products and five-star hotels*”, como tem vindo a ser destacado, concordando com o que Finnicum e Zeiger (1996:1) definem de “*the natural alliance between tourism and wellness*”. Este tipo de turismo pode incluir produtos ligados ao bem-estar, contudo, não é fundamental na experiência, sendo o luxo definido não como um bem material, mas sim como algo difícil de obter. O elemento realmente diferenciador é o contacto com a natureza e com o contexto rural.

A base da questão é, contudo, se o turismo em espaço rural pode ser visto também como um tipo de turismo inserido no âmbito do turismo de bem-estar, uma vez que várias componentes do turismo de bem-estar operam no meio rural. Personen e Komppula (2010:151) salientam que “*In general, rural tourism is not connected with luxury, like wellness, but with nature, peace and quietness like wellbeing tourism*”. Esta é uma ideia partilhada por Rodrigues *et al.* (2010:340) ao referirem que:

“Most of the small rural lodging units integrated in villages do not have the resources to develop sophisticated SPA infrastructures, comparable to the facilities offered by some hotels

and resorts. However, by understanding the core attractiveness of a wellness experience, they may develop a corresponding tourism offer that makes use of the natural surroundings of the villages”.

Entre os dois tipos de turismo, turismo em espaço rural e ‘wellbeing tourism’, existem motivações semelhantes, apesar de muitos autores referirem que há motivações transversais a qualquer forma de turismo, estando o relaxamento e descanso quase presente em todas elas. Todavia, Smith e Kelly (2006a:2) consideram que, devido às novas concepções de saúde e bem-estar a nível holístico e pleno, é possível identificar novos nichos que oferecem “*some deliberate contribution [...] to psychological, spiritual or emotional well-being in addition to physical*”, retirando os produtos do turismo de bem-estar “*from the realm of being merely a passive form of tourism with a focus on escapism to one where tourists are purposefully driven by the desire to actively seek enhanced wellness*”.

Personen e Komppula (2010:156) foram os primeiros a introduzir o conceito que une o turismo de bem-estar com o turismo rural, o ‘**rural wellbeing tourism**’, cujo resultado reflecte o potencial da natureza e da ruralidade para a promoção do bem-estar, incluindo as inúmeras actividades que se podem realizar, a importância da paisagem e a possibilidade de relaxar e descansar num espaço tranquilo, puro, autêntico, rico e adequado a qualquer pessoa. Em forma de conclusão, os autores destacam que “*rush-free rural settings with nature and beautiful landscapes offer an ideal environment for wellbeing holiday motivated by search for relaxation, comfort and escape, not including any material luxurious elements*”. Assim, podemos considerar como um novo micro-nicho a ligação entre o turismo em espaço rural e o turismo de bem-estar, como se pode observar na próxima figura (fig.5).

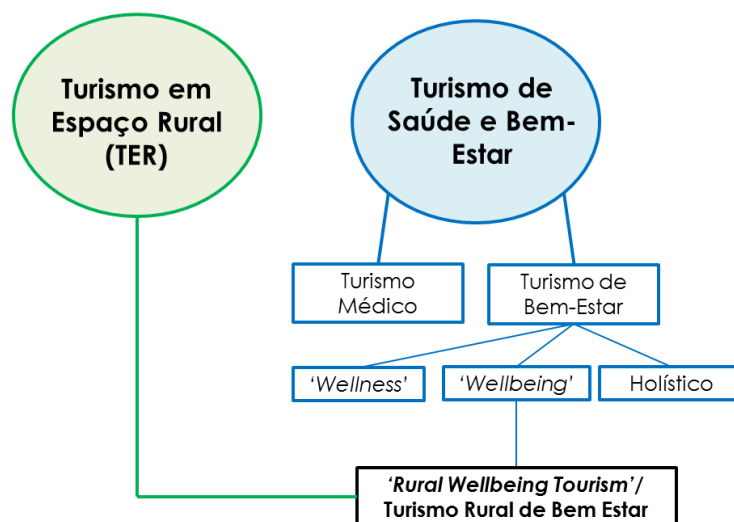


Figura 5: Localização do micro-nicho "Turismo Rural de Bem-Estar" na intersecção de outros tipos de turismo.

Em português, decidimos adoptar o termo ‘**turismo rural de bem-estar**’, pois ao contrário da língua inglesa, não existe em português a diferenciação entre ‘*wellness*’ e ‘*wellbeing*’, estando ambos relacionados com o ‘bem-estar’. Contudo, como o turismo em espaço rural está naturalmente associado a um contacto com um meio mais natural e

com uma cultura local, tal como o ‘*wellbeing tourism*’, não foi necessário criar uma distinção portuguesa entre os dois conceitos.

O turismo rural de bem-estar dá resposta ao desejo do turista que procura um melhor nível de bem-estar num ambiente mais natural e autêntico. A interacção com a diversidade dos recursos e do património rural, permite ao turista ter uma atitude activa na escolha das actividades que deseja realizar e até mesmo nas dimensões do bem-estar (pois no próprio conceito de ‘bem-estar’ o indivíduo é o foco central) que pretende explorar durante as suas férias. Uma experiência inovadora adequada ao perfil do turista está representada no esquema da fig.6, acompanhando os mais recentes desenvolvimentos e formas do turismo pós-moderno em simbiose com novos hábitos, concepções e estilo de vida equilibrado, não estando dissociada das várias dimensões do bem-estar do indivíduo.

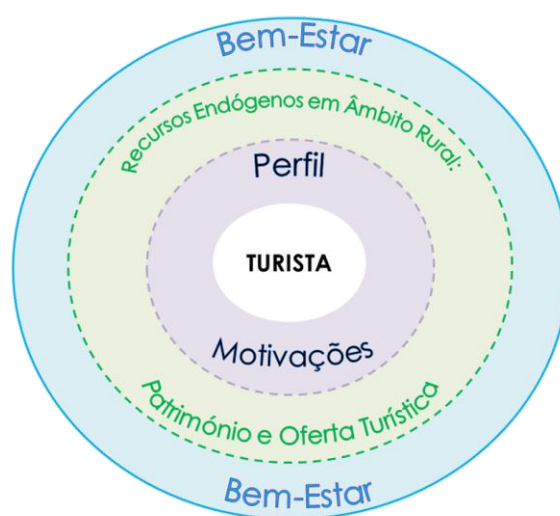


Figura 6: Turismo Rural de Bem-Estar.

Este novo micro-nicho turístico poderá dar uma nova luz na diversificação da oferta turística em espaço rural, permitindo uma experiência turística mais integrativa, envolvente e necessitando do desenvolvimento sustentável de todas as potencialidades do meio (ambiental, económico e social) (Rodrigues *et al.*, 2010; Kastenholtz e Lima, 2011). Para além do foco no aumento de infra-estruturas turísticas, através do turismo rural bem-estar é possível a valorização dos recursos já existentes e distintivos de uma região. Adicionalmente, poderá ser uma forma de eliminar algumas lacunas ligadas ao bem-estar (Personen e Komppula, 2010; Chen *et al.*, 2008).

Para a ilha da Madeira, onde é realizado o estudo de caso, o turismo rural de bem-estar poderá constituir uma oportunidade importante ao dar uma nova dimensão às experiências turísticas concebidas em âmbito rural, permitindo: estruturar melhor a oferta, atrair um maior número de turistas (entre os quais aqueles que possam gastar mais durante a estadia), reviver um passado turístico da ilha, valorizar o património único existente e promover um desenvolvimento sustentável.

Capítulo III – Metodologias de Investigação

3.1. Objectivos, Hipóteses e Organização Metodológica

Ao longo da dissertação tentou-se dar uma visão completa das diversas perspectivas abordadas no âmbito do turismo, tendo como foco a conceptualização do turismo rural de bem-estar.

Segundo Smith (1996), a diversidade de perspectivas deve-se à própria multidimensionalidade e multidisciplinaridade desta actividade económica. Assim, o autor defende que o fenómeno e a experiência turística devem ser entendidos por vários prismas, como uma experiência humana, um comportamento social, um fenómeno geográfico, um recurso, um negócio, uma indústria e um debate intelectual.

É através da análise de todos estes aspectos que podemos formular um debate intelectualmente assertivo sobre o fenómeno turístico e propor iniciativas, ideias, visões ou até mesmo produtos adequados, não só ao turista mas aos *stakeholders*, coadjuvando futuras estratégias de desenvolvimento e, concomitantemente, expandir os benefícios que a ‘indústria’ turística poderá trazer a outros sectores de actividade e à economia nacional. Porém, existem dificuldades quando se fala em estudos na área do turismo, pois a complexidade da actividade, a sua fragmentação e as diferenças geográficas dificultam a generalização de medidas e modos de investigar.

Numa primeira fase, através dos capítulos I e II, tentou-se realizar uma análise bibliográfica extensa, que permitisse estabelecer um discurso coerente e coeso, debatendo os vários elementos e factores essenciais para teorizar a problemática escolhida. Tudo isto foi sempre acompanhado de verificação e uso de dados secundários, nomeadamente estatísticos, que acabam por reflectir as perspectivas discutidas, como se pode verificar no Quadro 1.

De momento existe uma escassez de estudos que reflectam o desenvolvimento e a análise do TER na ilha da Madeira (Quadro 2). Para além desta escassez verificamos também a falta de tentativas de criar e/ou propor algo inovador para este nicho turístico que englobe a experiência TER na região de um modo abrangente e integrador, incluindo a análise da oferta e/ou da procura.

Todos estes aspectos foram fundamentais para delimitar da melhor forma a questão da investigação e os objectivos concretos do estudo com o intuito de confirmar as possibilidades e potencialidades do desenvolvimento do turismo rural de bem-estar na ilha da Madeira. Também foi possível entender e explorar as limitações de alguns estudos referidos ao longo da revisão da literatura, principalmente no que respeita à aplicação de benefícios a nível do bem-estar em contacto com meios naturais, à sua procura e à transposição das conclusões para o domínio do turismo.

Quadro 1: Síntese dos elementos e perspectivas abordadas na revisão da literatura e caso de estudo.

Capítulo I – Natureza, Ruralidade, Bem-Estar e Turismo em Espaço Rural (TER)		
Ponto	Descrição	Perspectiva Explorada
1.1.e 1.2.	Conceptualização do turismo, surgimento de novos nichos turísticos, valorização de recursos e discussão de mudanças no paradigma ligados à saúde e ao bem-estar, focando as potencialidades e os benefícios que advêm do contacto com os meios naturais, como os espaços rurais.	Mudanças sociais e comportamentais, mas também pessoais, tendo o indivíduo/turista como agente central e activo.
1.3. e 1.4.	Análise e caracterização do TER e do turismo de saúde e bem-estar, com foco no primeiro, embora referindo as características de ambos a nível da oferta e da procura.	Entendimento das dimensões do negócio/indústria de ambas as formas de turismo.
Capítulo II – Do TER ao Turismo Rural de Bem-Estar		
2.1 e 2.2.	Caracterização do turismo de saúde e bem-estar com foco na importância da compreensão do perfil e comportamento do turista, para adaptação da oferta e desenvolvimento de novas perspectivas e nichos turísticos, neste caso, o elo de ligação entre o TER e o turismo de bem-estar.	Análise do perfil e comportamento do indivíduo/turista como agente central e activo do fenómeno turístico.
2.3.	Desenvolvimento e conceptualização do Turismo Rural de Bem-Estar.	Debate dos elementos destacados nos pontos anteriores e definição de um novo conceito/nicho turístico.

Quadro 2: Principais estudos sobre o TER na RAM: objectivos e metodologias utilizadas.

Autor/Ano	Título	Objecto de Estudo	Metodologia Adoptada	Tipo de Estudo
Rodrigues, E. (2014)	<i>Turismo no Espaço Rural e Património – As Casas de Campo na Ilha da Madeira</i>	Caracterização do TER na ilha com ligação ao património regional	Análise qualitativa com levantamento de dados e entrevistas estruturadas e semiestruturadas para caracterização da oferta (foco). Aplicação de inquérito por questionário para análise geral da procura.	Tese de Doutoramento (Publicada)
Almeida et al. (2014)	<i>Segmentation by benefits sought: the case of rural tourism in Madeira</i>	Identificação do perfil e segmentação dos turistas	Análise quantitativa com a aplicação de um inquérito por questionário e posterior tratamento estatístico.	Artigo Científico
Rodrigues, A. (2013)	<i>Projecto Urbanístico de Turismo Rural – Casas da Fajã de Baixo (Calheta)</i>	Proposta de criação de um empreendimento turístico	Análise qualitativa através da recolha bibliográfica documental, investigação de campo e elaboração do projecto.	Projecto de Mestrado
Nunes, S. (2012)	<i>Turismo no Espaço Rural na Região Autónoma da Madeira – Um estudo para o desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Qualidade do Sector</i>	Análise e caracterização da oferta a nível de alojamentos TER e apresentação de uma proposta para a gestão dos mesmos	Análise quantitativa com a aplicação de inquérito por entrevista e posterior análise estatística.	Dissertação de Mestrado

Assim, como salientado na introdução desta dissertação, a principal problemática ou questão de partida deste estudo é saber:

Em que medida é possível explorar a possibilidade de desenvolver um novo nicho turístico na ilha, com base nas potencialidades das áreas rurais para a promoção do bem-estar;

Como promover a união de elementos identificadores do turismo em espaço rural e do turismo de bem-estar sob um novo conceito e nicho turístico, o de turismo rural de bem-estar;

Como aplicar este novo conceito ao turismo e à ruralidade madeirense, tendo como foco o maior concelho predominantemente rural da ilha, o concelho da Calheta.

Com a problemática apresentada e a questão de partida, a necessidade de analisar e compreender as experiências de TER no concelho da Calheta é fundamental para explorar as possibilidades de desenvolvimento do turismo rural de bem-estar. Portanto, o estudo centra-se em 2 objectivos gerais, que contemplam a procura e a oferta, visto que, segundo Smith (1996:34) “*tourism is traditionally conceived in terms of demand side or consumer characteristics*”. Assim, os objectivos gerais deste estudo são:

1. Identificar e analisar elementos caracterizadores da ilha da Madeira e do concelho da Calheta, bem como o seu desenvolvimento turístico, com especial atenção na análise da oferta turística, tendo em conta os recursos endógenos (naturais e culturais), equipamentos turísticos e infra-estruturas de apoio. Estes elementos são fundamentais para a oferta e o funcionamento do sistema turístico no concelho, nomeadamente dadas as suas potencialidade para a promoção do bem-estar em espaços rurais (turismo rural de bem-estar);	OFERTA
2. Compreender quem é o turista TER, através de análise no município da Calheta, em termos de perfil, estilo de vida e assunções sobre as áreas rurais madeirenses/calhetenses, assim como sobre o planeamento da viagem, a escolha de acomodação TER e, fundamentalmente, as suas motivações como meio para identificar as expectativas e o seu nível de concretização através de uma experiência turística relacionada com o bem-estar em espaços rurais.	PROCURA

Para abraçar estes dois objectivos gerais foi necessário traçar um plano metodológico específico, envolvendo um abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Flick (2005:273) ambas as abordagens metodológicas “(...) evidenciam aspectos diferentes de um problema, mas complementam-se e conduzem a um quadro mais completo”. Este aspecto é também salientado por Creswell (2009) referindo que ambas as metodologias não devem ser vistas como opostas, mas sim duas balizas de um *continuum*, podendo um estudo incorporar elementos de ambas, ou seja, uma triangulação. Segundo Creswell (2009) e Gill *et al.* (2008), a metodologia qualitativa centra-se em métodos como a análise documental e audiovisual (texto ou imagem), na observação e investigação de campo e em entrevistas. De uma forma geral, pretende-se descrições completas de um fenómeno, objecto ou local de estudo, de maneira a compreendê-los no seu ambiente natural. Para a análise da oferta turística é necessário o conhecimento geográfico profundo dos elementos turísticos em análise, que, segundo Smith (1996) tem como base uma regionalização. Esta ‘regionalização’ tem como

objectivo classificar uma área geográfica sob dois prismas distintos: de integração (*'integration'*) – salientar características em comum, apelando para a integridade e homogeneização da área geográfica; de segregação (*'segregation'*) – identificar, de entre as mesmas características, aspectos que as façam distinguir-se de outras. Desta forma, tem que haver um jogo entre estes dois prismas na caracterização da oferta, tendo em conta o município calhetense e o seu contexto na ilha da Madeira.

De forma a analisar a oferta, podemos utilizar uma metodologia qualitativa para o primeiro objectivo (caracterização da oferta), tendo como base a recolha de dados primários (investigação de campo, observação e levantamento de recursos) e de dados secundários (nomeadamente bibliográficos e estatísticos).

Creswell (2009) refere que metodologia quantitativa se aplica quando se pretende identificar causas ou factores que levam a determinadas escolhas ou acções, estabelecendo-se comparações e, eventualmente, padrões. Ao contrário das metodologias qualitativas, a teorização ou as ideias gerais já foram inferidas e o objectivo é comprovar as mesmas numa lógica dedutiva, guiando o investigador para o teste de hipóteses que se mantêm consistentes ao longo da investigação. Para tal, é necessário ter em conta dois aspectos essenciais: uma escolha criteriosa de um conjunto de variáveis e a elaboração cuidada e atempada de instrumentos para a recolha dos dados que possam classificar as variáveis escolhidas.

No âmbito da metodologia da mesma, o inquérito por questionário é um instrumento muito utilizado e eficiente. Coutinho (2015) distingue o questionário de tipo *survey* (levantamento), realçando que neste tipo de questionário há a necessidade de introduzir questões sobre a vida pessoal, com especial foco em características sociais, mas também pedir opiniões, percepções ou preferências sobre os temas questionados, envolvendo, de alguma forma, parâmetros de medição/quantificação das mesmas. Portanto, de forma a perceber quem é o turista TER na Calheta, uma metodologia quantitativa, com aplicação de um questionário tipo *survey*, foi a forma escolhida para caracterizar a procura turística.

3.2. Observação e Recolha de Informação Secundária

Relativamente à observação existem essencialmente quatro parâmetros a decidir: estruturação, contexto, revelação e observador. A nível da estruturação, podemos definir a observação com os termos de simples/natural, assistémica ou não estruturada, quando há um registo não selectivo dos elementos que são observados. Em relação ao contexto, a observação pode ser feita no local, associada à investigação de campo, caracterizada como natural ou directa. Todavia, também poderá ser feita de forma completamente oposta. Há uma recolha de informação, mas a sua observação é ulterior e a análise é feita fora do meio da recolha. Quando não houve uma deslocação ao local para a recolha de informação e o método foi essencialmente suportado por informação documental, por exemplo, recorrendo a fotografias, vídeos ou mapas, a observação poderá ser classificada de indirecta. Os 2 últimos parâmetros, revelação e observador, apresentam uma maior relação. Numa observação caracterizada como aberta, o observador revela o seu intuito e tem permissão para fazer as suas observações, por exemplo, a nível de

peessoas em contextos específicos ou até mesmos recursos que requerem algum tipo de justificação para o seu acesso. Neste tipo de observação existe também uma maior interacção e observação por parte de quem observa. Contudo, muitas vezes não é revelada a intenção de recolher dados, por isso, a observação diz-se encoberta. Esta forma de observar é escolhida para garantir uma maior objectividade, imparcialidade e não interferir com o objecto de estudo, sendo que não existe interacção entre observador e elemento a ser observado. Todavia, Coutinho (2015:138) destaca ainda a observação reactiva, que é quando “(...) o investigador se identifica, explica aos participantes quais são as suas intenções, mas assume sempre o seu papel de investigador, não tentando mudar o rumo natural dos acontecimentos”. Por outras palavras, é uma observação que assume o cariz de ser aberta, mas não participante.

Tendo em conta estes aspectos relativos ao uso da observação, esta foi direccionada para a concretização do objectivo 1. Segundo o autor acima citado, há a necessidade do entendimento da relação actual dos elementos caracterizadores da ilha, da evolução e do desempenho do turismo na região, com especial foco nos elementos que compõem a oferta turística no município da Calheta. Para tal, primeiramente foi realizada uma recolha de informação secundária de obras, artigos, mapas, fotografias e dados estatísticos para criar a contextualização geográfica, aplicando, concomitantemente, uma observação indirecta. Esta contextualização foi enriquecida com um levantamento *in loco* de elementos importantes da oferta turística no concelho da Calheta para complementar o conhecimento prévio e selectivo de elementos importantes a registar, ou seja, recursos turísticos, através da observação reactiva.

Nos capítulos I e II foram abordados vários tipos de recursos, nomeadamente os recursos naturais, culturais, equipamentos turísticos e infraestruturas de apoio. Todos estes recursos são visíveis no Quadro 3 e foram tidos em conta no levantamento efectuado no município calhetense.

Quadro 3: Recursos naturais, culturais, equipamentos turísticos e infraestruturas de apoio.

Recursos Naturais e Culturais			
Recursos Naturais	Biológicos		Abióticos
	Património Florístico		Património Geológico
	Património Faunístico		Património Hidrológico
			Património Geomorfológico
Recursos Culturais	Imaterial		Material
	Religioso		Monumentos
	Tradicional		Museus
	Gastronómico		Edificado Histórico
Equipamentos Turísticos e Infra-Estruturas de Apoio			
Equipamentos Turísticos	Espaços Lúdico-Recreativos	Alojamento	Restauração
	Discotecas/ Salas de Dança	Resort	Restaurante
	Praia	Apart-Hotel	Café/Bar
	Parque/ Jardim/Miradouro	Hotel	Casa de Chá
	Espaço Desportivo	TER	
Infra-estruturas de Apoio	Comércio	Energia e Transportes	Outros Serviços
	Padaria/Pastelaria	Rede Rodoviária	Correios
	Mercearia	Transporte Colectivo Local	Serviços Bancários
	Supermercado	Aluguer de Veículos	Hospitais/Centros de Saúde
	Mercados Tradicionais	Estações de Serviço	Farmácias
		Pracas de Táxi	

3.3. Inquérito por Questionário aos Turistas

3.3.1. Estrutura e Conteúdo

A opção de aplicação do inquérito deveu-se a vários factores, tais como: o seu grande alcance, menores custos e familiaridade. Em contrapartida, é de realçar que tende a ter taxas de resposta mais diminutas, principalmente em perguntas de resposta aberta, tornando-se, em simultâneo, difícil de controlar (Coutinho, 2015; Hill e Hill, 2002). Por isso, é essencial uma boa estruturação deste instrumento para recolha de dados válidos. É necessário ter os objectivos bem claros, pois impera sempre uma lógica dedutiva e uma teorização prévia na identificação de relações causa-efeito. Porém, é necessário salientar que este instrumento pode concretizar o objectivo pretendido, ou seja, o que se vai realmente apurar e de que forma os dados obtidos poderão ser correlacionados. É fundamental a formulação de hipóteses de investigação associadas ao objectivo, ajudado na clarificação e, em simultâneo, evitando ambiguidades (Hill e Hill, 2002). Só assim podemos, posteriormente, seleccionar as melhores variáveis a aplicar.

Foram definidas as seguintes hipóteses de investigação para o estudo da procura do TER no município da Calheta:

HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	
<ol style="list-style-type: none">1. Quem é o turista TER no município da Calheta, tendo em conta o perfil, estilo de vida, assunções sobre o destino, planeamento da viagem, escolha de acomodação e motivações?2. Entre as motivações do turista, é possível identificar a busca por aspectos associados ao bem-estar em espaços rurais ou é possível aferir se há uma confirmação individual/consciencialização por parte do turista dos possíveis benefícios a nível do bem-estar na área rural calhetense?3. Existem características gerais ligadas ao perfil socioeconómico e/ou estilo de vidas, que poderão influenciar as motivações associadas à procura do bem-estar em espaços rurais ou a sua percepção de como estes espaços o podem promover?	OBJECTIVOS GERAIS PROCURA

A importância do desenvolvimento dos conceitos ao longo dos capítulos I e II ganha aqui um enorme destaque, pois é necessário escolher criteriosamente uma variável ou um conjunto de variáveis (variável latente), traduzidas pelas questões presentes no questionário (variáveis componente), a serem observadas, medidas e/ou quantificadas (Hill e Hill, 2002). Para que um questionário seja válido o conteúdo tem que ser coerente e coeso e teoricamente suportado. Aqui realça-se um tipo específico de validade, a validade de conteúdo, defendida por autores como Coutinho (2015) e Hill e Hill (2002) e adoptada no presente estudo. Segundo estes autores:

“A avaliação da validade de conteúdo envolve quatro passos: (1) utilizar a literatura para escrever uma lista de todas as componentes da variável latente; (2) para cada uma das componentes, escrever uma lista de todos os aspectos; (3) para cada um dos aspectos, escrever todos os itens relevantes para medir os aspectos; (4) comparar os itens do questionário com a lista de itens escritos (...)” (Hill e Hill, 2002:151).

Estes passos foram utilizados na construção do questionário aplicado, que foi dividido em quatro conjuntos de perguntas, que acabam por reflectir variáveis latentes

distintas, mas coerentes com o objectivo e hipóteses do estudo. Os conjuntos são constituídos por várias questões, ou seja, variáveis componente, resultando num total de 35 questões (Quadro 4)⁵.

Quadro 4: Estrutura e conteúdo do inquérito por questionário: variáveis latente e variáveis componente.

Grupo	Dimensão em Análise/Variável Latente	Variáveis Componente	N.º de Perguntas
Grupo I	Saúde, Bem-Estar e Dia-a-Dia	<ul style="list-style-type: none"> • Estilo de vida; • Tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas; • Alimentação e prática de exercício físico; • <i>Stress</i> e condição médica. 	8
Grupo II	Experiência em Âmbito Rural Calhetense e Escolha de Alojamento	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e percepção do destino; • Motivações para viajar e escolha de actividades a explorar; • Escolha e grau de satisfação em relação ao alojamento; • Pontos positivos, negativos e sugestões; • Potencialidades para promoção do bem-estar e os seus benefícios; • Consciencialização dos benefícios e aconselhamento; • Avaliação da estadia/experiência. 	12
Grupo III	Perfil Socio-demográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Idade e sexo; • País e local de residência; • Escolaridade e situação profissional; • Rendimentos. 	8
Grupo IV	Hábitos de Informação e Consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do destino; • Aquisição e organização da viagem; • Transporte utilizado; • Companhia e duração da viagem; • Número de viagens/férias por ano. 	7
			35

No Quadro 4 podemos verificar que cada grupo de questões reflecte os pontos desenvolvidos nos capítulos teóricos sobre o turismo rural de bem-estar. O grupo I, ‘Saúde, Bem-Estar e Dia-a-Dia’, alia-se à definição dos conceitos de saúde e bem-estar, realçando as suas componentes, como a alimentação, prática de exercício físico, gestão do *stress*, condições médicas diagnosticadas, consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco. Estas questões relacionam-se com a caracterização do perfil do turista e pretendem verificar as influências da sua experiência turística e o que procura em âmbito rural.

O grupo II, ‘Experiência em Âmbito Rural Calhetense e Escolha de Alojamento’, contém o maior número de questões, envolvendo múltiplas variáveis componente. O objectivo base na elaboração deste grupo foi a compreensão das fases de uma experiência turística, como tem vindo a ser destacado desde a abordagem relativa ao turismo de nicho, principalmente na perspectiva defendida por Kastenholtz e Lima (2011) em relação ao TER, incluindo associações, percepções, motivações e avaliações. Desta forma, há um foco na análise das percepções e motivações dos turistas que visitam o concelho rural da Calheta, com o cuidado de inserir aspectos relativos ao bem-

⁵ Cf. Anexo 3.

estar, elemento diferenciador de outros estudos. A utilização de escalas de preferência foi a maneira adoptada para obter respostas mais assertivas. Nestas questões apresentaram-se escalas ordinais de 1 a 10 para indicar preferências, opiniões, atitudes ou a importância de motivações de viagem, sendo que 1 representa o grau mais baixo de importância ou de satisfação, enquanto 10 corresponde ao mais alto (Coutinho, 2015; Smith, 1996; Hill e Hill, 2002). O uso deste tipo de escalas, segundo Smith (1996:72), abrange “*a wide range of attitudinal positions so that respondents have a reasonable chance to differentiate themselves from other respondents*”. As questões onde se utilizou este tipo de escala exigiam uma resposta quantitativa do inquirido. Em relação à motivação dos turistas foi elaborada uma lista de motivações-chave e outras de cariz específico, orientada por indicações colhidas na revisão da literatura, relativas ao turista em espaço rural e ao turista que procura o bem-estar. Estas motivações estão agrupadas em cinco categorias: a procura do relaxamento e indirectamente do bem-estar; o contacto com a natureza; a busca por aspectos culturais e pela novidade; o interesse na realização de actividades e na socialização; a busca directa pelo bem-estar.

A procura directa ou indirecta do bem-estar foi inserida de forma a analisar a reacção do turista. Em relação à procura directa inseriram-se apenas duas opções, que apontam de forma clara para os conceitos explorados e associados à saúde e ao bem-estar: ‘Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar’ e ‘Iniciar um estilo de vida saudável’. A procura indirecta liga-se à busca de certos aspectos focados na revisão da literatura (associados ao bem-estar em espaços rurais ou naturalmente ricos) que, devido à sua sobrevalorização em relação às outras categorias (Personen e Komppula, 2010), poderá revelar se existe uma busca do bem-estar em espaços rurais e, conseqüentemente, legitimar a existência do turismo rural de bem-estar. No fundo, para além de sabermos especificamente as principais motivações que levam os turistas a visitarem a Calheta, pretende-se perceber se há ou não algumas motivações mais incomuns (em relação a outros estudos realizados sobre o turista TER na região), que poderão ser fulcrais para o potencial desenvolvimento do turismo rural de bem-estar.

São ainda questionadas as actividades que os turistas mais procuram, confrontando-as com as destacadas pelos autores que investigam sobre o bem-estar, na tentativa de compreender os aspectos mais valorizados na escolha da acomodação e a sua avaliação. Em relação a esta questão relativa à avaliação, a sua inclusão no questionário prende-se com a ideia que no turismo rural de bem-estar as características das infraestruturas ou ‘luxo’ apresentado pelo alojamento tem uma importância secundária, sendo mais valorizado o contexto de inserção dos alojamentos TER. As questões relativas à percepção dos turistas sobre os benefícios do meio para o seu bem-estar são de extrema importância. As perguntas permitem analisar se os turistas têm esta consciência, bem como se admitem a possível recomendação do destino devido a estes benefícios.

Nos grupos III e IV as questões são mais comuns a todos os questionários que pretendem analisar o perfil do turista. No grupo III salientam-se aspectos de caracterização e variáveis socioeconómicas, como sexo, idade, nível de escolaridade concluído, situação profissional e rendimento. No grupo IV as questões relacionam-se com a organização da viagem.

O inquérito possui maioritariamente perguntas de resposta fechada, com um leque equilibrado de opções de resposta, tornando mais fácil a resposta e o tratamento da informação recolhida. Porém, existem 4 perguntas de resposta aberta, devido à possibilidade de diversificação das respostas, exigindo uma avaliação qualitativa por parte do inquirido e proporcionando maior liberdade ao turista. Para além disso, mesmo nas perguntas de resposta fechada, foi sempre colocada a opção ‘outra’, para obviar o facto do inquirido não se rever em nenhuma das opções adiantadas. As opções fornecidas proporcionam maior controlo, tendo sido dada especial atenção à variação da linguagem de modo a evitar respostas tendenciosas e a fornecer uma maior segurança na resposta a questões mais invasivas do foro pessoal. Foi também tida em conta a utilização de um *layout* cuidado, não ultrapassando as três páginas, bem como o uso de uma linguagem directa, simples e clara, apesar de se prever, de acordo com estudos anteriores, que o turista TER possui um elevado nível de formação e/ou escolaridade.

3.3.2. Amostra e Implementação

A amostra é um elemento importantíssimo quando falamos de metodologias quantitativas na implementação de um inquérito por questionário, de maneira a garantir a representatividade dos resultados obtidos para análise estatística. Uma amostra é um conjunto de sujeitos representativos de um conjunto maior de indivíduos denominado de população ou universo. O objectivo é sempre encontrar a melhor amostra para que as inferências feitas com base na mesma se possam generalizar à população (Coutinho, 2015; Vicente *et al.*, 2001; Smith, 1996). É fundamental seleccionar rigorosamente quem irá participar no estudo e esta selecção recorre a um processo criterioso e delicado, a amostragem.

O processo de amostragem recorre a várias etapas. Para além de um raciocínio dedutivamente suportado da confirmação da população, da população disponível/acessível (ou seja, do desenvolvimento do plano amostral) e da respectiva selecção da amostra, há que adaptar estes elementos a limites geográficos, temporais ou financeiros, entre outros (Vicente *et al.*, 2001; Coutinho, 2015; Hill e Hill, 2002). Além disso, é importante considerar a vertente estatística para fortalecer o estudo a nível de representatividade e dimensão amostral, apesar de isso ser discutível para muitos autores. É sempre bom trabalhar com amostras grandes porque poderão reduzir o erro amostral. Porém este desiderato é difícil, poderá ser demorado e envolver demasiados custos (por vezes desnecessários). Podemos dizer que o “(...) mais importante é o cuidado na selecção da amostra do que propriamente o tamanho da mesma.” (Coutinho, 2015:99). É fundamental adequar a técnica de amostragem ao estudo, “(...) optando por aquela que no caso concreto se revelar mais eficiente.” (Vicente *et al.*, 2001:30). É preciso explanar de forma clara todo o processo de selecção amostral, como também da implementação do inquérito. Só assim podemos manter a validade e a fiabilidade da aplicação deste método e a qualidade dos dados recolhidos.

No presente estudo, para o cálculo da amostra, o procedimento foi dividido em 2 etapas: a identificação da população e a selecção da própria amostra. Porém, estas duas etapas estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento do plano amostral. Primeiramente é necessária a identificação da população ou universo. De acordo com o

objectivo ligado à procura turística, aquele universo é constituído pelos turistas TER no município da Calheta. Para assegurar a qualidade da amostra, o estudo focou-se somente nos turistas alojados em estabelecimentos TER no município, garantindo a intenção dos mesmos desejarem uma experiência em meio rural e terem escolhido o município para a sua estadia. Para conhecer melhor o universo, recorreu-se a informações secundárias, como dados estatísticos TER da DREM e a lista de estabelecimentos TER por município fornecida pela SRETC. Para a presente dissertação a lista fornecida pela SRETC foi a base de sondagem e cada estabelecimento TER no município calhetense foi a unidade amostral. Contudo, um alerta é dado por Vicente *et al.* (2001), em relação a estes 2 últimos conceitos e à sua relação com a população-alvo, o da dificuldade na obtenção de dados e à precisão dos mesmos. Estas questões afectaram o modo como a amostra foi seleccionada para o presente estudo, pois de acordo com os autores “(...) a base de sondagem é uma subdivisão grosseira da população alvo, sendo cada unidade amostral um conjunto de elementos da população” (Vicente *et al.*, 2001:26). A única informação relativa à população, ou seja, o turista TER na RAM, é uma informação anual do número de hóspedes em toda a região. Assim, a falta de dados por município dificulta a quantificação do universo. Para resolver esta situação e calcular uma amostra realista, procedeu-se ao cálculo da proporção dos hóspedes entrados em camas TER no município da Calheta. Para identificar a parte do universo que está disponível para ser estudada, o inquérito foi apresentado a todos os proprietários de unidades TER do município calhetense. Dos 23 estabelecimentos activos no concelho, 15 aceitaram participar, ou seja, cerca de 65% dos estabelecimentos (65.22%) representando 64% (64.73%) das camas.

Para compreender a dimensão da população TER na Calheta foram usados os dados relativos ao ano de 2015, os únicos publicados e confirmados pela DREM na altura de aplicação do inquérito. Para quantificar a proporção anual do número de hóspedes entrados na Calheta, por camas TER, aplicou-se uma regra de três simples baseada no número total de hóspedes entrados em estabelecimentos TER, em 2015, na RAM e no número de camas dos estabelecimentos TER da Calheta que aceitaram participar no estudo, tendo-se chegado ao valor de 5262 hóspedes.

Previamente ao cálculo final da dimensão da amostra é necessário fundamentar o modo utilizado para a sua selecção. Há várias formas de selecção, mas as mesmas podem ser agrupadas em 2 grandes grupos: probabilística ou aleatória e não-probabilística/aleatória. Uma amostra probabilística ou aleatória utiliza-se quando conhecemos todos os elementos que constituem a amostra e qualquer elemento tem a mesma probabilidade de se integrar na amostra. Só através deste tipo de amostra podemos determinar o grau de confiança (a precisão dos dados recolhidos), sendo sempre estatisticamente suportado. Este procedimento acarreta dificuldades de concretização, pois tendem a ser amostras grandes o que poderá prolongar o tempo da implementação do questionário e aumentar outros custos. Já as amostras não aleatórias ou não probabilísticas focam-se na qualidade da selecção por critérios pré-definidos pelo investigador em vez da dimensão, pelo que a sua realização é mais rápida em termos de tempo e custo. Um inconveniente reside na própria selecção que poderá ser dúbia e reflectir uma questão de conveniência na obtenção de dados, para além de haver

problemas de generalização de resultados e de falta de representatividade (Vicente *et al.*, 2001; Coutinho, 2015; Hill e Hill, 2002).

Para evitar os inconvenientes referidos para as amostras não aleatórias (e por termos já um bom conhecimento das populações alvo e disponível), optámos por uma amostra aleatória de tipo *cluster*. De facto, existem vários tipos de amostras aleatórias ou probabilísticas, como a simples ou a estratificada. Todavia, estas últimas necessitam de um conhecimento individualizado dos elementos da população. No presente estudo, foram usadas unidades amostrais em grupo, alojamentos TER no município, que podemos designar de *clusters*, sendo o turista TER alojado na Calheta a nossa unidade elementar.

O tipo de amostra *cluster*, salientada por alguns autores, começa por 4 etapas: i) selecção da população; ii) definição da lista de *clusters* (neste caso de estabelecimentos TER no município); iii) escolha dos *clusters*, ou seja, dos proprietários e estabelecimentos disponíveis para participar no estudo (pois de acordo com Vicente *et al.*, 2001:65 a “(...) definição de *clusters* tem muito a ver com a disponibilidade de recursos”); iv) estimativa total da população. Neste tipo de amostra todos os elementos dos respectivos grupos são incluídos. É fundamental ainda considerar e garantir a representatividade dos *clusters* em relação ao universo. Nalguns estudos, a divisão dos *clusters* está relacionada com a variabilidade dos mesmos em relação à amostra. No caso presente esta condição foi assegurada, visto que só foram envolvidos estabelecidos TER do município e da mesma dimensão e características. Após o contacto com os proprietários e a confirmação da participação dos 15 estabelecimentos, a implementação do questionário foi planeada com a entrega do mesmo aos proprietários para que o fornecessem aos turistas à sua chegada. O questionário foi testado durante o mês de Março de 2016 e verificou-se uma taxa diminuta no seu retorno, algo usual na aplicação deste método (Coutinho, 2015; Vicente *et al.*, 2001; Hill e Hill, 2002). Deste modo, procedeu-se a uma edição conforme o *feedback* dado pelos turistas e algumas indicações apontadas pelos proprietários das unidades TER, tendo também em conta os constrangimentos a nível de tempo e custo do próprio estudo. A amostra foi calculada com base nos meses estabelecidos para a implementação do inquérito, ou seja, entre os meses de Abril e Setembro de 2016 (6 meses). Calculou-se a população disponível nos 6 meses de aplicação do questionário, através do método utilizado para obtermos o número anual de turistas TER no município. Pediu-se à biblioteca da DREM a informação mensal sobre os hóspedes entrados no ano de 2015, visto que estes dados não são publicados. Durante esse período (ano de 2015) entraram 10771 hóspedes em estabelecimentos TER na RAM, o que, em proporção ao número de camas dos estabelecimentos envolvidos no estudo do município da Calheta, corresponde a 2086 hóspedes.

De forma a determinar a dimensão da amostra foi fundamental estabelecer o erro amostral e o intervalo de confiança. Normalmente, nestes estudos de investigação, o erro amostral escolhido é de 5%, pelo que foi adoptado neste trabalho. Mais relevante é a determinação do intervalo de confiança. Quanto maior for o intervalo, maior é a probabilidade, mas, concomitantemente, maior será a dimensão da amostra, de forma a reduzir o erro amostral. Os intervalos mais frequentemente utilizados situam-se entre os 90 e os 99.9%. No nosso caso resolveu-se optar por um intervalo de confiança de 90%

para que fosse possível, dentro dos limites temporais do estudo, obter uma amostra considerada significativa e representativa.

Para o cálculo final da dimensão da amostra utilizou-se a seguinte fórmula matemática indicada por Santos (s. d.):

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

na qual ‘*n*’ é a amostra calculada; ‘*N*’ a população; ‘*Z*’ o valor padrão do intervalo de confiança (no caso de 90% ‘*Z*’ assume o valor de 1.645); ‘*p*’ a probabilidade de um evento (normalmente utiliza-se o valor de 50%); ‘*e*’ o erro amostral (neste caso de 5%). Aplicando a fórmula anterior aos dados adoptados neste estudo, temos:

$$n = \frac{2086 \times 1.645^2 \times 0.5 (1 - 0.5)}{1.645^2 \times 0.5(1 - 0.5) + 0.05^2(2086 - 1)} = 239.632$$

ou seja, no mínimo, uma amostra arredondada de 240 turistas TER no município da Calheta.

Durante a implementação do questionário verificou-se a necessidade de uma maior atenção pessoal na entrega dos questionários. Sempre que possível, e mediante concordância dos proprietários para majorar a taxa de retorno do próprio questionário, realizei a recepção dos turistas em algumas unidades e a posterior entrega do questionário, o que exigiu o constante contacto com as várias entidades envolvidas na manutenção dos alojamentos TER.

A participação dos turistas era voluntária e destinava-se apenas à população adulta. O inquérito salvaguardava a confidencialidade a todos os inquiridos e, para garantir um maior sucesso no retorno do questionário, por vezes realizou-se o reconhecimento ou identificação do turista que já tivesse feito a entrega. Contudo, todos os dados foram tratados com o maior sigilo, visto que o objectivo não é identificar pessoas ou padrões de resposta individuais, mas sim, retirar conclusões que poderão reflectir-se num grupo maior ou universo.

É sempre preferível recolher o maior número de inquéritos possível, dentro dos constrangimentos e limites do estudo. Até final do mês de Setembro de 2016 foram recolhidos 267 inquéritos, dos quais 4 foram considerados inválidos. Apesar de obtermos um número superior ao mínimo necessário, foi impossível obter uma taxa de resposta de 100% em todas as questões.

3.3.3. Tratamento Estatísticos dos Dados

Para o tratamento da informação recolhida através dos questionários foi efectuada inicialmente uma codificação de todas as variáveis e possíveis respostas, para posterior lançamento numa base de dados criada através do programa *Excel*. Saliente-se que foram utilizadas, consoante as perguntas, escalas nominais e/ou ordinais. No primeiro tipo de escala a codificação é simples, ou seja, pelo uso de um número para determinada ou possível resposta específica, garantindo a uniformização da informação. O mesmo tipo de escala foi utilizada para as questões que exigiam uma resposta aberta do inquirido. Neste caso foram estabelecidas categoriais maiores no final da análise da

informação, ao contrário das perguntas com uma resposta já pré-determinada. A escala ordinal foi utilizada nas questões em que os inqueridos deveriam indicar um número para quantificar as suas motivações e avaliações, sendo que 1 representa sempre o valor mais baixo possível e 10 o mais alto. Todavia, em todas as questões que exigiam uma escala ordinal, foi também aplicada uma análise nominal devido ao reduzido número de respostas com escala de avaliação. No entanto, apesar da não existência de uma classificação, os inquiridos indicaram, no mínimo, uma selecção das opções que consideraram mais importantes. Na realização da análise nominal (inquiridos que indicaram uma classificação), foram apenas tidas em conta as opções que obtiveram uma classificação de 7 pontos ou superior. As respostas omissas ou inválidas foram retiradas do estudo de forma a não influenciar a qualidade dos dados. Apesar desta opção diminuir a representatividade, esta situação só se verificou nas questões de resposta aberta, sendo algo comum quando se utiliza este tipo de procedimento na recolha de dados.

Capítulo IV – Análise dos Dados Obtidos: Caracterização da Oferta e Procura

4.1. Enquadramento Geográfico

O arquipélago da Madeira situa-se no Norte do Oceano Atlântico (pertencendo à área biogeográfica da Macaronésia juntamente com os arquipélagos dos Açores, Canárias e Cabo Verde) (Neves, 2010; Fernandes, 2009), entre as latitudes de 32°24'N e 33°07'N e as longitudes de -16°06'W e -17°16'W. Está a cerca de 1000km a SW de Lisboa, 600km a W do continente africano, 450km a N das ilhas Canárias e a 2000km do centro da UE (Direcção Regional do Turismo da Madeira, DRTM, 2016; Borges *et al.*, 2008; Madeira Rural, 2015).

O arquipélago abrange uma área aproximada de 818 km², com 402 km de costa e uma rede hidrográfica com extensão total de 2248 km. É constituído pela ilha do Porto Santo, a Ilha da Madeira, as ilhas Desertas (formando o Grupo Norte) e as ilhas Selvagens (Grupo Sul), situando-se entre a Planície Abissal da Madeira (a W) e o Continente Africano (a E). As Desertas, a Madeira e o Porto Santo fazem parte da montanha submarina designada por Crista Madeira – Tore (DRTM, 2016; Ribeiro e Ramalho, 2007; Madeira Rural, 2015) (fig.7).

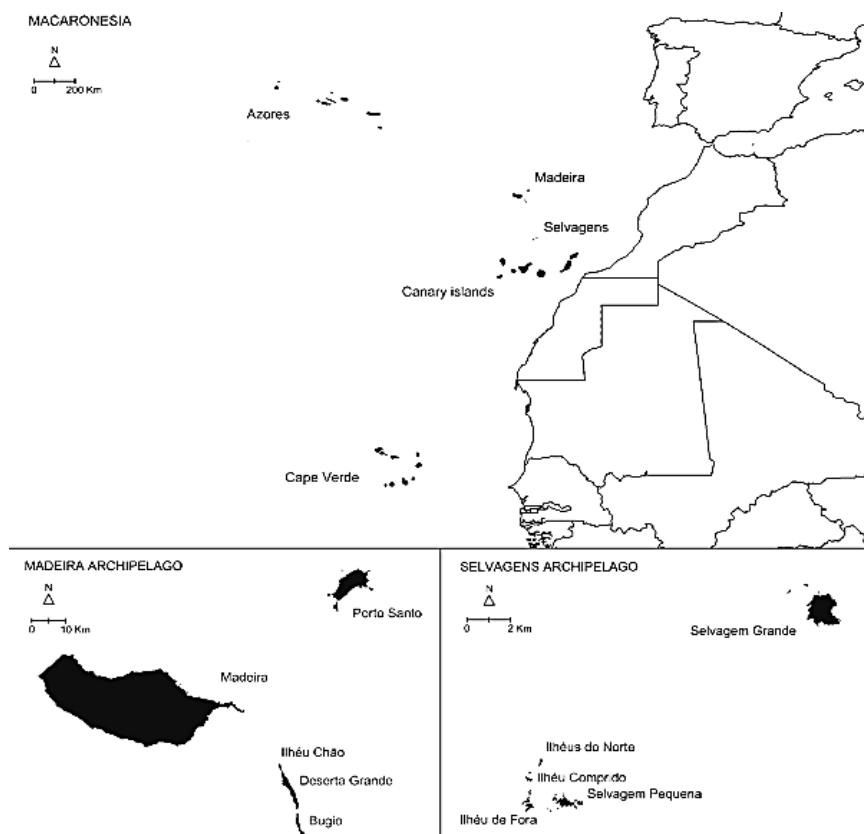


Figura 7: Mapa de localização e composição do Arquipélago da Madeira (Borges *et al.*, 2008:16).

As ilhas Desertas e as ilhas Selvagens são as únicas não habitadas. Estas últimas fazem parte das áreas protegidas do arquipélago, duas reservas naturais com um grande património biológico e geológico. As Desertas (Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio)

foram descobertas em 1420 e têm uma extensão total de 14.2 km². A altitude máxima é de 479 m na Deserta Grande (Borges *et al.*, 2008).

As Selvagens encontram-se mais próximas das Ilhas Canárias (180 km) e, apesar da sua descoberta em meados do século XV por Diogo Gomes, acredita-se que a sua existência já era conhecida. São geridas pela Região Autónoma da Madeira, RAM (designação administrativa do arquipélago) apenas a partir de 1971 (PNM, 2016a). São constituídas por três ilhas (Selvagem Grande, Selvagem Pequena e Ilhéu de Fora) e outros ilhéus que, ao todo, possuem 2.73 km², atingindo uma altitude de 153 m no Pico da Atalaia localizado na Selvagem Grande (Borges *et al.*, 2008).

A Ilha do Porto Santo e a Ilha da Madeira são as maiores ilhas do arquipélago. O Porto Santo engloba 42.6 km² situados no extremo NE do arquipélago (Neves, 2010; DREM, 2013). Adicionalmente, é composta ainda por seis ilhéus despovoados (Ilhéu de Baixo, Ilhéu de Ferro, Ilhéu da Fonte da Areia, Ilhéu de Fora, Ilhéu das Cenouras e Ilhéu de Cima), que fazem parte da rede de áreas marinhas protegidas do Porto Santo (PNM, 2016b). Estima-se que, em 2014, a ilha tinha uma população de 5255 habitantes (Direcção Regional de Estatística da Madeira, DREM, 2016). Apesar de ter sido a primeira a ser descoberta em 1418, a ilha da Madeira é a principal e a maior do arquipélago. Descoberta pelos navegadores portugueses Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo e João Gonçalves Zarco, em 1419, deve o seu nome à grande abundância de madeira. Tem uma área de 758.5 km² (DREM, 2015; 2013), com 57km de comprimento e 22km de largura (DRTM, 2016). A altitude máxima é de 1862m e a população, em 2014, era de 254728 habitantes (DREM; 2016; 2013). O Funchal é a capital e a principal cidade da ilha, onde se reúnem todos os órgãos político-administrativos do arquipélago, ou seja, da RAM.

A RAM foi classificada como Região Ultraperiférica (RUP) devido à sua localização, insularidade, pequena dimensão, topografia e dependência económica. A nível nacional e organizacional, o seu território corresponde a uma NUTII. Administrativamente, está dividida em onze municípios e cinquenta e quatro freguesias localizadas no Porto Santo e Ilha da Madeira, que possuem uma área total de 801.1 km², uma população de 260000 habitantes (em 2014) e uma densidade populacional de 324.4 hab/km² (Madeira Rural, 2015; DREM, 2016). Na ilha do Porto Santo existe somente uma freguesia e um município com o mesmo nome. Os restantes municípios estão localizados na ilha da Madeira: Calheta, Santana, Porto Moniz, Santa Cruz, São Vicente, Funchal, Machico, Ribeira Brava, Câmara de Lobos e Ponta do Sol.

A Calheta é maior concelho da ilha, com cerca de 15% do território da ilha e aproximadamente 111.5 km² (fig.8). Datado de 1502, o actual concelho só foi criado em 1835, mantendo o actual território desde 1871 (Câmara Municipal da Calheta, 2015). Está localizado na vertente SW e é delimitado a N e a NE pelo município do Porto Moniz, a E pelo de Ponta do Sol e a NW pelo de São Vicente (Figueiredo, 2008). É neste concelho que fica o extremo mais ocidental da ilha, na freguesia da Ponta do Pargo, uma das oito que constituem o concelho. As freguesias têm uma área de (por ordem decrescente): Ponta do Pargo (24.71 km²), Calheta (23.44 km²), Fajã da Ovelha (22.16 km²), Arco da Calheta (14.7 km²), Estreito da Calheta (14.32 km²), Prazeres (10.3km²), Paul do Mar (1.40 km²) e Jardim do Mar (0.74 km²) (INE, 2016).

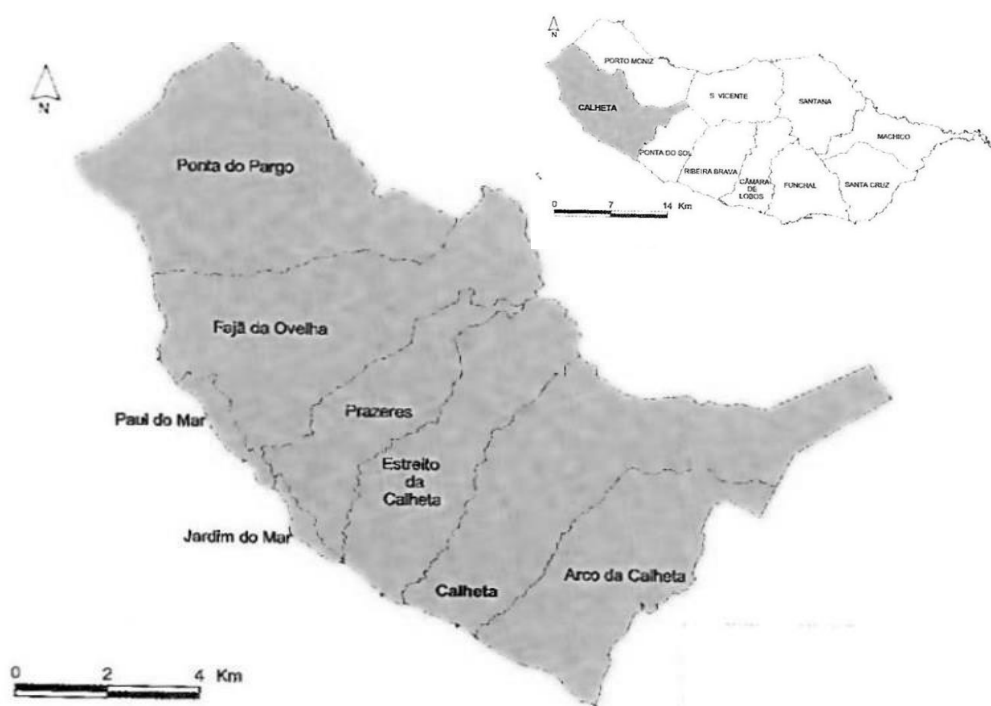


Figura 8: Concelho da Calheta e sua divisão administrativa (Figueiredo, 2008:13).

4.2. Principais Características Físicas

4.2.1. Da Geologia à Geomorfologia

De origem vulcânica, a ilha da Madeira tem uma formação mais recente do que a do Porto Santo ou das Selvagens. Surgindo há menos de 5.6 milhões de anos (Miocénico Superior), a actividade vulcânica mais recente ocorreu entre 6000 e 7000 anos (Borges *et al.*, 2008). Isto indica que as ilhas do arquipélago têm edifícios vulcânicos distintos. Todavia, do ponto de vista geográfico, a Madeira e o Porto Santo pertencem ao Grupo Norte, e, historicamente a nível geológico, todas as ilhas do arquipélago estão relacionadas com a evolução da crosta oceânica da Placa Africana, como consequência da abertura do oceano atlântico que se iniciou à 200 milhões de anos (Triásico), a partir do *Rift* Médio Atlântico (Neves, 2010; Ribeiro e Ramalho, 2007).

A ilha resulta de um magmatismo oceânico intraplaca, consequência da acção directa de um ponto quente (*'hot-spot'*) (Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA), 2014; Prada, 2000), ligado a uma pluma térmica em profundidade. O edifício vulcânico da Madeira ergue-se, a partir da planície submersa da Placa Continental Africana, cerca de 5.5km em altura (Figueira, 2009). A sua formação geológica teve 3 fases distintas desde o fim do Miocénico até ao Quaternário, tendo em conta as erupções vulcânicas verificadas. Uma primeira erupção, submarina, intensa e explosiva, que formou a parte central da ilha; uma segunda, no Pliocénico, mista, na vertente sul da ilha (desde a linha de costa até aos 1000 m de altitude); uma terceira, de cariz efusivo, com grande destaque nas zonas planálticas centrais e na vertente norte da ilha (Neves, 2010). Esclareça-se que durante o período relativo às erupções descritas houve também períodos de acalmia correspondentes a fases erosivas

permitindo a deposição sedimentar. Tendo em conta a geocronologia, Prada (2000) identificou no mínimo onze fases de evolução da ilha até ao fim da actividade eruptiva. Foi possível confirmar que a ilha acaba por ser composta por sete unidades geológicas na seguinte ordem: (1) o complexo vulcânico antigo; (2) os calcários marinhos dos Lameiros-S. Vicente; (3) o depósito conglomerático-brechóide; (4) o complexo vulcânico principal; (5) o complexo vulcânico de S. Roque/Paul; (6) os episódios vulcânicos recentes; (7) os depósitos de vertente, as fajãs, as quebradas, os depósitos de enxurrada recentes, as areias de praia, as dunas fósseis, os terraços fluviais e os aluviões (SRA, 2014; Borges *et al.*, 2008; Prada, 2000). Apesar da elevada erosão e destruição dos complexos vulcânicos ainda hoje é possível observar quer algumas formas correspondentes a cones vulcânicos parcialmente erodidos, quer os afloramentos que permitem identificar as unidades geocronológicas, confirmando a riqueza do património geológico e geomorfológico da ilha.

As formações geológicas mais abundantes são basaltos e piroclastos (tufos, brechas, cinzas, etc.) (Ribeiro e Ramalho, 2007). De acordo com a Carta de Solos da Ilha da Madeira, de 1992 (in Neves, 2010), os solos têm pouco potencial agrícola, porque predominam os Andossolos, distribuídos por toda a ilha, excepto na zona central, ocupando cerca de 42% da superfície. A zona central é ocupada por escarpas e terrenos acidentados que são o segundo tipo de solo predominante na ilha, chegando aos 37.7% (SRA, 2003).

Do ponto de vista geomorfológico, as formas e depósitos correlativos da sua evolução são marcados pela actividade vulcânica, daí resultando formações litológicas susceptíveis a movimentos de vertente (também associados aos fortes declives) e processos de erosão marinha e fluvial. De acordo com Ribeiro e Ramalho (2007:7) estas condições:

“(...) [levaram] ao aparecimento de formas de relevos especiais – cones vulcânicos, depressões profundas, falésias [leia-se arribas], ravinas, caldeiras, planaltos, terraços, etc., a que muitas vezes foram atribuídas designações locais – ‘paul’, ‘achada’, ‘curral’, ‘rechãs’, ‘leixões’, etc.”.

No conjunto a Madeira apresenta um relevo bastante acidentado com declives fortes (65.4% do território tem declives superiores a 25%) e escarpas subverticais, localizadas sobretudo no N da ilha entre a Ponta de São Lourenço e o Porto Moniz, mas prolongando-se também até à Ponta do Pargo (W) (Neves, 2010; Madeira Rural, 2015). Em relação à altimetria verifica-se que 72% do território se encontra acima de 700 m de altitude (Madeira Rural, 2015). Existem 12 sistemas montanhosos principais, todos eles acima dos 500m de altitude. Os seis mais altos, com altitude superior a 1500 m, são: Encumeada (1580 m), Achada do Teixeira (1592 m), Fonte do Juncal (1595 m), Pico Ruivo do Paul (1640 m), Pico do Areeiro (1818 m) e Pico Ruivo de Santana (1862 m) (DREM, 2015a)⁶.

A nível geomorfológico a Madeira está dividida em duas unidades principais: o Maciço Vulcânico Central e o Litoral (SRA, 2014; Prada, 2000; Ribeiro e Ramalho, 2007; Neves, 2010). O Maciço Central é formado por um conjunto de elevações vulcânicas situadas na zona central da ilha, onde se localizam os picos mais altos. Além

⁶ Cf. Anexo 4.

disso, a ilha está recortada pela densa rede hidrográfica, destacando-se a Ribeira Brava (que desagua a S) e a de São Vicente (que desagua a N). Acrescente-se que é no Maciço Ocidental que se localiza o planalto do Paul da Serra (com 16km de comprimento e 6 km de largura), constituindo a maior superfície plana da ilha. No Maciço Oriental localizam-se os grandes picos, que atingem altitudes superiores a 1750m) como o Pico Ruivo de Santana, o Pico das Torres (1847 m), o Pico do Areeiro, o Pico do Cidrão (1798 m) ou o Pico do Galo (1784 m). Entre estes relevos imponentes situam-se depressões como é o caso do Curral das Freiras (em Câmara de Lobos) ou da Serra de Água (na Ribeira Brava), que possuem declives bastante acentuados. Note-se que este Maciço a leste acaba por descer e ligar-se a uma península alongada, estreita e recortada, a Ponta de São Lourenço, extremo oriental da ilha (Prada, 2000; Figueira, 2009). Desta forma, o Maciço Ocidental, o Maciço Oriental e a Ponta de São Lourenço formam três unidades geomorfológicas clássicas da região.

Em relação ao litoral, a ilha possui uma linha de costa de 153 km, marcada por arribas altas e de declive muito acentuado, evidenciando o seu rápido recuo erosivo. De entre os desníveis acentuados destaca-se, por exemplo, o sector entre a Ponta do Pargo e o Porto Moniz (Ponta do Tristão), com desníveis superiores a 250m. Na costa S surge a arribas mais alta da Europa, o Cabo Girão (Câmara de Lobos), com 580m de comando. A área costeira é ainda marcada por uma diminuta plataforma continental, mais pronunciada pela ausência de praias, existindo, tipicamente, as praias de “calhau rolado” abastecidas pela deposição de blocos rochosos provenientes de processos de erosão das arribas (SRA, 2014; Ribeiro e Ramalho, 2007; Figueira, 2009; Figueiredo, 2008).

O concelho da Calheta não foge às características descritas para a ilha. Denominações como ‘lombada’, ‘paul’, ‘achada’ e ‘fajã’ são também frequentes neste município devido à diversidade orográfica, marcada por um relevo acidentado. Figueiredo (2008) divide o município em três unidades: (1) a costa, com as mesmas características ao longo de toda a ilha, destacando-se as praias de calhau localizadas nas freguesias do Arco da Calheta, Paul do Mar e Jardim do Mar (mas também a pequena baía na Vila da Calheta); (2) os lombos, situados na zona central do concelho aproximadamente entre 200 e 1000 m de altitude, com menor diversidade geomorfológica onde se regista a maior ocupação humana no concelho; (3) a serra, normalmente com altitudes superiores a 1000 m, destacando-se a área do Paul da Serra, pertencente a este concelho, que pode atingir 1600 m. Perto da linha de costa surgem fajãs, resultantes de desabamentos nas arribas, formando superfícies de acumulação de materiais, como a Fajã Grande, a Fajã do Paul do Mar e a do Jardim do Mar. Associados à serra encontram-se os pontos mais altos do concelho, nomeadamente, o Pico Ruivo do Paul, o Pico da Urze, o Pico do Remal, a Fonte do Barro, o Pico dos Metros e a Achada Grande (Figueiredo, 2008).

A diversidade do relevo descrito constitui um rico geopatrimónio (neste caso património geomorfológico), associando recursos abióticos com potencial turístico, principalmente se adicionarmos o património geológico e o património hidrológico. O magnífico geopatrimónio constituído pelas paisagens da ilha e do concelho da Calheta, constitui uma inegável atracção turística. Para além disso, as paisagens associam-se ao rico património natural e humano (misto), como as diversas culturas agrícolas desenvolvidas em socalcos, nas fajãs ou utilizando muros de suporte em rocha basáltica

4.2.2. Climatologia e Rede Hidrográfica

O clima madeirense é influenciado por um conjunto de factores externos e regionais. Os externos relacionam-se com a localização geográfica da ilha, destacando-se: o efeito da corrente quente do Golfo; a latitude; os centros anticiclónicos e as depressões continentais centrados no Norte de África; as baixas pressões associadas ao fluxo zonal de oeste, com sistemas frontais associados; os efeitos da presença ou ausência do anticiclone dos Açores. De facto, o anticiclone dos Açores exerce uma influência decisiva na ilha condicionando os tipos de tempo. Qualquer variação na sua posição altera as condições atmosféricas no atlântico oriental, pois é responsável pelo transporte de ar tropical marítimo subsistente, actuando como barreira relativamente aos centros de baixa pressão do norte atlântico e aos ventos alísios, influenciando a direcção do vento, os níveis de nebulosidade e a ocorrência de aguaceiros (Prada, 2000; Figueira, 2009; Fernandes, 2009; Neves, 2010).

De uma maneira geral, o clima da ilha é ameno ao longo do ano, sendo caracterizado como um clima mediterrânico e temperado (Borges *et al.*, 2008; SRA, 2014; Fernandes, 2009; Figueiredo, 2008), pois o verão é temperado e seco (em média a temperatura do mês mais quente ultrapassa os 22°C) e o inverno é suave e húmido (existindo vários meses com temperaturas superiores a 10°C) (Fernandes, 2009; SRA, 2014). A ilha apresenta uma regularidade térmica, devida ao efeito regulador do oceano, mantendo-se entre 8º/9°C e 19°C ao longo do ano. Também existem vários dias sem ocorrência de precipitação, sendo a média anual de 1 628mm. A humidade relativa raramente ultrapassa 75% no inverno, mas desce nos meses mais quentes atingindo os 60% (mínimo registado na estação do Areeiro) (SRA, 2014). Em relação ao vento a direcção predominante é de NE, embora se registem também ventos de N, principalmente no inverno, e raramente de S ou de E (Figueira, 2009; Prada, 2000; SRA, 2003). Note-se que esta descrição é um pouco simplista, não destacando a grande variedade de microclimas existentes na ilha (Borges *et al.*, 2008; Fernandes, 2009). De entre os factores responsáveis pelos micro-climas realça-se a vegetação, embora seja o relevo e a altitude que têm uma dimensão mais preponderante nas variações climáticas regionais. Note-se que o relevo da ilha se dispõe quase de forma perpendicular aos ventos dominantes de NE, fazendo com que a temperatura e a precipitação sejam distintas entre locais com altitudes semelhantes, em função da exposição desigual em relação aos ventos e à radiação solar, o que reforça as assimetrias existentes não só entre os locais de maior e menor altitude, mas entre as vertentes N e S da ilha (Borges *et al.*, 2008; Neves, 2008; Fernandes, 2009; Figueira, 2009; SRA, 2014; Prada, 2000).

Os ventos alísios, de cariz húmido, transportam massas de ar que são obrigadas a subir devido ao relevo da vertente N da ilha. Por isso, a condensação resultante dá lugar à ocorrência de nevoeiros quase constantes (mesmo junto ao litoral), fazendo com que haja maior precipitação, humidade e nebulosidade naquela vertente. De facto, a cordilheira central impede a passagem do ar húmido para S, sendo esta vertente moderadamente chuvosa, com valores entre 500 e 650mm (553mm no Funchal). Globalmente a precipitação ronda 1000 a 1500mm anualmente, com tendência a subir

conforme a altitude local aumenta, podendo ultrapassar 2800mm nos picos mais altos (3084mm no Pico do Areeiro) (Neves, 2010, DRTM, 2016a; Fernandes, 2009)⁷.

A variação da temperatura entre as 2 vertentes da ilha é de apenas 1.2°C no litoral, registando-se uma temperatura anual superior na vertente S (18.8°C no Funchal) e inferior no N (17.8°C em São Vicente e 15.2°C em Santana). O valor desce conforme a altitude aumenta (9.7°C no Areeiro) (DRTM 2016a; Prada, 2000)⁸.

Em relação ao Município da Calheta, devido à ausência de dados, os valores da precipitação e da temperatura média anual são baseados nos das estações meteorológicas mais próximas. De acordo com a Secretaria do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA) para o último Plano Regional da Água da Madeira (PRAM) (2003a), existem algumas diferenças a nível do concelho.

Em relação à precipitação, os valores mais baixos localizam-se na vertente S junto ao litoral, embora sem uma distribuição espacialmente uniforme. Na Calheta junto ao litoral a precipitação é inferior tal como na faixa SE; contudo, já a W ou em altitude, a precipitação assemelha-se à do concelho de Porto Moniz e das zonas a NW, com valores entre 1400 e 1800mm, destacando-se as freguesias da Fajã da Ovelha e da Ponta do Pargo. Figueiredo (2008) destaca a ocorrência de alguns aguaceiros intensos durante os meses da Primavera e Outono, influenciados pelas massas de ar de SW resultantes de uma circulação meridiana associada ao relevo acidentado.

As diferenças entre o N e o S da ilha a nível dos elementos do clima acabam por se reflectir também na rede hidrográfica. A rede é densa, jovem e a sua torrencialidade deve-se aos desníveis e aos fortes declives do relevo da ilha. A rede é composta por inúmeros cursos de água (na sua maioria ribeiras), com perfis longitudinais declivosos, encaixados e com grande capacidade de carga na sequência de períodos chuvosos, apesar da sua pequena dimensão/comprimento (Neves, 2010; Prada, 2000; Figueira, 2009; Figueiredo, 2008). Do conjunto destacam-se vinte cursos de água e as suas respectivas bacias hidrográficas, sendo que todas estas bacias possuem cabeceiras acima de 550m de altitude que, nos cursos de água principais, atingem altitudes que ultrapassam os 1200m. Em termos de área, as cinco maiores são a Ribeira dos Moinhos (Calheta, com 66.92 km²), a Ribeira dos Socorridos (63.31 km²), a Ribeira da Janela (62.52 km²), a Ribeira de Santa Luzia (61.55 km²) e a Ribeira de São Jorge (54.66 km²) (SRA, 2014). Os caudais registam uma variação acentuada entre o verão e o inverno (como é normal nas nossas latitudes), ocorrendo também contrastes entre os valores registados na vertente N e na vertente S da ilha. Apesar de no inverno o caudal dos cursos de água ser elevado, no verão os valores tendem a reduzir bastante chegando a secar, particularmente os que correm para o litoral S (Neves, 2010), destacando-se, na Calheta, os localizados nas zonas SE e do Paul do Mar (Figueiredo, 2008).

Para além dos cursos de água, a Madeira tem um grande número de nascentes, pois as suas formações geológicas permitem a formação de aquíferos suspensos de água doce que não se misturaram com os aquíferos salinos de base (Figueira, 2009; Prada *et al.*, s. d.). Os principais locais de infiltração localizam-se no Paul da Serra (área plana com taxas de infiltração de 70%) e em alguns planaltos menores no Maciço Central

^{7/8} Cf. Anexo 5.

(Figueira, 2009; Madeira Rural, 2015). O estado das massas de águas superficiais da ilha é, na sua maioria, de elevada qualidade (entre bom e excelente). Os recursos hídricos subterrâneos têm sido aproveitados desde a colonização da ilha (Figueira, 2009) e, para tal, surgiu a construção de canais para o transporte da água, as tradicionais ‘levadas’. Correspondem a canais estreitos com pouco declive que permite um correr de água vagaroso, surgindo as primeiras no século XV, aumentando a sua construção conforme as exigências da produção agrícola (Figueira, 2009; Quintal, s. d.; Fernandes, 2010; Quintal, 2010). A construção ganha um maior destaque a partir do século XIX com a intervenção directa do Estado na sua edificação e manutenção. O principal objectivo era o transporte de água da vertente N para vertente S da ilha, pois, até à época, as levadas não atravessavam a cordilheira central (Quintal, s.d.; Fernandes, 2010; Figueira, 2009; Quintal, 2010). A primeira financiada pelo Estado foi a levada do Rabçal na Calheta. Porém, o grande *boom* deu-se na segunda metade do século XX. O transporte de água permitiu a construção de estações hidroeléctricas para a produção de energia, sendo as duas primeiras inauguradas nos anos cinquenta (1953): central da Calheta e central da Serra de Água (Empresa de Electricidade da Madeira, EEM, 2014; Quintal, s. d.; Fernandes, 2010; Quintal, 2010).

As levadas têm uma enorme importância a nível turístico, encontrando-se as primeiras referências em guias de viagem do séc. XIX. Actualmente continuam a ser altamente apreciadas pelos turistas pois permitem: realizar caminhadas longo das mesmas; vislumbrar todo o rico e diversificado património natural biótico e abiótico, além de algum património cultural, não só relativo às próprias levadas mas também à paisagem humanizada, que é alvo de apreciação desde o início da actividade turística na ilha (Quintal, s. d.; Quintal, 2010; Fernandes, 2010; Sousa, 2014).

4.2.3. Uso e Ocupação do Solo e Património Natural Biótico

De acordo com o último inventário florestal regional (SRA e DRFCN, 2015), a ocupação do solo na ilha da Madeira está dividida em seis categorias distintas: a floresta e outras áreas arborizadas; os matos e herbáceas (incluindo pousios agrícolas, pastagens naturais e terrenos abandonados); os improdutivos (terrenos estéreis ou com fraca capacidade de desenvolvimento vegetal); a agricultura; o meio urbano; as águas interiores.

De acordo com o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM (PRODERAM) (Madeira Rural, 2015) existe entre 74% e 79% (cerca de 58 294 ha) do território regional com aptidão florestal. Contudo, somente 46% é ocupada pela floresta e outras áreas arborizadas. Os matos e herbáceas representam 33%, a agricultura 12%, as áreas urbanas 7%, as áreas improdutivas 2% e as águas interiores ocupam apenas 1%. A produção agrícola é condicionada pelo relevo especialmente acidentado da ilha pelo que se encontra apenas desenvolvida em áreas de declive baixo e médio (entre 16% e 25%), com recurso à construção e manutenção de muros de suporte e de socacos (Neves, 2010; Madeira Rural, 2015). Este sector produtivo tem vindo a reduzir-se, resultando no abandono da actividade agrícola e na reconquista destas áreas por espécies indígenas (como o massaroco, o loureiro e o barbuzzano), ou invasoras (como as acácias e as canas vieiras, principais nas áreas mais altas) (Figueiredo, 2008).

Da área com aptidão florestal ocupada por floresta e outras áreas arborizadas, 45 a 47% é floresta natural, 48 a 49% é floresta cultivada (eucalipto, pinheiro bravo, acácia, castanheiro e outras) e 5 a 6% são ‘outras áreas arborizadas’ (principalmente urzes arbóreas) e matos (urze-de-vassoura, silvado, carqueja e giesta). Note-se que 99% da floresta natural é representada pela floresta Laurissilva, enquanto somente 1% é floresta ripícola (floresta que se desenvolve ao longo dos cursos de água) (Madeira Rural, 2015; SRA e DRFCN, 2015). Infelizmente grande parte da vegetação endémica da região foi-se perdendo com o tempo, devido à má intervenção humana, principalmente nos locais de menor altitude (onde há uma maior concentração populacional). O pastoreio livre, a actividade agrícola e o abate de árvores para a produção de matéria-prima são alguns dos factores que contribuíram para a redução do coberto vegetal (Madeira Rural, 2015; Figueira, 2009). A vegetação endémica centra-se nas zonas de maior altitude, principalmente nos concelhos de Porto Moniz, São Vicente e Santana, mas também nas zonas mais a N dos concelhos da vertente SW, nomeadamente na Calheta, com destaque para toda a área do Rabaçal e Paul da Serra (Neves, 2010; Madeira Rural, 2015).

Devido a haver pouca vegetação autóctone na vertente S da ilha, introduziram-se espécies (a partir do séc. XX), como o pinheiro bravo e o eucalipto. A sua rápida propagação, a redução do uso de lenha e o abandono de espaços agrícolas, contribuíram para o desequilíbrio dos sistemas naturais. Mais recentemente, entre 2010 e 2012, os incêndios afectaram profundamente a superfície florestal (Madeira Rural, 2015; Neves, 2010; Figueira, 2009).

As características físicas da ilha da Madeira e a sua localização geográfica possibilitam a existência de uma grande variedade de ecossistemas, onde se integram inúmeros habitats a nível faunístico e florístico. A diversidade florística tem grande destaque, sendo um dos ecossistemas mais importantes o da floresta Laurissilva (Madeira Rural, 2015). A Laurissilva é considerada Reserva Biogenética na rede europeia sob a tutela do Conselho da Europa e foi classificada como Património Mundial da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), em 1999 (SRA, 2003). Abrange 15.868ha e está localizada principalmente na área do PNM. É de características higrófilas, sub-tropical húmida e, durante o período Terciário, ocupava o S da Europa (PNM, 2016d; Madeira Rural, 2015; Figueira, 2009). Constitui um património riquíssimo a nível botânico e científico, denominado como floresta relíquia e floresta da Macaronésia. (PNM, 2016d; Madeira Rural, 2015). Actualmente a Laurissilva encontra-se principalmente na vertente N, entre 300 e 1300m de altitude, devido à posição geográfica e às condições climáticas favoráveis nesta parte da ilha, principalmente a nível da abundância de água (Neves, 2010; Prada, 2000). Na ilha, a vegetação tem um enorme papel na retenção de água, como também na ocorrência de precipitação oculta (Prada, 2000; Borges *et al.*, 2008; Figueira, 2009) e, por isso, a floresta representa um enorme reservatório de água que ajuda a manutenção dos cursos de água e o combate à erosão nas encostas mais íngremes (Neves, 2010; Madeira Rural, 2015). É constituída por 3 estratos distintos: o arbóreo, o arbustivo e o herbáceo, sendo constituídos por espécies únicas⁹.

⁹ Cf. Anexo 6.

Em relação à fauna o arquipélago da Madeira apresenta uma grande variedade de fauna marinha, como a de macroinvertebrados de águas superficiais interiores (aproximadamente 240 espécies, sendo 30% endémica), moluscos (com uma das maiores diversidades a nível mundial, com 256 espécies), vertebrados de águas interiores (3 espécies de peixe e uma anfíbia). Destaca-se ainda o lobo-marinho (*Monachus Monachus*), espécie que se encontra em vias de extinção (Madeira Rural, 2015; SRA, 2003). A avifauna, com maior reconhecimento, apresenta 42 espécies, destacando-se a Freira da Madeira (*Pterodroma Madeira*), o Pombo Torcaz (*Columba Trocaz*) e outras cujo habitat preferencial é a floresta Laurissilva, como o Bis-bis (*Regulus Ignicapillus Madeirensis*), a Andorinha da Serra (*Apus Unicolor*) o Tentilhão (*Fringilla Coclebs Madeirensis*), a Lavandeira (*Motocilla Cinerca Schmitzi*) e a Manta (*Buteo Buteo Harterti*). No mesmo habitat existe também o Morcego-Arborícola-da-Madeira (*Nyctalus Leisleri Verrucosus*) e a Tarântula da Laurissilva (*Lycosa Blackwallii*) (Madeira Rural, 2015; Faria, 2006; SRA, 2003; Figueiredo, 2008).

Devido a esta riqueza biótica, na RAM existem 11 espaços classificados como áreas protegidas, ocupando 30% do território, que pertencem à Rede Natura 2000 (Sítios de Interesse Comunitário), através da Directiva ‘Aves’ e a Directiva ‘Habitats’, que estão integrados na classificação regional descritos como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e/ou Zonas de Protecção Especial (ZPE) (PNM, 2016c). Na ilha da Madeira existem 3 espaços classificados a nível regional como áreas protegidas: o Parque Natural da Madeira (PNM), a Reserva Natural Parcial do Garajau e a Reserva Natural da Rocha do Navio. Porém, existem outros espaços classificados e integrados na Rede Natura 2000: o Maciço Montanhoso Central (ZEC, ZPE e integrado no PNM), a Laurissilva (ZEC, ZPE e maioritariamente integrada no PNM), a Ponta de São Lourenço (ZEC e parcialmente integrada no PNM), o Ilhéu da Viúva (ZEC e sobreposta com a Reserva Natural da Rocha do Navio), as Achadas da Cruz (ZEC), os Moledos (ZEC) e o Pináculo (ZEC) (PNM, 2016c)¹⁰.

O Parque Natural da Madeira foi criado em 1982 com o objectivo de preservar todo o património natural da ilha e abrange 67% da superfície, sendo menos representativo nas áreas urbanas, mas englobando um vasto património cultural (imaterial e material), visto incluir espaços humanizados, principalmente nas áreas rurais, que remontam ao início do povoamento da ilha (Madeira Rural, 2015; Neves, 2010)¹¹.

4.3. Aspectos Demográficos e Socioeconómicos

4.3.1. Demografia

Segundo as estimativas da DREM (2016) a população média na ilha da Madeira, em 2014, era de 254 728 habitantes, menos 5937 que em 2011, correspondendo a um decréscimo de 2.28%. Com base em dados de uma década (2004 a 2014), a população registou um crescimento diminuto (1.78%) e não uniforme em todos os concelhos, verificando-se decréscimos significativos em certos municípios. Entre 2004 e 2014, só

^{10/11} Cf. Anexo 7.

dois concelhos registaram crescimento, destacando-se Santa Cruz com um crescimento de 27.23%. A Calheta é o quarto concelho a perder mais população (-5.68%), o único na vertente S da ilha, enquanto os concelhos a N registaram as perdas mais significativas, com uma média de 13%. Segundo estimativas, em 2014 a densidade populacional da RAM foi de 324.4hab/km² (DREM, 2016), com grandes diferenças inter-concelhias. O município com maior densidade é o Funchal (1409.3hab/km²) seguido, com grande diferença, de Câmara de Lobos (663.6hab/km²). Os concelhos que registaram um decréscimo têm menor densidade populacional: Porto Moniz (30.1hab/km²), São Vicente (68hab/km²), Santana (75.4hab/km²) e Calheta (100.7hab/km²).

A Comissão Europeia classifica a RAM como uma região predominantemente urbana, devido a menos de 20% da população viver nas áreas rurais (Rural (Madeira Rural, 2015). Contudo, somente o concelho do Funchal pode ser considerado como uma zona urbana. Os restantes concelhos da ilha são considerados como zonas rurais, embora subdivididas entre zonas predominantemente rurais (TR) e zonas significativamente rurais (TI). Entre as zonas predominantemente rurais se destacam os concelhos de: Calheta, Porto Moniz, Santana, S. Vicente, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Porto Santo, que representam 20.7% da população e 65.3% do território, contendo 56.95% das explorações agrícolas e 61.55% da SAU (Superfície Agrícola Utilizável) da região. Já as zonas significativamente rurais (TI) incluem os restantes concelhos (Câmara de Lobos, Machico e Santa Cruz), representando 37.5% da população, 25.2% do território, 34.5% das explorações agrícolas e 31.5% da SAU.

Note-se que, segundo *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013*, QREN (2013), os concelhos predominantemente rurais são aqueles em que 50% da população reside em freguesias com uma densidade populacional inferior a 150hab/km².

Como se observa no Quadro 5, todas as freguesias da Calheta, incluindo a da sede de concelho, são predominantemente rurais. Isto também se deve ao facto que a Calheta é um dos quatro concelhos rurais que registam maiores perdas de população, tendo, em simultâneo um índice de envelhecimento populacional muito alto (162.6). Todavia, é segundo concelho da região com maior número de estrangeiros residentes, após o Funchal (DREM, 2015c).

Quadro 5: Número de residentes, superfície e a densidade populacional do concelho da Calheta (2014) (INE 2016).

Freguesias do concelho da Calheta	Número de residentes	Superfície (km ²)	Densidade populacional (km ²)
Concelho: Calheta	11521	111,50	103,3
• Arco da Calheta	3168	14,70	215,6
• Calheta	3163	23,45	134,9
• Estreito da Calheta	1607	14,32	112,2
• Fajã da Ovelha	895	22,16	40,4
• Jardim do Mar	204	0,74	276,6
• Paul do Mar	871	1,40	623
• Ponta do Pargo	909	24,71	36,8
• Prazeres	704	10,03	70,2

4.3.2. Economia

Em 2014, o PIB (Produto Interno Bruto) da RAM foi avaliado em 4084.6 milhões de euros, registando um crescimento de 0.4% em relação ao ano transacto. Apesar da época de crise económica, com a aplicação do Plano de Ajustamento Económico-Financeiro foi o ano em que a economia regional cresceu desde 2010, apesar do crescimento do PIB na RAM ter ficado aquém da média nacional. A RAM fica abaixo nos níveis do PIB registados a nível nacional e na UE, mas apresenta o terceiro PIB mais elevado (94.2), sendo que a nível europeu está 26.4% abaixo da média.

A implementação do Plano de Ajustamento (2012, 2013 e 2014) influenciou fortemente a economia regional, pois em 2012 o PIB regional decresceu 8.1%, estando abaixo dos 4 milhões. Este cenário menos positivo repete-se e acompanha a tendência nacional dos últimos anos também a nível dos investimentos e da capacidade de produção. O PIB *per capita* continua abaixo da média nacional, apresentando índices de 98.2, 91.6 e 94.2, respectivamente. O VAB (Valor Acrescentado Bruto) cresceu 0.2% em 2014 e foi avaliado em 3592.9 milhões de euros.

Os ramos que mais contribuem para o crescimento são o sector terciário associado ao ‘comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; actividade de alojamento e restauração’ (no qual se inclui o turismo), com um peso de 32.6%. A nível municipal é interessante verificar os ramos de actividade predominantes através dos dados do último censo (2011). Nos concelhos predominantemente rurais, excepto São Vicente, a agricultura tem um peso importante, nomeadamente na Calheta, enquanto no Funchal predominam vários tipos de serviços e actividades ligadas ao sector terciário.

Os dados mais recentes em relação ao tecido empresarial a nível municipal, mostram que a densidade de estabelecimentos (empresas ou parte de empresas) é maior na RAM relativamente ao conjunto nacional, embora as características sejam semelhantes, com um volume de negócios baixo e um número de empregados diminuto (2 a 3 em 2013). A nível de sectores e ramos de actividade, o sector terciário tem um peso muito maior em relação aos outros, com cerca de 74.2% dos estabelecimentos. Porém, ao contrário da situação a nível nacional, o sector primário tem um maior destaque que o sector secundário, 16.8% e 8.9%, respectivamente (DREM, 2015c).

A nível municipal (como podemos ver na fig.9), por sector de actividade, o terciário é dominante na ilha. Porém, se analisarmos por ramo de actividade, só existem dois ramos dominantes: a ‘agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca’ em toda vertente N e W ilha; o ‘comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; actividades de alojamento e restauração’ na vertente E e parte da vertente S (DREM, 2015c).

Os dados mais recentes em relação ao tecido empresarial a nível municipal, mostram que a densidade de estabelecimentos (empresas ou parte de empresas) é maior na RAM relativamente ao conjunto nacional, embora as características sejam semelhantes, com um volume de negócios baixo e um número de empregados diminuto (2 a 3 em 2013). O Funchal, enquanto área urbana, destaca-se pela maior densidade de estabelecimentos (161.7/km²), de pessoal ao serviço (3.3 pessoas) e volume de negócios (230.3 milhões de euros), mas, os concelhos rurais têm uma média ainda mais baixa de

pessoal ao serviço e de volume de negócios (DREM, 2015c). A nível de sectores e ramos de actividade, o sector terciário tem um peso muito maior em relação aos outros sectores na região, com cerca de 74.2% dos estabelecimentos empresariais. Porém, ao contrário da situação a nível nacional, o sector primário tem um maior destaque que o sector secundário, 16.8% e 8.9%, respectivamente (DREM, 2015c).

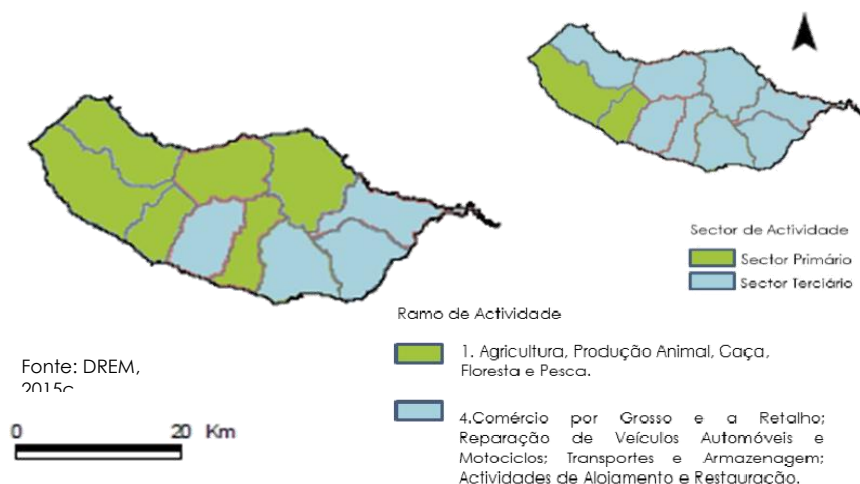


Figura 9: Ramo de actividade económica e sector económico a nível municipal na RAM, em 2013.

A Calheta é um dos dois concelhos onde o sector primário representa mais de 50% dos estabelecimentos, o que confirma o estatuto rural do concelho (TR). O tecido empresarial é diminuto, sendo a densidade de estabelecimentos inferior a 11%, com uma média de pessoas empregues de 1.7 e um volume de negócios de 50.11 milhares de euros, representando 27% do volume negócios das empresas da RAM.

Ainda em relação ao emprego, os dados mais recentes não são animadores: em 2014 a taxa de desemprego era a maior do país (14.7%, correspondendo a 19380 pessoas) e a média da população activa era de 131771 pessoas. Os serviços, para além do seu contributo para o VAB, são o sector económico com mais emprego com cerca de 66.31% da população activa (DREM, 2015c). Contudo, a maioria da população empregada possui somente o ensino básico (59.9%).

Este cenário pouco promissor (apesar de ter melhorado em relação aos anos transactos), pois, por exemplo, entre 2012 e 2013 a taxa de desemprego rondava 18 a 19%, enquanto, em 2015, se reposicionou nos mesmos valores de 2011 com 14.65% (INE, 2012a; DREM, 2015c). Em 2011 os municípios da RAM com uma maior taxa de desemprego foram Câmara de Lobos (18.22%), Porto Santo (18.90%), Machico (17.28%) e Ponta do Sol (14.75%). Já os concelhos com menor taxa foram os rurais: Calheta (12.3%), São Vicente (11.57%) e Porto Moniz (10.68%), mas existem freguesias que ultrapassam a média regional como é o caso da Fajã da Ovelha com 17.7% (INE, 2012a; DREM, 2015c).

4.3.2. Ruralidade Madeirense

O povoamento e a exploração agrícola das regiões (excepto o Funchal) faz parte da história dos concelhos rurais. No início do seu povoamento, no séc. XV, várias terras

foram dadas à nobreza secundária que vinha para a ilha. Rapidamente, se implementou (como no Continente) a lei do arrendamento para a exploração das terras, a Lei das Sesmarias. Porém, devido à escassez de terra, os sesmeiros vincularam as terras, deixando de se aplicar simplesmente a Lei das Sesmarias, passando-se a um Contrato ou Lei da Colónia (Câmara, 2011; Sousa, 1994). O aumento da área explorada foi possível com a conquista de terras à montanha e à floresta. Adicionalmente à cultura da vinha foram adicionadas culturas paralelas de subsistência, como a da batata, que foi introduzida entre o séc. XVIII e XIX. Enquanto na vertente S se centra a produção do açúcar e do vinho, na vertente N tirava-se partido da ligação à serra para a criação de gado e produção de lenha. Porém, estabeleceram-se trocas entre ambas as vertentes para combater lacunas, com as povoações perto da costa a trocar peixe por batatas e lenha com as povoações mais perto da serra. Na Calheta estas trocas já se faziam dentro do concelho entre as zonas mais altas e as costeiras, por exemplo, entre a Fajã da Ovelha e o Paul do Mar, trocando-se cereais e outros produtos agrícolas por peixe. Para além do pagamento da renda, o arrendatário dava parte da produção como paga ou construía infra-estruturas na exploração agrícola. Este tipo de exploração acaba por prevalecer ao longo do tempo, mesmo que, após a Revolução Liberal (séc. XIX) se exigisse a exploração directa por parte do proprietário das terras e o fim do pagamento com uma parte da produção. A revolução também não evitou a fragmentação das terras e a infinita partilha das mesmas através das heranças.

As próprias características das explorações agrícolas madeirenses, por factores naturais ou humanos, fazem com que a região seja considerada desfavorecida a nível agrícola, enfrentando também o problema do êxodo rural, o abandono da actividade e das próprias áreas agrícolas (Madeira Rural, 2015; Quintal, 2010; Figueiredo, 2008).

Em 2013 estavam registadas 12055 explorações agrícolas, num total de 5262ha de SAU. Porém, estas explorações, para além da sua pequena dimensão, necessitam de grande número de mão-de-obra em parte devido ao relevo que impossibilita o uso de maquinaria (DREM, 2015c). Entre as culturas produzidas, em peso e em área, destaca-se a subida das frutas subtropicais, como banana, vinha e cana-de-açúcar, representando as culturas permanentes quase 50% da SAU regional, com enorme importância no concelho da Calheta. Em todo o território do concelho, muito sem actividade actual, é possível observar um rico património associado ao tempo áureo do açúcar, como vários engenhos e centros de moagem. De facto, é na Calheta que se localiza um dos principais engenhos da transformação da cana sacarina, mas também um povoamento feito ao longo das vertentes declivosas perto, por exemplo, das plantações de banana.

A RAM é deficitária em inúmeros produtos, com a balança comercial em desequilíbrio. Apesar de depender das importações, existem alguns produtos que ajudam a diminuir a dependência face ao exterior, como a banana (para o mercado nacional), o vinho DOP (Denominação de Origem Protegida) Madeira (para o mercado nacional e internacional), a batata-doce, a abacate, a anona, o pepino e as flores (para o mercado nacional). Apesar de nos últimos anos mais de 90% do investimento ter sido realizado na inovação do sector agrícola, o número de produtores decresceu 5.4% e envelheceu. Talvez o mais desafiante seja o facto de menos de 1% ser produtor-empresário, sendo 15% analfabetos e apenas 7% com formação especializada, para além de somente 11% se dedicarem à actividade a tempo inteiro. Isto acaba por se reflectir

nos níveis baixíssimos de organização agrícola na RAM e na ausência de interprofissionalismo agro-alimentar, reduzindo a competitividade deste sector. Sendo a agricultura um ramo de actividade com destaque nos concelhos rurais em relação ao seu tecido empresarial, o impacto económico é, por isso, diminuto na região (Madeira Rural, 2014).

Entre 2000 e 2014, o crescimento do VAB ligado à agricultura cresceu significativamente na região, rondando 16.8% (DREM, 2015b). Nesta avaliação não são tidos em conta outros recursos das regiões agrícolas e rurais madeirenses, como a paisagem formada pelas pequenas propriedades, os muros de suporte construídos ou a rede de levadas existente, que são recursos fundamentais para o desenvolvimento do TER. Segundo Quintal (s. d.:5) “Os poios e as levadas são as mais ricas peças do património cultural da Ilha da Madeira e a expressão viva de como foi possível a intervenção humana sem criar rupturas significativas no funcionamento dos ecossistemas”. De facto, é nas áreas rurais regionais que a paisagem tem enorme impacto turístico, como é nas mesmas que se promovem actividades em contacto com a natureza, tais como as caminhadas, os percursos das ‘levadas’ e outros desportos (por exemplo, o ciclismo, na vertente BTT, o *canyoning* ou a escalada (Quintal, s.d.; Quintal, 2010; Madeira Rural, 2015). Para os percursos pedestres foi desenvolvida sinalética específica ao longo da ilha, sendo a sua divulgação realizada pelos órgãos de promoção turística regionais (Fernandes, 2010; Fernandes, 2015).

Dos 27 percursos promovidos internacionalmente na categoria de percursos de pequena rota, somente 3 não estão situados nas áreas rurais¹². As levadas, as veredas ou os caminhos rurais permitem disfrutar de todo um património histórico relacionado com a agricultura e a ruralidade madeirense. No município da Calheta localizam-se 4 destes percursos com características muito diversificadas, como no Rabaçal, nos caminhos rurais com vistas panorâmicas, nas escarpas do Paul ou no Jardim do Mar. Assim, estes percursos possibilitam vislumbrar o património natural regional, biótico ou abiótico, desde o Parque Natural da Madeira até às várias reservas naturais da ilha. Adicionalmente o município calhetense promove mais 14 percursos ainda não classificados e sinalizados *in loco*, mas devidamente avaliados, tendo em conta o seu grau de dificuldade e acessibilidade¹³ (Quadro 6).

Quadro 6: Percursos pedestres recomendados no concelho da Calheta (SRA e DRFCN, s. d.; Câmara Municipal da Calheta, 2015a).

Referência	Nome do Percurso	Locais de Passagem
PR6	Levada das 25 Fontes	Rabaçal – 25 Fontes
PR6.1	Levada do Risco	Rabaçal – Risco
PR19	Caminho Real do Paul do Mar	Prazeres – Paul do Mar
PR20	Vereda do Jardim do Mar	Prazeres – Jardim do Mar
	Levada do Lajeado	Rabaçal – Lajeado
	Levada do Alecrim	Rabaçal – Lajeado
	Levada da Rocha Vermelha	Rabaçal – Malhada/Ribeiro da Água do Vimeiro
	Levada do Paul da Serra	Rabaçal – Paul da Serra
	Levada Nova da Calheta	Todas as freguesias do concelho
	Levada da Fajã da Ovelha	Fajã da Ovelha

¹² Cf. Anexo 8.

¹³ Cf. Anexo 9.

	Levada Nova do Arco da Calheta	Calheta – Arco da Calheta
	Vereda da Lagoa do Vento	Lagoa do Vento
	Veredas da Atalaia e do Lombinho	Fajã da Ovelha – Paul do Mar
	Vereda dos Zimbrieros	Fajã da Ovelha – Paul do Mar
	Vereda do Pesqueiro (Ponta do Pargo)	Lombadinha – Praia/Porto do Pesqueiro
	Vereda da Fajã Grande (Ponta do Pargo)	Miradouro do Fio – Fajã da Praia Grande
	Vereda da Garganta Funda (Ponta do Pargo)	Caminho do Pedregal – Garganta Funda

O elevado número de percursos existente permite abarcar o vasto património cultural existente nos concelhos rurais, nomeadamente na Calheta, pois é principalmente nos mesmos que se localiza o património classificado de interesse público ou de interesse municipal. Um património e uma cultura que reflectem a história da ilha, desde a colonização até à criação de municípios e paróquias para a fixação da população em simbiose com o desenvolvimento do sector primário. Há, claramente, um maior destaque do património religioso e, associado ao mesmo, às festividades pagãs. Porém existe uma arquitectura civil e militar característica da ilha que não se pode menosprezar, como os fortes, os moinhos, os engenhos de açúcar e os lagares, na medida em que são essenciais para o desenvolvimento do turismo cultural. Apesar do património cultural estar um pouco disperso, segundo Rodrigues (2014:359) “(...) com infra-estruturas rodoviárias recentes que possibilitam o acesso a qualquer dos concelhos em períodos de tempo relativamente reduzidos, pelo que o património [...] da Madeira deve ser analisado como recurso turístico, numa ótica global e não fragmentada e indexada a um determinado concelho”.

4.4. Evolução Turística na Ilha da Madeira e na Calheta

4.4.1. O Passado Histórico-Turístico

Entre o séc. XV e XVIII, as descobertas e as navegações levaram ao surgimento e abertura de rotas marítimas. O Atlântico surge como zona privilegiada para transacções comerciais e a Madeira, com a sua posição geográfica (Silva, 1985), torna-se um excelente espaço comercial, principalmente pela importância e qualidade do açúcar produzido (Mendonça, 2003; Silva, 1985; Marujo, 2013).

Mas não é associado ao açúcar que o turismo madeirense se desenvolve. Em 1751, Thomas Hemberden analisa as qualidades excepcionais do clima da ilha para fins terapêuticos. Rapidamente surgem publicações e estudos no início do séc. XIX que confirmam o potencial terapêutico, relacionado não só com o clima mas também com a natureza (Mendonça, 2003; Silva, 1985). A ilha conjugava um leque de factores que a colocavam em primeiro lugar nos hospitais estrangeiros, tais como a vegetação, a calma, a pureza do ar, um clima ameno (em comparação com os climas do norte da Europa), a ausência de animais perigosos e poucos mosquitos e um clima que variava principalmente com a altitude, sendo fácil a adaptação e a movimentação das pessoas consoante as épocas mais frias ou mais quentes (Carita, 2013; Veríssimo, 2012). Além

disso, era um local excelente para a promoção do exercício físico, adequado a cada pessoa e paciente (Mendonça, 2003).

Este foi um meio óptimo para a promoção da ilha desde a época oitocentista até ao início do séc. XX. Destaca-se a estadia de longa duração de famílias inglesas, alemãs e russas da alta aristocracia, que, para além do interesse terapêutico da ilha, transformaram a concepção da mesma e apostaram no desenvolvimento de produtos locais (Mendonça, 2003; Silva, 1985; Carita, 2003).

Até à Segunda Guerra Mundial foi visitada por inúmeros transatlânticos e cruzeiros turísticos e em 1930 a ilha ainda era visitada pelas elites sociais (associadas à corrente terapêutica). Todavia, durante a guerra a posição comercial da ilha foi muito desvalorizada, ocorrendo uma ruptura nos fluxos turístico-marítimos e o encerramento de quase todos os estabelecimentos de alojamento existentes (Silva, 1985; Carita, 2013; Perdigão, 2013). Foi só a partir dos anos 50 e 60 do século passado que a Madeira surge novamente no panorama turístico. As novas comunicações aéreas, a construção de mais e variadas unidades de alojamento de qualidade e a possibilidade da classe média portuguesa viajar, conduzem o novo crescimento do turismo na ilha. Destacam-se outros esforços para o desenvolvimento da ilha, como os aproveitamentos hidráulicos e a produção de energia eléctrica. Ocorre a construção do Aeroporto da Madeira (em 1964) e promovem-se novas instalações culturais, desportivas e de lazer (Silva, 1985; Carita, 2013; Perdigão, 2013).

Nos anos 70 do séc. XX, o arquipélago ganha a sua autonomia política, tornando-se na RAM, pelo que a imagem da ilha ganha uma maior estabilidade internacionalmente. Na mesma altura ocorre uma consolidação das acessibilidades, com foco na rede viária (Carita, 2013). Neste período, o turismo deixa de se focar somente no concelho do Funchal, indo para as zonas rurais, como o soalheiro concelho da Calheta. Todavia, a concentração turística fica-se pela vertente S da ilha, junto ao litoral.

4.4.2. O Turismo na Actualidade

Actualmente, o turismo na RAM é dos sectores com maior importância e crescimento a nível económico. No ano de 2015 os rendimentos totais ultrapassaram 32 milhões de euros, um crescimento de 10.3% em relação ao ano anterior. Este desenvolvimento favorável tem-se verificado nos últimos anos e é visível em vários indicadores (DREM, 2015d; 2016b).

Na fig.10, podemos verificar que, apesar do ligeiro decréscimo em 2012 no número de hóspedes e de dormidas, se tem verificado um crescimento destes dois indicadores. Desde 2012, as dormidas e o número de hóspedes registaram um crescimento médio de 6.5% e de 6.9%, apesar do decréscimo no número de estabelecimentos, principalmente de estalagens e pensões. É nos hotéis e apart-hotéis que se verificam maiores valores de crescimento, representando, em 2015, 66% do total de estabelecimentos em toda a região, atingindo 85.5% da capacidade de alojamento e albergando 88.3% dos hóspedes (DREM, 2016b). Nas modalidades de alojamento também registam uma maior taxa-líquida de ocupação de cama, a rondar os 67% (DREM, 2015d; 2016b). A menor taxa

de ocupação verifica-se nos aldeamentos turísticos, mas a sua média anual, em 2015, foi superior a 40%.

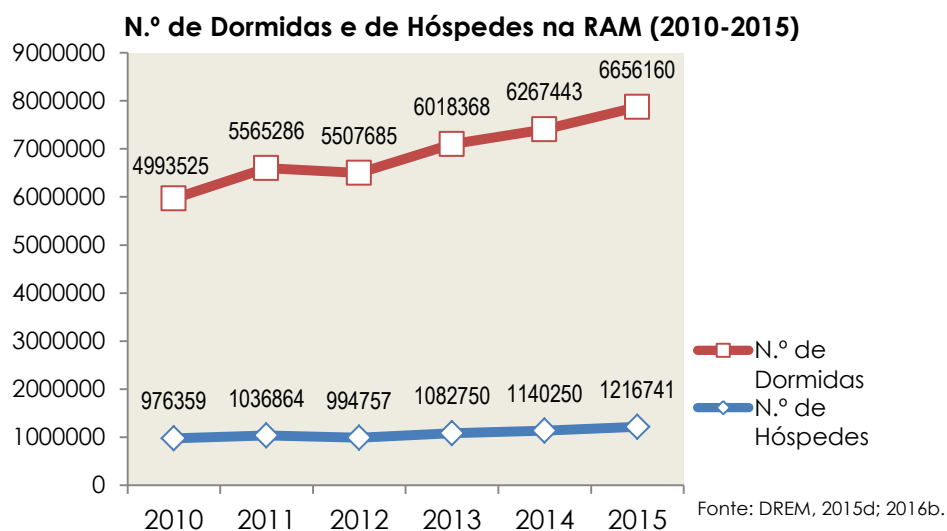


Figura 10: Número de dormidas e de hóspedes na RAM entre 2010 e 2015.

No que respeita à taxa de ocupação, a região apresenta a maior taxa-líquida de todo o país. Em 2014, a média nacional foi de 42.4%, enquanto na RAM atingiu 58.2% (dados do INE, 2015), embora segundo a DREM (2015d) aquela tenha atingido 60.9%. Segundo os valores a nível nacional apresentados pelo INE, a Madeira tem a menor variação desta mesma taxa por mês. A RAM é a única região a conseguir manter uma taxa de ocupação superior a 40% na dita época baixa (centrada em Dezembro e Janeiro) e taxas superiores a 50% nas épocas de transição (Fevereiro, Março e Novembro). Isto quando há regiões onde as quebras entre o mês mais rentável e o mais baixo são de 56.5% (na Região Autónoma dos Açores, RAA) ou de 65.3% (no Algarve). Outro indicador que destaca o turismo madeirense é a duração média da estada. Enquanto em 2014 a média nacional era de 2.82 noites, na Madeira era de 5.46 noites. Esta permanência dos turistas tem repercussão noutros indicadores como o número de dormidas.

De facto, apesar da RAM ser uma das regiões com menor número de alojamentos a nível nacional, em 2014 (ver fig.11), a região é a terceira no país com maior número de dormidas, só sendo ultrapassada pelo Algarve e Lisboa (fig.12).

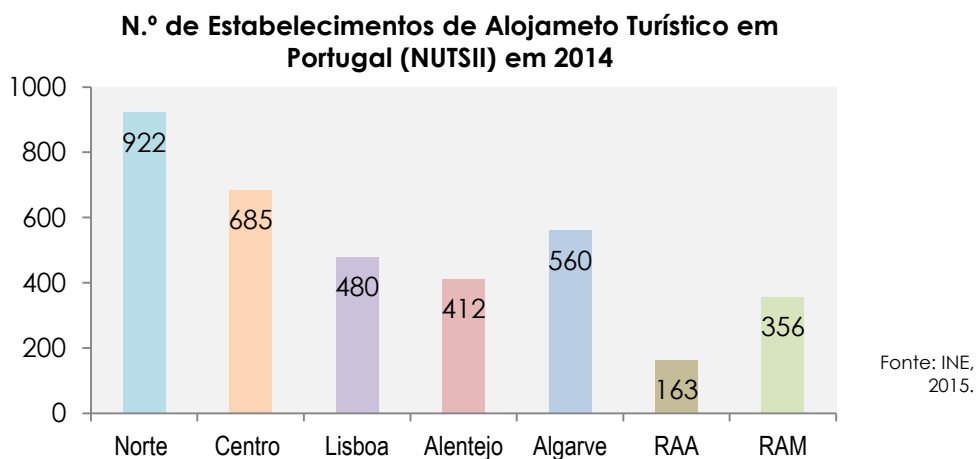


Figura 11: Número de estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal (NUTSII), em 2014.

No mesmo ano, a região é a terceira no país com receitas totais mais elevadas e a segunda na receita por quarto (*RevPar*), 37.6€ (INE, 2015).

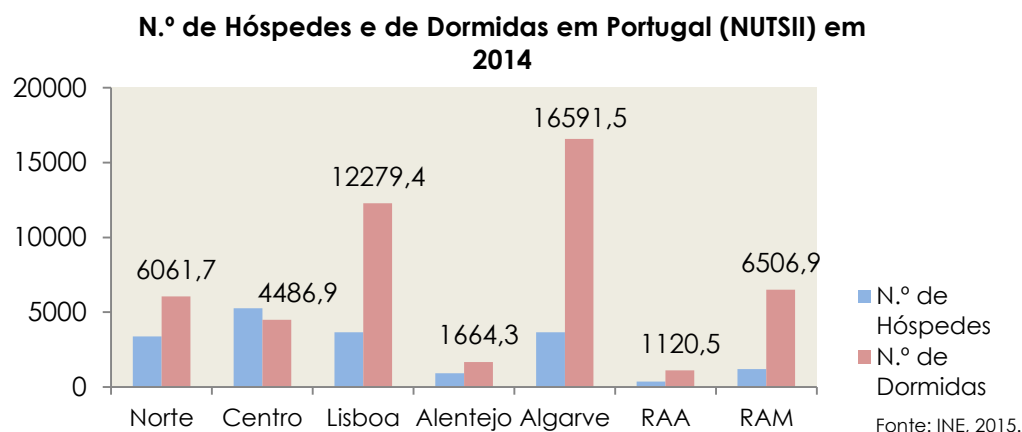


Figura 12: Número de hóspedes e de dormidas em Portugal (NUTSII), em 2014.

Saliente-se que na RAM existem algumas dicotomias. Em 2015 o Funchal detinha 54.5% de todos os estabelecimentos hoteleiros, reflectindo-se na sua maior capacidade de alojamento e nos quartos disponíveis (63% de toda a região). O Funchal apresenta também maiores valores na estada média (5.7 noites), uma taxa de ocupação de 65.6% e um *RevPar* de 46.86€, superior à média regional. Juntamente com o Funchal existe uma concentração de estabelecimentos e de número de quartos na vertente SE, abrangendo os concelhos de Santa Cruz, Machico e Câmara de Lobos. Aqueles 4 municípios representam 75.6% do número de estabelecimentos e 83% do número de quartos. Na zona SW destaca-se a Calheta com 7 estabelecimentos, uma estada média de 5 noites e uma taxa de ocupação de 62.8%.

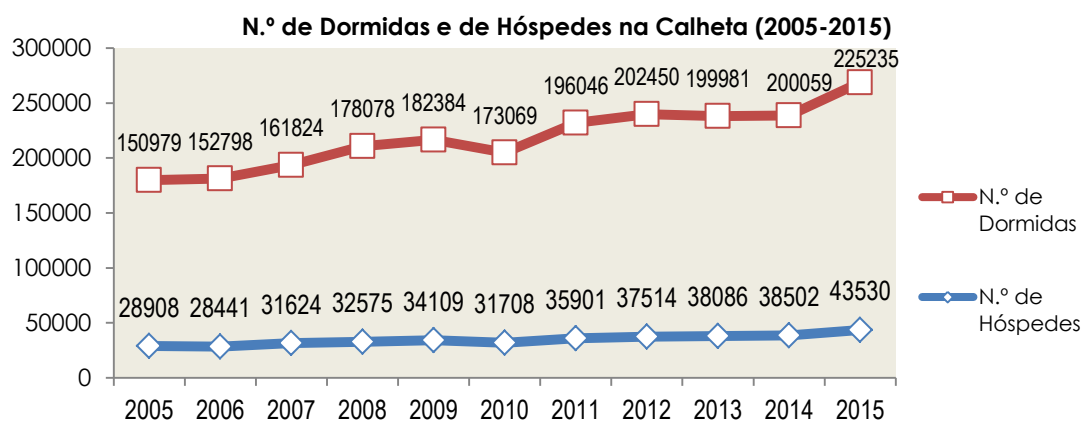


Figura 13: Número de dormidas e de hóspedes na Calheta (2005-2015). Fonte: DREM, 2015d; 2016b.

Ao longo dos anos o município da Calheta tem mostrado uma evolução bastante positiva no domínio turístico (fig.13). Se em 2005 se registaram 28908 hóspedes, em 2015 verifica-se um crescimento de 50.6%, mais do dobro (para 43530 hóspedes) e mais 49.1% de dormidas. Este crescimento sofreu algumas oscilações ao longo dos anos, verificando-se uma quebra mais acentuada em 2010. Mesmo com crescimento os ritmos têm sido distintos: os hóspedes aumentaram 13% em 2011, em relação ao ano

transacto, o que apenas voltou a ocorrer em 2015. Verificou-se o mesmo com o número de dormidas, pois em 2013 houve um decréscimo e em 2015 um crescimento de 12.6% em relação a 2014. Mesmo com a perda de alguns estabelecimentos, a capacidade de alojamento e o pessoal empregado têm aumentado, assim como o *RevPar* (de 35.73€ em 2015), apesar de ainda se encontrar abaixo da média regional.

4.4.3. Procura Turística: Mercados, Perfil e Motivações

Em relação aos mercados os turistas de visita à região residem essencialmente no estrangeiro. Podemos dividir o mercado turístico madeirense essencialmente em dois, o nacional e o estrangeiro. Porém, salienta-se que, esmagadoramente, o mercado estrangeiro é o mais importante para a região, representando 82.2% dos hóspedes, em 2015. O mercado nacional tem perdido importância em relação a outros países, sofrendo um decréscimo de 10.9% entre 2010 e 2015 (DREM, 2015d; 2016b).

Na fig.14 é possível identificar que os interesses oitocentistas ainda se mantêm fortes na actualidade. O mercado alemão e inglês são os mais importantes para o turismo madeirense. Em conjunto representaram, em 2015, quase metade das dormidas (49%). Estes mercados não se ressentiram nos anos de crise económica, registando-se, em 2014, um crescimento de 8.5% para o mercado alemão e de 13.1% para o inglês. Seguidamente, surge a França com 10.2% e, finalmente, o mercado português com 9.7% das dormidas, em 2015 (descida de 4.3% em comparação com o ano anterior). Os outros países com importância no turismo madeirense são, em termos de dormidas: os Países Baixos (3.5%), a Espanha (3%), a Polónia (2.9%), a Dinamarca (2.5%), a Bélgica (2.2%) e a Finlândia (2.1%).

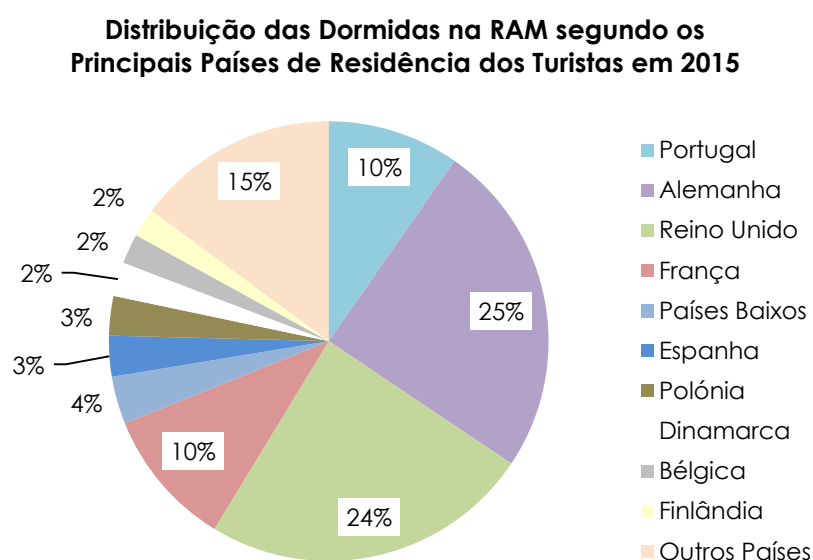


Figura 14: Distribuição das dormidas na RAM segundo os principais países de residência em 2015.

Fora do conjunto de países individualmente representados no gráfico, nos ‘outros países’ (15% do total) destacam-se a Áustria, que aumentou o número de dormidas em 13%, e a Suíça, com um crescimento de 9.1%.

Os principais actores/promotores do mercado turístico madeirense são, sem dúvida, os operadores turísticos. Apesar deste papel se ter vindo a diversificar, com ganhos para canais directos, os operadores turísticos representam 70% dos clientes que vêm à Madeira. Mesmo com o aparecimento de outros operadores na região, há uma tendência para centralização nos grandes operadores. De facto, existe uma forte pressão para a venda de pacotes de férias completos, que esgotam muitos dos voos para a ilha, impedindo a vinda de turistas com outro perfil (Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira, ACIF-CCIM, 2015; 2015a).

A informação sobre o perfil dos turistas encontra-se um pouco desactualizada. O último estudo foi realizado entre 2001 e 2002 pela Direcção Regional de Turismo da Madeira (DRT). Este estudo destaca que os turistas têm 25 a 44 anos ou 45 a 64 anos de idade. Mais de 70% encontra-se no activo, 47% possuem habilitações literárias superiores. Tendem a viajar acompanhados (80%), escolhem hotéis para se alojarem e 43.2% foram aconselhados por amigos ou familiares. Independentemente do tipo de alojamento escolhido, tendem a classificá-lo entre bom e excelente, valorizando muito a hospitalidade, a higiene e a segurança. As principais motivações da viagem foram a beleza natural das paisagens (47.4%), o clima (27.5%), as flores (24.5%), a segurança (7.3%) e o preço (2.9%). É interessante notar que estes motivos não sofrem mudanças significativas entre as estadias de inverno e as de verão. De entre os aspectos mais apreciados surgem: a paisagem, as flores, a vegetação endémica, as levadas, as montanhas, o mar, o ar puro, as noites amenas, a população e os passeios a pé. Destaca-se ainda que há um elevado nível de fidelização em relação ao destino Madeira, dado que 26% já esteve na região anteriormente e dos que estiveram pela primeira vez, 43% tenciona voltar, apesar de salientarem aspectos negativos, como a má sinalização, falhas nos passeios e lixo em paisagens naturais.

4.4.4. Oferta Turística: Segmentos, Produtos e Recursos

O gosto pela natureza e pela paisagem é algo que tem acompanhado a evolução do turismo na ilha, sendo a diversidade natural o seu principal atractivo (Quintal, 2010). Este aspecto é corroborado por um estudo mais recente, elaborado juntos dos turistas pela ACIF-CCIM (2015; 2015a), onde se apontam as características naturais como o principal factor para a vinda de novos turistas (26%) ou para o seu regresso (29%). A cor associada à ilha da Madeira é o verde e o azul, quer entre os visitantes (73%), quer para quem nunca esteve na ilha (63%), sendo também o adjectivo “natural” o mais utilizado (24%). Estes aspectos eram já salientados em 2002 na altura da elaboração do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira, POT (Decreto Legislativo Regional N.º 17/2002M¹⁴). O POT destaca três recursos principais, sendo dois deles naturais: de carácter geomorfológico - a paisagem e hidrológico - o mar. À lista adicionaram-se as infra-estruturas turísticas. Note-se que na altura a ‘cultura’ era algo pouco tido em conta, mas que actualmente tem um grande peso como recurso turístico. Por isso, no Plano Estratégico Nacional do Turismo, PENT, 2013-2015

¹⁴Decreto Legislativo Regional N.º17/2002M, de 29 de Agosto, Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional (Diário da República, N.º 1999/2002, Série I-A de 29 de Agosto 2002).

(Turismo de Portugal, 2013), bem como nalguns documentos estratégicos desenvolvidos pela ACIF-CCIM (2015; 2015a), são ressaltados os aspectos culturais.

A linha de produtos ligados ao segmento do Turismo de Natureza, de acordo com o PENT, já está consolidada na ilha. A ACIF-CCIM (2015) destaca os passeios a pé ligados aos percursos pedestres, os passeios de bicicleta e a cavalo. Devido à diversidade biológica e abiótica regional destacam-se um grande número de actividades específicas de *outdoor* com alguma expressão na ilha, como o *trail running*, parapente/asa delta, *geocatching*, excursões 4X4, *BTT*, *Downhill*, escalada, *canyoning*, *bird-watching* e observação de cetáceos. Estas actividades encontram-se espalhadas por toda a ilha envolvendo mais de 150 entidades e empresas de animação turística.

O segmento de circuitos turísticos religiosos e culturais está também presente na região, existindo no mínimo 216 atracções na RAM, sendo 201 na ilha da Madeira (93.1%). Os locais de índole religiosa e cultural utilizam vários tipos de recursos e infra-estruturas (destacando os patrimónios natural e cultural), incluindo museus, monumentos, centros culturais, igrejas, capelas, teleféricos, faróis e farolins, casinos, parques aquáticos, núcleos e centros de ciência, quintas pedagógicas, etc.

O turismo de ‘sol e mar’ é mais significativo na ilha do Porto Santo, mas na ilha da Madeira também existem 15 complexos balneares (13 deles distinguidos com a Bandeira Azul), 21 praias e 4 piscinas naturais. Não longe deste produto, temos o turismo náutico, um nicho de mercado muito especializado, que apela ao desenvolvimento de actividades ligadas ao mar, como o *surf*, o *Stand-Up Paddle* (SUP), a canoagem e o mergulho. No concelho destaca-se as praias da Calheta, Paul do Mar e Jardim do Mar.

De forma complementar surgem o turismo de saúde, o gastronómico e o enoturismo. Apesar da predominância do turismo de saúde em séculos passados, hoje tem apenas uma dimensão complementar, embora se destaque (pela maior expressão) a talassoterapia na ilha do Porto Santo e alguns *SPAs* na RAM. O turismo gastronómico e o enoturismo revelam um enorme potencial na divulgação da gastronomia local, através da elaboração de rotas. Na ilha existem mais de 510 restaurantes tradicionais, mais de 15 com espaços de dança, mais de 60 pastelarias e casas de chá e mais de 80 cafés. Apesar de se encontrarem ainda em desenvolvimento, já são promovidas algumas rotas, como a Rota das Estrelas ou a Rota da Sidra, às quais se podem adicionar as inúmeras feiras e festas que promovem os produtos. Associados, em parte, aos eventos descritos, salientam-se os grandes eventos programados anualmente e disseminados por toda a ilha sobre produtos locais, como na Calheta, sobre a lapa, o pêro, figo da Índia, o açúcar, etc. A Madeira é reconhecida principalmente pela fantástica época natalícia, passagem de ano, Carnaval e Festa da Flor (Abril ou Maio), que se reflectem claramente nas altas taxas de ocupação durante a sua ocorrência.

Os aspectos relacionados com os principais segmentos e produtos turísticos da ilha e da Calheta estão discriminados no Quadro 7.

Quadro 7: Segmentos, produtos turísticos e os seus recursos/infra-estruturas na Ilha da Madeira e na Calheta (ACIF-CCIM, 2015:14-22; DRTM, 2016c) [Adaptado].

Segmento Turístico	Subproduto(s)	Recursos/Infra-estruturas, Actividades e Serviços	N.º Infra-estruturas/Recursos ou Locais (na Calheta)
Turismo de Natureza	Passeios a Pé	Percursos Pedestres	+ de 27 Percursos (Veredas, Levadas e Caminhos Reais) (+17)
	Actividades Específicas de Outdoor e Contemplação de Natureza	Excursões	Há inúmeros lugares com potencialidades para o desenvolvimento destas actividades. Actualmente existem mais de 150 entidades em toda a ilha que as exploram para fins turísticos.
		Passeios a Cavalo e de Bicicleta	
		Trail Running	
		Parapente/Asa Delta	
		Geocaching	
		Excursões 4X4	
		BTT	
		Downhill	
		Escalada	
		Paintball	
		Birdwatching	
		Observação de Cetáceos	
		Canyoning	
Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais	Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais	Museus	24 (1)
		Monumentos	30 (4)
		Centros Culturais	5 (1)
		Igrejas/Capelas	35/14 (+33)
		Teleféricos	3
		Faróis e Farolins	2 (1)
		Grutas e Centros de Vulcanismo	1
		Casinos	1
		Parques Aquáticos	2
		Núcleos, Aquários e Centros de Ciência	5
		Quintas Pedagógicas	1 (1)
		Actividades/Locais Típicos	4 (+10)
		Kartódromo	1
		Miradouros	63 (+13)
		Promenades	10 (3)
		Total	201
'Sol e Mar'	Bronzear e Relaxar	Complexos e zonas balneares	15
		Praias	21 (3)
		Piscinas naturais	4
Turismo Náutico	Passeios e Aluguer de Barcos	Passeios às ilhas Deserta e Selvagens	Explorados por empresas de animação turística sediadas no Funchal e no Caniço.
	Actividades Desportivas	Vela	
		Stand Up Paddle (SUP)	+2 Locais (2)
		Canoagem e Costering	153km de Linha de Costa
		Surf, Windsurf e Kitesurf	19 Locais (2)
		Mergulho	+90 Locais (3)
		Gare	1
Saúde e Bem-Estar	Relaxar, Tratamentos em Centros Específicos	Vinoterapia	+15 Alojamentos turísticos que promovem variados tratamentos e serviços. (+2)
		Ayuverda	
Gastronomia e Vinhos	Comer e Beber	Yoga e Fitness	
		Hidroterapia	
		Aromaterapia	
		Egoterapia	
	Actividades Temáticas	Restaurantes típicos e tradicionais	+510 (+46)
		Restaurantes com espaço de dança	+15 (0)
		Pastelarias e Casas de Chá	+60 (+8)
		Cafés	+80 (+36)
Turismo Residencial	Actividades Desportivas	Campos de golfe/N.º de buracos	2/51
	Residência de Turistas	Resorts Integrados	1

4.5. Turismo em Espaço Rural (TER) na RAM

4.5.1. Evolução, Posicionamento Actual e Oferta

Apesar de a RAM ser uma das regiões do país onde o turismo em espaço rural está numa fase embrionária, pois segundo o INE em 2014, a região só representa 5.1% do número estabelecimentos TER do país, é possível verificar uma evolução bastante positiva. De acordo com a DREM (2015d; 2016b), o TER na RAM já existe desde o século passado, embora em 1995 só houvessem 4 estabelecimentos. Após a viragem do milénio, o turismo rural na região tem tido um crescimento francamente positivo, pois em 2005 a região já contava com 44 estabelecimentos. Todavia, esse crescimento tem sofrido várias oscilações nos anos mais recentes. Apesar do número de estabelecimentos destacado pela DREM ser claramente superior ao divulgado pelo INE, entre 2007 e 2014 o crescimento foi nulo, registando-se uma média de 50 estabelecimentos em actividade. Em 2015 registou-se uma evolução positiva, contabilizando-se 56 estabelecimentos activos, ou seja, mais 12% do que em 2014.

Mesmo com alguma estabilidade no crescimento dos estabelecimentos TER, na RAM tem-se verificado um desenvolvimento positivo no número de dormidas e no número de hóspedes (fig.15).

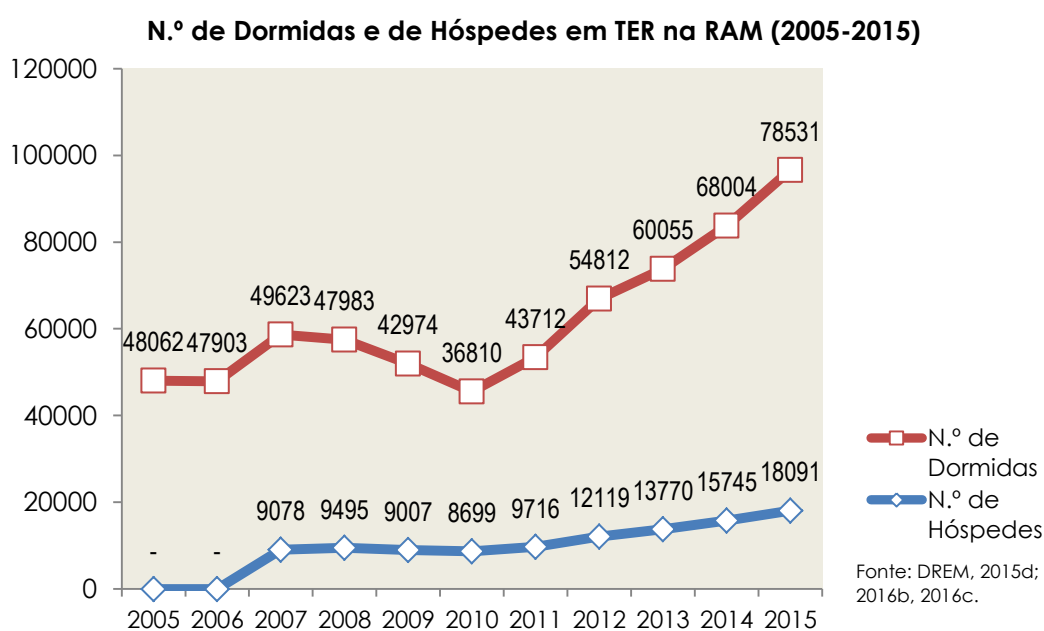


Figura 15: Número de Dormidas e de hóspedes em estabelecimentos TER na RAM, entre 2005 e 2015.

Como é possível verificar na figura, desde 2010 registou-se um crescimento no número de hóspedes e de dormidas em estabelecimentos TER na RAM. Apesar de se ter registado um decréscimo entre 2007 e 2010 (mais visível no número de dormidas), a partir deste último ano a tendência tem sido de subida, com um crescimento, até 2015, de 16.5% no número de dormidas e de 15.8% no número de hóspedes.

Em simultâneo tem-se registado um aumento da taxa de ocupação. Se em 2010 esta rondava 17.3%, em 2015 situava-se em 34.2%, o que corresponde à taxa de ocupação

mais alta do país em estabelecimentos TER (dados do INE). Este facto pode ser devido à estada média, sendo que, em 2014, em Portugal Continental rondava as 2 noites e na RAM as 4 noites. Finalmente, acompanhando estes dados positivos, os rendimentos totais têm sido bem superiores, sendo que o ano de 2015 fechou com 2882 milhares de euros, mais do dobro registado no ano de 2010 (1238€), correspondendo a um crescimento de 18.4%.

Apesar destes resultados positivos na região, o TER ainda é um segmento turístico muito reduzido na região. Mesmo com o crescimento, em anos recentes, do número de estabelecimentos, a sua capacidade de alojamento é pequena devido à própria natureza dos estabelecimentos. Como se verifica na fig. 16, a nível regional, os TER representam cerca de 2.6% da capacidade de alojamento, ficando somente à frente dos aldeamentos turísticos e pousadas. É claro que estes valores baixos a nível da capacidade de alojamento reflectem também uma baixa percentagem do número de hóspedes e de dormidas (fig.17).

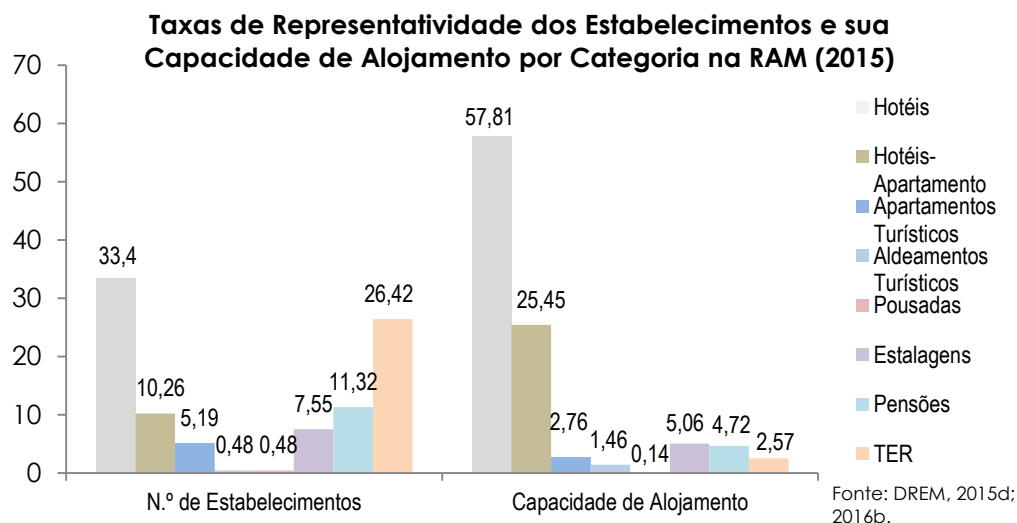


Figura 16: Taxas de representatividade dos estabelecimentos e capacidade de alojamento por categoria na RAM (2015).

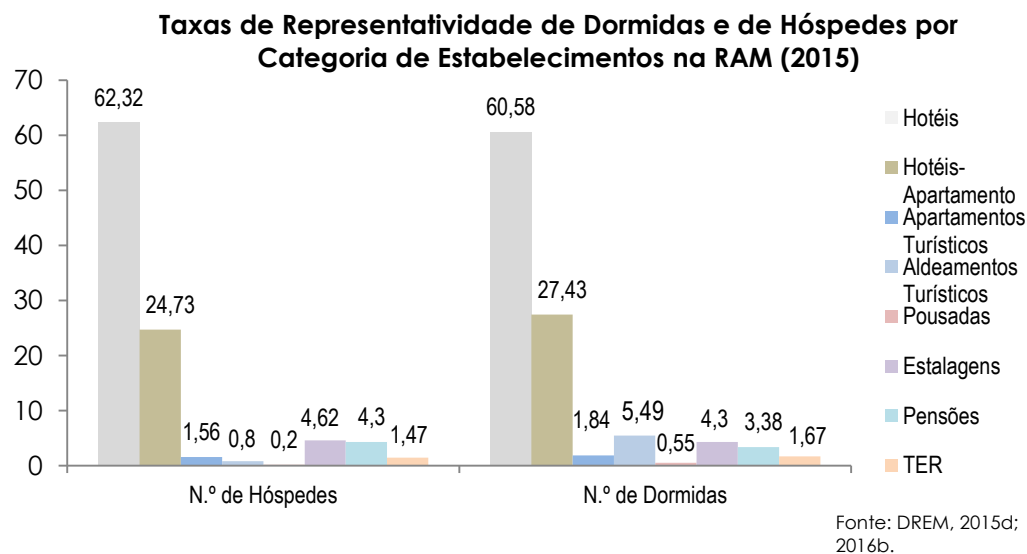


Figura 17: Taxa de representatividade de dormidas e de hóspedes por categoria de estabelecimentos na RAM (2015).

Tendo em conta os referidos indicadores, o TER é o terceiro menor tipo de alojamento no contexto da RAM, com 1.5% dos hóspedes e 1.7% das dormidas, não chegando a representar 1% dos rendimentos totais. De forma menos positiva, em comparação com outros estabelecimentos de acomodação, os TER são os que registam a menor taxa de ocupação, cerca de 30.5% inferior em relação à média regional. Na fig.18 podemos verificar que, em 2014, a taxa líquida de ocupação-cama dos TER acompanha, com valores mais reduzidos, a evolução da taxa de ocupação regional, apenas com algumas diferenças: maior número de meses com uma evolução negativa (período entre Abril e Junho); nos meses de Agosto a Dezembro a média de quebra foi mais atenuada nos estabelecimentos TER (-6.6%) do que a nível regional (-9.9%).

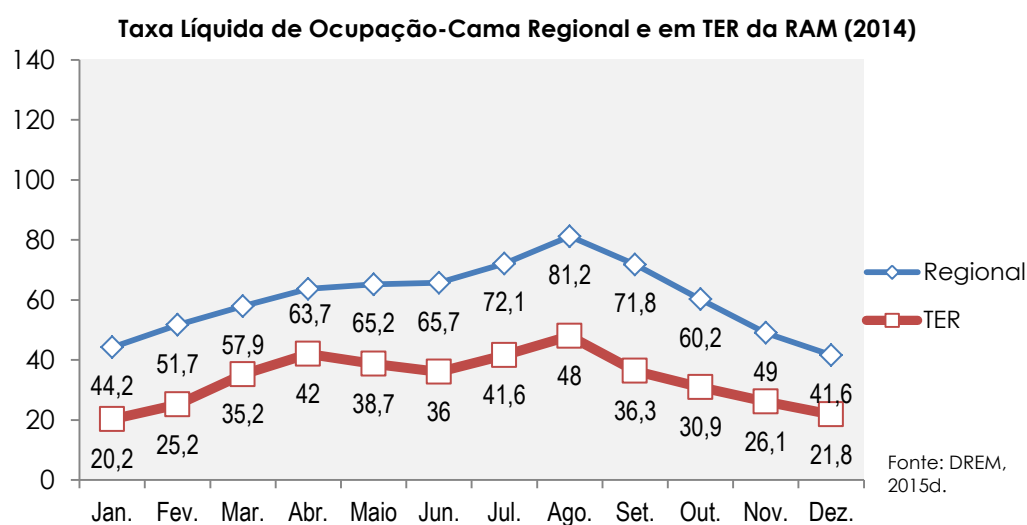


Figura 18: Taxa líquida de ocupação-cama na região e em TER, RAM (2014).

Tal como em Portugal Continental, a modalidade TER predominante na região são as casas de campo. Através de uma lista actualizada fornecida pela SRETC, em Maio de 2016 estavam em funcionamento 56 estabelecimentos TER¹⁵. De acordo com o Decreto Legislativo Regional N.º12/2009M¹⁶, estes estabelecimentos inserem-se na lista dos possíveis empreendimentos de natureza, em conformidade com o Turismo de Portugal (2006) relativamente à inserção do turismo rural num nicho do turismo de natureza. Das 56 unidades, como se observa na figura 19, 73.21% são casas de campo, 12.5% unidades de agroturismo e, com o mesmo valor de 7.14%, surgem os hotéis rurais e o turismo rural.

Devido à maior capacidade de alojamento dos hotéis rurais, estes encontram-se, na RAM, em segundo lugar no número de quartos e camas. De qualquer forma, as casas de campo representam mais da metade em relação aos indicadores referidos, com valores de 62 a 63%. Em terceiro lugar coloca-se o agroturismo com cerca de 10% do número de quartos e de camas e, em último lugar, surge o turismo rural que é a modalidade com menos destaque.

¹⁵ Anexo 10.

¹⁶ Decreto Legislativo Regional N.º12/2009M, de 6 de Maio, Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional (Diário da República, N.º 87/2009, Série 1 de 6 de Maio 2009).

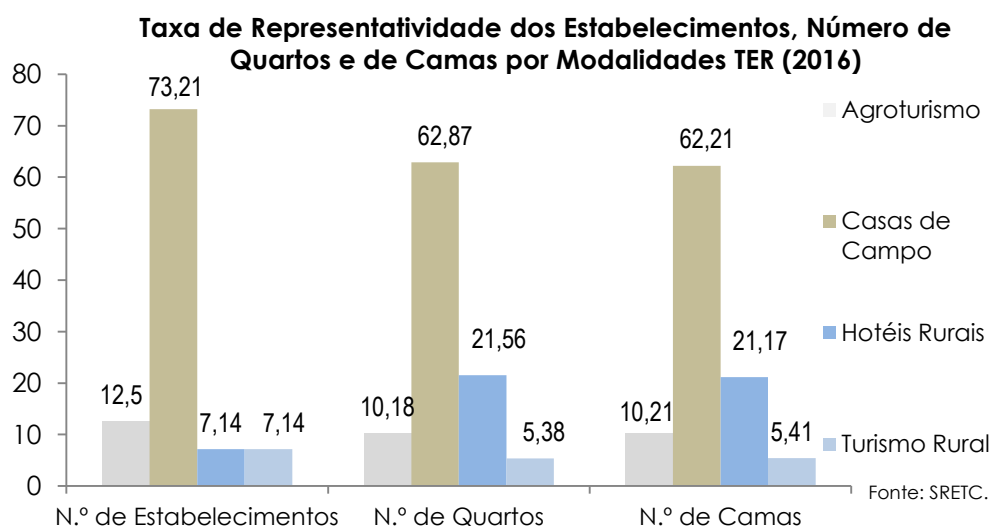


Figura 19: Taxa de representatividade dos estabelecimentos TER: Número de quartos e de camas por modalidade (2016).

Devido à maior capacidade de alojamento dos hotéis rurais, estes encontram-se, na RAM, em segundo lugar no número de quartos e camas. De qualquer forma, as casas de campo representam mais da metade em relação aos indicadores referidos, com valores de 62 a 63%. Em terceiro lugar coloca-se o agroturismo com cerca de 10% do número de quartos e de camas e, em último lugar, surge o turismo rural que é a modalidade com menos destaque.

Finalmente, em relação à distribuição espacial dos estabelecimentos pela RAM, ressalta que é extremamente desigual. Num só concelho predominantemente rural, a Calheta, estão actualmente concentrados cerca de 41% de todos os estabelecimentos TER em actividade. Além disso só este concelho possui todas as modalidades TER, apesar da predominância, como na RAM, das casas de campo. Na segunda posição, com menos de ¼ dos estabelecimentos totais, surgem os concelhos de Santana e Santa Cruz. Os de Ponta do Sol e São Vicente têm a mesma percentagem, 9%, enquanto os restantes concelhos possuem individualmente entre 2 a 5% dos estabelecimentos.

4.5.2. O Turista TER na Região

Em relação ao turista em espaço rural madeirense, poucos foram os estudos que se debruçaram sobre o seu perfil ou motivações. Nos seus estudos, Almeida *et al.* (2014) e Rodrigues (2014) concluíram que a maioria dos turistas em espaço rural madeirense tinha mais de 30 anos. Confirma-se que os turistas têm: um nível educacional alto, universitário; um elevado rendimento mensal; são viajantes experientes e autónomos, fazendo férias pelo menos duas vezes por ano; viajam normalmente sem crianças; e têm uma estadia mais prolongada (8 a 9 dias);

Quanto às motivações, no estudo de Almeida *et al.* (2014), verificou-se que o factor predominante é o descanso associado à natureza. Deste conjunto destacam-se o relaxamento, o descanso, o fugir da rotina, o sentir-se desligado, o recarregar baterias, o bom clima e a simbiose destes elementos com o contacto ou contemplação da natureza. Esta última motivação é salientada por cerca de 29.4% dos turistas, muito além da

segunda motivação de socializar com a família e amigos (11.5%). Com proporções semelhantes (entre 5 a 7%), temos motivações ligadas à vida rural e à cultura (incluindo festividades e gastronomia), bem como questões de custo-benefício relacionadas com os bons preços e a qualidade da acomodação. Embora com menor importância também são realçados aspectos educativos, de aprendizagem e enriquecimentos intelectual.

Com base nestes dados, Almeida *et al.* (2014) identificaram 4 perfis de turista em espaço rural madeirense: (1) os ruralistas (*'ruralists'*), que procuram o descanso, o contacto com a natureza, mas, simultaneamente, revelam um grande interesse pela cultura rural estando mais predispostos a participar em actividades; (2) os relaxadores (*'relaxers'*), que constituem o maior grupo e desejam descansar e estar num ambiente tranquilo com bom tempo e em contacto com natureza, revelando um desinteresse pela cultura e tendo uma atitude menos participativa nas actividades; (3) os centrados na família (*'family-oriented'*), que desejam socializar com os seus próximos, revelando menor interesse em descansar ou participar em actividades rurais, excepto as que alimentem um elo de ligação entre os seus relativos; (4) os que desejam tudo (*'want-it-all'*), que valorizam todos os atributos do destino e estão dispostos a envolverem-se em qualquer tipo de actividade. Estes perfis acabam por ir de encontro com as características identificadas no ponto 2.2.1. baseados em Sharpley (1999) e Katenholz (2002) (*in* Roberts e Hall, 2001).

Mais recentemente, em 2015, identificou-se que os principais mercados emissores de TER na RAM são na esmagadora maioria estrangeiros (94.4%), sendo que o turista nacional representa somente 5.6% do turista TER. O mercado internacional é dominado pela Alemanha (49.8%), seguida da França (14.9%), dos Países Baixos (9.1%) e do Reino Unido (7%) (DREM, 2015e), como é possível verificar na fig.20.

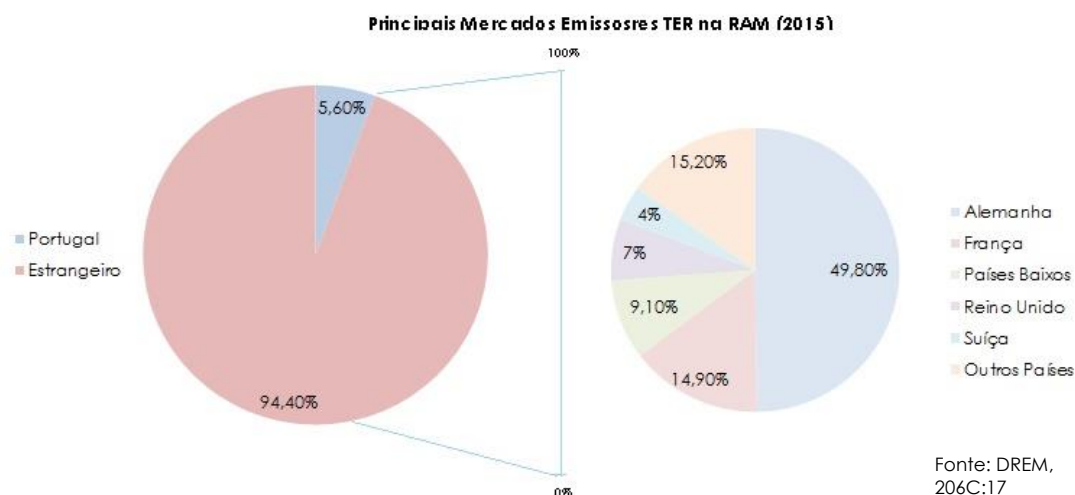


Figura 20: Principais mercados emissores em TER na RAM (2015) (DREM, 2016c:17).

Uma observação mais cuidada do Quadro 8, permite verificar que alguns mercados emissores de turistas em espaço rural têm sofrido oscilações ao longo do tempo. O mercado nacional mostrou uma evolução negativa entre 2004 e 2015, acompanhando os dados gerais do turismo. Se, até 2010, os portugueses representavam 13.3% dos turistas em TER, em 2015 esse valor desceu para 7.7%. O mercado britânico também registou

uma evolução menos positiva, embora apresente uma ligeira recuperação desde 2014. A importância do mercado alemão ao longo dos anos é notória. Desde 2004 tem sido o principal emissor estrangeiro e, em 2015, atinge quase 50% dos turistas, sendo que a sua quota foi sempre superior a 40%, excepto em 2011 e 2012. Outros mercados não têm sido tão constantes, como é o caso dos Países Baixos, em decréscimo desde 2012 (quando representava mais de 25% dos turistas), sendo que em 2015 se regista uma quebra de 16.5% para 9.1% relativamente a 2014. Verifica-se o mesmo quanto ao mercado francês, apesar de apresentar um crescimento gradual até 2012, quando registou um aumento de 4.1%. Já o mercado suíço (quinto mercado estrangeiro na região), representou somente 4.0% dos turistas em 2015 (ver quadro 8).

Quadro 8: Evolução dos principais mercados emissores em TER na RAM (2004-2014) (DREM, 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013a; 2014; 2015e, 2016c).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	10,7%	8,3%	10,4%	13,6%	9,4%	11,4%	13,3%	9%	5,5%	6,3%	5,2%	5,6%
Estrangeiro	89,3%	91,7%	89,6%	86,4%	90,6%	88,6%	86,7%	91%	94,5%	93,7%	94,7%	94,4%
Alemanha	45,5%	42,3%	43,7%	46,7%	43,5%	47,3%	43,6%	39,9%	39%	48,3%	50,5%	49,8%
Países Baixos	19,2%	23,2%	25,6%	26,8%	26,1%	22,3%	26,4%	28,1%	25,6%	17,1%	14,6%	9,1%
França	5,5%	5%	7%	5,1%	5,6%	9,3%	8,3%	11%	14,6%	14%	10,8%	14,9%
Reino Unido	10,9%	8,6%	6,5%	5,6%	7,4%	4,7%	3,9%	5%	6,4%	3,9%	5%	7,0%
Suíça	-	-	-	3,6%	4,7%	4,3%	5,7%	5,1%	3,8%	4,0%	3,7%	4,0%
Outros Países	18,9%	20,9%	17,2%	12,2%	12,7%	12%	12,1%	15,9%	10,5%	12,6%	15,4%	15,2%

4.5.3. Particularidades e Desafios

Há que ter em conta algumas diferenças entre o turismo rural ilhéu e o continental. É de salientar que o TER na ilha foi inicialmente promovido como uma antítese do turismo de massas, de forma a divulgar outros recursos ainda não explorados na região, mas que iriam de encontro com as preferências do turista pós-moderno (na linha do turismo alternativo) e com a necessidade de diversificar as economias rurais mais desfavorecidas. O TER na RAM começa a ser realmente desenvolvido na década de 90 do século passado, mas, de acordo com Almeida *et al.* (2014), existem factores regionais que diferenciam o turismo rural ilhéu do continental, particularmente os devidos à condição insular da região. Segundo os autores, os cidadãos que procuram voltar ao meio rural para fazer férias na sua terra natal não representam uma motivação forte nas ilhas, porque: as regiões insulares são pequenas e a familiarização é maior; o turismo ligado às grandes quintas ou propriedades rurais, que exigem um carácter mais participativo em tarefas rurais ou agrícolas (apreciadas na Europa Continental), é quase inexistente nas ilhas, ou seja, como se verificou o agroturismo é pouco expressivo na Madeira; o turismo rural ilhéu não é beneficiado pelos ‘*short-breaks*’ ou ‘*one-day trips*’, devido ao tempo necessário à deslocação e aos custos elevados ligados à viagem (via aérea); a complexidade do turismo rural, devido à interligação de variados recursos, dificulta a promoção em destinos ilhéus, que, como a Madeira, têm uma formatação e/ou estereótipos turísticos.

Nunes (2012), através de uma análise *SWOT*, identifica alguns aspectos menos positivos e ameaças associadas ao turismo rural na região, como: fraca promoção; falta de cooperação e associativismo; falta de variedade na oferta cultural; dispersão dos

serviços; falta de trabalho em rede; surgimento de destinos concorrentes; falta de informação e má organização da mesma; falta de controlo, comprometendo a qualidade.

De facto, até hoje, não há uma estratégia definida para o turismo rural na região. Existem programas de desenvolvimento rural, como o PRODERAM (Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira) (Madeira Rural, 2015) ou de acção junto às comunidades (GAL, Grupos de Acção Local), como a ACAPORAMA (Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira) e a ADRAMA (Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira), que têm vindo a conferir maior atenção ao desenvolvimento rural sustentável, à diversificação da actividade económica e à protecção e requalificação do património natural e humano (em simbiose com várias actividades de diferentes sectores económicos, incluindo o turismo). Além disso, a ACAPORAMA e a ADRAMA, através de fundos comunitários e ao longo da acção do LEADER +, têm criado por toda a ilha iniciativas com interesse turístico, incluindo rotas, percursos, eventos e centros de interesse natural e cultural. Todavia, muitas destas iniciativas não têm tido a visibilidade devida, não existindo nenhuma estratégia delineada para este produto complexo.

A nível do associativismo, a Madeira possui apenas uma instituição, a Madeira Rural (Associação do Turismo em Espaço Rural na Região Autónoma da Madeira). Esta promove estabelecimentos de alojamento em áreas rurais madeirenses, mas também actividades *outdoor*, funcionando como uma central de reservas. Porém, existem falhas em relação à promoção, principalmente dos estabelecimentos, já detectadas por Rodrigues (2014), mas que se perpetuam, como: falta de cuidado na terminologia usada; falta de diferenciação entre tipos de alojamento; promoção de unidades sem licenciamento ou qualquer ligação ao espectro da oferta TER, entre outras. Tudo isto acaba por revelar um mau uso do termo TER na região.

Adicionalmente, existe uma fraca descrição das unidades, o que ocorre igualmente na página oficial do turismo da região, dirigida pela Direcção Regional do Turismo na Madeira, em *visitmadeira* (www.visitmadeira.pt.) Apesar da página mostrar a classificação e terminologia correcta dos estabelecimentos, não existe qualquer descrição da unidade ou imagem da propriedade. De todas as propriedades promovidas na categoria TER na RAM através desta página, até há data, somente duas possuem a fotografia do estabelecimento. Fornece os principais contactos mas muitos não estão a funcionar ou estão desactualizados. Todos os problemas detectados corroboram os identificados nomeadamente por Nunes (2012) e Rodrigues (2014) e comprometem o turismo rural na região como um produto coeso, rico e diverso.

4.6. Questionário aos Turistas: caracterização do turista em espaço rural

Como descrito no capítulo anterior, foram recolhidos 267 inquéritos, dos quais 263 foram devidamente analisados. O inquérito envolveu quatro grupos de perguntas que reflectem a análise do turismo rural com potencial ligação à promoção do bem-estar, de forma a cumprir os objectivos desta dissertação, ou seja, a análise da procura turística. Para tal, foram definidas três hipóteses de investigação relacionadas com o perfil do turista e o estudo das suas motivações, como salientado no capítulo metodológico. Esta ordem de ideias será adoptada para a descrição dos resultados obtidos.

4.6.1. Hipótese 1: Quem é o turista TER no município da Calheta, tendo em conta o perfil, estilo de vida, assunções sobre o destino, planeamento da viagem, escolha de acomodação e motivações?

- **Perfil Sociodemográfico**

Para analisar o perfil sociodemográfico do turista, a amostra é constituída por questões relativas ao sexo, verificando-se que 50.57% (n=133) dos inquiridos é do sexo feminino e 47.91% (n=126) do sexo masculino (fig.21). Este resultado mostra um equilíbrio de género. Porém, a nível da faixa etária, existe um predomínio claro de idades acima dos 30 anos. Entre os inquiridos 74.15% tinham 30 ou mais anos de idade, com destaque para a faixa entre os 50 e os 59 anos que constitui 27.76% (n=73) da amostra (fig.22).

Relativamente aos mercados/países de origem dos inquiridos existe uma nítida predominância do mercado estrangeiro (89.96%) (fig.23), sendo o mercado português somente 7.22% da amostra. Quanto às nacionalidades estrangeiras verifica-se a dominância do mercado alemão com 28.52% dos inquiridos, seguido pelo Reino Unido (19.77%), França (12.93%) e Países Baixos (11.41%). Entre os países menos representados é de destacar a Áustria, com 3.04% dos inquiridos e, com percentagem idêntica (2.28%), a Suíça, a República Checa e a Bélgica.

Para além de a amostra ser constituída por indivíduos com uma idade mais avançada, estes possuem um alto nível de escolaridade e são profissionalmente activos (Quadro 9). Entre os inquiridos 67.99% possuía no mínimo um grau do ensino superior completo, sendo preponderante a licenciatura (33.46%). Contudo, os indivíduos que completaram o mestrado (25.78%) é superior aos que possuem níveis de escolaridade mais baixos, como o ensino secundário (13.69%) ou o ensino profissional (11.79%). Para além disso, 8.75% declarou ter completado o douramento, pelo que as habilitações superiores à licenciatura totalizam 34.73%. No que respeita à actividade profissional verifica-se que a grande maioria se encontra no activo (76.81%), trabalhando principalmente por conta de outrem (64.26%). Dos 74.52% indivíduos que indicaram os seus rendimentos (n=196), 27.38% possuíam rendimento mensal superior a 5000€ e mais de 47.51% ganhava no mínimo 3000€ (fig.24).

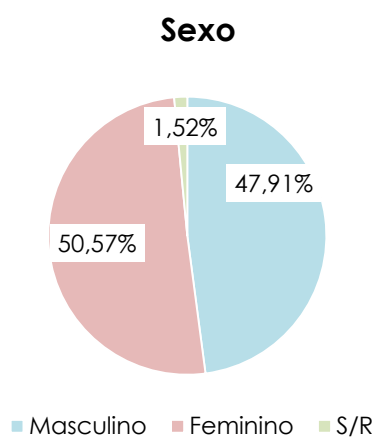


Figura 21: Sexo dos inquiridos.

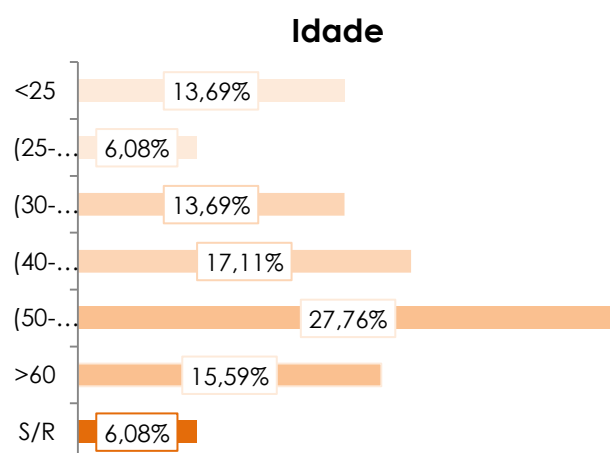


Figura 22: Idade dos inquiridos.

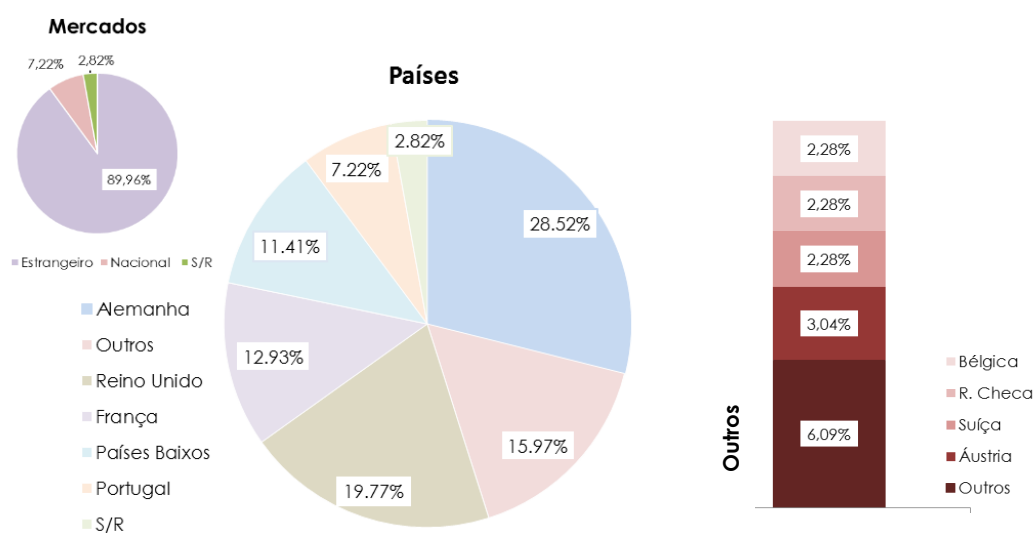


Figura 23: Mercado e país de origem dos inquiridos.

Quadro 9: Níveis de escolaridade e situação profissional dos inquiridos.

Escolaridade	N.º	(%)
Ensino Básico	2	0.76%
Ensino Secundário	36	13.69%
Ensino Profissional	31	11.79%
Ensino Superior – Licenciatura	88	33.46%
Ensino Superior – Mestrado	67	25.78%
Ensino Superior – Doutoramento	23	8.75%
S/R	16	6.08%
Total	263	100%
Situação Profissional	N.º	(%)
Sim, por conta de outrem	169	64.26%
Sim, por conta própria	33	12.55%
Não, desempregado(a)	3	1.14%
Não, estudante	24	9.13%
Não, reformado(a)	10	3.80%
Outra Situação	11	4.18%
S/R	13	4.94%
Total	263	100%

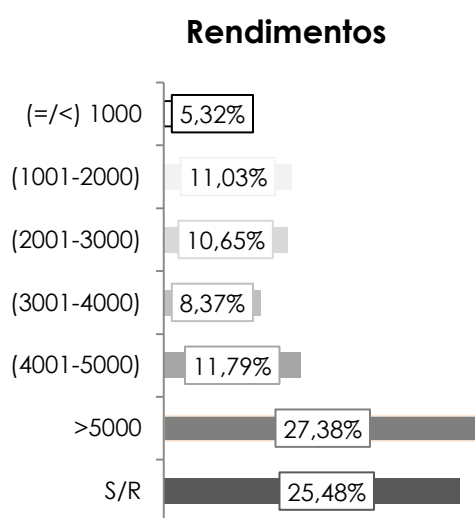


Figura 24: Rendimento dos inquiridos.

Finalmente, no que respeita ao local de residência, mais de 40% dos inquiridos vive em espaço urbano (42.58%), enquanto 28.52% afirmou viver numa zona rural. Porém, 51.33% declarou que já tinha vivido num meio rural (fig.25).

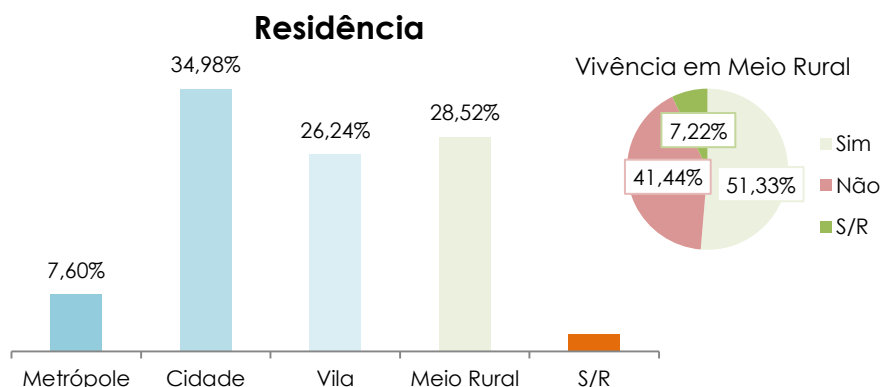


Figura 25: Local de residência dos inquiridos e sua relação com o meio rural.

• Saúde, Bem-Estar e Dia-a-Dia

Entre os inquiridos 229 responderam que tinham um estilo de vida saudável, sendo que só 31 indicaram que não tinham, sendo que 58.94% teve em conta aspectos não só pessoais mas também externos (como o ambiente laboral), ou seja, um conjunto de características do dia-a-dia do indivíduo (Quadro 10). A opção dominante relaciona-se com o baixo número de fumadores (9.89% fuma com regularidade), sendo que 55.51% indicou só consumir bebidas alcoólicas ocasionalmente (fig. 26 e 27). O mesmo acontece na escolha de uma alimentação saudável, pois 82.13% referiu que tinha uma alimentação equilibrada e diversificada (fig.28). Quanto à prática desportiva os inquiridos responderam que a actividade física é algo que praticam ocasionalmente, sendo que 51.33% faz exercício só 1 a 3 vezes por mês (fig.29).

Quadro 10: Estilo de Vida – Características Pessoais, Externos ou Ambos.

Estilo de Vida	Características							Total
	Pessoais	(%)	Externos	(%)	Ambos	(%)	S/R	
Sim	65	28.38%	7	3.06%	142	62%	6	229
Não	10	32.26%	4	12.90%	13	41.94%	4	31
S/R	0	0%	0	0%	0	0%	3	3
Total	75	28.52%	11	4.18%	155	58.94%	22	263

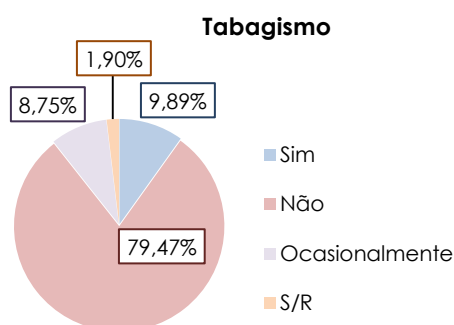


Figura 26: Consumo de tabaco entre os inquiridos.

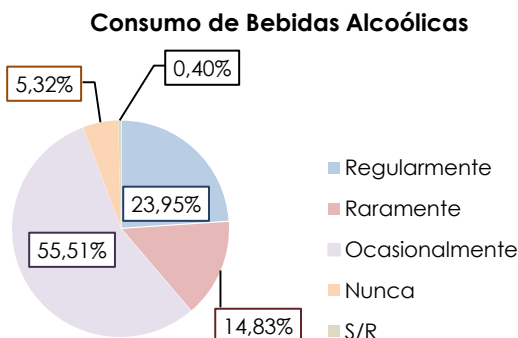


Figura 27: Consumo de bebidas alcoólicas entre os inquiridos

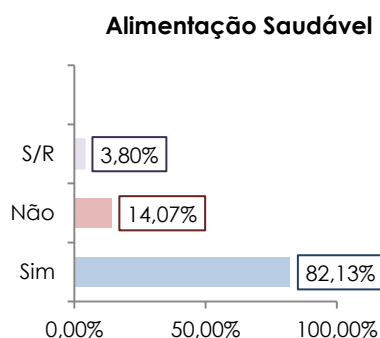


Figura 28: Prática de alimentação saudável entre os inquiridos.

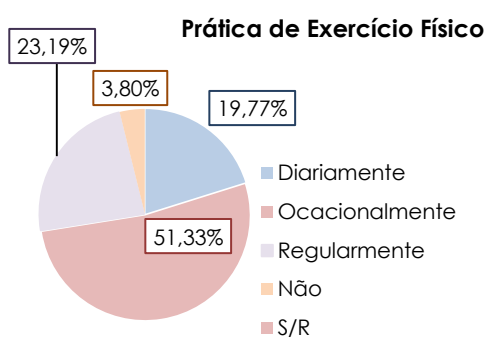


Figura 29: Prática de exercício físico entre os inquiridos.

É interessante comparar os inquiridos que afirmaram ter um estilo de vida saudável e os que não o tinham. A nível do tabagismo e do consumo de bebidas alcoólicas as diferenças foram mínimas. Mas a percentagem aumenta entre os inquiridos que consideram não ter um estilo de vida saudável e, simultaneamente: não têm uma alimentação saudável (48.39%); não praticam nenhum exercício físico (22.58%); sofrem de mais *stress* (61.29%). Além disso, este grupo é constituído por indivíduos mais descuidados na realização de exames médicos (51.61% não os faz) e por aqueles que já têm uma doença diagnosticada (38.70%). Por outro lado, de entre os inquiridos que admitem ter um estilo de vida saudável uma percentagem elevada sofre de *stress* (42.37%), e, tendo em conta a sua área de residência, vivem em meio urbano. Nos indivíduos que vivem em meio rural (27.97%) o número de pessoas com problemas de *stress* diminui para 14.4%. O mesmo acontece se considerarmos as questões alimentares e as doenças diagnosticadas, visto que os indivíduos que consideraram não ter uma alimentação equilibrada (48.65%) também referiram ter uma doença diagnosticada e viver em áreas urbanas (46.29%). Em contrapartida os inquiridos que vivem em meio rural aqueles valores baixaram para 32.43 e 31.48%, respectivamente.

Destaca-se um maior consumo de tabaco entre as pessoas que vivem em meio urbano: 50% dos fumadores da amostra vivem em áreas urbanas e apenas 15% habita em áreas rurais. Quanto ao consumo de bebidas alcoólicas a regularidade na ingestão é maior nos meios rurais, correspondendo a 39.68% dos inquiridos.

Algo pouco expectável é a relação entre rendimento e estilo de vida. Os inquiridos que se destacaram por terem rendimentos superiores foram também aqueles que declararam ter um pior estilo de vida. De facto, dos 11.79% de indivíduos que considerou não ter um estilo de vida saudável, 32.26% têm rendimentos superiores a 5000€. O mesmo acontece se tivermos em conta o factor '*stress*', visto que, de entre os inquiridos que ganham mais de 5000€uros, 61.11% referiram sofrer altos níveis de *stress*.

• Experiência em Âmbito Rural Calhetense e Escolha de Alojamento

A primeira visita à localidade rural da Calheta foi efectuada por 85.55% dos inquiridos e somente 13.68% veio repetir a experiência. A repetição da experiência não

está mais ligada aos indivíduos de nacionalidade portuguesa pois estes representam somente 44.4%.

Relativamente às assunções feitas pelos turistas sobre o destino, verifica-se a existência de 3 grandes motivações (ver fig. 30) relacionadas com as expectativas sobre a ilha e o concelho da Calheta: destaca-se, com 23.16%, o clima ameno e agradável do destino; em seguida é realçado o seu rico património natural (18.56%); em terceiro lugar é referido todo um ambiente puro e revitalizante (16.44%). Note-se que também é salientado o contacto com o meio natural (9.59%) e a cultura autêntica da localidade (9.22%). As motivações menos escolhidas foram o contacto com a comunidade (6.72%), embora aquela tenha sido considerada acolhedora e amigável, bem como o facto de ser considerado um destino ideal para a adopção de um estilo de vida saudável (6.85% dos inquiridos). Ligada a esta última motivação, mas obtendo uma percentagem ligeiramente superior, é considerar o destino ‘excelente para a procura pelo bem-estar’ (7.09% das respostas recolhidas). Apesar da opção ‘outro’ ter sido pouco escolhida (2.24%), destaca-se a referência à possibilidade de fazer caminhadas e levadas (22.2%).

Assunções Sobre o Destino

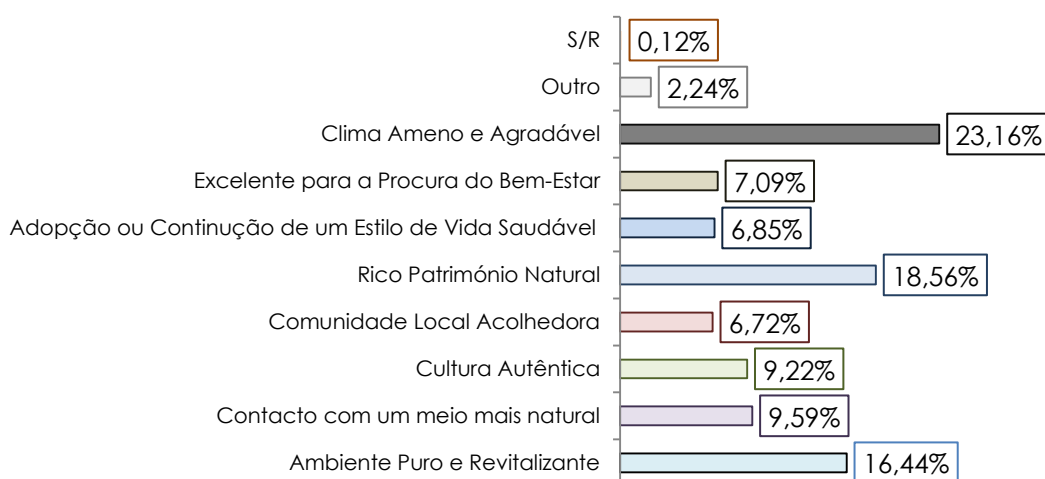


Figura 30: Motivações dos inquiridos para a escolha do destino.

As motivações dos turistas inquiridos foram divididas em 5 grupos e as questões, com excepção das que requeriam uma avaliação e a atribuição de um valor ordinal, foram submetidas a uma análise nominal por frequência. Foi possível averiguar que parece haver uma uniformização das respostas dadas, ou seja, não existem motivações que se destaquem, tendo todas percentagens baixas e próximas. De qualquer forma, é possível destacar, entre as 34 opções, 6 motivações-chave com percentagens acima de 4% (Quadro 11): ‘Experienciar um clima mais agradável e quente’ (4.04%); ‘Poder desanuviar do *stress* e descansar psicologicamente’ (4.24%); ‘Escapar do quotidiano’ (4.49%); ‘Estar em contacto com a natureza’ (4.91%); ‘Explorar um novo lugar’ (5.63%); ‘Apreciar a beleza das paisagens’ (6.17%). Neste conjunto de opções verificar-se a necessidade dos inquiridos pelo contacto com a natureza, as paisagens e o bom tempo, para além do descanso físico e psicológico. As motivações relacionadas com aspectos culturais e a necessidade de sociabilização com a comunidade local são diminutas, não chegando sequer a 1% das escolhas (ver Quadro 11)..

A nível ordinal as motivações principais são mais claras. Do total dos inquiridos cerca de 70% (68.44%) classificou as suas opções com pontuações acima de 7 pontos em média. Destacam-se 8 motivações, que mostram uma clara preferência pelo descanso físico ($x=7.02$), o escape ($x=7.26$), o alívio psicológico ($x=7.47$), o contacto com a natureza e com a paisagem ($x=7.99$ e 8.84 , respectivamente) e o bom tempo ($x=8.03$). Mas, se analisarmos com maior detalhe as motivações com classificações acima de 6 pontos em média, vemos que existe uma preferência por aspectos intrinsecamente relacionados com a promoção do bem-estar em áreas rurais (mesmo que de forma indirecta), como a necessidade de ‘desligar’ ($x=6.83$), rejuvenescer ($x=6.77$), estar numa localidade isolada ($x=6.47$), comer produtos frescos ($x=6.26$) e fazer alguma actividade física ($x=6.13$). Verifica-se, novamente, motivações relacionadas com o contacto com a natureza para a realização de actividades ($x=6.56$), sendo este tipo de ocupação mais apreciada do que uma simples dedicação à actividade física isolada, e/ou a apreciar o relevo montanhoso da ilha ($x=6.24$).

Entre as opções de escolha pior avaliadas destacam-se: não querer estar sozinho e participar em actividades culturais ($x=4.09$); iniciar um novo estilo de vida mais saudável ($x=3.91$); conhecer novas pessoas ($x=4.13$).

Apesar de ter sido feita uma análise dupla a nível das motivações (nominal e ordinal), pode concluir-se que os resultados obtidos se aproximam, havendo uma certa coesão nas respostas fornecidas pelos indivíduos sujeitos a amostragem. O Quadro 11 mostra que as variações nas motivações são mínimas em termos posicionais, consolidando as preferências dos turistas que visitaram o concelho rural calhetense.

A nível de actividades a serem exploradas, é claro o interesse pelo contacto com a natureza e a contemplação da paisagem. As caminhadas, natação, observação da paisagem, da fauna e da flora madeirenses, constituem 76.1% das preferências dos inquiridos. A contemplação da paisagem é a mais desejada (23.58%), mas surge intimamente com a segunda preferência (caminhadas) que apresenta quase a mesma percentagem (23.05%) - ver fig.31. Depois destacam-se as actividades relacionadas com a observação da fauna e flora (15.89%). Com menos de 1/4 da percentagem da actividade mais desejada surgem as actividades culturais e a interacção com a comunidade (4.63%), e, em ordem decrescente, as respeitantes a andar de bicicleta (3.05%), actividades comunitárias ligadas ao meio rural (2.53%) e desportos radicais (1.89%). Em termos de avaliação, 70% da amostra que ordenou correctamente as suas preferências mostram uma sequência idêntica, apenas se salientando uma tónica ligeiramente superior atribuída às actividades comunitárias e a andar de bicicleta.

Quadro 11: Motivações que levaram os turistas a visitar do concelho rural calhetense.

Motivação	Total	S/R	Média	Frequência	%	Posição
Apreciar a beleza das paisagens	180	83	8.84	240	6.17%	=
Explorar um novo lugar	180	83	8.42	219	5.63%	=
Experienciar um clima mais agradável e quente	180	83	8.03	157	4.04%	▲ (3)
Estar em contacto com a natureza	180	83	7.99	191	4.91%	▼ (1)
Poder desanuviar do <i>stress</i> e descansar psicologicamente	180	83	7.47	165	4.24%	▼ (1)
Escapar do quotidiano	180	83	7.26	175	4.49%	▼ (2)
Estar num ambiente amigável e seguro	180	83	7.03	137	3.52%	▲ (6)
Oportunidade de descansar fisicamente	180	83	7.02	154	3.96%	▼ (1)
A não obrigatoriedade de cumprir horários	180	83	6.94	149	3.83%	▲ (1)

Possibilidade de se 'desligar' num lugar mais apetecível	180	83	6.83	139	3.57%	▲ (2)
Ter uma visita relaxante e rejuvenescedora	180	83	6.77	147	3.78%	▼ (1)
Poder realizar actividades em contacto com a natureza	180	83	6.56	139	3.57%	▼ (1)
Estar numa localidade mais despovoada e isolada	180	83	6.47	139	3.57%	▼ (2)
Experimentar produtos frescos locais (ex. legumes, frutas, etc.)	180	83	6.26	131	3.37%	=
Oportunidade de estar numa área montanhosa	180	83	6.24	126	3.24%	▲ (2)
Oportunidade de se envolver nalguma actividade física	180	83	6.13	128	3.29%	=
Maior sensação de privacidade	180	83	5.82	98	2.52%	▲ (3)
Possibilidade de provar a gastronomia local	180	83	5.78	126	3.24%	▼ (2)
Estar envolvido nalguma experiência mais aquática (ex. praia, cascatas)	180	83	5.73	98	2.52%	=
Poder socializar com a família e amigos	180	83	5.52	110	2.83%	▼ (2)
Oportunidade de visitar e estar em contacto com a floresta	180	83	5.47	96	2.47%	=
Poder estabelecer uma ligação espiritual com a natureza	180	83	5.44	90	2.31%	▲ (1)
Sentir-se acarinhado(a) e confortável	180	83	5.43	90	2.31%	▼ (2)
Poder experienciar outras sensações	180	83	5.38	83	2.13%	=
Poder conhecer uma comunidade local	180	83	5.07	77	1.97%	▲ (1)
Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar	180	83	5.04	76	1.95%	=
Estar em contacto com uma cultura mais autêntica	180	83	5.04	64	1.65%	▲ (2)
Conhecer a história e principais monumentos	180	83	5.02	81	2.08%	▼ (3)
Poder estar sozinho	180	83	4.29	66	1.69%	▼ (2)
Poder intelectualmente enriquecer	180	83	4.17	57	1.47%	▲ (1)
Ter oportunidade de conhecer novas pessoas	180	83	4.13	36	0.93%	▲ (2)
Oportunidade de participar em actividades culturais	180	83	4.09	37	0.95%	=
Iniciar um estilo de vida mais saudável	180	83	3.91	42	1.08%	▼ (2)
Poder divertir-se ou festejar	180	83	3.04	25	0.64%	=

Actividades a Realizar no Concelho Calhetense

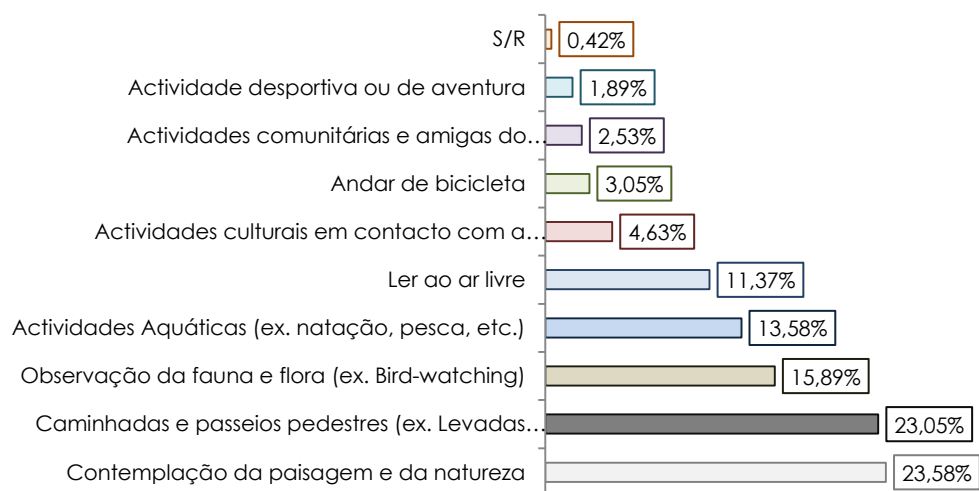


Figura 31: Actividades a realizar pelos inquiridos no concelho da Calheta.

Quanto à escolha da acomodação, as 3 principais razões ligam-se claramente às principais motivações, nomeadamente a preferência pelo descanso e relaxamento (19.87%) proporcionado pelo alojamento, a proximidade do mesmo ao meio natural (18.23%) e o grau de privacidade e isolamento (15.04%) (fig.32). Depois surgem preocupações ligadas: ao conforto, acolhimento e boa hospitalidade (12.94%); aos argumentos dos acompanhantes de viagem (9.66%); à qualidade da infraestrutura (8.84%); à percepção do cuidado do alojamento para um desenvolvimento sustentável (6.11%). Verifica-se, novamente, um fraco interesse pelas actividades culturais (3.92%),

mas também pelas sugestões que poderão vir do próprio alojamento (3.56%). A nível ordinal, a classificação é idêntica entre os 69.96% dos inquiridos que forneceram informações sobre esta questão.

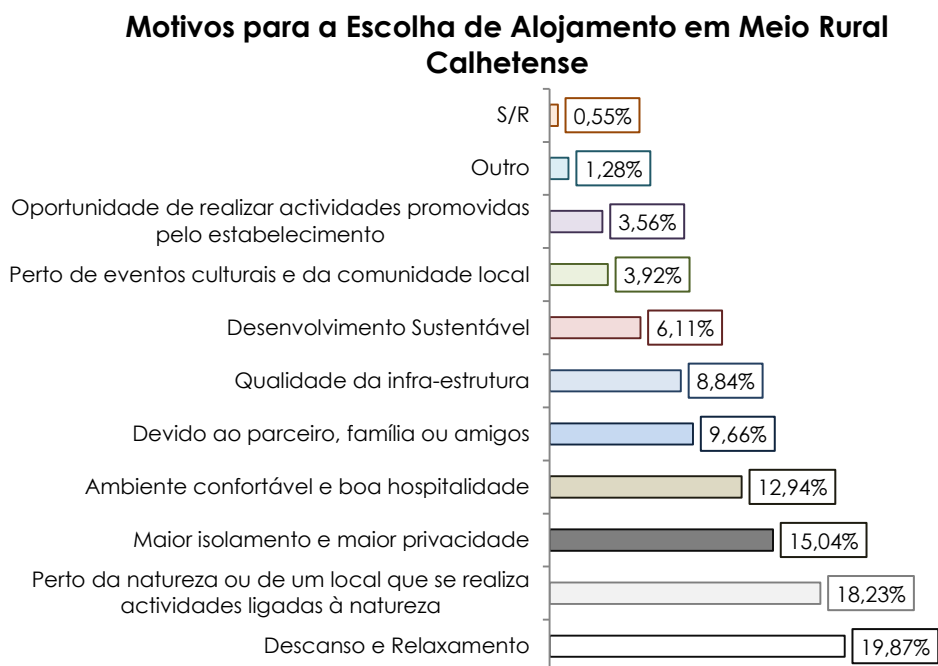


Figura 32: Motivos expressos pelos inquiridos para a escolha do alojamento em meio rural na Calheta.

A nível da avaliação do alojamento, como se pode observar na fig.33, foram destacados 5 principais aspectos na apreciação efectuada pelos inquiridos, entre eles: o factor humano, ou seja, o anfitrião e/ou dono ($x=8.75$); o profissionalismo ($x=8.13$); a localização ($x=8.01$); o equipamento fornecido ($x=7.94$); a manutenção do espaço ($x=7.89$). As acessibilidades e o serviço de alimentação foram os aspectos menos positivos destacados pelos inquiridos, obtendo médias de 6.73 e 6.34, respectivamente.

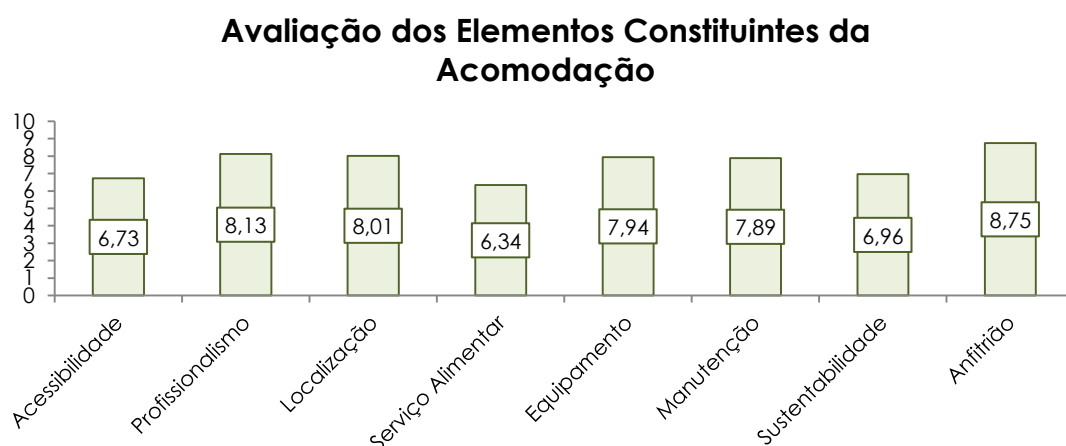


Figura 33: Avaliação pelos inquiridos dos elementos constituintes da acomodação.

Entre aspectos positivos e negativos, podemos considerar que a experiência rural dos inquiridos foi francamente positiva com 89.6% de considerações favoráveis (431) e, apenas 10.6% de apreciações menos satisfatórias. Os aspectos mais destacados foram

elementos naturais (como a paisagem, a possibilidade de fazer caminhadas com destaque para as levadas e a observação da fauna e flora). Os restantes aspectos foram pouco valorizados, ressaltando o factor humano (comunidade local e funcionários do alojamento), a localização do alojamento, a água e o mar, para além do atendimento no alojamento e a paz sentida. Este último aspecto é importante e liga-se com a tranquilidade e a preferência pelo isolamento, representando em conjunto 9.42% do total. De entre os aspectos negativos, apesar de diminutos, houve um grande destaque para as acessibilidades, a falta de meios culturais, o lixo visível nas vias públicas e o mau tempo durante a época invernal.

Sobre novas actividades a promover, das 144 propostas fornecidas pelos inquiridos, 57.89% referiram que não sentiam necessidade de mais actividades, estando satisfeitos com as ofertas existentes. Todavia, destaca-se a necessidade de mais mercados com produtos frescos regionais e com a venda de produtos culturais (necessidade destacada 26 vezes). Todas as outras obtiveram referências muito reduzidas.

Finalmente, em termos de avaliação, o destino teve uma classificação bastante positiva por parte dos inquiridos (8.77 num máximo de 10), sendo que 86.69% dos turistas expressou a possibilidade de voltar à ilha e a esta localidade rural madeirense.

• Hábitos de Informação e Consumo

Relativamente ao planeamento das férias apuramos que 56.63% dos inquiridos teve conhecimento do destino através da Internet, enquanto 28.16% obteve a informação através de *word-of-mouth* de familiares e amigos. Meios mais clássicos como guias, agências e os *media* tradicionais não chegaram a 3% dos indivíduos, porém o conhecimento por visita anterior constitui a terceira fonte de conhecimento com 5.18% (fig.34).

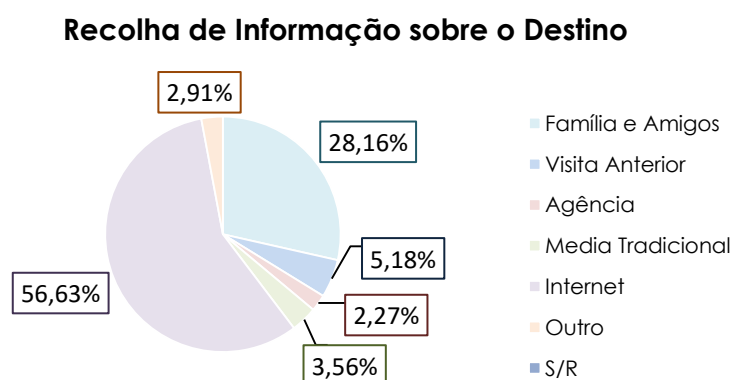


Figura 34: Meios de recolha de informação sobre o destino utilizados pelos inquiridos.

Quanto ao tempo de antecipação utilizado na preparação da viagem: 52.85% planeou as suas férias à ilha com 1 ano a 4 meses de antecedência; 34.9% com 4 meses a 4 semanas; 9.12% com 4 semanas a menos de 8 dias de antecedência. Para além do uso da Internet para obter mais informação sobre o destino, este meio de informação foi usado pela maioria dos inquiridos para marcação e aquisição de alojamento e transporte. O transporte e o alojamento foram adquiridos pela esmagadora maioria dos inquiridos de forma separada (87.73%), sendo muito poucos aqueles que recorreram a pacotes

turísticos (7.60%). A Internet teve um papel crucial na preparação e aquisição da viagem dado que foi utilizada por cerca de 80% dos indivíduos, seja a nível de acomodação (80.99%) ou de transporte (79.09%), como se observa no Quadro 12.

Quadro 12: Organização e Aquisição da Viagem.

	Em pacote	Separadamente	S/R	Total
Organização	20	236	7	263
Organização (%)	7.60%	89.73%	2.66%	100%
	Transporte		Acomodação	
Agência de Viagens/ Operador Turístico	20	7.60%	20	7.60%
Através da internet	208	79.09%	213	80.99%
Através do telefone	3	1.14%	2	0.76%
Pessoalmente	19	7.22%	20	7.60%
Não reservou	5	1.90%	2	0.76%
S/R	8	3.04%	6	2.28%
Total	263	100%	263	100%

No que respeita ao transporte, a utilização da internet também se relaciona com uma opção predominante de usar carro alugado para deslocações na ilha (91.25%). Os transportes públicos e os táxis têm uma expressão mínima de 2.66% e 0.38%, respectivamente. Quanto a acompanhantes de viagem os inquiridos contaram com a presença de um parceiro (a) (49.43%) ou da família e/ou amigos (46.01%).

Relativamente à duração da viagem 85.54% permaneceu na ilha pelo menos uma semana, enquanto 39.92% dos inquiridos optou por uma estadia de duas semanas. Note-se que, relativamente ao universo da amostra, 61.6% dos indivíduos faz 2 viagens por ano no mínimo e 52.85% entre três ou mais viagens por ano.

Sobre o tempo de estadia verificam-se algumas diferenças de acordo com a origem dos turistas: os portugueses que visitaram a localidade calhetense realizaram uma estadia mais curta (os fins-de-semana prolongados foram a opção mais escolhida) enquanto os alemães são os que preferem estadias mais longas. Dos participantes no inquérito de nacionalidade alemã, 56% ficou 2 semanas na localidade (40% dos inquiridos que escolheram esta opção), seguidos dos turistas de nacionalidade britânica e holandesa com uma percentagem idêntica (15.24%). Porém, são os britânicos que viajam mais vezes, pois 52% respondeu que viaja no mínimo três ou mais vezes por ano, seguindo-se, com o mesmo tempo despendido em férias, os inquiridos dos países baixos (56.6%), os franceses (50%) e os alemães (48%). Entre os respondentes portugueses 78.95% viaja somente entre uma a duas vezes por ano.

De uma forma sumária é de referir que a amostra revelou que:

- Na sua maioria os turistas têm uma idade superior a 30 anos;
- Há uma predominância de turistas oriundos de mercados estrangeiros, destacando-se os alemães, britânicos, franceses e provenientes dos países baixos;
- Possuem uma formação bastante elevada e níveis de rendimento substanciais;
- Vivem em meio urbano;
- Possuem um estilo de vida saudável com adopção de uma alimentação equilibrada;
- Têm problemas com manifestações de *stress*;
- Estão pela primeira vez na localidade rural calhetense;

- Assumem a ilha como um local com bom clima, relaxante e com grande património natural;
- Têm uma maior motivação ligada à busca pelo descanso em contacto com a natureza e têm um interesse muito reduzido por elementos culturais e sociais;
- Possuem um maior interesse por actividades mais suaves fisicamente, nomeadamente a contemplação de paisagens, a observação de flora e fauna e as caminhadas;
- Escolhem a acomodação em âmbito rural devido a um desejo de descanso em proximidade com um meio natural e isolado;
- Utilizam maioritariamente a Internet para obter mais informações sobre o destino, marcar e adquirir (de forma independente) a sua viagem e acomodação;
- Preferem o uso de um automóvel particular (alugado) para se deslocarem;
- Viajam com relativa frequência ao longo do ano.

4.6.2. Hipótese 2: Entre as motivações do turista, é possível identificar a busca por aspectos associados ao bem-estar em espaços rurais ou é possível aferir se há uma confirmação individual/consciencialização por parte do turista dos possíveis benefícios a nível do bem-estar na área rural calhetense?

A parte final do segundo grupo de questões do questionário efectuado focou-se na confirmação (ou não) individual/consciencialização por parte do turista dos possíveis benefícios a nível do bem-estar na área rural calhetense. Entre os inquiridos, cerca de 78.71% (n=207) referiu que acreditava nos benefícios do meio rural madeirense em estudo e que as actividades aí desenvolvidas, em contacto com a natureza, poderiam realmente promover o bem-estar (fig.35).

Potencialidade do Meio Rural Calhetense na Promoção do Bem-Estar

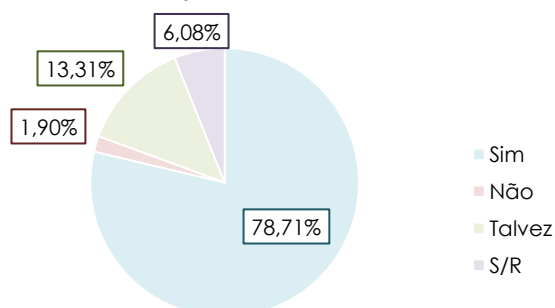


Figura 35: Potencialidade do meio rural calhetense na promoção do bem-Estar dos inquiridos.

De entre os inquiridos os que disseram ‘sim’ (ver fig.35), 45.25% justificou a sua resposta salientando 5 ordens de razões principais: 17,5% referiram a possibilidade de

descanso, relaxamento, alívio do *stress* (descanso a nível psicológico); 12.5% apresentam 2 tipos de argumentos, o isolamento e o silêncio associado à localidade e a calma existente; 15% das respostas indicam a possibilidade da realização de actividades em interacção com a natureza e o seu rico património, como as caminhadas e as levadas (11.5%); foram salientados aspectos da paisagem (11%) e referida a sua beleza intocada (1.5%); os recursos aquáticos foram apontados bem como a sua qualidade (3%); o próprio relevo montanhoso foi considerado pelos inquiridos (2%). Podemos verificar a análise descrita observando o Quadro 13.

Tendo em conta os benefícios descritos e atendendo que a taxa de participação dos inquiridos sobre este tema atingiu 71.8%, parece lícito destacar novamente os benefícios que, segundo os inquiridos, poderão ser obtidos a nível do descanso e relaxamento (31.17%), do bem-estar psicológico e alívio do *stress* (22.07%), como se vê na fig.36. Destaca-se a nível motivacional a apreciação de “algo” a nível espiritual, devido ao contacto com um ambiente mais simples mas muito rico a nível natural, escolhido por 20.32% indivíduos e ainda não referido anteriormente. Foram também salientados o descanso físico (15.06%), sendo que a componente social e o enriquecimento intelectual são claramente secundarizados, com apenas 3.85% das opções escolhidas pelos inquiridos.

Finalmente, sobre o possível aconselhamento da localidade rural calhetense a pessoas que procuram o bem-estar num meio natural e simples, a percentagem é significativa pois 85.93% a aconselharia, sendo os argumentos apresentados em 55.89% dos casos idênticos aos mencionados no Quadro 14, ou seja, a oportunidade de descanso (17.89%), a quietude e a paz sentidas (17.12%), a natureza e o contacto com a mesma (16.34%), a paisagem e a sua diversidade (14.39%) e o isolamento (12.06%). Note-se que nunca é referido nenhum argumento de cariz cultural, social e/ou intelectual.

Quadro 13: Aspectos salientados na justificação da escolha da Calheta como área promotora do Bem-Estar.

Aspectos Salientados	N.º	(%)
Isolamento/Localização	25	12.5%
Localidade	10	5%
Propriedade	1	0.5%
Natureza/Flora	30	15%
Paisagem	22	11%
Relaxante/Stress-	35	17.5%
Silêncio/Calma/Paz	25	12.5%
Clima	4	2%
Caminhadas/Actividades/Levadas	23	11.5%
Privacidade	2	1%
Social/Pessoas	8	4%
Água/Mar	6	3%
Beleza/Intocado	3	1.5%
Montanha	4	2%
Espiritual/Novidade	2	1%
Total	200	100%

Benefícios do Contacto com o Meio Rural Calhetense

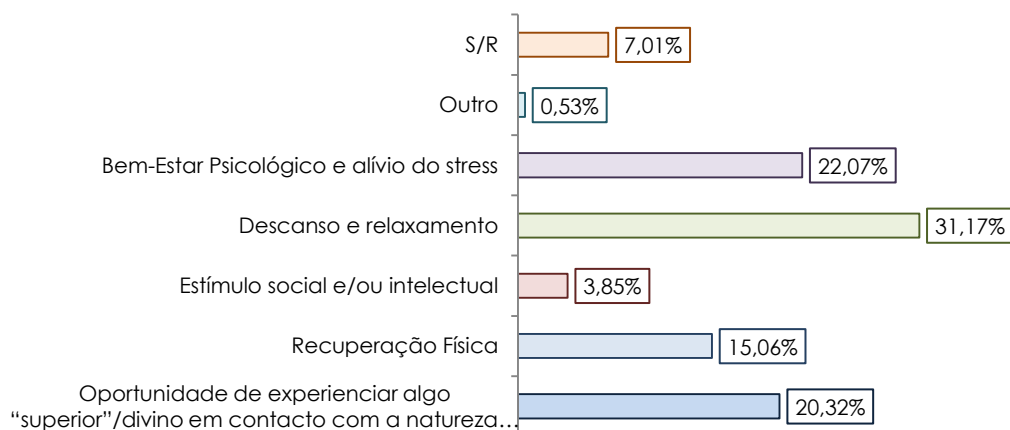


Figura 36: Benefícios do contacto com o meio rural calhetense de acordo com a opinião dos inquiridos.

Quadro 14: Aspectos a salientar para a recomendação da área rural calhetense como destino que promove o Bem-Estar.

Aspectos Salientados	N.º	(%)
Localização/Simplicidade	23	8.95%
Natureza	42	16.34%
Paisagem	31	12.06%
Gastronomia	1	0.39%
Escape/Exploração/Experiência	3	1.17%
Relaxante/Stress/Descanso	46	17.89%
Actividades/Caminhadas	15	5.84%
Silêncio/Paz/Quietude/Tranquilidade	44	17.12%
Isolamento/Privacidade	31	12.06%
Montanha	2	0.79%
Tempo/Clima	11	4.28%
Estilo de Vida	1	0.39%
Água/Puro	6	2.33%
Segurança	1	0.39%
Pessoas	2	0.78%
Total	257	100%

Assim, através da análise desta segunda hipótese colocada, é possível salientar que:

- A nível motivacional, para além da procura de descanso, relaxamento e contacto com a natureza, existe a consciência das potencialidades do meio rural calhetense na promoção do bem-estar;
- Mais de metade dos inquiridos indicou vários benefícios obtidos ou que poderão ser obtidos através do contacto com o meio rural calhetense: o descanso físico, um bem-estar psicológico e uma ligação natural a nível espiritual;
- Apesar de uma baixa percentagem obtida sobre a consideração do meio rural na promoção do bem-estar e a sua recomendação a terceiros, existe uma coerência na referência de elementos naturais (paisagem, património natural, etc.) como uma possibilidade única de descanso e relaxamento.

4.6.3. Hipótese 3: Existem características gerais ligadas ao perfil socioeconómico e/ou estilo de vida, que poderão influenciar as motivações associadas à procura do bem-estar em espaços rurais ou à sua percepção de como estes espaços o podem promover?

A análise da última hipótese colocada permitiu verificar que, de uma forma geral, existe uma aprovação da área rural calhetense como um local que poderá contribuir para promover o bem-estar num meio natural e simples. Contudo, será que essa aprovação pode ser distinta em função de aspectos-chave ligados ao perfil e ao estilo de vida dos turistas? Para analisar esta questão foram seleccionadas algumas variáveis, nomeadamente, o estilo de vida, a condição médica, a idade, o sexo, a nacionalidade, o nível de escolaridade e a residência.

De entre os inquiridos que consideraram o seu estilo de vida equilibrado, 79.47% concordou com as potencialidades do meio para a promoção do bem-estar, sendo de 74.19% a mesma opinião entre os não seguidores de um estilo de vida equilibrado. Dos inquiridos que consideraram o destino como um bom local para prosseguir um estilo de vida saudável, 24.02% confirmaram já ter um estilo de vida saudável e 21.39% acha que a região promove o bem-estar. Apenas 6.45% dos que afirmam ter um quotidiano não-saudável acha que a Calheta poderá promover o bem-estar. 81.59% da amostra que considerou ter um estilo de vida saudável concordou com a opção ‘sim’ relativamente ao meio promotor de bem-estar, embora esta percentagem seja um pouco inferior entre os indivíduos com um problema de saúde já diagnosticado (72.2%). É também entre os mais jovens que se manifesta uma maior concordância, dado que entre os inquiridos com idade até aos 39 anos a percentagem dos que consideram a região como promotora do bem-estar é superior a 85%. Os indivíduos com idades mais avançadas apresentam uma percentagem um pouco mais reduzida (abaixo dos 80%).

Tendo em conta o sexo dos inquiridos verifica-se que existe um equilíbrio quanto à opinião manifestada, havendo uma concordância com a promoção do bem-estar dos ambientes rurais da Calheta a rondar os 80%.

No que respeita ao país de origem dos turistas inquiridos as variações de opinião não são significativas. No geral admite-se as potencialidades do meio rural calhetense, mas destacam-se os indivíduos oriundos de certos países (com percentagem superior a 80%), nomeadamente os inquiridos dos Países Baixos e da Alemanha (tendo presente a importância destes mercados para a região).

A escolaridade/nível de formação não influi de maneira significativa nos valores obtidos (na ordem de 75%), havendo acréscimos na percentagem (para os 80%) à medida que o nível de escolaridade é superior, nomeadamente aqueles de entre os inquiridos que concluíram uma licenciatura ou um mestrado.

De acordo com o local de residência dos inquiridos há uma opinião mais positiva sobre os benefícios dos ambientes rurais (81.25%) entre os que vivem em áreas urbanas, sendo menor para quem já vive numa área rural (73.33%). É interessante apontar que,

para quem nunca viveu num meio rural, a opinião é mais positiva sobre as áreas rurais da Calheta terem a capacidade de promover o bem-estar (81.13%).

De uma forma geral, como visto anteriormente, 78% da amostra confirmou as potencialidades das áreas rurais calhetenses na promoção do bem-estar, não existindo valores muito díspares conforme as características do perfil socioeconómico ou do estilo de vida do turista. É de considerar que quem já pratica de estilo de vida saudável e é um pouco mais jovem tem maior propensão para considerar os benefícios da ruralidade.

Do ponto de vista motivacional existe uma opinião clara e consensual dos benefícios para o bem-estar que uma experiência em meio rural, em contacto directo com a natureza, pode trazer ao indivíduo. Assim, podemos concluir que não existem discrepâncias significativas entre inquiridos em função do estilo de vida, doença diagnosticada, residência (urbana ou rural) e níveis de *stress*, pelo que a hipótese em teste tem uma resposta negativa. Porém, tendo conta a média das classificativas das principais motivações (segundo as características individuais dos inquiridos) é de destacar:

- Entre os inquiridos que optam por um estilo de vida saudável, há uma opinião ligeiramente superior sobre os benefícios dos meios rurais no bem-estar, principalmente aqueles que são vítimas de *stress*;
- Os indivíduos com uma doença já diagnosticada destacam-se por ter mais em consideração os elementos promotores do bem-estar, procurando também condições ligadas a um melhor estilo de vida, mas revelam ser menos adeptos da realização de actividades físicas;
- Apesar de ser entre os inquiridos que residem em meio urbano que se encontra mais vincada a convicção dos benefícios que o meio rural calhetense pode oferecer para a promoção do bem-estar, são os residentes em meio rural que estão mais motivados na procura do bem-estar. Note-se que são, essencialmente, os residentes em meios urbanos que procuram consumir mais produtos frescos, pretendem descansar mais fisicamente e não desejam cumprir horários;
- De uma forma geral, os inquiridos que admitem ser alvo de *stress* têm maior motivação na procura de elementos naturais ligados ao bem-estar.

Os aspectos aqui destacados encontram-se resumidos no Quadro 15.

Quadro 15: Diferenças entre as motivações principais na busca do bem-estar, tendo em conta o estilo de vida, estado de saúde, residência e incidência do stress.

Motivações Principais	Estilo de Vida (Médias)		Média Geral
	Saudável	Não Saudável	
Apreciar a beleza das paisagens	▲ 8.85	▼ 8.80	8.84
Explorar um novo lugar	▲ 8.43	▼ 8.28	8.42
Experienciar um clima mais agradável e quente	▲ 8.60	▼ 7.44	8.03
Estar em contacto com a natureza	▲ 8.03	▼ 7.76	7.99
Poder desanuviar do stress e descansar psicologicamente	▼ 7.38	▲ 7.96	7.47
Escapar do quotidiano	▼ 7.14	▲ 8.00	7.26
Estar num ambiente amigável e seguro	▲ 7.48	▼ 7.12	7.03
Oportunidade de descansar fisicamente	▲ 7.13	▼ 6.56	7.02
A não obrigatoriedade de cumprir horários	▲ 6.99	▼ 6.52	6.94
Possibilidade de se ‘desligar’ num lugar mais apetecível	▼ 6.69	▲ 7.28	6.83
Ter uma visita relaxante e rejuvenescedora	▲ 6.82	▼ 6.52	6.77
Poder realizar actividades em contacto com a natureza	▲ 6.65	▼ 6.00	6.56
Estar numa localidade mais despovoada e isolada	▲ 6.48	▼ 6.40	6.47
Experimentar produtos frescos locais (ex. legumes, frutas, etc.)	▲ 6.37	▼ 5.72	6.26
Oportunidade de estar numa área montanhosa	▼ 6.20	▲ 6.28	6.24
Oportunidade de se envolver nalguma actividade física	▲ 6.38	▼ 4.60	6.13
Busca Directa pelo Bem-Estar	Saudável	Não Saudável	Média Geral
Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar	▼ 4.98	▲ 5.44	5.04
Iniciar um estilo de vida mais saudável	▲ 3.92	▼ 3.88	3.91
Motivações Principais	Doença Diagnosticada		Média Geral
	Sim	Não	
Apreciar a beleza das paisagens	▼ 8.84	▲ 8.89	8.84
Explorar um novo lugar	▲ 8.87	▼ 8.41	8.42
Experienciar um clima mais agradável e quente	▲ 8.09	▼ 8.02	8.03
Estar em contacto com a natureza	▲ 8.12	▼ 8.11	7.99
Poder desanuviar do stress e descansar psicologicamente	▲ 7.52	▼ 7.44	7.47
Escapar do quotidiano	▲ 8.03	▼ 7.04	7.26
Estar num ambiente amigável e seguro	▲ 7.06	▼ 7.04	7.03
Oportunidade de descansar fisicamente	▲ 6.79	▼ 6.55	7.02
A não obrigatoriedade de cumprir horários	▼ 6.55	▲ 7.02	6.94
Possibilidade de se ‘desligar’ num lugar mais apetecível	▲ 6.85	▼ 6.81	6.83
Ter uma visita relaxante e rejuvenescedora	▼ 6.66	▲ 6.81	6.77
Poder realizar actividades em contacto com a natureza	▼ 5.59	▲ 6.59	6.56
Estar numa localidade mais despovoada e isolada	▲ 6.82	▼ 6.67	6.47
Experimentar produtos frescos locais (ex. legumes, frutas, etc.)	▼ 6.09	▲ 6.29	6.26
Oportunidade de estar numa área montanhosa	▲ 6.42	▼ 6.28	6.24
Oportunidade de se envolver nalguma actividade física	▼ 5.33	▲ 6.36	6.13
Busca Directa pelo Bem-Estar	Sim	Não	Média Geral
Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar	▲ 5.45	▼ 4.94	5.04
Iniciar um estilo de vida mais saudável	▲ 4.18	▼ 3.81	3.91
Motivações Principais	Residência		Média Geral
	Meio Urbano	Rural	
Apreciar a beleza das paisagens	▼ 8.84	▲ 9.30	8.84
Explorar um novo lugar	▼ 8.44	▲ 8.60	8.42
Experienciar um clima mais agradável e quente	▲ 8.09	▼ 8.04	8.03
Estar em contacto com a natureza	▼ 8.06	▲ 8.66	7.99
Poder desanuviar do stress e descansar psicologicamente	▼ 7.47	▲ 7.48	7.47
Escapar do quotidiano	▼ 7.23	▲ 7.56	7.26
Estar num ambiente amigável e seguro	▼ 6.94	▲ 7.76	7.03
Oportunidade de descansar fisicamente	▲ 7.11	▼ 6.22	7.02
A não obrigatoriedade de cumprir horários	▲ 7.35	▼ 6.86	6.94
Possibilidade de se ‘desligar’ num lugar mais apetecível	▼ 6.79	▲ 7.00	6.83
Ter uma visita relaxante e rejuvenescedora	▼ 6.22	▲ 7.56	6.77
Poder realizar actividades em contacto com a natureza	▼ 6.67	▲ 7.44	6.56
Estar numa localidade mais despovoada e isolada	▼ 6.39	▲ 7.08	6.47
Experimentar produtos frescos locais (ex. legumes, frutas, etc.)	▲ 6.62	▼ 6.56	6.26
Oportunidade de estar numa área montanhosa	▼ 6.18	▲ 6.52	6.24
Oportunidade de se envolver nalguma actividade física	▼ 6.0	▲ 6.92	6.13
Busca Directa pelo Bem-Estar	Sim	Não	Média Geral

Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar	=5.44	=5.44	5.04
Iniciar um estilo de vida mais saudável	▼ 3.99	▲ 4.34	3.91
Motivações Principais	Stress		Média Geral
	Sim	Não	
Apreciar a beleza das paisagens	▲ 9.08	▼ 8.71	8.84
Explorar um novo lugar	▲ 8.64	▼ 8.33	8.42
Experienciar um clima mais agradável e quente	▲ 8.28	▼ 7.87	8.03
Estar em contacto com a natureza	▲ 8.33	▼ 7.65	7.99
Poder desanuviar do stress e descansar psicologicamente	▲ 8.21	▼ 6.69	7.47
Escapar do quotidiano	▲ 7.98	▼ 6.47	7.26
Estar num ambiente amigável e seguro	▼ 6.96	▲ 7.04	7.03
Oportunidade de descansar fisicamente	▼ 6.34	▲ 6.84	7.02
A não obrigatoriedade de cumprir horários	▲ 7.10	▼ 6.68	6.94
Possibilidade de se 'desligar' num lugar mais apetecível	▲ 7.20	▼ 6.39	6.83
Ter uma visita relaxante e rejuvenescedora	▲ 6.96	▼ 6.32	6.77
Poder realizar actividades em contacto com a natureza	▲ 6.94	▼ 6.26	6.56
Estar numa localidade mais despovoada e isolada	▲ 6.53	▼ 6.39	6.47
Experimentar produtos frescos locais (ex. legumes, frutas, etc.)	▼ 6.13	▲ 6.46	6.26
Oportunidade de estar numa área montanhosa	▲ 6.55	▼ 5.98	6.24
Oportunidade de se envolver nalguma actividade física	▲ 6.73	▼ 5.78	6.13
Busca Directa pelo Bem-Estar	Sim	Não	Média Geral
Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar	▲ 5.28	▼ 4.79	5.04
Iniciar um estilo de vida mais saudável	▲ 4.05	▼ 3.63	3.91

Conclusão e Considerações Finais

O presente estudo propôs-se elaborar uma nova proposta para a promoção do turismo em espaço rural madeirense, através do desenvolvimento teórico-conceitual de um novo nicho turístico denominado de turismo rural de bem-estar. Este conceito consiste na promoção das áreas rurais como destinos de promoção do bem-estar com base nas suas características naturais e nos benefícios que poderão advir da interacção com um meio naturalmente mais rico e simples.

É necessário, cada vez mais, entender o fenómeno turístico como um todo; uma experiência com várias fases a ter em conta para que haja uma melhor compreensão das necessidades do turista. Só assim se torna possível o desenvolvimento de novos conceitos turísticos integradores e sustentáveis que possam dar resposta à procura (necessidades e motivações) actualmente apresentada pelo turista. A procura turística mostra uma progressiva complexidade e individualidade, pelo que é necessário ajustar a oferta de produtos turísticos flexíveis e diversificados às expectativas dos turistas.

As áreas rurais mostram um enorme potencial para o desenvolvimento de novos nichos turísticos devido à sua dimensão e à diversidade de recursos naturais e culturais que preservam, podendo dar resposta aos desafios que surgem em contraste com os meios urbanos. As áreas rurais podem contribuir para a desejada relação entre Homem e Natureza, com a promoção do bem-estar, onde o indivíduo tem o papel central na interacção com o meio. Esta crescente necessidade deve-se a mudanças nas sociedades modernas, implicando determinados estilos de vida que acabam por mudar os paradigmas ligados aos conceitos de saúde e bem-estar. Para o entendimento do bem-estar é necessário considerar que é uma realidade complexa, multidimensional e distinta para cada indivíduo. Salienta-se, por exemplo, a necessidade de compreender os factores externos às pessoas (como o meio laboral), mas presentes no seu quotidiano, resultando na adopção ou não de um estilo de vida saudável (a nível físico, psicológico, social e espiritual).

Tendo isto em conta, verificou-se que o potencial da natureza e da ruralidade na promoção da saúde e do bem-estar é fundamental, nomeadamente, devido: à preferência por espaços verdes para recuperação de uma condição menos positiva; à maior atractividade e crescente criatividade associada aos meios naturais e rurais (por exemplo, na prática livre de exercício físico); às actividades *outdoor*, adequadas a qualquer faixa etária ou condição física, enquanto meio para a promoção do bem-estar; aos aspectos sensoriais ligados à natureza (por exemplo, a cor como elemento relaxante); à importância da variedade paisagística e de uma elevada biodiversidade (com particular atenção para espécies endémicas), no rejuvenescimento físico e psicológico e na redução do *stress*; à perspectiva simbólica, histórica e espiritual da ligação entre o Homem e a Natureza; às vantagens da socialização em espaços verdes, com criação de laços e desenvolvimento de sentimentos altruístas; ao longínquo, como aspecto apreciado para a reconciliação pessoal e espiritual.

Todo este conjunto de características eleva o estatuto das áreas rurais como destinos de bem-estar, podendo ser transportadas para a área do turismo. Existem pontos identificadores em comum entre o turismo em espaço rural e o turismo de bem-estar, principalmente entre os constituintes da procura, onde prevalece a busca pelo descanso,

relaxamento, oportunidade de ‘desligar’ num meio isolado e estar em contacto com a natureza. É possível quebrar em parte a visão estereotipada de que os turistas sobrevalorizam a qualidade das infraestruturas no âmbito do turismo de bem-estar. Luxo não é só um bem material, mas sim a possibilidade de obter algo na sua plenitude, como o bem-estar, que poderá ser alcançado de uma forma mais completa nas áreas rurais, devido ao seu contexto natural. A valorização deste contexto e a interacção do turista faz com que seja possível a afirmação do turismo rural de bem-estar.

A Madeira apresenta um cenário ideal para o desenvolvimento de novos nichos turísticos que promovam o bem-estar e o contacto com meios naturais, nomeadamente o turismo rural de bem-estar, ainda não explorado, mas com potencialidades que poderão levar à sua concretização. O próprio desenvolvimento turístico da ilha começou pela promoção das propriedades terapêuticas de certas características físicas e naturais da ilha. Com o tempo essa perspectiva esmoreceu; porém, as áreas predominantemente rurais, como o concelho da Calheta, mantêm viva a riqueza de um património biótico e abiótico único, formando uma paisagem impar para a promoção do bem-estar. Neste contexto existe a possibilidade de realizar inúmeras actividades *outdoor*. A extensão e a diversidade presente no concelho calhetense são dignas representantes do meio ilhéu em âmbito rural. A serra está representada pelo Paul da Serra, o maior planalto da ilha e porta de acesso à floresta natural e endémica mais importante da ilha, a Laurissilva, sendo esta área comumente denominada no concelho como o Rabaçal. É aqui se encontram os principais percursos pedestres que dão acesso e permitem o contacto aberto com a natureza. Estes percursos dão também visibilidade às áreas humanizadas da paisagem, os lombos, onde a cultura tradicional madeirense ainda prevalece, marcada pela agricultura desenvolvida nos característicos socalcos e recortada pelas típicas levadas. Por fim, temos a área costeira pontuada pelas praias de calhau rolado, por entre as arribas, que permitem vislumbrar uma paisagem única em contacto com o mar.

Hoje, a Madeira afirma-se como destino turístico maduro e tem necessidade de diversificar e inovar a oferta disponível. Mesmo com o sector turístico em crescimento, a ilha apresenta fragilidades económicas que provocam dependências externas a esta actividade económica. Assim, é fundamental elaborar novos conteúdos e maximizá-los no tempo e no espaço, para além de apostar numa melhor estruturação, divulgação e promoção, que poderá passar pelo desenvolvimento do turismo rural de bem-estar, nomeadamente no município da Calheta. O desenvolvimento do turismo rural de bem-estar interliga-se bem com as estratégias definidas para o desenvolvimento do turismo regional, diversificando a experiência turística e contribuindo para a inovação da imagem do turismo rural madeirense. Para além de um património naturalmente rico, base das potencialidades para a promoção do bem-estar, encontram-se já elementos caracterizadores do turismo regional que poderão impulsionar o crescimento deste nicho. Os estudos dedicados à importância da natureza para a saúde e o bem-estar, realizados por autores oriundos de países incluídos nos mercados turísticos emissores do TER na Madeira, são um bom indicador das potencialidades de desenvolvimento. Adicionalmente, existe uma maior proximidade do turista TER na Madeira ao turista rural de bem-estar e ao turismo de bem-estar no geral, visto que os elementos associados ao perfil deste conjunto de turistas apresentam muitas semelhanças, por exemplo: a duração mais longa das estadias, os principais factores motivacionais

relacionados com a necessidade de escape, a realização de actividade física ligeira, o relaxamento e o descanso em sintonia com a natureza. Note-se que as características ligadas ao património natural têm maior destaque, de acordo com os turistas inquiridos, para promoção do bem-estar em espaços rurais do que elementos culturais, apesar de haver vontade dos turistas em conhecer a gastronomia e alguns pontos de interesse locais.

Os resultados obtidos através dos inquéritos por questionário realizados para a análise da procura turística no município da Calheta, permitiram comprovar alguns dos aspectos discutidos ao longo da dissertação. O principal resultado prende-se com a forte viabilidade do turismo rural de bem-estar na ilha. Entre os inquiridos, existe uma procura pelo relaxamento, o descanso e o isolamento em contacto com a natureza, que influencia a escolha da acomodação. Por isso, acabam também por ter interesse em actividades *outdoor*, comprovadas como meios excelentes para obtenção de um melhor bem-estar, existindo, concomitante, uma consciência por parte dos turistas das potencialidades do meio rural calhetense na promoção do bem-estar. Para este bem-estar os inquiridos destacam benefícios a nível psicológico, físico e espiritual. Mesmo com uma baixa representatividade das respostas fornecidas sobre considerações e recomendações do meio rural na promoção do bem-estar, existe uma referência coerente a elementos naturais (em concordância com os estudos referidos no primeiro capítulo da dissertação), ou seja, destaque da relação entre natureza, ruralidade, saúde e bem-estar. Apesar de não se terem verificado características individuais associadas ao perfil socioeconómico e/ou estilo de vida que possam influenciar as motivações, os inquiridos alvos de *stress* com residência em meio urbano e/ou um problema médico já diagnosticado têm uma maior motivação na procura de elementos naturais ligados ao bem-estar.

Em resumo, as áreas rurais madeirenses, nomeadamente o concelho da Calheta, apresentam excelentes características intrínsecas (quer da procura quer da oferta) para o desenvolvimento de um novo nicho turístico que promova o bem-estar em áreas rurais. O turismo rural de bem-estar poderá dar uma resposta efectiva à necessidade de desenvolvimento e requalificação das áreas rurais, desde que se diversifique, em simultâneo, a oferta turística de uma forma global e integradora.

Salienta-se, porém, algumas limitações do presente estudo. Devido a constrangimentos temporais e dimensionais, existem limitações que permitam a caracterização estruturada e mais aprofundada dos recursos encontrados, que constituem o levantamento da oferta no concelho da Calheta. Apesar de terem sido identificados, gostaríamos de ter podido completar as fichas-inventário dos recursos naturais, culturais e turísticos. Uma outra lacuna prende-se com o escasso material cartográfico inserido no trabalho, nomeadamente sobre as características mais relevantes do concelho e sobre a localização espacial dos recursos. Com a reduzida participação dos inquiridos nas perguntas de resposta aberta, a interligação entre os dados obtidos e a análise da oferta turística ficou menos rica. Para além disso, as taxas de resposta mais reduzidas obtidas em algumas questões levou a que as mesmas não se possam considerar representativas da amostra recolhida.

Todavia, estas limitações representam uma oportunidade para a realização de futuros estudos no âmbito da temática abordada. O recurso à inferência estatística permitirá uma melhor análise dos dados estatísticos, de forma a estabelecer uma melhor relação entre as variáveis presentes no questionário e, consequentemente, obter mais informação sobre o perfil do turista que visita as áreas rurais em busca do bem-estar. Para além disso, a utilização de sistemas de informação geográfica (SIG) teria sido uma importante ferramenta, não só para a cartografia de recursos e a sua análise espacial, pelo que terá de ser aplicada no futuro com vista ao correcto planeamento e gestão das actividades e infra-estruturas de turismo no concelho da Calheta (ou noutros predominantemente rurais, permitindo a extensão deste estudo na Ilha da Madeira). Simultaneamente, a utilização de ferramentas SIG permitirá a criação e monitorização de roteiros de bem-estar de carácter generalista ou temáticos, facilitando também a sua promoção. A criação de roteiros turísticos rurais ligados ao bem-estar será importante para o fortalecimento deste nicho turístico (podendo ter uma utilização generalizada para outros perfis de turistas) e para comprovar os benefícios do bem-estar em contexto rural madeirense.

Bibliografia

- Almeida, A., Correia, A. e Pimpão, A. (2014) “Segmentation by benefits sought: the case of rural tourism in Madeira”, *Current Issues in Tourism*, 17 (19):813-831. DOI: 10.1080/13683500.2013.768605 (Consult. 5/2/16).
- Altés, A. (2003) “The Development of Health Tourism Services”, *Annals of Tourism Research*, 32 (1):262-266. DOI: 10.1016/j.annals.2004.05.005 (Consult. 13/7/15).
- Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM) (2015) *Documento Estratégico para o Turismo na RAM – Relatório Diagnóstico ao Actual Posicionamento da Madeira*. http://ceim.pt/wpcontent/uploads/2015/01/doc_estrategico_turismo_ram_relato%C3%B3rio%20diagn%C3%B3stico.pdf (Consult. 5/2/16).
- Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM) (2015a) *Documento Estratégico para o Turismo na RAM (2015-2020)*. Em http://ceim.pt/wp-content/uploads/2015/01/doc_estrategico_turismo_ram.pdf (Consult. 5/2/16).
- Barros, V. (2010) “Turismo sustentável: uma aplicação ao caso madeirense”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 10:91-102. Em <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER22/22.7.pdf> (Consult. 5/2/16).
- Barton, J. e Pretty, J. (2010) “What is the Best Dose of Nature and Green Exercise for Improving Mental Health? A Multi-Study Analysis”, *Environmental Science & Technology*, 44 (10):3947-3955. DOI: 10.1021/es903183r (Consult. 14/7/15).
- Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U. e Simpson, M. (2007) “Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective”, *Living Reviews in Landscape Research*, 1 (2):1-46. Em <http://landscaperesearch.livingreviews.org/Articles/lrlr-2007-2/> (Consult. 13/7/15).
- Berg, A., Harting, T. e Staats, H. (2007) “Preference for Nature in Urbanized Societies: Stress, Restoration, and the Pursuit of Sustainability”, *Journal of Social Issues*, 63 (1):79-96. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2007.00497.x (Consult. 14/7/15).
- Borges, P., Abreu, C., Aguiar, A., Carvalho, P., Fontinha, S., Jardim, R., Melo, I., Oliveira, P., Sequeira, M., Sérgio, C., Serrano, A., Sim-Sim, M. e Vieira, P. (2008) “A Biodiversidade Terrestre e Dulçaquícola dos Arquipélagos da Madeira e das Selvagens”, in Borges, P., Abreu, C., Aguiar, A., Carvalho, P., Jardim, R., Melo, I., Oliveira, P., Sérgio, C., Vieira, A. (eds.) *Listagem dos Fungos, Flora e Fauna Terrestres dos Arquipélagos da Madeira e Selvagens*, Funchal, Sec. Reg. do Ambiente e dos Rec. Nat. do Governo Reg. da Madeira:13-26. Em http://www.azoresbiportal.angra.uac.pt/files/publicacoes_Listagem%20dMadeira%20e%20Selvagens.pdf (Consult. 18/1/16).
- Boyd, S. e Timothy, D. (2003), *Heritage Tourism*, Essex, Prentice Hall.
- Bremborg, A. (2008) “Spirituality in Silence and Nature: Motivations, Experiences and Impressions among Swedish Pilgrims”, *Journal of Empirical Theology*, 21:149-165. DOI: 10.1163/157092508X349845 (Consult. 14/7/15).
- Britton, S. (1999) “Tourism, Dependency and Development – A Mode of Analysis”, em Apostolopoulos, Y., Leivad, S. e Yiannakis, A. (eds.) *The Sociology of Tourism – Theoretical and Empirical Investigations*, London & New York, Routledge:155 - 172.
- Câmara, B. (2011) *O Contrato de Colónia na Madeira: Ambiguidade entre a Parceira e a Enfiteuse?* [Em Linha]. Em http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3d/benedita_camara_paper.pdf (Consult. 5/2/16).
- Câmara Municipal da Calheta (2015) *Curiosidades*. Em <http://www.cmcalheta.pt/pt/municipio/concelho/curiosidades> (Consult. 5/2/16).
- Câmara Municipal da Calheta (2015a) *Percursos Pedestres*. Em <http://www.cmcalheta.pt/pt/visitar/percursos-pedestres> (Consult. 5/2/16).
- Carita, R. (2013) *História do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Univ. da Madeira (AAUMA).
- Carvalhinho, L., Bento, T. e Rosa P. (2013) “Desporto, Ambiente e Turismo Activo: Estado da Arte e Relações Emergentes”, *Revista da Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 1 (1):174-193. Em <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/894> (Consult. 15/7/15).
- Castells, M. (2003) “Globalización e identidade”, *Tribuna Mediterrània* (Institut Europeu de la Mediterrània, Barcelona):1-33. Em <http://www.iemed.org/publicacions/tribuna/tribuna06b.pdf> (Consult. 20/11/15).
- Cavaco, C. (1996) “Turismos de Ontem e de Hoje: Realidades e Mitos”, in Cavaco, C. (Coord.) *Turismo e Lazeres*, Lisboa, CEG, IGOT, Univ. de Lisboa:1-12.
- Cavaco, C. e Simões, J. (2009) “Turismos de nicho: uma introdução”, em Simões, J. e Ferreira, C. (eds.) *Turismos de Nicho: Motivações, Produtos, Territórios*, Lisboa, CEG, IGOT, Univ. de Lisboa:15-40.
- Chen, J., Prebensen, N. e Huan, T. C. (2008) “Determining the Motivation of Wellness Travelers. Anatolia”, *An International Journal of Tourism and Hospitality Research*, 19 (1):103-115. DOI: 10.1080/13032917.2008.9687056 (Consult. 13/7/15).
- Claver-Cortés, E., Molina-Azorín, J. e Pereira-Moliner, J. (2007) “Competitiveness in Mass Tourism”, *Annals of Tourism Research*, 34 (3):727-745. DOI:10.1016/j.annals.2007.03.010 (Consult. 8/6/15).
- Confederação do Turismo Português (2005) *Reinventando o Turismo em Portugal: Estratégia de desenvolvimento turístico português no 1.º quartel do século XXI*, Lisboa, Confederação do Turismo.

- Cook, P. (2008) "What is health and medical tourism?", *The Annual Conference of the Australian Sociological Association*, 2-5/12/08. Victoria, Univ. of Melbourne:1-13. Em <http://eprints.qut.edu.au/16804/2/c16804.pdf> (Consult. 13/7/15).
- Coon, J., Boddy, K., Stein, K., Whear, R., Barton, J. e Depledge, M. (2011) "Does Participating in Physical Activity in Outdoor Natural Environments Have a Greater Effect on Physical and Mental Wellbeing than Physical Activity Indoors? A Systematic Review", *Environmental Science & Technology*, 45 (5):1761-1772. DOI: 10.1021/es102947t (Consult. 13/7/15).
- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D. e Wanhill, S. (2008) *Tourism Principles and Practice*, London, Prentice Hall.
- Coutinho, C. (2015) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra, Almedina.
- Covas, A. (2005) "Desenvolvimento rural: um futuro promissor – Uma Carte de Princípios e um Centro de Desenvolvimento Rural para o Interior do Algarve, in Covas, A., Cândido, C., Trigueiras, D., Rebelo, E., Silva, J., Guerreiro, J., Rodrigues, P. e Nunes, R. (eds.) *Estudos II*, Faro, Fac. de Economia da Univ. do Algarve:77-87. Em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/5370?mode=full> (Consult. 8/6/15).
- Covas, A. (2006) "A Ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª Modernidade", in Fonseca, M. (eds.) *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa, CEG, IGOT, Univ. Lisboa:107-126. Em <http://www.ceg.ul.pt/migrare/LivroHomenCCavaco2006.pdf> (Consult. 8/6/15).
- Creswell, J. (2009) *Research Design: Quantative, Qualitative, and Mixed Methods Approaches*, Califórnia, SAGE.
- Cunha, L. (2007) *Introdução ao Turismo*, Lisboa e São Paulo, Verbo.
- Decreto Legislativo Regional N.º12/2009M – *Diário da República. N.º 87/2009* (Série 1 de 6 de Maio 2009):2710-20714. Em http://www.oern.pt/documentos/legislacao/d_dl_dr/DLR12_2009_M.pdf (Consult. 5/2/16).
- Decreto Legislativo Regional N.º17/2002M - *Diário da República. N.º 1999/2002* (Série I-A de 29 de Agosto 2002):6158-6172. Em <https://dre.pt/application/file/174027> (Consult. 5/2/16).
- Decreto-Lei N.º 39/2008 – *Diário da República N.º160/2008* (Série – 1º de 20 Agosto 2008). Em <https://dre.tretas.org/dre/230430/> (Consult. 11/1/16).
- Depledge, M. e Bird, W. (2009) "The Blue Gym: Health and wellbeing from our coasts", *Marine Pollution Bulletin*:1-2. DOI: 10.1016/j.marpolbul.2009.04.019 (Consult. 13/7/15).
- Depledge, M., Stone, R. e Bird, W. (2011) "Can Natural and Virtual Environments Be Used To Promote Improved Human Health and Wellbeing?", *Environmental Science & Technology*, 45:4660-4665. DOI: 10.1021/es103907m (Consult. 13/6/15).
- Dickie, I. (2005) "Natural Fit", *Countryside Recreation*, 13 (1):13-15. Em http://stopstanstedexpansion.com/documents/sse18_appendix_4.pdf (Consult. 13/7/15).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2005) *Indicadores de Actividade Económica – Estatísticas do Turismo: Resultados Definitivos Ano de 2004*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1714-turismo-2004> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2006) *Indicadores de Actividade Económica – Estatísticas do Turismo: Resultados Definitivos Ano de 2005*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1716-turismo-2005> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2007) *Indicadores de Actividade Económica – Estatísticas do Turismo: Resultados Definitivos Ano de 2006*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1726-turismo-2006> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2008) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2007*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1730-turismo-2008> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2009) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2008*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1718-turismo-2007> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2010) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2009*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1732-turismo-2009> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2011) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2010*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1738-turismo-2010> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2012) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2011*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1740-turismo-2011> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2013) *O Retracto dos Municípios da Região Autónoma da Madeira: Censos 2011*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/social-gb/popcondsoc-gb/popcondsoc-censos-gb/popcondsoc-censos-publicacoes-gb/finish/221-censos-publicacoes/2019-o-retrato-dos-municipios-da-ram-2011-folheto> (Consult. 18/1/16).

- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2013a) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2012*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1742-turismo-2012> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2014) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira: Resultados Definitivos – Ano 2013*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/1748-turismo-2013> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015) *Pontos Extremos de Posição Geográfica por Ilha, 2014*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/ambiente-territorio/2015-06-18-15-43-41/territorio-pt/territorio-quadros-pt/finish/348-territorio-quadros/1029-pontos-extremos-de-posicao-geografica-por-ilha-2014> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015a) *Principais Sistemas Montanhosos, por Ilha, 2014*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/ambiente-territorio/2015-06-18-15-43-41/territorio-pt/territorio-quadros-pt/finish/348-territorio-quadros/1047-principais-sistemas-montanhosos-por-ilha-2014> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015b) *Série Retrospectiva das Contas Regionais 2000-2014*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/economica/contaseconomicas-pt/contaseconomicas-cr-pt/contaseconomicas-cr-serie-pt/series-longas/finish/530-contas-regionais-series-longas/4953-serie-retrospectiva-das-contas-regionais-base-2011-2000-2014-pe> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015c) *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2014*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/multitematicas-pt/multitematicas-anuario-pt/multitematicas-anuario-publicacoes-pt/finish/196-anuario-publicacoes/4946-anuario-estatistico-da-ram-2014> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015d) *Série Retrospectiva das Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira (1976-2014)*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/economica/turismo-pt/turismo-serie-pt/turismo-series-longas/finish/639-turismo-series-longas/4159-serie-retrospectiva-das-estatisticas-do-turismo-1976-2014> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2015e) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira – Resultados Definitivos Ano 2014* [Em Linha]. Disponível em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/4162-turismo-2014> (Consult. 18 Janeiro 2016).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2016) *Estatísticas Demográficas da Região Autónoma da RAM 2014*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/energia-gb/energia-ee-gb/energia-ee-quadros-gb/finish/813-estatisticas-demograficas-da-ram-2014-em-construcao/4001-estatisticas-demograficas-da-ram-2014-cap-2-populacao> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2016a) *Retrospectiva Trimestral do Inquérito ao Emprego, Série 2011*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/energia-gb/energia-ee-gb/energia-ee-quadros-gb/finish/813-estatisticas-demograficas-da-ram-2014-em-construcao/4001-estatisticas-demograficas-da-ram-2014-cap-2-populacao> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2016b) *Série Retrospectiva das Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira (1976-2015)*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/economica/turismo-pt/turismo-serie-pt/turismo-series-longas/finish/639-turismo-series-longas/5985-serie-retrospectiva-das-estatisticas-do-turismo-1976-2015> (Consult. 18/8/16).
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) (2016c) *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira – Resultados Definitivos Ano 2015*. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/economic/turismo-gb/turismo-publicacoes-gb/finish/270-publicacoes/5962-turismo-2015> (Consult. 18/8/16).
- Direcção Regional de Turismo (DRT) *Relatório de Estudo: Sondagem de Opinião ao Turista*. Em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/info-uteis/informacao-turistica-regional> (Consult. 5/2/16).
- Direcção Regional do Turismo da Madeira (DRTM) (2016) *Madeira* [Em Linha]. Disponível em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/a-madeira/madeira> (Consult. 18 Janeiro 2016).
- Direcção Regional do Turismo da Madeira (DRTM) (2016a) *Clima*. Em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/a-madeira/clima> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional do Turismo da Madeira (DRTM) (2016b) *Eventos, desde o Carnaval ao Fim de Ano*. Disponível em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/o-que-fazer/eventos> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional do Turismo da Madeira (DRTM) (2016c) *Empresas de Animação Turística*. Em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/o-que-fazer/empresas-de-animacao-turistica> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional do Turismo da Madeira (DRTM) (2016d) *Estabelecimento Amigo do Ambiente*. Em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/onde-dormir/estabelecimento-amigo-do-ambiente> (Consult. 18/1/16).
- Direcção Regional do Turismo da Madeira (DRTM) (2016e) *Quinta do Conde*. Em <http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/onde-dormir/detalhe/quinta-do-conde> (Consult. 18/1/16).
- Duncan, F. (2005) “Nature’s Prozac – the long term view”, *Countryside Recreation*, 13 (1):13-15. Em http://stopstanstedexpansion.com/documents/sse18_appendix_4.pdf (Consult. 13/7/15).
- Ehrlich, K. (2014) “Rural Tourism in Europe: State of the Art”, *5th European Congress on Rural Tourism*. Alpbach/ Tyrol, 6-8/10/14. Alpbach/ Tyrol:1-22. Em http://www.europeanrtcongress.org/media/media-presentationen-pdfs/Ehrlich_RT-in-Europe-state-of-the-art_Landtou.pdf (Consult. 15/1/16).

- Empresa de Electricidade da Madeira (EEM) (2014) *Centrais Hidroelétricas*. Em <https://www.eem.pt/pt/conteudo/sistema-el%C3%A9trico/produ%C3%A7%C3%A3o/centrais-hidroel%C3%A9tricas/> (Consult. 18/1/16).
- European Commission – Directorate General for Agriculture and Rural Development (2013) *Rural Development in the European Union – Statistical and Economic Information: Report 2013*, Brussels, European Commission [Em Linha]. Disponível em http://ec.europa.eu/agriculture/statistics/rural-development/index_en.htm (Consult. 4 Janeiro 2016).
- European Commission – Directorate General for Agriculture and Rural Development (2012) *Rural Development in the European Union – Statistical and Economic Information: Report 2012*, Brussels, EC. Em http://ec.europa.eu/agriculture/statistics/rural-development/index_en.htm (Consult. 4/1/16).
- European Commission – Directorate General for Agriculture and Rural Development (2011) *Rural Development in the European Union – Statistical and Economic Information: Report 2011*, Brussels, EC. Em http://ec.europa.eu/agriculture/statistics/rural-development/index_en.htm (Consult. 4/1/16).
- European Commission – Directorate General Tourism Unit (2000) *Towards Quality Rural Tourism: Integrated Quality Management (IQM) of Rural Tourist Destinations*, Brussels, EC. Em <http://bookshop.europa.eu/en/towards-quality-rural-tourism-pbCT2499041/> (Consult. 4/1/16).
- European Parliament – Directorate General for Internal Policies, Policy Department B: Structural and Cohesion Policies – Transport and Tourism (2013) *Industrial Heritage and Agri/Rural Tourism in Europe: Study*, Brussels, European Parliament. Em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2013/495840/IPOL-TRAN_ET\(2013\)495840_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2013/495840/IPOL-TRAN_ET(2013)495840_EN.pdf) (Consult. 4/1/16).
- Eusébio, C. e Figueiredo, E. (2014) “Capítulo 5: Turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais”, in Kastenholz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E., Carneiro, M. e Lima, J. (eds.) *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Criação de experiências turísticas sustentáveis*, Aveiro, Univ. de Aveiro:51-58.
- Faria, B. (Coord.) (2006) *Flora e Fauna da Madeira*. Em <http://www.sra.pt/Jarbot/files/PDF/Livros/Fauna-e-flora-da-madeira.pdf> (Consult. 18/1/16).
- Fernandes, F. (2010) “A cultura da água: da patrimonialização das levadas da Madeira à oferta turística”, *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 8 (4):529-538. Em http://www.pasosonline.org/Publicados/8410/PS0410_08.pdf (Consult. 5/2/16).
- Fernandes, F. (2015) “Assimetrias regionais no turismo e novas estratégias na oferta turística: o caso da Ilha da Madeira”, *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13 (3):509-519. Em <http://pasosonline.org/es/articulos/786-assimetrias-regionais-no-turismo-e-novas-estrategias-na-oferta-turistica-o-caso-da-ilha-da-madeira> (Consult. 5/2/16).
- Fernandes, M. (2009) *Riscos no Concelho da Ribeira Brava: Movimentos de Vertente, Cheias Rápidas e Inundações*, Diss. Mest. em Dinâmicas Naturais e Riscos Naturais, Área de Esp. em Riscos Geomorfológicos e Hidrológicos, Univ. de Coimbra. Em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12826?mode=full> (Consult. 18/1/16).
- Ferraz, J. (2008) *Turismo e Ideologia: As Sociedades Mediterrânicas e o Papel das Organizações Intergovernamentais*, Diss. Dout. em Sociologia, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa.
- Ferraz, J. (2012) “The Ideological Role of Intergovernmental Organizations in the Promotion of International Tourism”, in Moufakkir, O. e Burns, P. (eds.) *Controversies in Tourism*, Wallingford, Cab International:201-215.
- Figueira, C. (2009) *Estudo da Precipitação Oculta nas Florestas Naturais do Norte do Paul da Serra, Ilha da Madeira*, Diss. Mest. em Ecologia da Paisagem e Cons. da Natureza, Univ. do Porto. Em https://www.researchgate.net/publication/258604345_Estudo_da_precipitacao_oculta_nas_florestas_naturais_do_norte_do_Paul_da_Serra_Ilha_da_Madeira (Consult. 18/1/16).
- Figueiredo, A. (2008) *Calheta – Património Natural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Finnicum, P. e Zeiger, J. (1996) “Tourism and Wellness: A natural alliance in a natural state”, *Parks & Recreation*, 31 (9):1-2. Em <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=fb46f20c-f545-48ba-810c-6bcabaa14429%40sessionmgr4004&crlhashurl=login.aspx%253fdirect%253dtrue%2526scope%253dsite%2526db%253da9h%2526AN%253d9610084248%2526msid%253d-419335281&hid=4112&vid=0&bdata=JnNpdGU9ZWWhvc3QtbGl2ZSZZY29wZT1zaXRl#db=a9h&AN=9610084248> (Consult. 13/7/13).
- Flick, U. (2005) *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- Fons, M., Fierro, J. e Patino M. (2010) “Rural Tourism: A sustainable alternative”, *Applied Energy*, 88:551-557. DOI: 10.1016/j.apenergy.2010.08.031 (Consult. 13/6/15).
- Frumkin, H. (2001) “Beyond Toxicity: Human Health and the Natural Environment”, *American Journal of Preventive Medicine*, 20 (3):234-240. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0749-3797\(00\)00317-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0749-3797(00)00317-2) (Consult. 22/11/14).
- Gill, P., Stewart, K., Treasure, E. e Chadwick, B. (2008) “Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups”, *British Dental Journal*, 204 (5):291-295. DOI: 10.1038/bdj.2008.192.
- Gobster, P. e Buchner, D. (2010) “Healthy Outdoor Recreation: An Integrated Approach to Linking Physical Activity with Wellness Goals”, in Payne, L., Ainsworth, B. e Godbey, G. (eds.) *Leisure, Health and Wellness: Making the Connections*, Pennsylvania, Venture Publ.:437-445. Em: <http://www.nrs.fs.fed.us/pubs/38472> (Consult. 13/7/15).
- Godbey, G. (2009) “Outdoor Recreation, Health, and Wellness: Understanding and Enhancing the Relationship”, *Resources for the Future*, Washington, D.C. Em <http://www.rff.org/Publications/Pages/PublicationDetails.aspx?PublicationID=20803> (Consult. 13/7/15).

- Goeldner, C. e Ritchie J. R. (2009) *Tourism: Principles, Practices*. New Jersey, Wiley.
- Governo de Portugal – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território: Gabinete de Planeamento e Políticas (2012) *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020: Documento de Orientação*. Em http://www.gpp.pt/pac2013/Programacao/Doc_orientacao_PDR2014-20.pdf (Consult. 11/1/16).
- Governo de Portugal (2014) *Relatório do Grupo de Trabalho Internacional*. Em <http://www.turismoportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/NEWSLETTER/2015/Documents/RelatGT-InterministerialTurismoSaude-2015.pdf> (Consult. 26/11/15).
- Graham, D. (2002) 'The Tourist as a Metaphor of the Social World', in Graham, D. (eds.) *The Tourist as a Metaphor of the Social World*, London CABI Publ.:1-19.
- Greenleaf, A., Bryant, R. e Pollock, J. (2014) "Nature-Based Counseling: Integrating the Healing Benefits of Nature Into Practice", *International Journal for the Advanced Counselling*, 36:162-174. DOI: 10.1007/s10447-013-9198-4 (Consult. 14/7/15).
- Gustavo, N. (2010) *Os Novos Espaços de Lazer, Turismo e Saúde em Portugal*, Diss. de Dout. em Turismo, Lazer e Cultura – Ramo Lazer e Desporto, Univ. de Coimbra, Fac. de Letras e Ciências do Desporto e Educação Física. Em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18395> (Consult. 5/2/16).
- Hall, C. (1994) *Tourism and Politics – Policy, Power and Palace*, Sussex, Wiley.
- Hall, D., Kirkpatrick, I. e Mitchell, M. (eds.) (2005) *Aspects of Tourism: Rural Tourism and Sustainable Business*, Clevedon, Channel View Publications.
- Hansmann, R., Hug, S. e Seeland, K. (2007) "Restoration and stress relief through physical activities in forests and parks", *Urban Forestry & Urban Greening*, 6:213-225. DOI: 10.1016/j.ufug.2007.08.004 (Consult. 14/7/15).
- Health Improvement Analytical Team (2014) *A Compendium of Factsheets: Wellbeing Across the Lifecourse – The Relationship Between Wellbeing and Health*, Her Majesty's Government (HMG), Depart. of Health, London:1-3. https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/295474/The_relationship_between_wellbeing_and_health.pdf (Consult. 6/11/15).
- Health Improvement Analytical Team (2014a) *Wellbeing: Why it matters to health policy*, Her Majesty's Government (HMG), Depart. of Health, London:1-29. Em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/277566/Narrative_January_2014_.pdf (Consult. 6/11/15).
- Heinsch, M. (2012) "Getting down to earth: Finding a place for nature in social work practice", *International Journal of Social Welfare*, 21:309-318. DOI: 0.1111/j.1468-2397.2011.00860.x (Consult. 13/7/15).
- Heintzman, P. (2010) "Nature-Based Recreation and Spirituality: A Complex Relationship", *Leisure Sciences*, 32 (1):72-89. DOI: 10.1080/01490400903430897 (Consult. 14/7/15).
- Hill, M. e Hill, A. (2002) *Investigação por Questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Hudson, S. (2008) *Tourism and Hospitality Marketing – A Global Perspective*, London, SAGE.
- Husk, K., Lovell, R., Cooper, C. e Garside, R. (2013) "Participation in environmental enhancement and conservation activities for health and well-being in adults", *Cochrane Database of Systematic Reviews*:1-30. DOI: 10.1002/14651858.CD010351 (Consult. 13/7/15).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012) *Estatísticas do Turismo 2011*, INE. Em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143016014&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2 (Consult. 4/1/16).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012a) *Censos 2011 – Resultados Definitivos da Região Autónoma da Madeira (RAM)*, Lisboa, INE. Em <http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now-3/social-gb/popcondsoc-gb/popcondsoc-censos-gb/popcondsoc-censos-publicacoes-gb/finish/221-censos-publicacoes/559-censos-ram-2011> (Consult. 18/1/16).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013) *Estatísticas do Turismo 2012*, INE. Em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143016657&PUBLICACOESmodo=2 (Consult. 4/1/16).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014) *Estatísticas do Turismo 2013*, INE. Em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210766790&PUBLICACOESmodo=2 (Consult. 4/1/16).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2015) *Estatísticas do Turismo 2014*, INE. Em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=139601&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2 (Consult. 4/1/16).
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016) *Superfície (Km²) das Unidades Territoriais por Localização Geográfica (Divisão Administrativa a partir de 2013)*. Em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007822&contexto=bd&selTab=tab2 (Consult. 5/2/16).
- Jardim Botânico da Madeira (s. d.) *Vegetação de Altitude*. Em http://www.sra.pt/Jarbot/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=111&lang=pt (Consult. 18/1/16).
- Jepson, D. e Sharpley, R. (2014) "More than the sense of place? Exploring the emotional dimension of rural tourism experiences", *Journal of Sustainable Tourism*:1-22. DOI: 10.1080/09669582.2014.953543 (Consult. 14/7/15).

- Kamitsis, I. e Francis, A. (2013) “Spirituality mediates the relationship between engagement with nature and psychological wellbeing”, *Journal of Environmental Psychology*, 36:136-143. DOI: 10.1016/j.jenvp.2013.07.013 (Consult. 14/7/2015).
- Kaplan, S. (1995) “The Restorative Benefits of Nature: Toward an Integrative Framework”, *Journal of Environmental Psychology*, 15:169-182. DOI: 10.1016/0272-4944(95)90001-2 (Consult. 12/10/15).
- Karjalainen, E., Sarjala, T. e Raitio, H. (2010) “Promoting human health through forests: overview and major challenges”, *Environmental Health and Preventive Medicine*, 15 (1):1-9. DOI: 10.1007/s12199-008-0069-2 (Consult. 13/7/15).
- Karyopouli, S. e Koutra, C. (2013) “Mature Coastal Mediterranean Destinations: Mitigating Seasonality”, in Costa, C., Panyik, E. e Buhalis, D. (eds.) *Trends in European Tourism Planning and Organisation*, Bristol, Channel View Publ.:48-60.
- Kastenholz, E. e Lima, J. (2011) “The Integral Rural Tourism Experience from the Tourist’s Point of View – A Qualitative Analysis of its Nature and Meaning”, *Tourism & Management Studies*, 7:62-74. Em <http://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/335> (Consult. 14/7/15).
- Kastenholz, E., Carneiro, M., Marques, C., Loureiro, S., Figueiredo, E. e Pereiro, X. (2014) “Capítulo 4: A experiência turística no espaço rural”, in Kastenholz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E., Carneiro, M. e Lima, J. (eds.) *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Criação de experiências turísticas sustentáveis*, Univ. de Aveiro:43-50.
- Kuno, H., Tuohino, A. e Björk, P. (2011) *Wellbeing Tourism in Finland: Finland as a competitive wellbeing tourism destination*, Savonlinna, Univ. of Eastern Finland – Centre for Tourism Studies. Em https://www2.uef.fi/documents/1145891/1362847/NW-Country_report_Finland.pdf/cce89de6-e556-4ba8-8c2d-f548dc7547aa (Consult. 13/7/15).
- Lane, B. (2009) “Rural Tourism: An Overview”, in Jamal, T. e Robinson, M. (eds.) *The SAGE Handbook of Tourism Studies*, London, SAGE:354-370.
- Loureiro, S. (2010) “Satisfying and Delighting the Rural Tourists”, *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 27:396-408. DOI: 10.1080/10548408.2010.481580 (Consult. 15/7/15).
- Maas, J., Dillen, S. M. E., Verheij, R. A., e Groenewegen, P. (2009) “Social contacts as a possible mechanism behind the relation between green space and health”, *Health and Place*, 15 (2):586-595. DOI 10.1016/j.healthplace.2008.09.006 (Consult. 12/10/15).
- Macleod, D. (2005) “Alternative tourism: a comparative analysis of meaning and impact”, in Theobald, W. (eds.) *Global Tourism*, Amsterdam, Elsevier:123-139.
- Madeira Rural (2015) *Portugal – Rural Development Programme (Regional) – Madeira*. Em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/TEXTOS%20INTEGRADOS%20DOS%20PO/Madeira_Rural_Final.pdf (Consult. 18/1/16).
- Madeira Rural (2015a) *Apartamento Infante*. Em <http://pt.madeirarural.com/accommodation-details.php?bundle=141> (Consult. 5/2/16).
- Maller, C., Townsend, M., Pryor, A., Brown, P. e Leger, L. ST. (2005) “Healthy nature healthy people: ‘contact with nature’ as an upstream health promotion intervention for populations”, *Health Promotion International*, 21 (1):45-54. DOI 10.1093/heapro/dai032 (Consult. 13/7/15).
- Marujo, N. (2013) “O Desenvolvimento do Turismo na Ilha da Madeira”, *Turydes*, 6 (5):1-16. Em <http://www.eumed.net/rev/turydes/15/ilha-madeira-turismo.html> (Consult. 18/1/16).
- Meethan, K. (2001) *Tourism in Global Society – Place, Culture, Consumption*, New York, Palgrave.
- Mendonça, M (2003) *Turismo na Madeira Romântica do século XIX*, Diss. de Lic. em Informação Turística, ESHTe.
- Middleton, V. e Hawkins, R. (1998), *Sustainable Tourism – A Marketing Perspective*, Oxford, Butterworth Heinemann.
- Mill, R. e Morrison, A. (1985) *The Tourism System –An Introductory Text*, New Jersey, Prentice-Hall Inc.
- Milligan, C., Gatrell, A. e Bingley, A. (2004) “Cultivating health’: therapeutic landscapes and older people in northern England”, *Social Science & Medicine*, 58:1781-1793. DOI 10.106/S0277-9536(03)00397-6 (Consult. 17/10/15).
- Moutinho, L., Ballantyne R. e Rate, S. (2010) “Consumer Behaviour in Tourism”, in Moutinho L. (eds) *Strategic Management in Tourism*, Oxford and Cambridge, CABI:83-127.
- Mueller, H. e Kaufmann, E. (2001) “Wellness Tourism: Market analysis of a special health tourism segment and implications for the hotel industry”, *Journal Vacation Marketing*, 7 (1):5-17. DOI: 10.1177/135676670100700101 (Consult. 13/7/15).
- Neves, D. (2010) *Turismo e Riscos na Ilha da Madeira: Avaliação, Percepção, Estratégias de Planeamento e Prevenção*, Diss. Mest. em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos, Univ. de Coimbra. Em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/14371> (Consult. 18/1/16).
- Nolan, P. (2005) “Healthy Trees – Do woodlands really make us healthier?”, *Countryside Recreation*, 13 (1):19-23. Em http://stopstanstedexpansion.com/documents/sse18_appendix_4.pdf (Consult. 13/7/15).
- Novelli, M. e Benson, A. (2005) “Niche Tourism: A way forward to sustainability?”, in Novelli, M. (eds.) *Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases*, Oxford e Massachusetts, Elsevier:247-250.

- Novo, A. (2014) *Internacionalização na Saúde – O Cluster do Turismo Médico em Portugal*, Diss. Mest. em Marketing e Gestão Estratégica, Univ. do Minho, Esc. de Economia e Gestão. Em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28430> (Consult. 26/11/15).
- Nunes, S. (2012) *Turismo no Espaço Rural na Região Autónoma da Madeira – Um estudo para o desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Qualidade no Sector*, Diss. Mest. em Ecoturismo, Univ. da Madeira. Em <http://digituma.uma.pt/handle/10400.13/362> (Consult. 5/2/16).
- Parque Natural da Madeira (PNM) (2016) *Reserva Natural das Ilhas Desertas*. Em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=18&lang=pt (Consult. 18/1/16).
- Parque Natural da Madeira (PNM) (2016a) *Reserva Natural das Ilhas Selvagens*. Em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=19&lang=pt (Consult. 18/1/16).
- Parque Natural da Madeira (PNM) (2016b) *Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo*. Em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=22&lang=pt (Consult. 18 Janeiro 2016).
- Parque Natural da Madeira (PNM) (2016c) *Áreas Classificadas da RAM*. Em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=57&lang=pt (Consult. 18/1/16).
- Parque Natural da Madeira (PNM) (2016d) *Laurissilva da Madeira*. Em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=79&lang=pt (Consult. 18/1/16).
- Perdigão, C. (2013) “Turismo em territórios insulares: modelo territorial vs. Turismo na Região Autónoma da Madeira”, V *Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires*. Barcelona – Buenos Aires, 12-13/6/13, Barcelona, Univ. Politécnica de Catalunya:1362-1374. Em http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14783/097_Perdigao_Cristina.pdf?sequence=1&isAllowed=y (Consult. 5/2/16).
- Pesonen, J. e Komppula, R. (2010) “Rural Wellbeing Tourism: Motivations and Expectations”, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 17:150-157. DOI: 10.1375/jhtm.17.1.150 (Consult. 13/7/15).
- Powell, N. (2005) “The Chopwell Wood Health Pilot Project”, *Countryside Recreation*, 13 (1):8-13. Em http://stopstanstedexpansion.com/documents/sse18_appendix_4.pdf (Consult. 13/7/15).
- Prada, S. (2000) *Geologia e Recursos Hídricos e Subterrâneos da Ilha da Madeira*, Diss. Dout. em Geologia, Univ. da Madeira. Em <http://digituma.uma.pt/handle/10400.13/118> (Consult. 18/1/16).
- Prada, S., Gaspar, M., Silva, M., Cruz, J., Portela, M., Hora, G. (s. d.) *Recursos Hídricos da Ilha da Madeira*. Em <http://www3.uma.pt/sprada/documentos/academicos/Recursos%20Hidricos%20da%20Madeira.pdf> (Cons. 18/1/16)
- Pretty, J., Griffin, M., Peacock, J., Hine, R., Sellens, M. e South, N. (2005) “A Countryside for Health and Wellbeing: The Physical and Mental Health Benefits of Green Exercise”, *Countryside Recreation*, 13 (1):2-7. Em http://stopstanstedexpansion.com/documents/sse18_appendix_4.pdf (Consult. 13/7/15).
- Pretty, J., Peacock, J., Hine, R., Sellens, M., South, N., e Griffin, M. (2007) “Green exercise in the UK countryside: Effects on health and psychological well-being, and implications for policy and planning”, *Journal of Environmental Planning and Management*, 50 (2):211-231. DOI: 10.1080/09640560601156466.
- Pretty, J., Peacock, J., Sellens M. e Griffin, M. (2005) “The mental and physical health outcomes of green exercise”, *International Journal of Environmental Health Research*, 15 (5):319-337. DOI: 10.1080/09603120500155963 (Consult. 13/7/15).
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (2013) *Glossário – Zonas Rurais*. Em <http://www.qren.pt/np4/3100.html> (Consult. 5/2/16).
- Quintal, R. (2011) “Levadas da Ilha da Madeira. Da epopeia da água ao nicho de turismo ecológico”, *AmbientalMENTE Sustentable*, 1 (11-12):137-155. Em <http://www.ceida.org/files/publicacions/AMS11-completored.pdf> (Consult. 5/2/16).
- Quintal, R. (s. d.) *Levadas da Madeira: Caminhos de Água, Caminhos de Descoberta da Natureza*. Em <http://www.jardins.com.pt/wp-content/LevadasdaMadeira.pdf> (Consult. 18/1/16).
- Reese, R. e Myers J (2012) “EcoWellness: The Missing Factor in Holistic Wellness Models”, *Journal of Counseling & Development*, 90:400-406. DOI: 10.1002/j.1556-6676.2012.00050.x (Consult. 13/7/15).
- Reese, R., Lewis, T. Myers, J., Wahesh, E. e Iversen, R. (2014) “Relationship Between Nature Relatedness and Holistic Wellness: An Exploratory Study”, *The Journal of Humanistic Counselling*, 53 (1):63-79. DOI: 10.1002/j.2161-1939.2014.00050.x (Consult. 14/7/15).
- Ribeiro, M. e Ramalho, M. (2007) *Uma Visita Geológica ao Arquipélago da Madeira: Principais Locais Geoturísticos*, Direcção Regional da Economia e Transportes da Região Autónoma da Madeira (DRCIERAM). Em http://drcie.gov-madeira.pt/drcie/index.php?option=com_content&view=article&id=381&Itemid=840 (Cons. 18/1/16).
- Roberts, L. e Hall, D. (2001) *Rural Tourism and Recreation: Principles and Practices*, Wallingford, CABI Publ.
- Robinson, M. e Novelli, M. (2005) “Niche Tourism: an introduction”, in Novelli M (eds.) *Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases*, Oxford e Massachusetts, Elsevier:1-11.
- Rodrigues, A., Kastenholz, E. e Rodrigues, A. (2010) “Hiking as a wellness activity – an exploratory study of hiking in Portugal”, *Journal of Vacation Marketing*, 16 (4):331-343. DOI: 10.1177/1356766710380886 (Cons. 13/7/15).
- Rodrigues, E. (2014) *Turismo no Espaço Rural e Património – As Casas de Campo da Ilha da Madeira*, Salamanca, Ed. Univ. de Salamanca.

- Rushton, A. e Carson, D. (1985) “The Marketing of Services: Managing the Intangibles”, *European Journal of Marketing*, 19 (3):19-40. DOI: 10.1108/EUM000000004748 (Consult. 20/11/16).
- Santos, G. (s. d.) *Cálculo Amostral*. Em <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/> (Cons. 15/8/15).
- Seabra, C., Silva, C., Faías, C. Abrantes, J. e Paiva, O. (2014) “Holistic tourism: A new form of living and feeling tourism”, *Journal of Tourism and Development*, 5 (21):177-179. Em <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=34985> (Consult. 15/7/15).
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA) (2003) *Plano Regional da Água da Madeira: Relatório Técnico Versão para Consulta Pública*. Em <http://drota.gov-madeira.pt/berilio/docs/fileload/3GMAA01426.pdf> (Consult. 5/2/16).
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA) (2003a) *Plano Regional da Água da Madeira: Relatório Técnico Versão para Consulta Pública – Anexo Cartográfico*. Em <http://drota.gov-madeira.pt/berilio/docs/fileload/JYUPZ01427.pdf> (Consult. 5/2/16).
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA) (2014) *Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Arquipélago da Madeira (RH10): Relatório Técnico Específico para Efeitos de Envio à Comissão Europeia*, Lisboa, NEMUS-HIDROMOD. Em <http://dramb.gov-madeira.pt/berilio/docs/fileload/2FURD01510.pdf> (Consult. 18/1/16).
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA) e Direcção Regional de Florestas e Conservação da Natureza (DRFCN) (2015) *IFRAM 2 – 2.º Inventário Florestal da Região Autónoma da Madeira*. Em http://sra.pt/df/IFRAM2/RelatorioFinal_IFRAM2.pdf (Consult. 5/2/16).
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (SRA) e Direcção Regional de Florestas e Conservação da Natureza (DRFCN) (s. d.) *Percursos Pedestres Recomendados na Ilha da Madeira*. Em http://www.sra.pt/DRF/index.php?option=com_content&view=article&id=444&Itemid=152&lang=pt (Consult. 5/2/16).
- Sharpley, R. (2009) “Tourism, Religion, and Spirituality”, in Jamal, T. e Robinson, M. (eds.) *The SAGE Handbook of Tourism Studies*, London, SAGE:237-253.
- Sharpley, R. e Jepson, D. (2011) “Rural Tourism: A spiritual experience?” *Annals of Tourism Research*, 38 (1):52-71. DOI: 10.1016/j.annals.2010.05.002 (Consult. 13/7/15).
- Silva, I. (Coord.) (1985) *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC).
- Silva, L. (2009) *Casas de Campo: um estudo do turismo em espaço rural em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Em [http://www.academia.edu/4690820/Casas no Campo](http://www.academia.edu/4690820/Casas_no_Campo). Etnografia do Turismo Rural em Portugal (Consult. 15/7/15).
- Silva, S. (2012) *O Turismo de Saúde e Bem-Estar Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Região Centro de Portugal*, Málaga, EUMED.
- Simões, O. (2003) “Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida”, in Simões, O. e Cristóvão, A. (eds.) *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC:15-24.
- Sin, H. (2010) ‘Who are we responsible to? Locals’ tales of volunteer tourism’, *Geoforum*, 41:983-992. DOI: 10.1016/j.geoforum.2010.08.007 (Consult. 15/7/15).
- Smith, M. (2003) “Holistic Holidays: Tourism And The Reconciliation of Body, Mind and Spirit”, *Tourism Recreation Research*, 28 (1):103-108. DOI: 10.1080/02508281.2003.11081392 (Consult. 14/7/15).
- Smith, M. (Coord.) (2013) *Nature Wellbeing and Tourism in Hungary*, Budapest, Budapest Business School. Em http://www.tobewell.eu/media/universityofexeter/businessschool/documents/research/tobewell/Report_on_Nature_and_Wellbeing_in_Hungary_English.pdf (Consult. 13/7/15).
- Smith, M. e Kelly, C. (2006) “Holistic Tourism: Journeys of the Self?”, *Tourism Recreation Research*, 31 (1):15-24. DOI: 10.1080/02508281.2006.11081243 (Consult. 14/7/15).
- Smith, M. e Kelly, C. (2006a) “Wellness Tourism”, *Tourism Recreation Research*, 31 (1):1-4. Em [http://trworld.org/01-editorial\(01\).pdf](http://trworld.org/01-editorial(01).pdf) (Consult. 15/7/15).
- Smith, S. (1996) *Tourism Analysis – A Handbook*, Essex, Longman.
- Sousa, A. (2014) “Turismo de Passeio Pedestre/Pedestrianismo como Promotor de Benefícios: O Caso do Funchal (Madeira/Portugal)”, *Turydes – Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local*, 7 (16):1-14. Em <http://www.eumed.net/rev/curydes/16/pedestrianismo.pdf> (Consult. 5/2/16).
- Sousa, J. (1994) *História Rural da Madeira: A Colónia*, Funchal, Direcção Reg. dos Assuntos Culturais (DRAC).
- Sousa, V. (2008) “A necessidade de reinvenção do paradigma de desenvolvimento rural – uma reflexão a partir do caso algarvio”, *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. 25-26/6/08. Lisboa, Univ. Nova de Lisboa:1-14. Em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/16.pdf> (Consult. 15/7/15).
- Stigsdottera, U. e Grahn, P. (2011) “Stressed individuals’ preferences for activities and environmental characteristics in green spaces”, *Urban Forestry & Urban Greening*, 10:295-304. DOI 10.1016/j.ufug.2011.07.001 (Consult. 13/7/15).
- Swarbrooke, J. e Horner (eds.) (2007) *Consumer Behaviour in Tourism – Second Edition*, Oxford, Elsevier.
- Terry, N. (2007) “Under-Regulated Health Care Phenomena in a Flat World: Medical Tourism and Outsourcing”, *Western New England Law Review*, 29 (2):421-472. Em <http://digitalcommons.law.wne.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1078&context=lawreview> (Consult. 15/1/15).

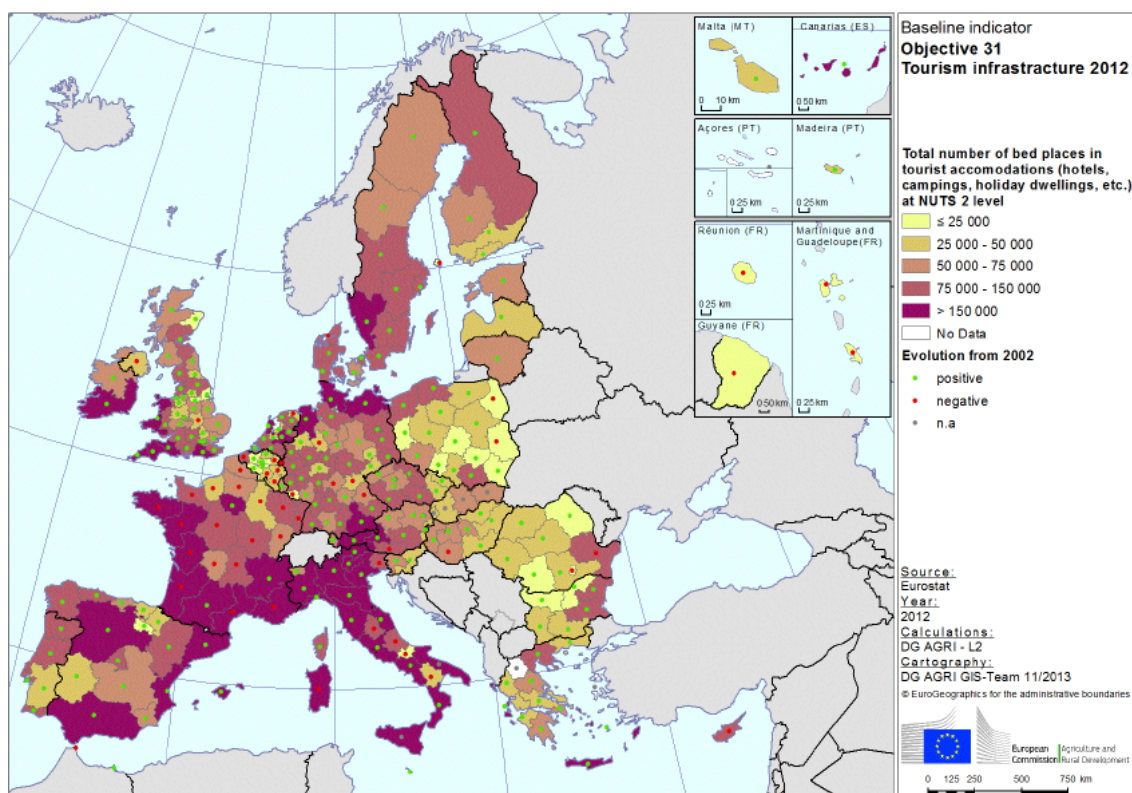
- Thompson, C. (2010) "Linking landscape and health: The recurring theme", *Landscape and Urban Planning*, 99:187-195. DOI: 10.1016/j.landurbplan.2010.10.006 (Consult. 14/7/15).
- Townsend, M. (2006) "Feel blue? Touch green! Participation in forest/woodland management as a treatment for depression", *Urban Forestry & Urban Greening*, 5:111-120. DOI: 10.1016/j.ufug.2006.02.001 (Consult. 13/7/15).
- Turismo de Portugal (2006) *Turismo de Natureza* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documents/Turismo%20de%20Natureza%202006.pdf> (Consult. 13 Julho 2015).
- Turismo de Portugal (2006a) *Turismo de Saúde e Bem-Estar*. Em <http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documents/Saude%20e%20bem-estar%202006.pdf> (Consult. 13 /7/15).
- Turismo de Portugal (2013) *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Revisão e Objectivos 2013-2015*. Em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202013%20vfinal.pdf> (Consult. 17/1/16).
- Turismo de Portugal (2013) *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Revisão e Objectivos 2013-2015*. Em http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/pol%C3%ADticaestrat%C3%A9gias/Documents/PENTurismo_07out%2714_WEB.pdf (Consult. 5/2/16).
- Turismo de Portugal (2014) *Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020*. Em http://turismo2020.turismodeportugal.pt/fotos/editor2/turismo2020_parte_i_mercados-swot.pdf (Consult. 17/1/16).
- Turismo de Portugal (2014) *Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Pages/Turismo2020.aspx> (Cons. 5/2/16).
- Ulrich, S. (1999) 'Effects of Gardens on Health Outcomes: Theory and Research', em Marcus, C. e Barnes, M. (eds.) *Healing Gardens: Therapeutic Benefits and Design Recommendation*, Nova Iorque e Toronto, Wiley & Sons:27-8. Em <http://www.majorhospitalfoundation.org/pdfs/Effects%20of%20Gardens%20on%20Health%20Outcomes.pdf> (Consult. 15/10/15).
- Urry, J. (1995) *Consuming Places*, London, Routledge.
- Urry, J. (2012), "Social networks, mobile lives and social inequalities", *Journal of Transport Geography*, 21:24-30. DOI: 10.1016/j.jtrangeo.2011.10.003 (Consult. 20/11/15).
- Urry, J. e Larsen, J. (2011), *The Tourist Gaze 3.0*, London, SAGE.
- Velarde, M., Fry, G. e Tveit, M. (2007) "Health effects of viewing landscapes – Landscape types in environmental psychology", *Urban Forestry & Urban Greening*, 6:199-212. DOI 10.1016/j.ufug.2007.07.001 (Consult. 14/7/15).
- Veríssimo, N. (2012) "A presença germânica na Madeira: negócios, saúde e turismo, in Emonts, M. e Pestana, L. (Coord.) *Encontro entre Culturas: Conferências sobre temas luso-germânicos*, Funchal, Direcção Reg. dos Assuntos Culturais (DRAC) e Bibl. de Culturas Estrangeiras:15-32.
- Vianna, H. (2003) *Pesquisa em Educação: A Observação*, Brasília, Plano Editora.
- Vicente, P., Reis, E. e Ferrão, F. (2001) *Sondagens—A amostragem como factor decisivo de qualidade*, Lisboa, Ed. Sílabo.
- Voigt, C. (2013) *Wellness Tourism: A Critical Overview*, Wageningen, Curtin Univ. Em http://www.tobewell.eu/media/universityofexeter/businessschool/documents/research/tobewell/Wellness_Tourism_-_Cornelia_Voigt.pdf (Consult. 13/7/15).
- Voigt, C., Brown, G. e Howat, G. (2011) "Wellness tourists: in search of transformation", *Tourism Review*, 66 (1):16-30. DOI: 10.1108/16605371111127206 (Consult. 15/7/15).
- Voigt, C., Laing, J., Wray, M., Brown, G., Howat, G., Weiler, B. e Trembath, R. (2010) *Health Tourism in Australia: Supply, Demand and Opportunities*, Queensland, CRC for Sustainable Tourism. Em http://www.crctourism.com.au/wmsupload/resources/WellnessTourism_Ind%20Summary%20WEB.pdf (Cons. 13/7/15)
- Völker, S. e Kistemann, T. (2011) "The impact of blue space on human health and well-being – Salutogenetic health effects of inland surface waters: A review", *International Journal of Hygiene and Environmental*, 214:449-460. DOI: 10.1016/j.ijheh.2011.05.001 (Consult. 14/7/15).
- Walmsley, J. (2003) "Rural tourism: a case of lifestyle-led opportunities", *Australian Geographer*, 34 (1):61-72. DOI 10.1080/00049180320000066155 (Consult. 14/7/15).
- Weinstein, N., Przybylski, A. e Ryan, R. (2009) "Can Nature Make Us More Caring? Effects of Immersion in Nature on Intrinsic Aspirations and Generosity", *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35 (10):1315-1329. DOI: 10.1177/0146167209341649 (Consult. 14/6/15).
- Wheeler, B., White, M., Stahl-Timmins, W. e Depledge, M. (2012) "Does living by the coast improve health and wellbeing?", *Health & Place*, 18:1198-1201. DOI:10.1016/j.healthplace.2012.06.015 (Consult. 13/7/15).
- White, M., Smith, A., Humphries, K., Pahl, S., Snelling, D. e Depledge, M. (2010) "Blue Space: The Importance of water for preference, affect, and restorativeness ratings of natural and built scenes", *Journal of Environmental Psychology*, 30:482-493. DOI: 10.1016/j.jenvp.2010.04.004 (Consult. 13/7/15).
- World Health Organization (WHO) (2006) *Constitution of the World Health Organization (1946)*:1-18. Em http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf (Consult. 13/7/15).

World Tourism Organization (UNWTO) (2004) *Rural Tourism in Europe: Experiences, Development and Perspectives*, Madrid, World Tourism Organization.

World Tourism Organization (UNWTO) (2011) *Tourism towards 2030 – Global Overview*, Madrid, World Tourism Organization.

Anexos

Anexo 1: Mapa da evolução do número de camas disponíveis em espaço rural na Europa entre 2002 e 2012 (European Commission, 2003:267).	119
Anexo 2: Turista em espaço rural e o turista que procura o bem-estar.	119
Anexo 3: Inquérito por Questionário Entregue aos Turistas.	120
Anexo 4: Relevo da Ilha da Madeira (Ribeiro e Ramalho, 2007:7).	124
Anexo 5: Precipitação e temperatura média anual na Ilha da Madeira (SRA, 2013:13-14 [Adaptado]... ..	125
Anexo 6: Algumas espécies vegetais mais características do estrato arbóreo, arbustivo e herbáceo (Madeira Rural, 2015; Faria, 2006).	126
Anexo 7: Espaços classificados e integrados na Rede Natura 2000 na ilha da Madeira e o Parque Natural da Madeira (SRA, 2003a:26-27) [Adaptado]	127
Anexo 8: Percursos pedestres recomendados nas áreas rurais da Ilha da Madeira (SRA e DRFCN, s. d.).	128
Anexo 9: Percursos pedestres recomendados pela Câmara Municipal da Calheta (Câmara Municipal da Calheta, 2015a) [Adaptado].....	129
Anexo 10: Lista de estabelecimentos de TER no concelho da Calheta (2016) (lista dispensada pela DRTM.	130



Anexo 1: Mapa da evolução do número de camas disponíveis em espaço rural na Europa entre 2002 e 2012 (European Commission, 2003:267).

Turista em Espaço Rural e o Turista que Procura o Bem-Estar



Anexo 2: Turista em espaço rural e o turista que procura o bem-estar.



Mestrado em Turismo e Comunicação | 2015/2016

Rui Miguel da Costa Agrião

Turismo Rural de Bem-Estar: Estudo de Caso no Município da Calheta (Ilha da Madeira)

Questionário

A Procura do Bem-Estar em Espaço Rural

O presente questionário integra-se no âmbito de uma dissertação de mestrado em Turismo e Comunicação, grau conjunto com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe). A dissertação intitulada "Turismo Rural de Bem-Estar: Estudo de Caso no Município da Calheta (Ilha da Madeira)" tem como principal objectivo descobrir a possibilidade de explorar um novo segmento turístico na ilha, com base na promoção do bem-estar em espaços

Este questionário pela sua especificidade destina-se a turistas que ficam em alojamento rural (TER) na área em estudo, no qual se solicita a sua colaboração. O questionário é totalmente confidencial e anónimo. Todas as suas respostas são essenciais para um correcto tratamento estatístico. Desta forma, peço a sua maior sinceridade. Agradeço desde já a sua colaboração.

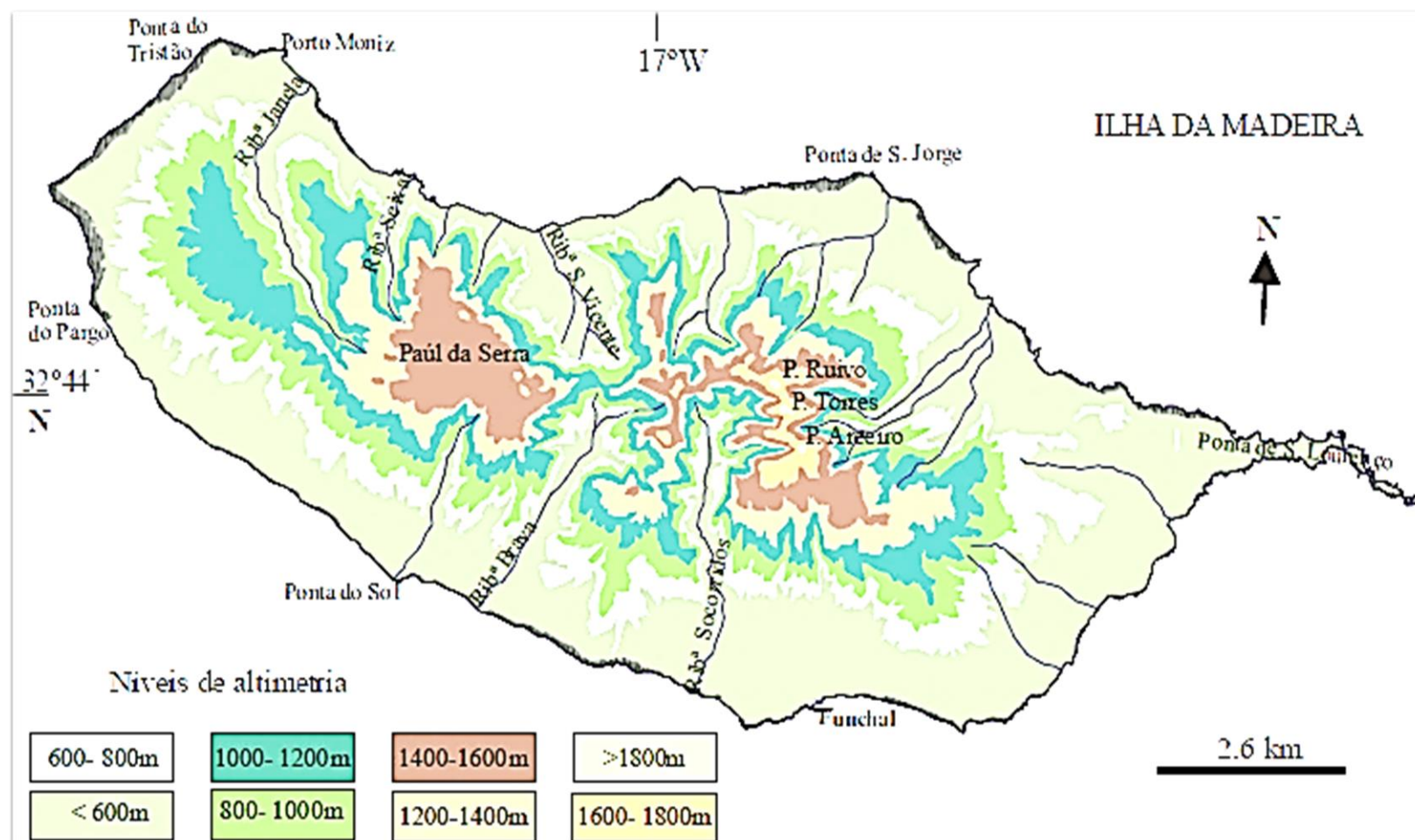
1. SAÚDE, BEM-ESTAR E DIA-A-DIA			
1.1. Considera ter um estilo de vida saudável?			Sim Não
1.1.1. Independentemente da sua resposta anterior (1.1.), considera que a sua resposta se deve a factores:			
Pessoais	Externos (ex. Ambiente Doméstico, de Residência e/ou Profissional)		Ambos
1.2. Fuma?	Sim	Não	Ocasionalmente
1.3. Consome bebidas alcoólicas?			
Regularmente		Ocasionalmente (ex. aos fins-de-semana e em ocasiões especiais)	
Raramente		Nunca	
1.4. Considera ter uma alimentação saudável, equilibrada e diversificada?			Sim Não
1.5. Pratica exercício físico?			
Diariamente		Regularmente (2 a 3 vezes por semana)	
Ocasionalmente (1 a 3 vezes por mês)		Não	
1.6. Considera o seu dia-a-dia stressante?			Sim Não
1.7. Realiza anualmente exames médicos de rotina?			
Sim, por iniciativa médica		Sim, por iniciativa própria	
Sim, por iniciativa médica		Sim	Qual? _____ Não
1.8. Tem alguma condição médica já diagnosticada?			
2. EXPERIÊNCIA EM ÂMBITO RURAL CALHETENSE E ESCOLHA DE ALOJAMENTO			
2.1. É a primeira vez que visita esta localidade rural na ilha?			Sim Não
2.1.1. Se não, quantas vezes já a visitou?			N.º de Vezes:
2.2. Antes da viagem, quais foram as suas primeiras associações a este meio rural madeirense?			
(Pode seleccionar mais do que uma hipótese de resposta)			
Ambiente Puro e Revitalizante		Rico Património Natural	
Contacto com um meio mais natural		Ótimo para adopção ou continuação de um estilo de vida saudável	
Cultura Autêntica		Excelente para a Procura pelo Bem-Estar	
Comunidade Local Acolhedora		Clima Ameno e Agradável	
Outro: _____			

¹⁷ O inquérito aqui apresentado sofreu algumas alterações a nível do *layout* de forma a cumprir os limites de margem. Foram eliminados os campos abertos de resposta.

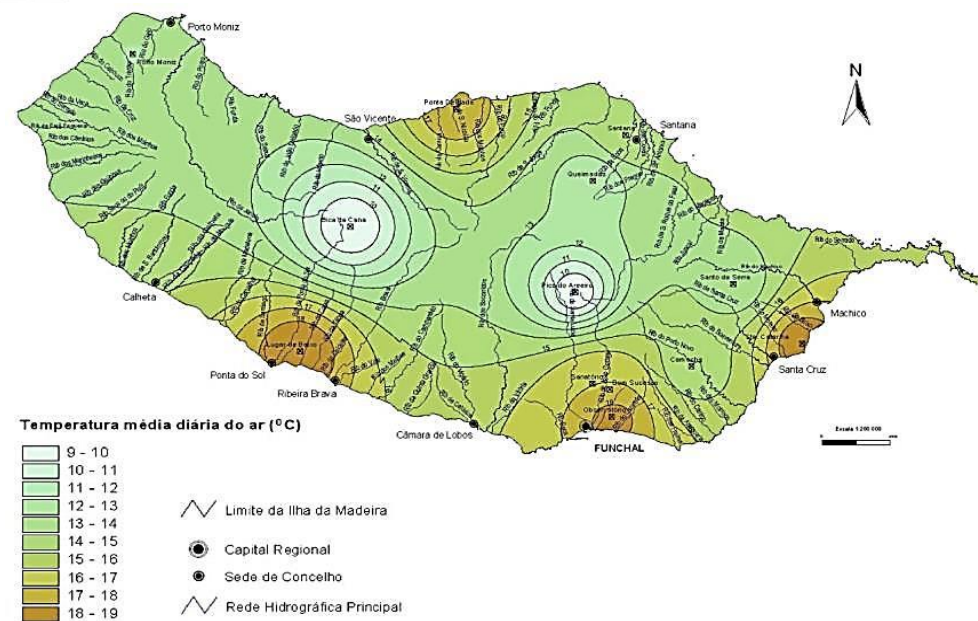
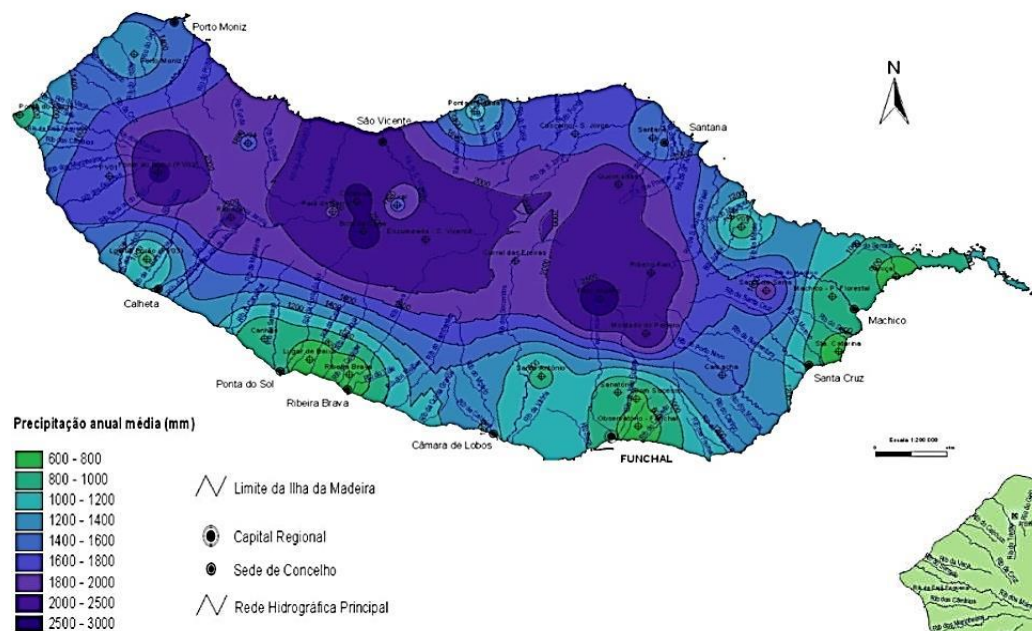
2.3. O que o motivou a visitar esta localidade rural? (Por favor escolha um número entre 1 a 10 para cada item, sendo 1 'Nada Importante' e 10 'Muitíssimo Importante')	
Ter uma visita relaxante e rejuvenescedora	Apreciar a beleza das paisagens
Escapar do quotidiano	Estar em contacto com a natureza
Poder estar sozinho	Poder socializar com a família e amigos
Poder experienciar outras sensações	Possibilidade de provar a gastronomia local
Sentir-se acarinhado(a) e confortável	Estar numa localidade mais despovoada e isolada
Oportunidade de descansar fisicamente	Oportunidade de estar numa área montanhosa
Explorar um novo lugar	Poder intelectualmente enriquecer
Poder estabelecer uma ligação espiritual com a natureza	Oportunidade de visitar e estar em contacto com a floresta
Experimentar produtos frescos locais (ex. legumes, frutas, etc.)	Poder realizar actividades em contacto com a natureza
Oportunidade de se envolver nalguma actividade física	Poder conhecer uma comunidade local
Poder divertir-se ou festejar	Possibilidade de se 'desligar' num lugar mais apetecível
Estar envolvido nalguma experiência mais aquática (ex. praia, cascatas, etc.)	Oportunidade de participar em actividades culturais
Experienciar um clima mais agradável e quente	Estar em contacto com uma cultura mais autêntica
Ter oportunidade de conhecer novas pessoas	Poder desanuviar do stress e descansar psicologicamente
Maior sensação de privacidade	Oportunidade de recuperar de alguma condição menos positiva a nível do seu bem-estar
A não obrigatoriedade de cumprir horários	Iniciar um estilo de vida mais saudável
Estar num ambiente amigável e seguro	Conhecer a história e principais monumentos
2.4. Das inúmeras actividades que se podem realizar neste espaço rural, quais são as que mais deseja realizar? (Por favor escolha um número entre 1 a 10 para cada item, sendo 1 'Gosto Nada' e 10 'Gosto Muito')	
Contemplação da paisagem e da natureza	Caminhadas e passeios pedestres (ex. Levadas e/ou veredas)
Observação da fauna e flora (ex. Bird-watching)	Andar de bicicleta
Ler ao ar livre	Actividades Aquáticas (ex. natação, pesca, etc.)
Actividades culturais em contacto com a cultura local	Actividade desportiva ou de aventura (Qual? _____)
Actividades comunitárias e amigas do ambiente (incluindo jardinagem e actividades agrícolas)	Outra: _____
2.5. Quais são os factores que levam à escolha da sua acomodação na ilha? (Por favor escolha um número entre 1 a 10 para cada item, sendo 1 'Nada Importante' e 10 'Muitíssimo Importante')	
Qualidade da infra-estrutura	Maior isolamento e maior privacidade
Desenvolvimento Sustentável	Perto da natureza ou de um local que se realiza actividades ligadas à natureza
Descanso e Relaxamento	Ambiente confortável e boa hospitalidade
Oportunidade de realizar actividades promovidas pelo estabelecimento	Perto de eventos culturais e da comunidade local
Devido ao parceiro, família ou amigos	Outro: _____
2.6. Como classificaria o seu grau de satisfação nos seguintes aspectos relacionados com a sua acomodação? (Por favor escolha um número entre 1 a 10 para cada item, sendo 1 'Nada Satisfeito' e 10 'Muitíssimo Satisfeito')	
Acessibilidade	Equipamento, comodidades e decoração
Profissionalismo e hospitalidade	Manutenção e limpeza
Localização e contexto	Sustentabilidade e preocupação ambiental
Alimentação (se aplicável)	Anfitrião ou dono
2.7. Enumere os aspectos mais positivos e/ou negativos que salienta da sua estada até ao momento? (Pode descrever lugares, experiências, sensações, actividades, pessoas, o alojamento ou outros aspectos para si importantes)	

2.8. Que outras actividades gostaria de ver desenvolvidas nesta localidade rural?			
2.9. Acredita que o meio rural madeirense e as actividades referidas na alínea promovem o bem-estar neste espaço rural?			
	Sim	Não	Talvez
Porquê?			
2.9.1. Se sim, quais são os aspectos que mais salienta?			
(Pode seleccionar mais do que uma hipótese de resposta)			
Oportunidade de experienciar algo "superior"/divino em contacto com a natureza ou em ambiente mais simples	Descanso e relaxamento		
Recuperação Física	Bem-Estar Psicológico e alívio do stress		
Estímulo social e/ou intelectual	Outro: _____		
2.10. Aconselha esta localidade rural madeirense a pessoas que procuram o bem-estar num meio mais natural e simples?			
	Sim	Não	Talvez
Porquê?			
2.11. Como classificaria a sua estada de acordo com o seu nível de satisfação até ao momento?			
(Deve seleccionar um número entre 1 a 10, sendo 1 'Nada Satisfeito' e 10 'Muitíssimo Satisfeito')			
2.12. Voltaria a visitar ou ficar nesta localidade rural madeirense?	Sim	Não	Talvez
3. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO			
3.1. Idade		3.2. Sexo	Masculino Feminino
3.3. País de Residência:			Outro: _____
Portugal		Alemanha	
Reino Unido		Espanha	
França		Polónia	
Países Baixos		Dinamarca	
3.4. Escolaridade/nível de formação completo:			
Ensino Básico		Ensino Superior – Licenciatura	
Ensino Secundário		Ensino Superior – Mestrado	
Ensino Profissional		Ensino Superior – Doutoramento	
3.5. Neste momento exerce uma actividade profissional remunerada?			
Sim, por conta de outrem		Não, desempregado(a)	
Sim, por conta própria		Não, estudante	
Profissão/Ramo profissional		Não, reformado(a)	
		Outra situação: _____	
3.6. Descrição do seu local de residência actual:			
Metrópole		Vila (zona intermédia)	
Cidade		Meio Rural	
3.7. Para além do seu local de residência actual, alguma vez viveu no meio rural?		Sim	Não
3.8. Rendimento mensal líquido do seu agregado familiar?			
Igual ou inferior a 1000€		Entre 3001€ e 4000€	
Entre 1001€ e 2000€		Entre 4001€ e 5000€	
Entre 2001€ e 3000€		Superior a 5000€	
4. HÁBITOS DE INFORMAÇÃO E CONSUMO			
4.1. Como obteve conhecimento deste destino turístico?			
(Pode seleccionar mais do que uma hipótese de resposta)			
Famíliares e Amigos		Meios de Comunicação tradicionais (ex. Rádio e Televisão)	
Visita anterior		Internet (incl. Redes Sociais e Sites Oficiais de Promoção Turística)	
Agência de Viagens/ Operador Turístico		Outro: _____	
4.2. Quando adquiriu a sua viagem?			
Entre 1 ano a 8 meses de antecedência		Entre 3 a 1 semana de antecedência	
Entre 8 a 4 meses de antecedência		Menos de 1 semana de antecedência	
Entre 4 a 1 mês de antecedência			
4.3. Como organizou a sua viagem?			
Pacote de férias (incl. Viagem, Acomodação e o Transporte Local)			
Adquiriu separadamente:			
Transporte		Acomodação	

Agência de Viagens/ Operador Turístico	Agência de Viagens/ Operador Turístico
Através da internet	Através da internet
Através do Telefone	Através do Telefone
Pessoalmente	Pessoalmente
Não reservou	Não reservou
4.4. Que meio de transporte usa para se deslocar na ilha?	
Transportes Públicos	Táxi
Carro Alugado	Outro: _____
4.5. Com quem viaja?	
Sozinho (a)	Em família ou amigos
Com seu parceiro(a)	Outro:
4.6. Qual é a duração da sua estadia?	
Só um fim-de-semana	2 Semanas
Fim-de-semana Prolongado (Até 4 dias)	Mais de 2 Semanas
1 Semana	
4.7. Quantas Vezes Viaja por ano?	N.º de Vezes:



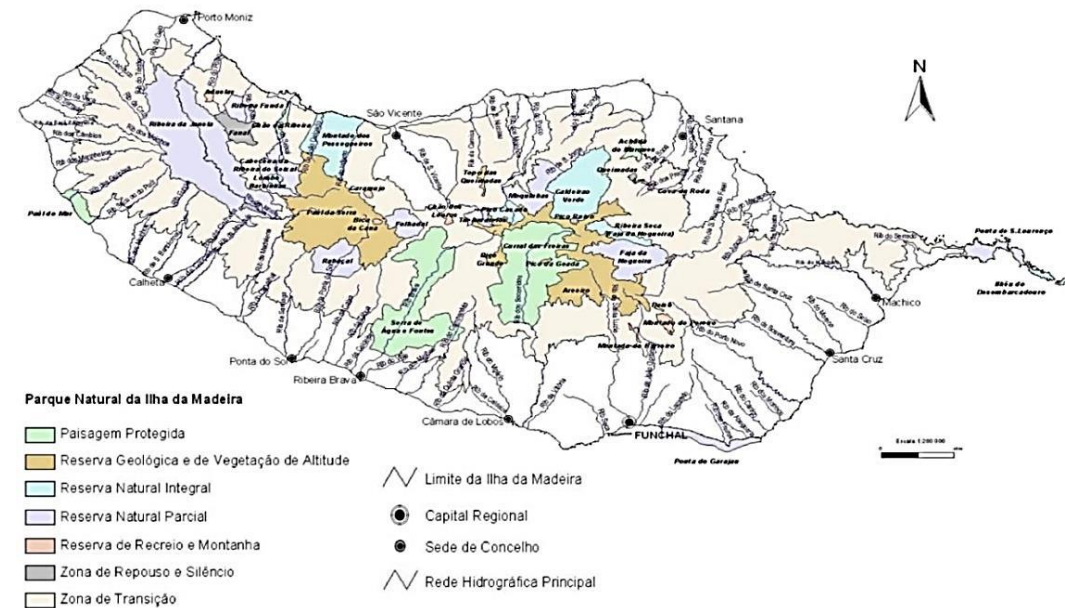
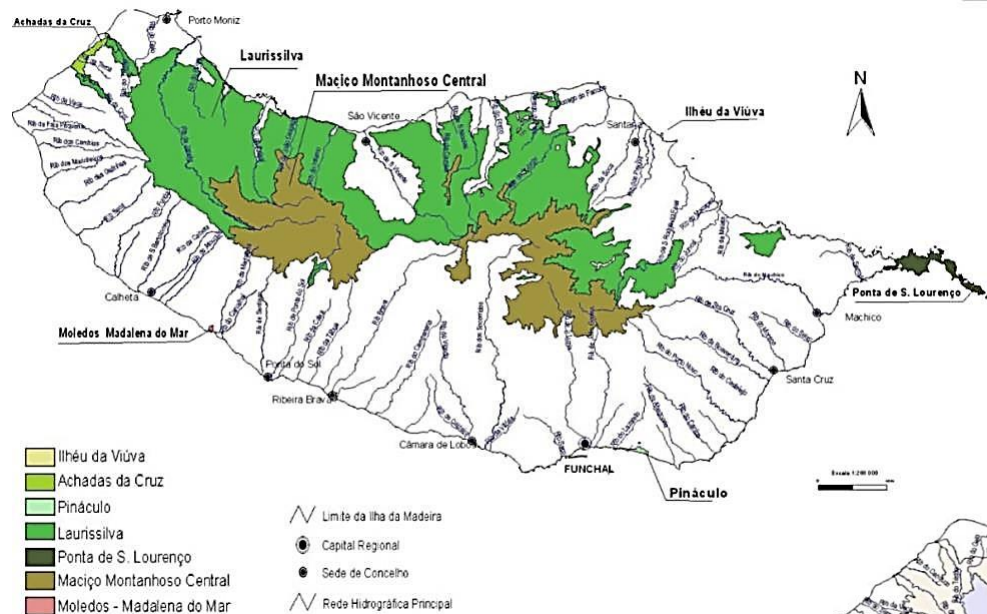
Anexo 4: Relevo da Ilha da Madeira (Ribeiro e Ramalho, 2007:7).



Anexo 5: Precipitação e temperatura média anual na Ilha da Madeira (SRA, 2013:13-14 [Adaptado].

Anexo 6: Algumas espécies vegetais mais características do estrato arbóreo, arbustivo e herbáceo (Madeira Rural, 2015; Faria, 2006).

Estrato	Espécie Vegetal	
	Denominação Comum	Nome Científico
Arbóreo	Loureiro	<i>Laurus Novocanariensis</i>
	Til	<i>Ocotea Foetens</i>
	Vinhático	<i>Persea Indica</i>
	Barbusano	<i>Apollonias Barbujana</i>
	Aderno	<i>Heberdenia Excelsa</i>
	Pau-Branco	<i>Picconia Excelsa</i>
	Faia	<i>Myrica Faya</i>
	Sanguinho	<i>Rhamnus Glandulosa</i>
	Folhado	<i>Clethra Arborea</i>
	Cedro-da-Madeira	<i>Juniperus Cedrus subsp. Maderensis</i>
	Perado	<i>Ilex Perado</i>
	Gingeira-Brava	<i>Prunus Lusitanica subsp. Hixa</i>
	Azevinho	<i>Ilex Canariensis</i>
Arbustivo	Urze-Molar	<i>Erica Arborea</i>
	Urze-das-Vassouras	<i>Erica Platycodon subsp. Madericola</i>
	Uveira-da-Serra	<i>Vaccinium Padifolium</i>
	Mocanos	<i>Visnea Mocanera e Pittosporum Coriaceum</i>
	Massaroco	<i>Echium Candicans</i>
	Sorveira	<i>Sorbus Maderensis</i>
	Isoplexis	<i>Isoplexis Sceptum</i>
Herbáceo	Gerânios da Madeira	<i>Geranium Palmatum e G. Maderense</i>
	Orquídea-Branca	<i>Goodyera Macrophylla</i>
	Orquídea-da-Serra	<i>Dactylorhiza Foliosa</i>
	Hera	<i>Hedera Maderensis ssp. Maderensis</i>
	Ranúnculo	<i>Ranunculus Grandiofolius cortusifolius</i>
	Estreleira	<i>Argrandthemum Pinnatifidum</i>



Anexo 7: Espaços classificados e integrados na Rede Natura 2000 na ilha da Madeira e o Parque Natural da Madeira (SRA, 2003a:26-27) [Adaptado]

Anexo 8: Percursos pedestres recomendados nas áreas rurais da Ilha da Madeira (SRA e DRFCN, s. d.).

Ref^a	Nome do Percurso	Locais de Passagem	Concelho
PR1	Vereda do Areeiro	Pico do Areeiro–Pico Ruivo	Santana
PR1.1	Vereda da Ilha	Achada do Teixeira–Ilha	Santana
PR1.2	Vereda do Pico Ruivo	Achada do Teixeira–Pico Ruivo	Santana
PR1.3	Vereda da Encumeada	Casa Abrigo do Pico Ruivo- Encumeada	Ribeira Brava
PR2	Vereda do Urzal	Curral das Freiras–Boaventura	Câmara de Lobos
PR5	Vereda das Funduras	Portela–Marços	Machico
PR6	Levada das 25 Fontes	Rabaçal–25 Fontes	Calheta
PR6.1	Levada do Risco	Rabaçal–Risco	Calheta
PR7	Levada do Moinho	Ribeira da Cruz–Lamaceiros	Porto Moniz
PR8	Vereda da Ponta de São Lourenço	Baía D’Abra–Cais do Sardinha	Machico
PR9	Levada do Caldeirão Verde	Queimadas–Caldeirão Verde	Santana
PR10	Levada do Furado	Ribeiro Frio–Portela	Santana
PR11	Vereda dos Balcões	Ribeiro Frio–Balcões	Santana
PR12	Caminho Real da Encumeada	Boca da Corrida–Encumeada	Ribeira Brava
PR13	Vereda do Fanal	Paul da Serra–Fanal	Porto Moniz
PR14	Levada dos Cedros	Fanal–Curral Falso	Porto Moniz
PR16	Vereda da Ribeira da Janela	Curral Falso–Ribeira da Janela	Porto Moniz
PR17	Caminho do Pináculo e Folhadal	Lombo do Mouro I–Encumeada	Ribeira Brava
PR18	Levada do Rei	Quebradas–Ribeiro Bonito	Santana
PR19	Caminho Real do Paul do Mar	Prazeres–Paul do Mar	Calheta
PR20	Vereda do Jardim do Mar	Prazeres–Jardim do Mar	Calheta
PR21	Caminho do Norte	Encumeada–Ribeira Grande	São Vicente
PR22	Vereda do Chão dos Louros	Chão dos Louros	São Vicente
PR23	Levada da Azenha	Azenha–Caminho Velho do Castelo	Santa Cruz

Anexo 9: Percursos pedestres recomendados pela Câmara Municipal da Calheta (Câmara Municipal da Calheta, 2015a) [Adaptado].

Nome do Percurso	Local de Partida	Local de Chegada	Locais de Passagem	Dificuldade	Duração/ Distância (Terreno)
Levada das 25 Fontes	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	- Rabaçal; - Casas do Rabaçal - 25 Fontes; - Central Hidroelétrica.	Fácil	3H30-4h00 9Km (Regular)
Levada do Risco	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	- Rabaçal; - Central Hidroelétrica.	Fácil	2H30-3H00 6.6Km (Regular)
Caminho Real do Paul do Mar	Prazeres (Caminho do Lombo da Rocha)	Paul do Mar (Rua do Cais)	- Miradouro (Junto ao Hotel Jardim Atlântico)	Média	1H-1H30 1.8Km (Ingreme)
Vereda do Jardim do Mar	Prazeres (Caminho do Miradouro)	Jardim do Mar (Vereda do Moinho)	-Moinho (Jardim do Mar);	Média	1H-1H30 1.9Km (Ingreme)
Levada do Lajeado	Paul da Serra (Lajeado ER 209)	Paul da Serra (Lajeado ER 209)	- Paul da Serra; - Rabaçal.	Fácil	1H30-2H00 3.8Km (Regular)
Levada do Alecrim	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	- Rabaçal; - Lajeado; - Paul da Serra.	Fácil	2H00-2H30 6.8Km (Regular)
Levada da Rocha Vermelha	Malhada (Rabaçal –ER 105 Paul da Serra)	Malhada (Rabaçal – ER 105 Paul da Serra)	-Rabaçal; - Paul da Serra; - Malhada; -Ribeiro da Água do Vimeiro.	Experiente	5H-6H 18.8Km (Regular/Ingreme)
Levada do Paul da Serra	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	- Rabaçal; - Paul da Serra.	Média	3H00-3H30 9.8Km (Plano)
Levada Nova da Calheta	Calheta (Central Hidroelétrica)	Ponta do Pargo (Cabo – ER 101)	- Área de Lombos e rural de todo o concelho	Experiente	6H00-9H00 39Km (Plano)
Levada da Fajã da Ovelha	Prazeres (Posto Florestal – ER 210 Prazeres)	Fajã da Ovelha (Lombada dos Marinheiros – ER 101)	- Área de Lombos e rural	Média	3H30-4H00 11.7Km (Plano)
Levada Nova do Arco da Calheta	Calheta (Central Hidroelétrica)	Arco da Calheta (Caminho Fonte do Coxo)	- Área de Lombos e rural	Média	5H00-6H00 15.9Km (Plano)
Vereda da Lagoa do Vento	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	Rabaçal (ER 105 Paul da Serra)	- Paul da Serra; - Rabaçal; - Lagoa do Vento.	Experiente	2H30-3H00 6.4K (Irregular)
Veredas da Atalaia e do Lombinho	Fajã da Ovelha (Caminho do Aviceiro –Raposeira)	Paul do Mar (Avenida dos Pescadores Paulenses)	-Miradouro Raposeira.	Experiente	1H30-2H00 2.7Km (Irregular)
Vereda dos Zimbriros	Fajã da Ovelha (Rua Dr. Mário Sardinha)	Paul do Mar (Avenida dos Pescadores Paulenses)	- Miradouro do Massapez.	Média	1H00-1H30 1.6Km (Ingreme)
Vereda do Pesqueiro	Ponta do Pargo (Lombadinha – ER 101 – Ponta do Pargo)	Ponta do Pargo (Porto do Pesqueiro)	- Praia/Porto do Pesqueiro.	Média	2H00-2H30 4.6Km (Ingreme)
Vereda da Fajã Grande	Ponta do Pargo (Miradouro do Fio – ER 101 Ponta do Pargo)	Ponta do Pargo (Fajã Grande)	- Miradouro do Fio; - Praia da Fajã da Grande.	Experiente	2H00-2H30 3Km (Ingreme)
Vereda da Garganta Funda	Ponta do Pargo (Caminho do Pedregal)	Ponto Pargo (Garganta Funda)	- Miradouro da Garganta Funda.	Fácil	30-45min. 1.2Km (Regular)

Anexo 10: Lista de estabelecimentos de TER no concelho da Calheta (2016) (lista dispensada pela DRTM).

Nº	Nome da Unidade	Modalidade	Nº Quartos	Nº Camas	Morada	Código Postal	Concelho
1	Quinta Devónia	Agroturismo	1	2	Trav. do Largo da Choupana, 18 C	9060-348 Funchal	Funchal
2	A Quinta	Hotel Rural	11	22	R. Padre António Correia, 255	9100-255 Sto António da Serra	Santa Cruz
3	Casas Valleparaízo	Casa de Campo	14	28	Est. Regional 102, 161	9135-060 Camacha	Santa Cruz
4	Vila Joaninha	Casa de Campo	3	6	Est. Sto António da Serra, 459	9100-255 Sto António da Serra	Santa Cruz
5	Cantinho Rural	Casa de Campo	4	8	Sítio do Ribeiro Serrão	9135-395 Camacha	Santa Cruz
6	Quinta do Lagar	Casa de Campo	5	10	Sítio Campo das Eiras/Achada do Barro	9100-255 Sto da Serra	Santa Cruz
7	Casa da Avó Beatriz	Casa de Campo	7	14	Sítio da Achada de Cima	9100-013 Gaula	Santa Cruz
8	Casa dos Cedros	Casa de Campo	7	14	Sítio da Camacha	9400-010 Porto Santo	Porto Santo
9	Quinta Alegre	Hotel Rural	20	37	Rua do Hotel, 48 – Lombo dos Rei	9370-272 Estr. da Calheta	Calheta
10	Casal São João	Turismo Rural	3	6	Vereda dos Falcões de Abaixo, 5	9370-378 Fajã da Ovelha	Calheta
11	Quinta das Vinhas	Agroturismo	6	12	Est. Regional 223, 136	9370-237 Estr. da Calheta	Calheta
12	Casa da Vereda	Agroturismo	4	8	Vereda do Girão de Lá, 2	9370-255 Estr. da Calheta	Calheta
13	Casa do Caminho Verde	Agroturismo	5	10	Caminho Verde, 60	9370-729 Arco da Calheta	Calheta
14	Casas da Levada	Agroturismo	10	20	R. da Lombadinha	9385-237 Ponta do Pargo	Calheta
15	Casa dos Falcões	Casa de Campo	2	4	Impasse das Eirinhas, 18	9370-383 Fajã da Ovelha	Calheta
16	Quinta do Conde	Casa de Campo	7	14	R. do Conde, 8	9370-025 Arco da Calheta	Calheta
17	Átrio	Casa de Campo	9	19	Caminho dos Moinhos, 218	9370-247 Estr. da Calheta	Calheta
18	Casa da Fajã	Casa de Campo	4	7	Caminho da Fajã, 62	9370-084 Arco da Calheta	Calheta
19	Quinta das Anoneiras	Casa de Campo	6	12	Sítio do Ledo, 68	9370-028 Arco da Calheta	Calheta
20	Calhau Grande	Casa de Campo	4	8	Caminho do Massapez, 10	9370-077 Arco da Calheta	Calheta
21	O Lugarinho	Casa de Campo	4	8	Caminho Aviceiro/Raposeira do Serrado	9370-342 Fajã da Ovelha	Calheta
22	Casa do Massapez	Casa de Campo	2	4	Sítio do Massapez	9370-033 Arco da Calheta	Calheta
23	Cantinho das Faias	Casa de Campo	4	8	Caminho das Faias, 16	9370-725 Arco da Calheta	Calheta
24	Casa das Florenças	Casa de Campo	3	6	Campo das Florenças, 30	9370-731 Arco da Calheta	Calheta
25	Angels Inn Paradise	Casa de Campo	3	6	Campo da Esperança, 3	9370-651 Prazeres	Calheta
26	Casa Nª Sra da Conceição	Casa de Campo	4	8	Caminho da Conceição, 43	9370-265 Estr. da Calheta	Calheta
27	Casa Casimiro	Casa de Campo	6	11	Caminho da Esperança, 3	9370-651 Prazeres	Calheta
28	Colina da Fajã	Casa de Campo	9	18	Caminho da Soalheira – Sítio S. João	9370-303 Fajã da Ovelha	Calheta
29	Casa da Figueira	Casa de Campo	3	6	Campo do Jardim Pelado, 58	9370-630 Prazeres	Calheta
30	Casa das Orquídeas	Casa de Campo	3	6	Campo Lombo da Estrela, 98	9370-161 Calheta	Calheta
31	Casa Villa Pargo	Casa de Campo	3	6	R. do Massapez, 41	9370-391 Fajã da Ovelha	Calheta
32	Quinta do Alto de S. João	Hotel Rural	14	28	Caminho do Lombo/S. João	9360-223 Ponta do Sol	Ponta do Sol
33	Casa do Retiro	Casa de Campo	4	8	R. Sta Teresa, 4	9360-310 Canhas	Ponta do Sol
34	Casa do Laranjal	Casa de Campo	1	2	Sítio da Moreirinha	9360 Canhas	Ponta do Sol
35	Casa do Calhau	Casa de Campo	5	9	Av. 1.º de Fevereiro, 90	9360-410 Madalena do Mar	Ponta do Sol
36	Casa Pereira	Casa de Campo	4	8	Caminho do Lombo do Meio, 16	9360-309 Ponta do Sol	Ponta do Sol

37	Quinta do Lago	Agroturismo	6	12	R. Comandante Campo de Freitas, 550	9350-077 Campo	Ribeira Brava
38	Casa da Terça	Casa de Campo	4	8	Sítio da Terça	9350-416 Tabua	Ribeira Brava
39	Vila Afonso	Casa de Campo	6	12	Est. João Gonçalves Zarco, 574 B	9325-033 Estr. Câmara de Lobos	Ribeira Brava
40	Escapada dos Cavaleiros	Casa de Campo	1	2	Campo Velho da Boca dos Namorados	9326-909 Estr. Câmara de Lobos	Ribeira Brava
41	Quinta do Pântano	Agroturismo	2	4	Est. da Fonte de Sto António, 61	9200-152 Sto António da Serra	Machico
42	Moinho do Comandante	Turismo Rural	3	6	Fajã do Cedro Gordo/Fajã Grande	9230-205 S. Roque do Faial	Santana
43	Casa da Fajã Alta	Casa de Campo	6	12	Sítio da Fajã Alta	9230-147 S. Jorge	Santana
44	Casa das Hortênsias	Casa de Campo	3	6	Sítio da Quebrada/Arco de S. Jorge	9230-020 Arco de S. Jorge	Santana
45	Casas do Pomar	Casa de Campo	7	16	Sítio do Lombo do Curral, 56	9230-103 Santana	Santana
46	Quinta do Arco	Casa de Campo	9	18	Sítio da Lagoa	9230-018 Arco de S. Jorge	Santana
47	Quinta do Arco/Lagoa	Casa de Campo	9	19	Sítio da Lagoa	9230-018 Arco de S. Jorge	Santana
48	Ribeiro Frio Cottages	Casa de Campo	3	6	Est. Regional 103/Ribeiro Frio	9230-209 S. Roque do Faial	Santana
49	Solar de Boaventura	Hotel Rural	27	54	Sítio do Serrão	9240-046 Boaventura	Santana
50	Casa do Pico	Turismo Rural	3	6	Sítio do Pico	9240-112 Ponta Delgada	São Vicente
51	Casa da Beira	Casa de Campo	5	10	Sítio das Feiteiras	9240-104 Ponta Delgada	São Vicente
52	Estrelícia Dourada Garcês	Casa de Campo	3	6	Sítio da Terra Chã	9240-223 S. Vicente	São Vicente
53	Solar da Bica	Casa de Campo	13	26	Sítio dos Lameiros	9240-211 S. Vicente	São Vicente
54	Casa da Palmeira	Turismo Rural	9	18	Sítio do Lombo/Cova	9270-121 Seixal	São Vicente